



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA – UEFS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - DCHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PGH
MESTRADO EM HISTÓRIA

Djalma S. Melo Jr.

**A ESCOLARIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CORPORAIS EM MEIO A “BABELDA
INSTRUÇÃO PÚBLICA” BAIANA. OS CONFRONTOS EM TORNO DA
*GYMNASTICA, MUSICA E DANÇA.***

Feira de Santana, 2015



DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA - DCHF
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH
MESTRADO EM HISTÓRIA

DJALMA S. MELO JR.

A escolarização das práticas corporais em meio a “Babel da Instrução Pública”
baiana. Os confrontos em torno de *dagymnastica, musica e dança*.

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PPGH, do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – DCHF, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Elciene Azevedo.

Universidade Estadual de Feira de Santana

Feira de Santana

2015

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PGH, do Departamento de Ciências Humanas e Filosofia – DCHF, da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Data de aprovação: 25 de Agosto de 2015.

Prof. Dr.^a Elciene Rizzato Azevedo (Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Prof. Dr. Coriolano Pereira da Rocha Júnior
Universidade Federal da Bahia - UFBA

Prof. Dr.^a Ione Celeste Jesus de Sousa
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Prof. Dr. José Carlos de Araújo Silva (Suplente)
Universidade do Estado da Bahia–DCH IV / UNEB

Prof. Dr. Rinaldo César Nascimento Leite (Suplente)
Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS

Ficha Catalográfica – Biblioteca Central Julieta Carteado

Melo, Djalma
M485e A escolarização das práticas corporais em meio a “Babe lda instrução pública” baiana: os confrontos em torno da gymnastica, música e dança/
Djalma Santos Melo Júnior. – Feira de Santana, 2015.
192 f.

Orientadora: Elciene Azevedo.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2015.

1. História. 2. Instrução pública da Bahia (1881). 3. Gymnastica-música-dança I. Azevedo, Elciene, orient. II. Universidade Estadual de Feira de Santana. III. Título.

AUTORIZAÇÃO

Autorizode forma exclusiva para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta dissertação por processos de fotocopiadoras, digitalizações eletrônicas ou quaisquer outras modalidades possíveis que atendam aos interessados.

Assinatura: _____ **Local e Data:** _____

Para Mãinha, Dona Wandette, Painho, o lendário Djalmão da Cuíca (in memoriam), minhas queridas e delicadas irmãs, Tati e Tatai, e a todos os amigos e amigas, mesmo aqueles que não os tenho mais visto, ouvido e abraçado, mas que continuam vivos e presentes a cada momento na minha memória.

AGRADECIMENTOS

Proponho que os agradecimentos deveria ser um capítulo a parte, tão minucioso quanto os objetivos específicos que resultam em capítulos das dissertações. Decerto, revelaria a intimidade do pesquisador tanto academicamente quanto no seio familiar, ou ainda, adentraria em outros conectivos sociais que, presumo, resultaria no espanto dos leitores de como o cotidiano e as pessoas inserem, os dissertadores, em um cenário cujo espetáculo das sociabilidades é dinâmico e ambíguo, vez por outra, é repetitivo, rotineiro, mas também exprime nuances ritmos triviais ações inesperadas, surpresas, encantos, frustrações e lições de persistências. Em resumo, um roteiro de ensinamentos e aprendizagens através da experiência humana.

Não farei um capítulo, afinal, mesmo com cabelos já grisalhos, não sou tão experiente assim... Mas eu deveria. Todos que me ajudaram merecem ser especialmente congratulados. O problema é que não foram poucos!

Então, agradeço inicialmente a minha família pelo incentivo e por acreditarem em mim nos momentos mais difíceis. Mesmo no momento de impossibilidades e instabilidades econômicas, ou sentimental, em casa sempre contei com mais de um ombro.

Academicamente este papel do “ombro” parte de inúmeros Amigos dos quais agradeço o espírito abnegado e fraterno de Urano Andrade, Jacira Primo, Walter Jorge Oliveira, (três sumidades em pesquisa), Zezinho (José Pereira) valeu-se por tudo cara! Por fazer leituras dos meus escritos. Você ensina, motiva e inspira. Isis Góis da Silva (Te Adoro), Noelma Mota (Adoro Também), Sabrina Guerra (Não preciso dizer nada...), Charles d’Almeida (eterno mestre), o casal 20 Jilmar e Giovanna Gusmão, Jailza Borges, Gabriela Santos (valeu-se pelos descontos na Livraria), Gualberto Conceição (O mestrado te espera Pivete!), Rafael Sancho, Naiara Natividade (grandes incentivadores), Kléber Cerqueira, Leo Delfino, Ana Maria, Márcia Biaggi, Maihara, Vitão Santana e Flavinha (saudades daquele tempo de APEB). Ao presentear-me que os caminhos da História me deu, a Princesinha do Recôncavo Ana Paula Lessa (Paulinha), também Te Adoro MUITO! Parece que meus caminhos foram abertos para fazer amizades, mais recentemente conheci a figura mais meiga e humilde que acho inigualável entre os seres: Marcinha Briones, Valeu-se a todos da sua casa pela amizade. Olha, o arquivo da PUC-RS me municiou bastante, viu!

Não posso esquecer-me de um grupo de libertários e materialistas históricos que se reuniam de passagem, ou que por lá estudavam, do Campus II da UNEB (Cidade de Alagoinhas), que estão sempre a disposição do “brodinho” aqui. Valeuzão a todos os “Malandros” e “Malandrinhas”. Gostaria de elencar a todos, mas infelizmente terei que resumir citados somente aqueles que me aconselharam indicando leituras e até corrigindo meus projetos anteriores: Rogério França (Não há nada perdido, Malaka!), Eristio Raislan, Jorge Luz (sua família é a minha família), Moisés Morais (Mutcha), Uilton Oliveira (esse vai ser Prefeito de Entre Rios), Andrézinho Oliveira (Tevez! Assuma que parece com ele!), Erahsto Felício (suas dicas para mim foram aulas cara!) e Bruninha Tavares, *In memoriam*: Malandrinha, a vida também nos ensina a se conformar com perdas irreparáveis e você foi uma delas. Nos despedimos muito cedo dessa jornada. Sentimos e sentiremos sua Falta! Mas pode deixar que a luta contra o machismo e por igualdade de gêneros permanecerá conosco.

A UEFS me proporcionou momentos de muitos conhecimentos e serei eternamente grato. Não por me possibilitar ascender mais um escalão após a graduação, mas por me agregar a alunos, professores e funcionários de diferentes cantos do Estado.

Nessa perspectiva, agradeço primeiro a todos os funcionários, a “rapaziada” da segurança e as “tias” que cuidam das dependências da graduação e do PGH. Assim como, o nosso grande irmão Julival Cruz pelos serviços e dedicação imparcial e incondicional. Aos colegas de disciplinas que tanto me ensinaram nas aulas, por isso que acho que deveríamos ter mais disciplinas, ou então, mais aulas no Mestrado. Tenho grande estima por vocês, meus nobres amigos tão sábios do sertão.

Então, começarei minhas reverências: início com Nando Diniz, que supera os problemas sempre com o sorriso. As crias da UCSal: André Araújo, Eneida Oliveira (Sempre Especial) e Liu Oliveira (A Piveta é um exemplo de superação!). Rafael Rosa, Lili Pedreira (Bora Piveta!), Danilo Conceição (Alô Cruz das Almas), Jacson Lopes, Lina Ravena, Chablik Morgado (Mestre Chau); Felipe Rangel e Izac Santos: dois camaradas sensacionais de Itaberaba, sábios, humildes, além de serem solidários; Irácella Alves você e sua família estão no meu coração; Michelle Dantase Dulce Coutinho sempre Meigas, Carinhosas e Amigonas; Tadeu Baliza é o nosso “Álvares Cabral” de Itaberaba, sempre animado e sorridente. E o gigante na sabedoria João Pedro Prado: pura Irmandade.

Galera, aguardarei um convite para sentarmos em baixo de alguma árvore, como fazíamos, para rirmos de nós mesmos, colocarmos nossos diálogos e hesitações de

pesquisas na roda, ou ainda, continuar planejando como mudar o Brasil ou o Mundo estimulando nossos projetos individuais e coletivos. Acredito que aqueles momentos definem nossa amizade em uma só palavra: fraternidade!

Ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Artes do Corpo (GEPAC/UEFS) a atenção dispensada por Adriana Cavalcanti, Edu Miranda, Cales Alvese o professor Luís Vitor Castro Júnior. Pessoal muito gente boa! Obrigado pela indicação de leituras, por lerem meu capítulo inicial, questionarem e, principalmente, por me ensinarem a usar uma palavra muito especial: “Axé”. Devolvo-a com força e pureza para vocês.

Gratidão a todos os professores do DCHF-PGH/UEFS, sempre atenciosos e generosos para tirar dúvidas, indicar leituras, alguns eu já conhecia desde a graduação na Universidade Católica, outros, a vida colocou no caminho de forma espontânea e o Mestrado expandiu essa ligação da produção do saber para uma manifestação mais solidária. Aproveito para citar mais uma pessoa de outro programa, a querida e inesquecível professora do Departamento de Educação, Tatiana Polliana, valeu por tudo e estou muito feliz em reencontrá-la da mesma forma quando foi minha ‘Pró’ na graduação: linda, feliz e realizada.

Bastante Grato com a Banca de Qualificação composta pelos professores Doutores Rinaldo César Leite, Ione Celeste de Sousa e Elciene Azevedo que me fizeram perceber novos horizontes que pudessem contribuir com a historiografia. Ione Sousa, especialmente, por ter acreditado em mim, na incumbência de incursar em outro rumo, mas indicando leituras, o que serviu para mim como estímulo e colaboração.

A você, minha Orientadora, Elciene Azevedo, valeu pelas leituras, provocações e correções dos capítulos. Também pelas aulas ministradas nas disciplinas oferecidas, os textos indicados em grupo e individualmente. Nunca esquecerei a experiência do tirocínio contigo. A sua simplicidade em passar conteúdos tão complexos aos alunos me fez acreditar que podemos realmente ser facilitadores na transmissão do conhecimento e na produção do saber. Assim, me comprometo em fazer desse veículo e método a porta do processo de conscientização dos meus futuros graduandos. Você ganhou mais um admirador, também Te Adoro!

Aproveito para desejar sucesso para aquela Turma que acompanhei com minha orientadora da disciplina do tirocínio intitulada “História e Teoria II”. A todos os graduandos, sem exceção, força e perspicácia, espero ler artigos, monografias, dissertações, teses e ensaios de todos vocês. Talento e inteligência vocês possuem e muito.

UEFS em geral, vocês sempre serão inesquecíveis. Peço que a vida nunca ameace minhas recordações porque esses momentos narrados, parafraseando Belchior, pendurei na “parede da memória”. No subconsciente irei despertá-los automaticamente quando piscar os olhos, ou até mesmo ouvir à distância, qualquer imagem ou verbalização que indiretamente os remeta. E me refiro a todos! Valeuzão mesmo.

No Arquivo Público do Estado serei sempre grato a Edilza Espírito Santo e toda equipe do Judiciário; Dona Edith, Jacira Acácio e toda equipe do Restauo; Antônio Moraes, “Dr.” Idália e toda equipe do Republicano; os amigos da Sala de Pesquisa: Pedrão Rosário, Reinaldo Souza (Bulinha), Elza Miranda, meu Amigão Mario Alemão; Elsimar Boa Morte e toda equipe de serviços gerais e segurança: Nei (o moleque é baratino puro!), Seedorf (Não sou tão famoso assim! Claro que ele é a versão genérica!), Seu Zé (China, foi craque de bola), Cabelinho, Negão, Jéu... todos sem exceção.

Não posso esquecer-me de uma “universidade” que funcionava empiricamente no APEB, os Pesquisadores que me serviram de inspiração pela dedicação, isto porque, cada um tinha a sua singularidade que resultou na minha apreciação pela variedade do método hermenêutico empregado por cada um deles. Pouparei os já citados no primeiro parágrafo, cito então Lisa Castillo com sua disciplina e concentração; Cândido Domingues, Rosara Brito e Carlos Francisco peritos em transcrições de documentos quase que apagados, desvendando palavras e termos singulares mediante o conhecimento da semântica de outrora; a sagacidade de Aldrin e Wellington Castellucci, Rebequinha Vivas, Iane Cunha, os “Andrés” Freire e Rego, Filipe Tiago Pereira, que foi o nosso ‘teacher’ ao ensinar como tirar fotografias; Suzana Moreira e Estefane Gaspar, dois talentos que infelizmente a historiografia perdeu, porque agora uma é fisioterapeuta e a outra está no curso de Medicina para ser nossa futura pediatra. Marcelo Santos, que saía direto das rondas noturnas para o acervo, resistindo ao sono para desvendar nos inventários as relações escravas em Itaparica. Também a querida de sorriso e beleza única: professora Cristiana Lyrio Ximenes; Virginia Barreto, Elane Falheiros, Neuracy Moreira (Dona Cicinha), Duda Sena Costa, valeuzão!

Aos funcionários do Acervo da Faculdade de Medicina da Bahia, a professora Graça Ribeiro, ao amigo alagoano “retado” José Paulino da Silva; as meninas Maria Bethania e Irlane Amorim. A todos que dispensaram tempo, atenção, disponibilidade...

Na Biblioteca Pública, agradeço aos servidores gentis e afeiçoados da Seção de Jornais Raros: “Seu” Luís, Elizeu, Wilma e na Seção de Jornais os Srs. Antônio, Jorge,

Félix e o colega de católica Laércio Sena (O contrato Reda já expirou, uma pena!). Podem acreditar que logo logo estarei por aí de novo. No IGHB, sou grato desde o período da graduação ao Sr. Antônio Fernando Costa Pinto, atendendo os nossos pedidos sempre cantando e sorridente, a perambular com os livros nas mãos e, Lidijane Silva Santos, sempre simpática e disposta a ajudar. Além dos inúmeros colegas de graduação em História que frequentaram e trabalharam como estagiários. Não posso deixar de agradecer com um Abraço aos estagiários e irmãos de graduação Chicão e Caio Guedes (Bora Xexelento!).

No IPAC, agradeço as concessões feitas por Sr. Frederico Mendonça e as Sr.^{as} Elisabete Gándara e Margareth Abud para que eu pudesse conciliar o Mestrado com as atividades profissionais na Instituição. Valeuzão a Luiz Viva pelos ensinamentos, Andresa Ribeiro (Nunca desista! Continue lutando pelos nossos direitos como afrodescendentes), Laís Prado, Lorene Prado, Milena Marinho as equipes das meninas Fabi Oliveira, Carol de Paula e Cris Delecrode, valeuzão pela cumplicidade e múltiplos ensinamentos.

Ao Centro de Memória da Bahia, repartição vinculada a Fundação Pedro Calmon “largo” um imenso abraço à Direção, Coordenação e aos funcionários e estagiários: Lula Sant’Anna, Miguel Assunção, Igor Santiago, Artur Mota, Lucas Ribeiro, Inaiara Galvão... A todos vão os meus sinceros agradecimentos! A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelos meses que me concedeu a bolsa, o financiamento foi imprescindível para a minha permanência no Mestrado. Torço sinceramente que meus futuros colegas sejam rapidamente contemplados ou, que as bolsas sejam estendidas para mais mestrados, ou pelo menos, tenham a mesma atenção da qual o programa me dispensou. Independente da forma que concretizará o futuro, Muito Obrigado!

Enfim, espero que a linguagem informal de alguns trechos não tenha assustado os leitores. Tentei fazer dos agradecimentos uma narrativa que se aproximasse do meu contexto durante o transcurso da pesquisa para a escrita. Mas não abro mão do vocabulário do qual os bairros do subúrbio e da periferia que morei me modelaram no processo de pertencimento individual e social de comoser um soteropolitano!

Com certeza, todos os amigos e colaboradores aqui citados me ajudaram, não somente a atender os objetivos da pesquisa, mas principalmente a me tornar um ser humano melhor.

Mesmo não tendo religião desejo a todos de coração e com toda força um grande
AXÉ!

*“A história no entanto, não se pode duvidar disso, tem seus gozos estéticos próprios, que não se parecem com os de nenhuma outra disciplina. É que o espetáculo das atividades humanas, que forma seu objeto específico, é, mais que qualquer outro, feito para seduzir a imaginação dos homens. Sobretudo quando, graças a seu distanciamento no tempo ou no espaço, seu desdobramento se orna das sutis seduções do estranho”. (**“Introdução”, Marc Bloch em Apologia da História ou o ofício de historiador**)*

*“O passado é, portanto, uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana. O problema para os historiadores é analisar a natureza desse “sentido do passado” na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”. (**“O sentido do passado”, Eric Hobsbawm em Sobre História**)*

*“A pesquisa histórica surge de “achados” – de novas fontes, de novas conexões entre as coisas, de comparações – ou surge de insatisfações com os acontecimentos existentes, insatisfações que, por sua vez, são provocadas pelo surgimento de novos pontos de vista, novas “teorias”, ou de novas curiosidades sociais”. (**“O “problema” histórico”, Julio Aróstegui em A pesquisa histórica**)*

RESUMO: Esta dissertação tratou dos debates que mobilizavam os homens letrados em torno da escolarização da *gymnastica*, da *musica* e da *dança* na Reforma da Instrução Pública da Bahia, sancionada em 5 de janeiro de 1881. Examinamos as hierarquias sociais e raciais que apareceram nesse debate para entender de que forma a política de instrução pública entrava em conflito com as práticas culturais daqueles que visava educar. Desta forma, percebe os rumos planejados para a evolução social e higiene corporal a partir da miscelânea de teorias científicas e pedagógicas daqueles intelectuais, bem como a reação daqueles a quem essas teorias eram endereçadas. Para a escrita deste trabalho pesquisamos um diversificado leque de documentos como artigos e teses de doutores da Faculdade de Medicina da Bahia, noticiários e artigos da imprensa, atas e correspondências enviadas pelo Diretor de Instrução Pública a professores, ofícios, dissertações produzidas por professores para provimento de vaga nas escolas públicas, atas das sessões ordinárias das plenárias dos legisladores da província, Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo e das Comissões Examinadoras do 1º e 2º Districtos das escolas públicas. Do cruzamento dessas fontes foi possível elaborar uma análise que tem como perspectiva elucidar mais um capítulo da história social da educação na Bahia.

Palavras-chaves: *gymnastica* nas escolas, *educação physica*, instrução pública, higiene corporal; Bahia.

ABSTRACT:This thesis deals with the debates which were mobilizing intellectuals around the schooling of gymnastics, music and dance in the Educational Reformation of the Bahia State, enacted in January 5, 1881.Examines how social and racial hierarchies appear in that debate to understand how the public education policy conflicted with the cultural practices of those who sought to educate.Thus realizes the course planned for social evolution and body care from the mix of scientific and pedagogical theories of those intellectuals, as well as the reaction of those to whom these theories were addressed.For writing this thesis we researched a wide range of documents such as articles and theses from doctors of Bahia School of Medicine, newspapers, minutes and correspondence sent by the Director of Public Education to teachers, dissertations produced by teachers for appointment in public schools, the minutes of the regular sessions of the plenary of the provincial legislature, Reports of the Work of the Interim Governing Council, and Examiner Committees from the 1° and 2° Districts of public schools.From the intersection of these sources was possible to prepare an analysis whose perspective is elucidating another chapter in the social history of education in Bahia.

Key-words: Gymnastica at schools; Physical Education; Public Education; Body Care; Bahia.

SUMÁRIO

ABREVIATURAS.....	16
INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO 1 – A <i>gymnastica</i> em meio a “Babel da Instrução Publica”	
1.1 – Introdução: reconfigurando as ideias.....	28
1.2 – Ummédico e <i>O Monitor</i> : a imprensa aliada às ciências médicas.....	42
1.3 – “ <i>Knowledger is power</i> ”? A <i>gymnastica</i> circulando em conflitos: salários, condições de trabalho, ambiguidades científicas e políticas.....	56
CAPÍTULO 2 –O Povo em experimentação: a <i>gymnastica hygienica</i> cruzando diálogos evolucionistas e pedagógicos	
2.1 –Analogias entre a “ <i>psychologia</i> ” e a “ <i>physiologia</i> ”: noções pedagógicas de <i>educação physica</i> e <i>gymnastica</i> na imprensa e medicina.....	73
2.2 – Pacífico Pereira e a <i>gymnastica hygienica</i> :uma fórmula derivada por teorias pedagógicas e deterministas climático-racial.....	90
2.3 – A <i>gymnastica hygienica</i> , o ecletismo teórico e outras interpretações sobre o critério racial e a ideia de regeneração.....	101
2.4 – Ideologia nacionalista e <i>gymnastica hygienica</i> : um diálogo higiênico-pedagógico a serviço do espírito cívico, patriótico e cidadão.....	116
CAPÍTULO 3 –Práticas corporais e costumes em meio a “Babel da Instrução Publica”: debates em torno da música, dança e questão operária.	
3.1 –Música e dança na arena dos sentidos: estratégias da cultura letrada para civilizar a cultura popular.....	133
3.2 – “divertimento proibido” na guerrilha cultural: a força social da musicalidade e cultura corporal marginalizada.....	147
3.3 – Questão operária: dissensões higiênicas e dilemas sobre a força produtiva	169
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
FONTES.....	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	187

ABREVIATURAS

APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia

BN / HD – Biblioteca Nacional / Hemeroteca Digital

BPEB – Biblioteca Pública do Estado da Bahia

FAMEB / UFBA – Faculdade de Medicina da Bahia / Universidade Federal da Bahia

GMB – Gazeta Médica da Bahia

IGHB – Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

INTRODUÇÃO

Década de 1880, Província da Bahia. Assim como em todo Império a capital baiana e as principais cidades estavam submersas naquelas convulsões reformistas que tomavam os debates políticos de outrora; de um lado, os adeptos ao liberalismo e ideias de progresso, noutro, a fragilização paulatina da tenacidade conservadora.

Desde 1878 com a realização do Congresso Agrícola, novos rumos eram planejados para a construção nacional e as relações sociais e servis. A partir de então, reformas políticas que visavam reorganizar as instituições e a sociedade foram implantadas como a legislação do trabalho livre e a reforma eleitoral. Na esteira daqueles dez anos os movimentos abolicionistas passaram da consolidação de suas militâncias para o ápice, em 1888, com a abolição da escravatura. E, um ano depois, sobreveio a todos a proclamação da república.

É dentro desse epicentro histórico tão agitado que recortamos a temporalidade dos anos de 1881 a 1890 para serem analisados. Entre os abalos, tremores e temores provocados pelas ondas reformistas, nos interessamos pela reforma da instrução pública da Bahia, sancionada em 5 de janeiro de 1881¹. Isto porque intensificavam também os planejamentos tão conturbados pelas classes dirigentes visando à educação do povo com ingresso gratuito nas escolas, almejando não somente alfabetizar a população, mas, sobretudo, o desafio de alicerçar as bases sociais civilizando os costumes para moralizar o caráter, a conduta, os comportamentos e formar trabalhadores e cidadãos.

Na Bahia, a Direção da Instrução Pública estimava que em 1881 houvesse 1.500.000 habitantes em toda a Província, com 574 cadeiras primárias de instrução pública, que foram ampliadas ainda naquele ano para o provimento de 611 professores, totalizando 21.626 alunos inscritos nas escolas públicas e 421 alunos em escolas particulares². Números que registraram ligeiros acréscimos quando contrastados com os registrados no “Mappa das escolas primárias do ano de 1878” por Rui Barbosa, que

¹ Outras reformas da instrução pública ocorreram anteriormente na Bahia durante os anos de 1870, 1873, além dos debates de 1875 e 1878 dos quais a historiadora Antonietta d’Aguiar Nunes menciona as regulamentações. Veja em NUNES, Antonietta d’Aguiar. *A educação na Bahia Imperial (1823-1889)*. In.: (org.) LUZ, José Augusto e SILVA, José Carlos. *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. p. 147-153.

² Dados do Cônego e Diretor Romualdo Maria de Seixas Barroso em SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese (doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006.p. 108. Sobre o provimento e aumento de vagas para 611 professores veja em “Professorado Publico Primario”. *Relatorio do Trabalho do Conselho Interino do Governo, 1823 a 1889*. Pasta ano 1882, ed. 00002, 16, p. 285/550. BN – HD.

computava para a Bahia o total de 468 escolas públicas, 53 escolas particulares, com 19.603 alunos matriculados nas escolas públicas. Os alunos matriculados nas escolas particulares não foram registrados³.

O censo da instrução pública nacional quando computado estatisticamente permitia esta análise porque apresentava o critério demográfico por nível de instrução restrito apenas no enfoque de quantas pessoas eram ou não alfabetizadas. Ao apresentar os dados percebemos que o grau de instrução pode ser analisado de forma panorâmica ou superficial porque as informações não pormenorizavam mais detalhes da instrução possibilitando apurar apenas aqueles que “sabiam ou não escrever”.

O censo realizado em 1872, no qual a população somava cerca de 9.930.478 pessoas, foram apuradas que somente 1.564.481 sabiam ler ou escrever e 8.365.997 não sabiam. Calculamos que, a grosso modo, 84,24% dos brasileiros eram considerados analfabetos. Em 1890, a população brasileira somava cerca de 14.333.915 pessoas. Porém, apenas 2.120.559 foram classificadas entre os que sabiam ler ou escrever e a grande parcela da população, ou seja, 12.213.356, ficaram do outro lado entre os que não sabiam ler ou escrever. Desta vez, com todo alvoroço reformista em torno da escolarização pública e gratuita, o percentual era equivalente a 85,2% de não letrados⁴.

Nos dados estatísticos acima não detalhamos a população escrava nacional. Na Bahia, os historiadores locais Anna Amélia Vieira Nascimento e João José Reis, revelaram que no ano de 1872 Salvador era uma cidade que contava com cerca de 108.138 habitantes em 10 freguesias. João Reis em particular analisou os dados para traçar o perfil urbano dos trabalhadores das ruas. Nesse sentido, forneceu dados que fracionavam o contingente populacional em números e porcentagens. Ao afirmar que havia cerca de 12.500 escravos representados pela pequena cifra de 11,6% dos que habitavam a cidade, chegamos à lógica que 95.638 habitantes eram considerados livres, o que representava 88,4% da população soteropolitana.

João Reis a partir de um segundo censo de 1875, que também fornecia dados do ano de 1872, porém, coletados em 13 freguesias, portanto, três freguesias a mais que o

³ BARBOSA, Ruy. *Reforma do ensino primario e varias instituições complementares da instrução publica*. Parecer e Projeto da Comissão de Instrução Publica composta por Ruy Barbosa, Thomaz do Bomfim Espinola e Ullisses Machado Pereira Vianna. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 8.

⁴ Registro dos censos realizados no Brasil em 31 de dezembro de 1890. Os quadros estatísticos quando se referiu a faixa etária daqueles que não sabiam ler ou escrever iniciava a contagem a partir de 5 a 9 anos. Acesso em 13/08/2015 às 12:16. Disponível em: << http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_I_Brasil.pdf >>.

primeiro censo, apresentou outros números que pincelaram tonalidades que constituíram a população racial. Na cidade havia cerca de 119.464 habitantes composta por 36.296 ou 30,4% de Brancos, 53.779 ou 45,0% de Pardos, 27.179 ou 22,8% de Pretos, o que incluía os africanos, e 2.210 ou 1,8% de Caboclos. Tínhamos um percentual populacional de 69,6% concentrados em geral como não brancos, ou numericamente, um contingente populacional equivalente a 83.168 pessoas.

Às portas da abolição, Anna Nascimento teria computado, em 1887, uma população de 140 mil habitantes, com o contingente de escravos contabilizados em aproximadamente 3 a 4 mil sobreviventes, o que para João Reis significava, também de forma aproximada, uma fração em números mínimos, “algo em torno de dois e meio por cento” de escravos⁵.

Com uma escala da população escrava cada vez mais reduzida, aumentava o número de libertos além dos ingênuos, filhos dos escravos que também seriam incentivados a ingressarem na instrução pública. Algo que explicaremos na Introdução do nosso primeiro capítulo quando nos referirmos à escolarização dos pobres⁶.

Em Salvador e nas cidades adjacentes autoridades públicas, médicos, religiosos e profissionais liberais em geral também se preocupavam com a instrução pública e os rumos para alcançar o progresso.

Um articulista daquele contexto exprimiu o problema lançando os seguintes questionamentos para seus leitores e interessados:

“Que principio, que apoio, que sustentaculo, que luz sinão a instrucção do povo, e a educação, que lhe anda annexa, hão de auxiliar os povos da hordiena civilisação na resolução dos problemas gravissimos e flagrantes, que a todos preoccupa – a questão religiosa, a questão operaria – e darão a familia aquella base segura e solida dos bons costumes, das virtudes domesticas que reflectem na sociedade, do patriotismo, sem os quaes as maiores grandezas convertemos em decadencia?”

⁵Para os dados demográficos consultamos as seguintes obras: NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador/Ba: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986. REIS, João José. *De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição*. *Afro-Ásia*, 24, 2000. pp. 199-242.

⁶ O termo “escolarização” é compreendido por dois sentidos que estão intimamente interligados: primeiro, o processo de sistematização e organização do ensino, dos saberes, das práticas, das competências, das instâncias educativas; depois, as estratégias de socialização e transmissão de conhecimentos que articulam sentidos e significados, que no nosso contexto histórico, segundo Justino Magalhães, também tinha como objetivo a “intelectualização das atitudes do cotidiano”. MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a História do Processo de Escolarização da Sociedade Portuguesa na Transição do Antigo Regime. Porto: Afrontamentos, *Educação, Sociedades et Culturais*, 5, 1996, p. 10-12. Consultamos também FARIA FILHO, Luciano Mendes de. *Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos metodológicos de um programa de pesquisa*. In.: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.) *Disciplina e Integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-35.

Como ha de um povo sem instrucção, um povo que não sabe ler, amar o trabalho, desenvolver a actividade, fiscalisar o governo, principalmente agora que o analfabeto está privado do voto?”⁷.

Adentrar nesse universo social implica abordar o que o articulista indicou como interesse central e primaz de mudança: “a questão religiosa e a questão operária” eram considerados dois “problemas gravíssimos e flagrantes” não somente por aquele redator, mas por outros letrados que procuravam desobstruir a engenhosa maquinaria burocrática e manifestações da vida privada, no recôndito dos lares, e também nas ruas, que barrava a organização social e o progresso da nação.

Mediante este diagnóstico, tomaremos o caminho em rumo ao passado para analisar a esfera pedagógica que dividia opiniões sobre a eficiência apenas do ensino religioso na transformação da família e, de acordo com a expressão transcrita acima, na luta em construir a “base segura e sólida dos bons costumes e das virtudes domésticas”. Assim concordamos que para as classes dirigentes não bastava somente alfabetizar. Melhor dizendo, alfabetizar era uma palavra com a semântica mais abrangente.

Analisaremos então como homens letrados ávidos pela transformação social tomaram posição nos debates sobre as práticas corporais quando se referiam aos conceitos *degymnastica* e *educação physica*. Evidentemente, escolhemos apenas um critério dialógico da instrução pública para formular nossa análise: a escolarização da *gymnastica hygienica*. Quando iniciamos este trabalho nosso problema histórico e objetivo primário era entender como as hierarquias sociais e raciais apareciam a partir das dissensões calorosas sobre a escolarização da *gymnastica, musica e dança*, e como esta política de instrução entrava em conflito com a cultura fabricada nas ruas, o popular.

Em geral, as produções acadêmicas que abordam o tema sobre a *educação physica* e a *gymnastica* agregam e atravessam por programas de pós-graduações variados. Em sua maioria, são graduandos, mestres e doutores que produzem artigos, monografias, dissertações, teses e ensaios das áreas de Educação e Educação Física. Esse tema vem envolto de categorias de análise de alguns campos específicos com a história do corpo, ou a história da higiene, ou de uma junção das duas modalidades quando tematiza a história da higiene corporal, a história da educação escolar, ou ainda, a história da educação física enquanto disciplina escolar ou das práticas, linguagens e

⁷ “A instrucção publica e suas reformas”. Jornal *O Monitor*, 29 de julho de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

exercícios corporais, assim como, aparece ao lado do interesse em analisar a construção do currículo escolar das escolas primárias e secundárias.

Nessa perspectiva, a abordagem do tema se circunscreve na noção da *gymnastica* enquanto disciplinadora que regulamenta pelos exercícios físicos hábitos de higiene assegurando o desenvolvimento da musculatura e nuances dos comportamentos. Georges Vigarello ao analisar a *gymnastica* na perspectiva da história da higiene corporal revelou que no século XIX os movimentos dos exercícios funcionavam como uma instrumentação mecânica para o corpo humano, no qual eram calculados com resultados comparados e com prazos, tempo e minutos determinados⁸. O que em particular e teoricamente entendemos como um fenômeno da lógica da produção, cujo tempo capitalizado passava a ser introduzido para estimular a disciplina forjada na linha do modo de produção.

Ao examinarem as teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, no segundo quartel do século XIX, José Gondra e Fernanda Paiva compartilharam uma análise próxima à corrente da história cultural francesa e também das relações de poder. Ao se interessarem pelo exame da educação escolar atrelada aos exercícios corporais a partir das representações e práticas médicas interpretaram a *educação physica* operando como uma estratégia higiênica da “educação medicalizada”, legitimando o “saber-poder” da corporação médica na Corte Imperial⁹.

Já Tarcísio Vago produziu e organizou artigos associados com outros autores que, ao analisar a *educação physica* e *gymnastica* a partir de 1890 em Minas Gerais, através da História Cultural, se interessaram em averiguar as práticas das atividades corporais no processo de escolarização dos exercícios físicos, além da formação e recrutamento do professorado para ministrar aquelas aulas. Os trabalhos apontam também para a influência do pensamento eugênico no início do século XX na

⁸ Sobre a questão dos exercícios corporais durante o segundo quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX consultamos VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX. In.: CORBAIN, Alain. *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2008, 2. Sobre a história da higiene corporal e os avanços da medicina neste campo, além do processo de reurbanização ou modernização das ruas da França e dos hábitos dos franceses consultamos VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história de higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

⁹ GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2000, p. 93 e 94. Agradeço a professora Ione Celeste Sousa pela indicação da obra. PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. *Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da educação física no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003. p. 200-205.

escolarização dos exercícios corporais¹⁰ e da *educação physica* enquanto uma prática pedagógica que tenta produzir na escola o cenário civilizado para a reprodução dos alunos no cotidiano¹¹.

Diogo Puchta ao analisar a escolarização do estado do Paraná nas duas últimas décadas do século XIX e as primeiras décadas do século XX, inferiu que a *gymnastica* situa o corpo no lugar do objeto de intervenção no qual a educação funciona como gestor do social através de práticas e códigos. Mas também desvenda o momento em que a educação física conquista o seu espaço no currículo escolar¹².

Diferente da nossa perspectiva em examinar a ideologia da higiene corporal e a sua tentativa de inclusão na instrução pública circulando no conflito de classes, o educador físico Edivaldo Góis Júnior quando analisou o que classifica como “movimento higienista” na transição dos séculos XIX para o XX, assegurou, na sua dissertação, que é legítimo considerar o tema da higiene corporal como uma ideia corrente em salvaguardar a saúde pública já que aqueles intelectuais visavam melhorar a qualidade de vida da população nacional. Ele é categórico ao afirmar que higienistas e sanitaristas não estariam imbuídos aos interesses das classes dirigentes do país¹³. Embora afirme, tanto em sua dissertação quanto em sua tese, que havia certa heterogeneidade nos posicionamentos políticos e científicos daqueles intelectuais, reforça como ideia central que a prioridade daqueles homens letrados não estava em atender interesses classistas, por outro lado, visava desenvolver o conhecimento científico para “democratizar a saúde e a educação”. A seu ver, tais intervenções históricas com medidas profiláticas propunha normatizar hábitos coletivos e

¹⁰ VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. *Cadernos Cedes*, XIX, 48, agosto, pp. 30-51, 1999. Veja também o trabalho associado com SOUSA, Eustáquia Salvadora de & VAGO, Tarcísio Mauro. Última década dos oitocentos, primeira década da *Gymnastica* na formação do professorado mineiro. In.: VEIGA, Cynthia Greive & FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pp. 253-284. Agradeço a professora Ione Celeste de Sousa que indicou o autor na Banca de Qualificação.

¹¹ MORENO, Andréa e VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo dos corpos (1891-1930). *Pro-Posições*, Campinas/SP, 3 (66), pp. 67-80, set./dez. 2011.

¹² PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882-1924)*. Dissertação (Mestre em Educação) Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2007. p. 1-16.

¹³ GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *Os higienistas e a Educação Física: a história de seus ideais*. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, 2000. Agradeço ao Professor Dr. Coriolano Pereira da Rocha Júnior por reforçar a necessidade da releitura.

individuais, e que os profissionais do campo da saúde e Educação Física no Brasil ainda sustentam esta tradição em prol da saúde pública¹⁴.

Ao tratarem da *educação physica* e as modalidades de exercícios corporais no final do século XIX, os autores e educadores físicos Lino Castellani e Carmen Lúcia Soares, partiram para uma crítica analítica com compreensões do materialismo histórico. Interpretamos que o primeiro autor adverte para estudar os exercícios corporais no final do século XIX como pano de fundo para o controle social que, aparentemente, se mostra sem ser uma imposição abrupta, como se de fato novos hábitos fossem sendo injetados e os efeitos circulassem no corpo social sem reações colaterais, e fossem sendo aceitos, adaptados e reproduzidos cotidianamente sem dar brechas às contestações, em nome da higiene individual e coletiva, a favor da saúde e do bem-estar social¹⁵.

Carmen Soares advertiu para outra lógica da educação física nas circunstâncias da cultura global capitalizada durante o grande fenômeno da industrialização do século XIX: o papel das ciências físicas e biológicas em construir o “homem novo” que correspondesse às relações institucionais e burocráticas da sociedade e ao modelo de produção enquanto força de trabalho¹⁶.

Nesse interim, o desafio em trabalhar com este tema no segundo quartel oitocentista está em encarar a transversalidade que transcorre da instrução pública à história da educação física, à escolarização da higiene corporal, desenrola-se pelas vias das teorias científicas da medicina e pedagogia. Por ser a escolarização uma responsabilidade política recorreremos à condição de apontar as divergências partidárias que resultavam em conchavos e boicotes entre os parlamentares.

Nesse trabalho, analisaremos o debate da inclusão da *gymnastica, musica e dançana* instrução pública da Bahia a partir do interesse das camadas médias urbanas que exigia novos padrões de sociabilidade, almejavam a reorganização da família, da

¹⁴ Na sua tese o educador físico trata mais especificamente dos anos 1930 a 1940. Contudo, defende que ainda há, no século XXI, uma forte tradição científica daquele movimento higienista esboçado no começo do século XX. GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde* (Brasil, século XX). Tese (Doutorado em Educação Física), Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, 2003. Agradeço ao Professor Dr. Coriolano Pereira da Rocha Júnior por reforçar a necessidade da releitura.

¹⁵ Consultamos em especial o primeiro capítulo. CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: uma história que não se conta*. Campinas/São Paulo: Papirus, 1998.

¹⁶ SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 3ª ed. – Campinas/SP: Autores Associados, 2004. p. 5-19.

divisão do trabalho e dos costumes consolidando em fortes bases ideológicas e morais¹⁷.

Para compreendermos os liames dessa cultura letrada representada por diferentes profissionais liberais, sendo eles médicos, articulistas, parlamentares, religiosos, não religiosos, abolicionistas, recorremos à leitura de István Mészáros em *O Poder da Ideologia*, o filósofo examina a ideologia no seu processo de “consciência social de prática inescapável”¹⁸. Assim entendemos que há uma tendência homogênea no pensamento de determinados setores sociais. Mesmo quando os intelectuais têm grandes divergências dialógicas, o que vai interligá-los ideologicamente é a operacionalidade em torno da manutenção, pré ou (r)estabelecimento da ordem social. Neste caso, os defensores do respeito e responsabilidade sobre o cumprimento incondicional às leis, à organicidade social com suas instituições e hierarquias moldadas pelas camadas dominantes é o cordão umbilical do posicionamento político conservador independente do contexto social a ser investigado.

Assim, no nosso contexto, perceberemos que a medicina e os articulistas queriam validar a ciência como a portadora da verdade para a reorganização e evolução social. O problema é que a ideologia do progresso no Brasil, e particularmente na Bahia, configurava um discurso evolucionista e positivista diversificado por adaptações, reelaborações, miscelâneas e até mesmo inversões do pensamento original dos seus teóricos que, muitas vezes, passava por turbulências que criava muito mais discórdias entre seus reinterpretores ao invés de os conciliarem. Assim tivemos que analisar separadamente cada um daqueles setores para relacioná-los dentro do nosso contexto.

Por outro lado, foi também a nossa preocupação entender como esses homens letrados de áreas diversas se relacionavam com os sujeitos para os quais formulavam tais discursos. Através do cruzamento de fontes diversas procuramos perguntar sempre qual a visão de povo que surgia de seus escritos; o porquê de configurá-los no projeto de identidade nacional que abarcava civilidade, ou moralização, ordem e progresso; quais os posicionamentos políticos dos diferentes seguimentos sociais, seus anseios, angústias e confrontamentos.

¹⁷ Esse interesse se estabeleceu até o período republicano analisado por FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador, 1890-1937”. *Revista Afro-Ásia*, 21-22, (1998-1999), pp. 239-256. Agradeço a Banca de Qualificação por reforçar a necessidade da releitura.

¹⁸ MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. Agradeço a querida Márcia Cristiana Hernandez Briones pela indicação da leitura.

Por isso, acreditamos que nossa perspectiva enquanto produção historiográfica parte para uma linha hermenêutica da *história social inglesa*. Embora o leitor conteste que não façamos uma “história vista de baixo” de forma autêntica, não deixamos de examinar nosso documento a partir do *princípio de realidade* que é essencialmente alicerçado à noção de “classe”, no qual circulam os conflitos sociais, afloram os impactos das lutas, negociações e resistências entre dominadores e subalternos, suscita experiências humanas circunstanciadas nas estratégias de sobrevivências e na atuação consciente do sujeito individualmente ou de uma determinada coletividade¹⁹.

Nesse sentido, quando o leitor se deparar com os termos comuns desta escola historiográfica como “classe”, entenda como um critério objetivo que determina o lugar social de acordo com a aquisição econômica ou as relações do modo de produção. Entretanto, segundo Hobsbawm, esta semântica também agrega as diferenças internas ou heterogeneidades culturais que geralmente ocorrem em qualquer agrupamento social²⁰. A acepção da palavra “consciência” é usada no transcórre do texto para se referir tanto as classes que estão em processo de formação, ou seja, os professores normalistas e os seus interesses enquanto trabalhadores, como também, as classes populares que adquirem formas de pertencimentos singulares que através de uma forma de comunicação cultural solidifica valores que se tornam elementos identitários e resistem à mudanças verticais propostas pelas classes dominantes²¹.

Também não podemos descartar outras correntes teóricas. Lilia Schwarcz nos auxiliou a compreender que embora a higiene fosse vista como um método revolucionário para a prevenção de doenças “funcionou, muitas vezes, de maneira teórica”²². A leitura de *O espetáculo das raças*, além de nos orientar quanto as teorias científicas, nos ajudou a contextualizar o período. Isto porque os higienistas eram médicos e responsáveis pelas pesquisas científicas da coletividade humana, cabendo aos

¹⁹ O autor inglês faz questão de destacar que a importância do sindicalismo no firmamento da “consciência”. Por isso que ao tratarmos do significado da “consciência” recorremos um pouco a frente a Edward Thompson. HOBBSAWM, Eric. Notas sobre Consciência de Classe. In.: HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. pp. 33-54.

²⁰ Idem. *Ibidem*. p. 38-41.

²¹ THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. THOMPSON, E. P. In.: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 19-24. A leitura de Wlamyra Albuquerque foi importante para entendermos esse processo entre costumes e a transmissão de valores da ancestralidade da cultura popular quando a historiadora analisou o Carnaval baiano e a “África recriada” pelos carnavalescos do bloco Pândegos d’África. Veja em ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 217-234.

²² SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 267-272.

sanitaristas a reponsabilidade em executar os projetos públicos. Como a escolarização dos *exercícios gymnasticos* não foi plenamente introduzida no projeto de higiene escolar na Bahia, este argumento legitima a nossa análise. Pois, não identificamos a articulação entre higienistas e sanitaristas, o que possibilita também entender o porquê da ideologia médico-higiênica ficar presa à teoria.

Metodologicamente este trabalho foi construído com diferentes abordagens, mesmo entre grupos letrados próximos, enquanto integrantes de uma mesma classe social, mas, singulares nas suas relações profissionais ou militâncias ideológicas, permitiu que mergulhássemos em documentos variados que vão desde artigos da *Gazeta Médica da Bahia* e teses de doutores formandos da Faculdade de Medicina da Bahia; matérias jornalísticas; correspondências entre professores e o Diretor de Instrução Pública; ofícios; memórias pedagógicas, atas do Diretor da instrução pública; atas das sessões ordinárias das plenárias; os Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo; os Relatórios das Comissões Examinadoras.

No nosso primeiro capítulo trataremos das colisões que cercavam o debate sobre a higiene escolar e a introdução dos exercícios corporais. A relação entre imprensa e medicina que diferente das desavenças ocorridas no Rio de Janeiro analisada por Gabriela Sampaio²³, mostra uma relação bem mais amistosa em terras baianas. Perceberemos que não se tratava apenas de apontar formas para cuidar da saúde da população, mas também a demarcação de territórios entre os próprios intelectuais e suas perspectivas ideológicas. Embora houvesse as divergências, os homens letrados se interligavam mediante ao interesse de moralização do povo que ainda ficava restrita a contestada eficácia do acentuado ensino religioso.

Ainda neste capítulo, diferente dos dois subsequentes, fizemos um desdobramento desta nossa introdução que contextualiza o cenário histórico ao mesmo tempo em que discute obras que contribuíram para enfocarmos nossa análise na perspectiva da história social da educação. Desta maneira, desvendamos a qualificação dos alunos normalistas que participaram de concursos para o provimento do cargo para professores públicos do ensino primário, assim, colocamos nossas lentes sobre as condições de trabalho revelando como os professores regentes e alunos conviviam nas salas.

²³SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFHC, 2001.

No segundo capítulo, trataremos especificamente das adaptações, reelaborações e mixórdias das ideias científicas da época através das quais médicos, articulistas e outros interessados tentavam convencer sobre a adoção e as necessidades da escolarização da *gymnastica*.

O médico Antônio Pacífico Pereira (1846-1922) é nosso guia para entendermos como a história da higiene corporal cruzava as correntes científicas. Encerramos o capítulo abordando a ideia de construção de identidade nacional que desemboca as teorias médicas e pedagógicas na questão racial e também na disciplina de cunho militar.

Finalmente, no terceiro capítulo, analisaremos as manifestações da cultura popular apresentados no “divertimento proibido”, referência que os documentos faziam aos divertimentos musicais daqueles que engrossavam a mão-de-obra do período, os batuques, os sambas e seus bailados. Estes entretenimentos serão analisados aqui como formas conscientes de afrontar os valores morais que queria se impor a esses grupos através dos poderes públicos cujo conceito de música e dança se configurava enquanto práticas corporais civilizadas e pleiteadas para instituições escolares. O capítulo também aborda a escolarização das práticas corporais a partir de uma perspectiva que leva em conta a questão racial no Brasil daquele momento, quando os *exercícios gymnasticos* foram sugeridos para atender uma nova lógica da divisão do trabalho que visava a formação de trabalhadores com o porte físico e aparência diferente daqueles libertos e livres que sobreviviam como ganhadores nas ruas.

Agora, convidamos nossos leitores a decifrar porque a *gymnastica* estava submersa em uma “Babel”.

CAPÍTULO 1 – A *gymnastica* em meio a “Babel da instrução publica”.

1.1 – Introdução: reconfigurando as ideias.

Salvador, primeiras semanas de janeiro de 1881. Um habitante qualquer da capital da Província da Bahia, que se aconchegasse a um círculo de leitura nas praças para manter-se informado, corria o risco de ouvir do leitor e daqueles que o cercava, mais uma vez, que haveria em aproximadamente três anos outra reforma da instrução pública. Porém, a pretendida escolarização do povo através dos rudimentos “ler, escrever, contar e moralizar os costumes” seria complementado com um “methodo scientifico” : a *gymnastica*.

No plano cultural, a recepção da notícia podia ser encarada com desconfianças, e, de certa forma jocosa, para uma época em que a palavra *gymnastica* era normalmente associada as acrobacias dos saltimbancos da arte circense. No plano político, fazia um ano que o presidente da Província, ligado ao partido liberal, Antônio Henriques de Araújo Bulcão, já tinha feito a sua escolha metodológica com o objetivo de moralizar. Defendia a postura do sacerdote abolicionista Emilio Lopes Freire Lobo, que acreditava ser a Igreja católica o único meio de salvação e moralização social. Nem os normalistas, futuros professores, ficariam isentos do catecismo. Eles seriam instruídos firmemente através da doutrina religiosa. A postura continuaria mesmo quando Emilio Lopes foi substituído pelo outro padre abolicionista, D. Romualdo Maria de Seixas Barroso, no posto da Direção Geral da Instrução Pública ²⁴.

Aquela reforma de 1881 mantinha em debate a inclusão nas escolas públicas dos ingênuos, filhos das escravas beneficiados pela Lei 2040, de 28 de setembro de 1871, mais conhecida por Lei do Ventre Livre. Ione Sousa infere que os ingênuos vivenciaram pouco o processo de escolarização. Mas enfatizou que a pretensão dos padres abolicionistas em garantir a educação dos ingênuos vinha desde 1878. Porém, a partir de 1881 ela se realizava de forma paulatina. Segundo a historiadora, alguns ingênuos chegaram às salas de aulas públicas, provocando preocupações em diferentes

²⁴SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “*Escolas ao povo...*”. Sobre a militância abolicionista dos Cônegos Emilio Lobo e D. Romualdo Maria de Seixas Barroso, a mesma historiadora afirma que as Orações e Cartas/Sermões eram utilizadas como estratégia de atuação política na angariação de verbas para auxiliar as Sociedades Abolicionistas e o Fundo de Emancipação veja: SOUSA, Ione Celeste de Jesus. *Padres educadores, abolicionismo e instrução pública na Bahia, 1878 a 1886*. Disponível em <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308084583_ARQUIVO_PADRESEDUCADORE_SeaINSTRUCAOPUBLICANABAHIA,1878a1886.pdf>> . Acesso: 23 de setembro de 2014 às 03:50.

representantes sociais como legisladores, dirigentes da Instrução, professores, pais de outros alunos, e, até para o presidente Antônio Henrique de Araújo Bulcão. Mesmo não informando se houve um registro numérico com a totalidade desses alunos, Ione Sousa afirma que durante as últimas três décadas do século XIX, a escolarização dos pobres foi marcada pela “inclusão dos de cor”, com a finalidade de formar o “trabalhador morigerado”, forjar o cidadão a partir de dois âmbitos: o da instrução e o da educação moral²⁵.

Embora os ingênuos e a *gymnastica* proposta como método científico fossem, ao mesmo tempo, uma novidade para os ouvintes e leitores de jornais da década de 1880, e pareçam dois temas desvinculados, a similitude aparece quando compreende-se que os ingênuos, assim como os pobres em idade escolar, eram vistos como objetos a serem modelados, regenerados, instruídos, educados, civilizados; a *gymnastica* fazia parte de um debate médico-higiênico e político que visava atender as exigências da reforma da instrução, entre elas, racionalizar os costumes e regenerar a população. Civilizar, regenerar, organizar e preparar cidadãos para o trabalho são palavras-chave para conciliarmos as abordagens e tratarmos do assunto.

Ao analisarmos o debate e a prática de exercícios físicos, é necessário afirmar que não era inovadora quando se tratava de educação escolar na Bahia. Em 1858, com a inauguração do Ginásio da Bahia, quando o médico e educador Dr. Abílio César Borges, o futuro Barão de Macahubas, transferiu o espaço escolar para o bairro dos Barris, uma das suas justificativas era a busca de um ambiente físico salubre, que funcionasse pelo sistema de internato cujos alunos tivessem o convívio social limitado para evitar o contato com os meninos das ruas. Também, deviam banhar-se e praticar exercícios físicos para que a moralização instruída não fosse ameaçada. As escolas que dirigiu eram voltadas para um público seletivo que pagasse pelos custos cobrados no estabelecimento. Por isso se comprometia e afirmava que a missão social da escola era oferecer a instrução moral, intelectual e possibilitar lazer e recreios com “exercícios corporais moderados” cujo objetivo era exercer a “correção de costumes” como estratégia de controle e “manutenção da ordem”²⁶.

²⁵SOUSA, Ione Celeste de Jesus. *Uma defesa da presença de crianças de cor na escolarização baiana: os escritos do Monsenhor Romualdo Maria de Seixas Barroso, 1881-1885*. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Ione%20Celeste%20de%20Sousa.pdf>. Acesso em 06/12/2014 às 23:17.

²⁶VALDEZ, Diane. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. Tese(Doutorado em Educação). Campinas/SP: [s.d.], 2006. p. 82-101.

Também, fora do perímetro baiano, a experiência em escolarizar a *gymnastica* não era nenhuma novidade na Capital da Corte Imperial. O educador Carlos Cunha Júnior analisou que um pouco antes dos métodos escolares do Barão de Macahubas, o Imperial Colégio Pedro Segundo, instituição também voltada para atender os filhos da “boa sociedade imperial”, em 1841, iniciou a introdução da ginástica de matriz francesa “vista com excelentes olhos pelos dirigentes imperiais”. Isso porque, o Brasil tinha o objetivo em se apresentar como uma nação que tentava acompanhar o desenvolvimento das civilizações europeias, adotando suas práticas culturais e educacionais. A estrutura pedagógica e administrativa daquele estabelecimento havia sido organizada à semelhança dos principais liceus da Europa, até mesmo na aquisição de salas *gymnasium* especializadas com aparelhos ginásticos, além da contratação de professores com experiência de instruções ginásticas em instituições militares²⁷.

O interesse pelos exercícios físicos não eram exclusivos dos educadores e militares de outrora. Ao longo do século XIX, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, organizou-se visando o fortalecimento da própria corporação médica, sistematizando-a em nível educacional e ampliando o interesse para os estabelecimentos de instrução pública ao iniciar a elaboração de teses sobre a higiene escolar entre 1845 a 1892. Assim, José Gondra inferiu que desde meados do século XIX, os estudos médico-higiênicos que tematizavam a escolarização da *educação physica* pensavam em uma educação integral, no qual, a *educação physica* preparasse o corpo humano através dos exercícios *gymnasticos* para desenvolver as outras duas dimensões: a *educação intellectual* e *educação moral*. Essa tripla ação o autor denominou por “trindade pedagógica”²⁸. Na Bahia, essa estratégia de escolarização que propunha integrar as três ações: fortalecer a musculatura, desenvolver a cognição e regulamentar os costumes através de valores morais considerados racionais, era denominada pelos médicos por *Mens sana in corpore sano*.

Nesse sentido, a partir da leitura de José Gondra²⁹ e Carmen Lúcia Soares³⁰, e, cotejando nossas fontes, percebemos que o termo *gymnastica* ou exercícios *gymnasticos* se relacionavam a um conjunto de exercícios corporais que os médicos das faculdades

²⁷CUNHA JR, Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o Ensino Secundario da Boa Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008. Também consultamos CUNHA JR, Carlos Fernando Ferreira da. Os exercícios *gymnasticos* no Imperial Collegio de Pedro Segundo, 1841-1870. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*. Campinas/SP, v. 25, n. 1, p. 69-81, set. 2003.

²⁸GONDRA, José Gonçalves. “*Artes de civilizar...*” p. 119.

²⁹Idem. *Ibidem*. p.125

³⁰SOARES, Carmen Lúcia. “*Educação Física...*” p. 33-46.

fluminense e baiana recomendavam. Todos, de orientação europeia, como a esgrima, jogos, natação, música, dança, canto, equitação, passeio, etc. No caso da Bahia, não havia prescrições de nenhum exercício proveniente da matriz inglesa até 1890.

Atualmente, algumas dessas atividades, juntamente com os esportes, se enquadram na disciplina escolar que denomina-se Educação Física, responsável por tematizar as variadas modalidades de exercícios corporais que foram elaboradas durante a história da humanidade ligadas ao treinamento, ao prazer e ao divertimento³¹. Porém, no contexto do século XIX, a concepção de *educação physica* dos médicos da Corte e da capital baiana, propunha atividades sistemáticas e espontâneas, na qual pretendiam agir como reguladores dos gestos e de outros movimentos corporais externos e internos ao lar, ao cotidiano, como a alimentação, o asseio, o vestuário e até os castigos físicos, na perspectiva de manter a ordem entorno de um princípio de moral que, por vezes, aproximava-se dos valores judaico-cristão³². Na Bahia, a ideia também estava pautada em medidas higiênicas/profiláticas específicas que visavam combater as doenças “intertropicais, molestias e outras deformidades”.

Portanto, o termo *educação physica* para os médicos tinha um sentido mais abrangente, não estava restrito somente aos *exerciciosgymnasticos*. Mas, para fortalecer a anatomia humana pregavam a necessidade de investir na didática escolar, no seu universo, em outros dispositivos da escolarização, como a construção do prédio, controlar a carga horária das aulas, as disciplinas oferecidas, a mobília e os materiais escolares, os espaços interiores e seus entornos, a condução de atividades físicas e recreações nos intervalos das aulas. Essas recomendações imbricadas à *gymnastica*, no plano geral, formavam uma teia cujo ponto central resultava na noção de *educação physica*. Assim, essa noção visava tornar acessível a transformação dos costumes modelando e apurando os sentidos não somente com a *gymnastica*, mas com o todo que constituía a vivência escolar. Para os médicos a construção do prédio já devia

³¹ Os médicos fluminenses e baianos esboçavam projetos higiênicos relacionados à *educação physica* cujo conceito se diferenciava da Educação Física atual. Por isso manteremos essa grafia para nos referenciar ao significado expressado naquele contexto, assim como faremos com a palavra *gymnastica*. Atualmente, os teóricos José Debortoli, Meily Linhales e Tarcísio Vago, ao fazerem uma crítica a LDB e os parâmetros curriculares, defendem a Educação Física enquanto disciplina escolar que assuma a responsabilidade e competência ministradas pelas outras disciplinas: a participação humana na construção da sociedade, “a democracia como orientador das ações políticas” e “a cidadania como condição legítima de pertencimento à vida social”, quebrando a restrição e o paradigma de ser a disciplina “da quadra e do pátio, da disciplinarização, adestramento dos corpos e da esportivização”. DEBORTOLI, José Alfredo; LINHALES, Meily Assbú & VAGO, Tarcísio Mauro. Infância e conhecimento escolar: princípios para a construção de uma educação física “para” e “com” as crianças. *Pensar a Prática* 5: 92-105, Jun./Jul. 2001-2002. p. 94-96.

³² GONDRA, José Gonçalves. “*Artes de civilizar...*”. p. 236-292

materializar os princípios da pedagogia. Educar a partir dos espaços era uma maneira, segundo Tarcísio Vago, da busca para “racionalizar os corpos das crianças”³³.

A *gymnastica* acompanhada da música e da dança passava a ser vista com relevância porque integrava o método intuitivo de Johann Pestalozzi (1746-1827), assim como, o método intuitivo de Friedrich Froebel (1782-1852) que incentivava os jogos infantis. A metodologia desses teóricos era uma tendência pedagógica do século XIX nas escolas da Europa e América do Norte, essencialmente porque o método de ambos privilegiava a educação dos sentidos. Esse dispositivo era debatido em conferências e exposições pedagógicas internacionais e pregava a importância de aplicar outras medidas que deviam ser conciliadas ao método intuitivo como implantar cursos de formação para os professores, difusão do ensino primário obrigatório, laico e gratuito para as classes populares, com um sistema nacional organizado sob a responsabilidade e chancela do Estado³⁴.

Essa tendência pedagógica de escolarização e de racionalizar o corpo já era difundida e analisada por estudantes normalistas e professores na Bahia. Mesmo antes da reforma da instrução, em 1880, um periódico quinzenal de propriedade do *Gremio Normalistico*, intitulado *A Escola*, tendo como redator-chefe Ezequiel Britto, e sendo auxiliado pelos redatores Anísio Viana, Leopoldo Reis e Argollo Castro, divulgava o “Plano de educação civil” que estava sendo proposto para o “congresso que deve ter lugar em Paris”. *A Escola* afirmava que o evento tinha o objetivo de introduzir “um systema de educação universal baseado nos princípios da sciencia moderna”³⁵.

O plano de educação civil era tido como uma maneira de “satisfaz[er] á uma das necessidades vitaes de um paiz que precisa d’instruir-se e civilisar-se como o nosso”³⁶. Assim, elucidava em que condições a *mens sana in corpore sano* poderia ser integrada na instrução pública. A explicação se aproximava do que Antonio Pacífico Pereira

³³VAGO, Tarcísio Mauro. “Início e fim do século XX...”, p. 33. Consultamos também MORENO, Andrea & VAGO, Tarcísio Mauro. “Nascer de novo na cidade-jardim da República...”. p.76-77.

³⁴ KUHLMANN JR., Moysés. *As grandes festas didáticas: a Educação Brasileira e as Exposições Internacionais 1862-1922*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001. p. 35-39. SCHELBAUER, Anaete Regina. *Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX*. Disponível em << http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Anaete_R_Schelbauer2_artigo.pdf >>. Acesso em 18/01/2015 às 21:25.

³⁵O artigo dava continuidade pela terceira vez a dissensão sobre o tema “A instrução publica na Bahia”, no qual as edições anteriores vinham tecendo duras críticas ao sistema educacional de ensino e os resultados “funestos” dos “exames finaes nas escolas publicas”. *A Escola* – Revista científica, litteraria e noticiosa, Anno I, Numero 3, 10 de outubro de 1880.p. 17-23. UFBA/Jornais e Periódicos Microfilmados. APEB – Seção de Microfilmagem/Jornais Diversos – filme n. 8, flash n. 6.

³⁶*A Escola* – Revista científica, litteraria e noticiosa, Anno I, Numero 3, 10 de outubro de 1880.p. 17. APEB – Seção de Microfilmagem/Jornais Diversos – filme n. 8, flash n. 6.

mencionava. Primeiro os jovens redatores do periódico justificavam o porquê dizendo que “a natureza humana em nosso torrão é bem prodigalisada, já no desenvolvimento physico como no desenvolvimento intellectual e moral”. Depois, que tínhamos que seguir os passos dos países mais avançados para fazermos do progresso uma característica natural da evolução humana, “não se pode dizer portanto que será difficil admittir entre nós os melhoramentos que já produzem, ha muito, resultados beneficos nos paizes estrangeiros”³⁷.

Aquele plano era apresentado por duas partes teleológicas: primeiro, os princípios de educação civil cujas estratégias médicas se aproximavam; e, segundo, os meios de padronizar aquele método educativo ou disponibilizá-lo ao alcance de todo o mundo.

Na introdução dos princípios da educação civil, a ideia de implantar a *educação physica* desde a infância estava vinculada à ideia da escola fixar valores por toda a vida do aprendiz, por que entendia-se que “A educação deve ser o desenvolvimento gradual da saude, da intelligencia, da moralidade: o aperfeiçoamento harmonico de todas as faculdades humanas”. A criança teria um estímulo que a faria reproduzir e se aperfeiçoar com a prática do que foi ensinado, refletindo diretamente na moral, como estava fundamentada na mescla do método intuitivo e do pensamento evolucionista da busca pelo aperfeiçoamento “Deve a educação durar toda vida, porque pode-se aprender e aperfeiçoar-se até o ultimo momento de sua existencia”³⁸.

Além da *educação physica* ser uma modeladora do corpo humano e vista como moralizadora das relações inter-humanas, havia uma outra meta dos países civilizados, que era atender aos defensores da higiene pública, tema bastante defendido pelos médicos e articulistas durante a década de 80. Sobre esse tema os redatores do *A Escolagarantiam* que

“A educação physica é a applicação á cultura humana das leis da hygiene physica ou hygiene propriamente dita.
Hygiene é a arte de conservar e desenvolver a saude e o vigor do corpo.
A arte hygienica está hoje muito adiantada.
Conhecemos bastante as leis da vida para modificar as plantas e os animaes.
A gymnastica realisa maravilhas. Pelo exercicio, transformamos um homem ou animal a olhos vistos”³⁹.

Se a *gymnastica* podia transformar, sob os olhares atentos de todos, “um homem ou animal”, essa era a ideia central de estimular a prática coordenada dos exercícios

³⁷Idem. Ibidem.

³⁸Id. Ibid. p. 21.

³⁹Id. Ibid.

físicos. Transformar a sociedade brasileira com seus entraves, em uma nova ordem social e demográfica que, fizesse da *educação physica* a fórmula ou antídoto para transformar hábitos, regular comportamentos, aperfeiçoar biologicamente a sociedade ao domesticar normas de asseio pessoal e social, uma medida preventiva: “Quantas pessoas preciosas são roubadas á familia e á patria por não terem conhecido tal regra de hygiene que pode ser apreendida em cinco minutos”⁴⁰.

Os redatores ao mesmo tempo que elucidavam o significado da expressão *mens sana corpore sano*, esclareciam que era uma proposta educacional que integrava outras dimensões além do desenvolvimento do corpo físico. Também não se resumia a tradução da expressão latina ao pé da letra, que seria *mente sã e corpo são*, ou ainda, como o pensamento tradicional difundia, que os exercícios físicos seriam benéficos para dar equilíbrio a mente e o corpo. Em verdade, fazia parte de um sistema tido como racionalizado que organizava suas metas em níveis escalonados: primeiro, a *educação physica* era responsável em disciplinar o corpo para ter vitalidade e assimilar as instruções que seriam fornecidas para o segundo nível, ou seja, a *educação intellectual*. Essas duas ações tinham que ser compatíveis e coordenadas com as faixas etárias dos alunos e tinham conjuntamente a incumbência de “conscientisar” os alunos ⁴¹. Daí em diante, seria o papel da *educação moral*. Os redatores deixavam evidente que “conscientisar” os alunos significava inculcar o que seria praticado obedientemente como valores higiênicos e morais para manter a ordem social de forma disciplinada sem contestações.

Para os valores morais serem realmente colocados em prática, o plano de educação civil defendia que a *gymnastica* tinha que subsidiar necessariamente a *educação intellectual*. O objetivo era integrar todo o método científico e racional tendo a cultura ocidental, europeia e norte-americana, como parâmetro universal. Os redatores diziam: “Deve ella [a educação intelectual] comprehender o resumo completo da civilização” e “communicar a cada individuo a integridade dos princípios desta sciencia”⁴².

Em pleno século cujo conhecimento científico e seus métodos eram recorridos para legitimar ou constatar ‘verdades objetivas’, o corpo humano seria objeto do cientificismo experimental, testado em outro laboratório, o social, assim como, os usos

⁴⁰Id. Ibid.

⁴¹Id. Ibid.

⁴²Id. Ibid. p. 22.

sequenciais dos elementos químicos e suas disposições sistemáticas quando são manipulados nos laboratórios por cientistas especializados. Desta maneira, a fórmula tinha que ser balanceada, corpo e intelecto tinham que ser preparados como uma dosagem equilibrada que não extrapolasse as medidas ou nenhum destes níveis dentro do recipiente humano, ou seja, a *educação physica* não podia sobressaltar a importância da *educação intellectual* e vice-versa. Logo, tratava-se de uma articulação programada, uma sistematização. O procedimento científico empreendido na introdução e seleção dos *exercícios gymnasticos* na *educação physica*, devia ser seguido e racionalizado também na *educação intellectual*. Nesse caso, tinha de limitar o seu conteúdo, respeitar as faixas etárias para atingir o conhecimento considerado necessário. Era importante “um resumo completo e pouco extenso, não se ocupando, senão dos acontecimentos verdadeiramente geraes e fundamentaes”⁴³. Contudo, os redatores da *Escola*, assumiam que os dois níveis, *educação physica* e *intellectual*, estavam subordinados ao patamar principal, a *educação moral*. Ambos deveriam estar subordinados a moral, ou seja, aos deveres do ser social perante a sociedade, “Ha na sciencia uma hierarchia cujo cume é occupado pela moral ou a sciencia dos deveres”⁴⁴.

Para os redatores a *educação moral* significava “formar os caracteres e de desenvolver as faculdades de execução”, tanto a *gymnastica* como o estímulo ao desenvolvimento intelectual devia “servir intelligentemente este codigo em qualquer circumstancia, isto é, para conhecer o dever”⁴⁵. Portanto, o entendimento daqueles redatores para a ideia do *mens sana corpore sano* ou de educar na sequência escalonada física, intelectual e moralmente, convinha em preparar as crianças e a sociedade para estar obediente as regulamentações e aos princípios constitucionais do Estado brasileiro. O objetivo era disciplinarizar o aluno para apenas obedecer às leis, sem estimular o questionamento e domar, ou então, como diziam os próprios redatores, “conscientizar” os alunos.

A *educação physica* na higiene escolar também era um tema veiculado pelo periódico *Gazeta Médica da Bahia*⁴⁶, publicação que circulava entre os profissionais

⁴³Id. Ibid.

⁴⁴Id. Ibid.

⁴⁵Id. Ibid.

⁴⁶ Em julho de 1866 o periódico foi fundado e começou a circular nos dias 10 e 25 de cada mês. Seus diretores e também editores foram o republicano Virgílio Climaco Damásio, durante o primeiro ano, 1866-1867, substituído por Antonio Pacífico Pereira em 1868, que ocupou por décadas a função, com poucos inter rompimentos, geralmente durante as suas viagens à Europa. Foi substituído por Demétrio Ciriaco Tourinho e Raimundo Nina Rodrigues em 1890-1893. No último ano da direção de Nina Rodrigues a revista foi premiada pelo Departamento de Artes Liberais da Exposição Universal

médicos do país, e, que, geralmente, circulava artigos e notas informativas sobre os avanços da medicina pelo mundo “civilizado” através das seguintes seções: editorial, ensaios médicos e inéditos, bibliografias, biografias ou memórias de médicos *post mortem*, notas farmacológicas apresentando medicamentos. Também, teses inaugurais que foram elaboradas pelos formandos para a obtenção do título em doutor médico.

Durante a década de 1870, o médico Antonio Pacífico Pereira defendeu as reformas que tratavam dos ensinamentos na esfera médico-científica e na esfera da instrução pública. Quanto à instrução pública, em 1878, ano que intensificou o debate sobre a inclusão dos ingênuos nas escolas e aulas públicas, publicou na *Gazeta Médica da Bahia* uma série de cinco artigos intitulados *Hygiene nas Escólas*. Desde os primeiros números o médico defendia a construção de escolas que fossem úteis e pudessem acolher os alunos cujos prédios não precisavam ser “monumentos de vaidades”, “edifícios aparatosos, de vistosas paredes e elegantes architectura”, mas sim, era questionado o estado dos estabelecimentos que permaneciam como velhos palacetes remendados, que, a seu ver, as escolas funcionavam em espaços considerados cientificamente inadequados.

A “regra da hygiene” de cunho médico-científico exigia que as escolas abrigassem os alunos em locais com “o ar puro”, com a iluminação natural necessária, e, principalmente que cobrisse uma ausência, que era “o espaço indispensável ao exercício”. Para Pacífico Pereira as crianças não podiam viver “sem a gymnastica de que carecem para o desenvolvimento da força muscular e organica”⁴⁷. O médico assumia a responsabilidade de ser representante da ciência e devia acompanhar a construção de um estabelecimento de ensino, ou que os construtores acatassem as determinações higiênicas, isso porque o arquiteto isolado não era visto com aptidão médico-científica para atuar nos projetos higiênicos de construção escolar. Assim defendia a ideia que existiam “tantos outros pontos que na construção e organização d’uma escola merecem a mais seria consideração do hygienista” que a ciência auxiliaria “o mais acurado desempenho do architecto”⁴⁸. Para o médico, os arquitetos contrariavam as recomendações mínimas da hygiene porque escolhiam “ruas

Colombiana, realizado em Chicago. Em 1908, novamente premiado na Exposição Nacional. Além de vários artigos publicados dos personagens que marcaram a história da instituição, a revista publicou os trabalhos dos “tropicalistas” Otto Edward Henry Wucherer e José Francisco da Silva Lima. Disponível em: <<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/>>. Acesso em 09/12/2014 às 03:08.

⁴⁷ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas I”. *GMB*: X, 5, Maio de 1878, p. 195. FAMEB / UFBA.

⁴⁸ Idem. “Hygiene das Escólas II”. *GMB*: X, 6, Junho de 1878, p.241.FAMEB / UFBA.

minimamente estreitas, predios altos e aglomerados, como se faltasse espaço n'este vastissimo territorio”⁴⁹.

A boa ventilação era tida como uma forma de combater o contágio de doenças que fossem propagadas pela circulação do ar, desta forma uma escola sem as prescrições científicas ao invés de possibilitar uma boa “oxygenação” para as crianças podia ser um local insalubre e ideal para a proliferação de epidêmias⁵⁰. Por isso, a “frequencia escolar obrigatoria” somente podia ser aplicada se a escola tivesse condições salubres para abrigar os seus alunos. Assim, receitou algumas medidas que deviam ser consideradas para que, mesmo em locais não considerados higiênicos, as aulas pudessem ser aproveitadas para a instrução. Entre elas “diminuir as horas de classes e de estudos, e entremeial-as d’uma diversão ao espirito, d’um exercicio moderado, sob a influencia do ar livre e puro” era uma forma das crianças resistirem ao forte clima tropical, evitarem o cansaço das rotinas e não ficarem desanimadas durante as aulas⁵¹. A preocupação do médico focava na ausência de “intervallos” ou “recreios”, porque a tensão e o esforço prolongado podiam “extenua toda a capacidade mental das creanças”⁵².

Nesta perspectiva, cogitou a possibilidade das escolas “ter um thermometro” para que nas horas de grande calor, acima de “mais de 25° centigrados” suspender as aulas e aproveitar a oportunidade para levar “os alumnos [para] exercicios ao ar livre, á sombra”⁵³. Quando começava o ano letivo naquele período, o esculápio analisou que nas escolas públicas da cidade “as sessões escolares dura[va]m tres horas consecutivas, pela manhã, e outras tres á tarde, sem intervallo algum de recreio”, e, também, que “em algumas aulas primarias de collegios particulares dura[va]m desde 8 horas da manhã, sem interrupção, até 2 horas da tarde, n’este clima em que a temperatura sobe ordinariamente no verão a mais de 30°!”⁵⁴.

Os internatos da cidade não ficaram longe do diagnóstico do médico que apontava nas longas jornadas estressantes de aulas, na ausência de exercícios físicos e no ambiente nocivo com mesas e bancos inadequados, os problemas, que, segundo o

⁴⁹ Idem. Ibidem. p. 249.

⁵⁰ Para o esculápio as salas de aulas podiam seguir as indicações de Rudolf Virchow, no qual defendia que a dimensão espacial ideal para as escolas infantis seria: “minimo de ventilação deve ser de 30 metros cubicos de ar fresco para cada creança em cada hora, e 50 metros cubicos nas escólas superiores”. Idem. p. 245.

⁵¹ Idem. Ibidem. p. 251

⁵² Idem. “Hygiene das Escólas V”. *GMB*: X, 10, Outubro de 1878. p.437.FAMEB / UFBA.

⁵³ Idem. “Hygiene das Escólas II”. p. 252.

⁵⁴ Idem. “Hygiene das Escólas V”. p. 437.

Pereira, a *educação physica* com exercícios *gymnasticos* auxiliaria até mesmo no despertar físico, intelectual e alimentar daqueles jovens internos⁵⁵.

A *educação physica* sob o ponto de vista de Pacífico Pereira englobava aspectos relacionados a adaptação das escolas as condições infraestruturais prescritas pela interpretação médico-higiênicas, nesse caso, a *gymnastica* tinha uma condição indissociável, importante “para desafogar o cerebro, e reanimal-o a recomençar vivaz e prompto em sua actividade intellectual”. Sobretudo, assumia que as exigências médico-científica tinham a finalidade de atingir a civilidade, por isso exaltava: “demos ás escólas as condições hygienicas de que carecem, e a organização que está de accordo com as necessidades de instrucção e as exigencias da physiologia, e teremos o grande desideratum da educação: *mens sana in corpore sano*”⁵⁶.

Em geral, Pacífico Pereira, sob a mescla do olhar científico e da pedagogia de Froebel, idealizava uma escola que fosse “cercada por jardins, onde [houvesse] area sufficiente e abrigada dos rigores do sol e da chuva para o recreio, e exercicios gymnasticos dos alumnos”⁵⁷. Higienizar as escolas era para o médico, necessariamente, o início para construir uma nação, era o começo do processo civilizatório, e advertia de forma objetiva e mordaz: “Não nos esqueçamos de que o progresso do paiz e o futuro d’esta raça decadente que o habita, dependem grandemente da hygiene publica, e com especialidade da hygiene das escólas”⁵⁸.

As ideias do médico baiano se configuravam no pensamento higienista das últimas décadas do século XIX, uma tendência da qual o historiador Sidney Chalhoub teria analisado e identificado por “ideologia da hygiene”, que teve início a partir da década de 1870, na Corte Imperial e lançou suas bases em alguns setores da sociedade⁵⁹. Embora o historiador não trate especificamente da *educação physica*, sua análise social parte de elementos que o recorte temporal, entre a década de 70 e 90 do século XIX, se aproxima de nossa temporalidade. De acordo com Chalhoub, essa ideologia partia de duas “operações mentais”: “civilizar e aperfeiçoar” que gravitavam em torno de decisões políticas “classistas” cujas arbitrariedades resultaram em demolições de habitações e cortiços. Assim, médicos higienistas, sanitaristas e parlamentares usavam o discurso da “neutralidade científica” como funcionalidade precisa para atender os

⁵⁵ Idem. Ibidem. p. 438.

⁵⁶ Idem. “Hygiene das Escólas II”. *GMB*: X, 6, Junho de 1878.p. 251. FAMEB / UFBA.

⁵⁷ Id. Ibid. p. 252

⁵⁸ Id. Ibid. p. 251

⁵⁹ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.p. 25-56. Agradeço a minha orientadora, Elciene Azevedo, pela indicação da obra.

anseios políticos das classes dirigentes e controlar aqueles que ofereciam “perigo de contágio”. Higienizar o povo significava praticar outras intenções veladas: primeiro, combater as “classes perigosas”, que, a grosso modo, se referia aos pobres e pessoas indesejáveis ou marginalizadas socialmente. Segundo, no imaginário político, controlar as “classes perigosas” era uma forma de se distanciar de costumes que ameaçavam a organização do trabalho e a manutenção da ordem social. Como estratégia de dominação e controle, ninguém escapava a essa ideologia com o véu da ciência. As crianças passaram a ser alvo da erradicação de dois contágios: o da varíola que ceifava vidas e o dos costumes populares. Assim, os políticos pensavam em medidas que evitassem que as crianças reproduzissem ou “permanecessem expostas aos vícios de seus pais”⁶⁰.

Desta maneira, percebemos a importância de se pensar na *gymnastica* e na escolarização racionalizada pela lógica da moral e do trabalho, como transformadora de práticas culturais, ao mesmo tempo que permanecia em defesa da ordem e hierarquias estabelecidas na sociedade.

Quando analisamos o pensamento do médico baiano, nota-se que ele não estava fora desse princípio. Além de se preocupar com a instrução pública, ele defendia os investimentos na *educação physica* da infância como uma maneira de cuidar da educação integral das crianças e reprimi-las de serem cidadãos fracos, dados aos vícios, e, na sua ótica, tornarem-se adultos ociosos. Assim, as ressalvas para que a reforma aceitasse a *Mens sana in corpore sano* eram expressas na seguinte receita:

“E’ necesario reunir os factos que comprovam esta asserção, porque só a evidencia d’elles fará estremecer os poderes publicos d’essa impassibilidade com que assistem á inhabilitação completa, sinão á destruição lenta d’essa mocidade, que devia sahir das escólas educada para o trabalho que é a fonte da riqueza, util para a familia e forte para o paiz”⁶¹.

Desde 1878 as análises higiênicas defendiam a obrigação do Estado em educar a partir do ensino primário para formar trabalhadores, e, sobrevinha à tona em 1881 durante a reforma da instrução pública, quando o médico publicou mais um artigo pela *GMB*, daquele mesmo ano, que sintetizava os seus artigos anteriores. As indicações médico-higiênicas de Antonio Pacífico Pereira agradava os ouvidos dos redatores do jornal *O Monitor*, que aproveitavam para fazer citações do médico e, até mesmo,

⁶⁰Id. Ibid. p. 29.

⁶¹Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas III”. *GMB*, Faculdade de Medicina da Bahia: X, 7, Julho de 1878. p.290.FAMEB / UFBA.

publicar trechos ou artigos da *GMB* na íntegra. Essa aliança com a imprensa configurou mais uma característica da “ideologia da higiene” no Brasil Imperial, que, segundo Chalhoub, se apresentava na atuação “dos órgãos da imprensa” patente à difusão das ideias médicas ⁶².

Nessa época, *O Monitor*, jornal liberal e abolicionista, fazia a linha de oposição crítica ao Governo Provincial ⁶³. Tinha como proprietário o senhor Macário Joaquim da Silva. Quantos redatores, quem eram e quantas seções editoriais havia, não sabemos responder. A carência de pesquisas mais sistemáticas sobre a imprensa baiana oitocentista não nos permitiu desvendar particularmente esse núcleo jornalístico. Ao analisar as páginas, os jornalistas sequer assinavam seus textos informativos, nem colocavam as siglas dos seus nomes e não usavam pseudônimos. Quiçá, o próprio Macário da Silva fosse um dos escritores.

O Monitor apresentava propostas vinculadas ao Grêmio Normalístico, assim como o Jornal *A Escola* se interessava pelos assuntos pedagógicos e recorria aos interesses do professorado veiculando informações naquele campo científico.

Naquele momento o Jornal *O Monitor* e Antonio Pacífico Pereira comungavam de algumas posturas em comum. Ambos se manifestavam a favor da ideia da *educação physica* principalmente da inclusão da *gymnastica*, a redução da carga horária das aulas, educar os alunos aprimorando os sentidos cuja reforma qualificasse o programa escolar seguindo os princípios higiênicos.

A *gymnastica* foi entendida pelos redatores de Macário Joaquim da Silva, como uma medida necessária que deveria ter um raio de magnitude que alcançasse toda sociedade. Como o médico e a imprensa prezavam na instrução da infância o começo da transformação, os jornalistas sugeriam que os professores fossem capacitados com a inclusão dos exercícios físicos recomendados pelo médico no programa escolar dos normalistas para que se tornassem melhores preceptores. Porém, não podemos esquecer que cobrar a inclusão da *gymnastica* na grade curricular podia ser motivado por outro interesse particular, um modo de fortalecer os argumentos de oposição ao Governo da Província por parte dos redatores de *O Monitor* e exacerbar ainda mais as suas críticas.

Um grande exemplo sobre a tendência daquele jornal em convencer a opinião pública estava na estratégia em suprimir informações de mudanças substanciais naquela

⁶²CHALHOUB, Sidney. “*Cidade Febril...*”.p. 25-56.

⁶³ No artigo “Que homens que cousa?” de *O Monitor* de 2 de fevereiro de 1881 o redator enquadra o jornal na linha “imprensa oposicionista” ao Governo Provincial. BPEB / Seção Jornais Raros.

reforma da instrução pública, principalmente porque teve contribuições significativas para a escolarização da época, numa variedade de ações, além da inclusão dos ingênuos e pobres, podemos ainda apontar: uma troca importante, a educação dos aspirantes ao magistério abandonou o método monástico dos internatos e foi estabelecido o legado do externato das escolas normais; ter estabelecido maior inclusão social no ensino público quando passou a admitir nas escolas normais pessoas não graduadas; a criação do concurso para a seleção dos livros primários, um estímulo profissional aos professores/autores ao congratular com prêmios os livros ou cartilhas indicados e escolhidos; o aumento no número de disciplinas tinha em si o incentivo ao desenvolvimento intelectual ao mesmo tempo que ampliava mais oportunidades de conhecimentos variados aos mestres-alunos, os futuros professores ⁶⁴. Mas, *O Monitor* fazia um jogo duro de oposição que suprimia os avanços e contribuições daquela reforma e exclusivamente procurava as brechas para infiltrar suas contestações.

Embora esse jornal tenha circulado pelas ruas de Salvador durante onze anos, entre 1876 a 1887, infelizmente, não conseguimos acompanhar toda a sua trajetória porque encontramos no acervo somente os meses correspondentes ao ano de 1881 ⁶⁵. Mas teve grande importância para montarmos o quebra-cabeça para entender o contexto.

Era um ano que os redatores de *O Monitor* noticiavam informações que ofendiam os redatores do *Diário da Bahia*, jornal liberal e abolicionista, e *Gazeta da Bahia*, ambos os jornais assessoravam o Governo Provincial, e a *Gazeta* também publicava as sessões extraordinárias dos deputados da Assembleia Provincial. Por isso, não podemos precisar até quando perdurou esse diálogo entre *O Monitor* e as concepções médico-científicas de Pacífico Pereira, e até que nível houve uma força social, mas não negamos que houve influência na formação da opinião pública. Tudo indica que a pressão fosse forte, durante a elaboração do *Relatorio da Comissão Examinadora do 1º Districto* os relatores preocupados com a situação dos prédios escolares afirmavam que não tinha possibilidade de esconder aqueles infortúnios da

⁶⁴ “Documento do Anexo C – *Relatorio da Comissão Examinadora do 1º Districto*”.p. 397/550. O mesmo relatório encontra-se incompleto com sua versão original, manuscrita no Fundo da série Instrução Pública, maço 6583 do APEB / Seção Colonial e Provincial. Cabe salientar que embora o documento tenha sido tipografado em 1882, e está na Pasta do mesmo ano, este relatório foi produzido em 1881. Fundo: Relatorios do Trabalho do Conselho Interino, Pasta do ano 1882, Edição 00002 (4), p. 392/550 – 401/550.BN / Hemeroteca Digital.

⁶⁵ BPEB / Seção de Jornais Raros. Atualmente podem ser também consultados no site da BN-HD.

sociedade, já que era “denunciado pela imprensa e todos os meios, pelos quaes a opinião publica costuma manifestar-se”⁶⁶.

A aliança entre o grupo editorial e as ideias higiênicas do médico Antonio Pacífico Pereira era esboçada na escolha dos temas que, em geral, tratavam diretamente da “*educação physica* ou *mens sana in corpore sano*”, ou então, debatiam indiretamente, a retalhos, quando associavam a questão corporal às formas de civilidade. Geralmente, a ideia de *educação physica* estava vinculada à publicação de artigos exclusivos sobre a questão intelectual, ou então, abordavam a moral para se aproximar da perspectiva médico-higiênica.

1.2 – Um médico e *O Monitor*: a imprensa aliada às ciências médicas.

O embate começou quando o Governo da Província sancionou a reforma de instrução pública de 5 de janeiro de 1881, modificando a grade curricular com um total de vinte e seis disciplinas para as escolas normais⁶⁷ e sequer havia considerado as recomendações científicas de Pacífico Pereira. Deixou de lado as indicações das ciências ao sancionar no artigo 129 que não estabelecia nenhuma previsibilidade em regulamentar os exercícios físicos nas escolas primárias, decretando apenas para as escolas normais, sem, no entanto, determinar prazo, apenas “Logo que os cofres provinciaes permittirem será o ensino ampliado com musica vocal e instrumental e gymnastica”⁶⁸.

O decreto foi tomado como um certo demérito, pelo menos na ótica dos publicistas de *O Monitor*. Embora Pacífico Pereira defendesse a *educação physica* com características que acumulavam ações pedagógicas e a reestruturação física das escolas, ficava claro que ele, com o seu cientificismo, pregava a inclusão da *gymnastica* somente no ensino primário. Porém, naquele domingo em *O Monitor*, houve uma pressão para ser introduzida imediatamente nas escolas normais, pelo simples fato de ser uma

⁶⁶ “Documento do Anexo C – *Relatorio da Commissão Examinadora do 1º Districto*”. p. 395/550. Fundo: Relatorios do Trabalho do Conselho Interino, Pasta do ano 1882, Edição 00002 (4), pp. 392-401/550.BN / Hemeroteca Digital.

⁶⁷ “As escolas normaes”. Jornal *O Monitor* de 23 de Janeiro de 1881. BPEB / Seção de Jornais Raros. O articulista fez uma comparação entre o currículo anterior e o número de “materias”: Grammatica, Arithmetica, Desenho Linear, Religião, Pedagogia, Geographia e História. Com a reforma passou a ter as seguintes “materias”: Lingoa nacional, Pedagogia, Methodos, Arithmetica, Geometria, Algebra, Trigonometria, Geographia e História, Francez, Botanica, Zoologya, Physica, Chimica, Mineralogia, Desenho, Religião.

⁶⁸ Série: Ofícios Recebidos e Expedidos, 1882. Maço 1174. APEB / Seção Legislativa.

recomendação científica e também porque repercutiria na formação de professores do ensino primário. Os futuros professores estariam habilitados para ensinar os exercícios *gymnasticos* aos seus alunos, civilizá-los com exercícios coordenados. O apelo pressionava as autoridades contestando a capacidade da reforma da instrução na capacitação dos preceptores, dizendo: “raras vezes a sciencia deixa de ser acompanhada pela ambição; e deste modo as escolas normaes darão tudo, menos professores”⁶⁹.

Em pouco tempo, outra matéria foi publicada no jornal de 13 de fevereiro⁷⁰, agora fazendo duras críticas ao método escolhido para a moralização: o ensino religioso nas escolas normais. Que interesse havia em tratar do ensino da moral pela via religiosa e dar uma pausa nas publicações que apoiavam a inclusão da *gymnastica*?

Embora não tratasse diretamente da *gymnastica* era um apoio à Pacífico Pereira ao tentar conciliar a moral religiosa a concepção do *Mens sana in corpore sano*. Para o redator a moralização por meio do ensino religioso tinha que oferecer aos normalistas um curso de “História Sagrada”, ao invés de preceitos e orações rotineiras “o Padre-Nosso, os Mandamentos, o Credo, os Peccados-Mortaes”. Os redatores não se opunham ao ensino religioso, mas para eles limitar o ensino as cartilhas e rezas “até certo ponto se torna[va] ridiculo”. Estudar a “História Sagrada” era uma forma sistematizar valores, dar exemplos da “moral, bons costumes e civilidade” através das narrativas de “Abel e Caim, a arca de Noé, a paciência de Job, os milagres de Cristo”.

Também afirmavam que os jovens normalistas poderiam aproveitar melhor as aulas de ensino religiosos se pudessem dar respostas que se tornariam necessárias como as questões complexas ligadas ao significado dos sacramentos, entre eles o “baptismo” ou a “origem do peccado original”. E resolverem questões simples, como conhecerem os “dois Testamentos, o velho e o novo”. Assim, professores e alunos entenderiam a própria “religião christã e a doutrina”⁷¹.

O articulista contra-argumentou a reforma da instrução com uma inquietação e hipótese cuja crítica atacava a credulidade dos parlamentares da Assembleia Provincial e as ameaças da fragilidade religiosa socialmente: investir no ensino religioso era uma forma de prevenir a sociedade à imoralidade, se naquela época o “parlamento abre suas portas aos acatholicos” o que seria do futuro com a “tolerância religiosa” e os “progressos do positivismo”? Prever o suposto enfraquecimento do catolicismo

⁶⁹“As escolas normaes”. Jornal *O Monitor*, 23 de Janeiro de 1881. BPEB / Seção de Jornais Raros.

⁷⁰“O programma das escolas normaes”. Jornal *O Monitor*, 13 de fevereiro de 1881. BPEB / Seção de Jornais Raros.

⁷¹ Ibid.

refletiria na quebra de valores enraizados na história, que na visão do redator, o “progresso do positivismo” tinha suas benesses, mas também podia ameaçar a moral, por isso que a “História Sagrada” através do Velho e Novo Testamentos era o exemplo de como racionalizar os costumes civilizados, sob a égide da moral religiosa amorteceria os vícios, ou, selecionaria exclusivamente os benefícios da modernidade. A seu ver, as histórias bíblicas continham reflexos ou lições dos “bons modos” e a temeridade a deus, o que resultaria na sua influência sob o conhecimento da evolução e involução dos povos⁷².

O jornalista afirmava que a “moral e os bons modos” eram vistas como qualidades inerentes à religião. Moral e religião eram tidas uma como a base da outra. O “estudo da moral” era indispensável à humanidade, “anda ligado e conexo ao da religião e ao da civilidade”. Nesse sentido, questionou a necessidade de atingir a civilidade sem ser pela via da moral religiosa, ao dizer: “Por outro lado, em que se firma a civilidade sinão na moral?”⁷³.

Ao falar de exemplos bíblicos ligados a personagens e narrativas históricas a ideia era que o ensino religioso exprimisse formas de introduzir “a moral” regrada aos “bons modos”, elementos que também podiam constituir “a civilidade”. O redator esperava de fato do ensino religioso e da Comissão da Instrução, um conjunto de movimentos corporais para estabelecer normas para civilizar:

“Quando um homem tem a felicidade de possuir estas qualidades preciosas, que são o ornato da sociedade humana, os bons modos são apenas a expressão exterior da vida moral sobre a qual se amoldam de algum modo os actos, os movimentos, os gestos e o porte geral de todo o corpo”⁷⁴.

⁷² Embora o jornal *O Monitor* fizesse a difusão do positivismo e coadunava-se com essa ideologia se pronunciando defensor da moral, dos bons costumes, da ordem e do progresso, ao defender os valores religiosos da Igreja Católica não se colocava praticante, ao pé da letra, das ciências positivas. Isto porque, a religião cristã e as formas de devoção tradicional eram barradas por não dar respostas através de um dos princípios do positivismo: o método experimental. Quando o francês Auguste Comte (1798-1857) sistematizou suas ideias, preconizava que o método experimental era a única forma de conhecimento verdadeiro. Assim sendo, a “metafísica” por não se tratar de um conhecimento submetido ao método experimental era excluída do debate. A religião era considerada acientífica. Comte propunha outra religião, a Religião da Humanidade, que no estágio final da civilização substituiria o Catolicismo, mesmo admitindo que a religião positiva teria a imagem e semelhança da Igreja Católica, somando-lhe a lei dos três estados, ela faria a passagem do monoteísmo para o estado positivo ou científico. A ciência seria a religião do futuro e do progresso, a seu ver, por ser a única a dar respostas válidas. Veja SOUZA, Natalia Peixoto Bravo de. *A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha*: um projeto político ideológico. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010. p. 23-28. E consulte também ALONSO, Ângela. Reforma, Ordem e Progresso. *Revista Nossa História*, Rio de Janeiro, 27, 10 jan. 2007, p. 68.

⁷³ “O programma das escolas normaes”. *Jornal O Monitor*, 13 de fevereiro de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

⁷⁴ Id. *Ibid.*

As críticas sobre o ensino religioso, visto como mais um elemento essencial para a civilidade, permite-nos entender o porquê do jornal *O Monitor* abraçar as concepções médico-higiênicas. Os religiosos e o programa escolar mantinham suas práticas tradicionais, repetitivas. Ao que parece, para o redator a religião precisava de um auxílio moderno, que a ajudasse a moralizar o corpo doutrinando “os actos, os movimentos, os gestos e o porte geral de todo o corpo”. O questionamento estava interligado com a preocupação do ensino religioso no programa curricular e nas aulas, porém, sugeria mudanças ligadas à educação do corpo humano através dos sentidos, na mesma época que, veiculava as indicações higiênicas da ciência. Afinal, o *mens sana in corpore sano* afirmava trabalhar de uma só vez o corpo e o intelecto moldando-o e o racionalizando à moral, sob o equilíbrio do corpo em busca do progresso e ordem. Assim, os jornalistas de *O Monitor* não descartavam a moral católica, e até se preocupavam com o seu possível enfraquecimento, mas propunham que na reforma da instrução o diálogo ou junção entre a moral proposta pelo tradicional e a moral proposta pelo moderno se fizesse necessário.

Em comum acordo, a proposta dos redatores, sob a ótica do ensino religioso, e Pacífico Pereira, dialogavam sobre a educação moral do corpo. O esculápio via na sua proposta uma forma de preparar trabalhadores para a produção industrial, combater as enfermidades da “raça decadente” e disciplinar o corpo. Porém, os redatores do jornal também encontravam nesse debate uma oportunidade de criticar o aperfeiçoamento de outros profissionais: os professores.

Assim, continuavam fazendo uma crítica ao Presidente da Província contestando a eficiência do método escolar nas estratégias de controle como em domesticar o comportamento, regulamentar hábitos e disciplinar os costumes:

“Diga nos agora o Sr. Dr. Bulcão: Como é que se pode ensinar civilidade sem moral?

E como se ha de ensinar a civilidade com a organização de nossas escolas?

Pois meninos que durante a maior parte do dia vêem em sua casa, e na dos vizinhos, mãos exemplos, ouvem palavras asperas, são testemunhas, sinão victimas, de injustiças e violencias; meninos criados entre escravos e com pancadas, aprenderão a civilidade durante quatro horas por dia com professores, que não são delicados e ternos para as crianças, e que lhes inspiram terror, e isto por decorarem ellas algumas paginas de um livro?

Como aprenderão pelo compedio a fazer uma visita, a conversar com uma senhora, a servir-se a uma mesa, sinão praticando essas cousas?

S. Ex. deveria ter deixado isto para os antigos internatos: lá é que se precisava de civilidade.

Ainda si se exigisse a civilidade dos mestres e mestras!...

Mas não: estes ensinam a civilidade, mas não a aprendem.

Decididamente a reforma-Bulcão é um primor⁷⁵.

A cobrança era feita para que professores fossem civilizados para poderem ser vetores de civilização, transformadores. Exigia-se mudanças de comportamentos entre os professores para servir de espelho para os alunos. Contudo, a inovação educacional que era proposta pela imprensa, não sinalizava de forma tão clara ser um dispositivo de ensino diferencial ao tradicional. Ao invés dos professores e alunos decorarem lições como eram as rezas e orações e “algumas paginas de um livro”, trocariam uma forma de reprodução por outra: da antiga memorização à nova memorização, decorar novos elementos para civilizar-se. A teatralidade dos gestos e dos movimentos do corpo era a nova alternativa de reprodução.

Sobretudo, o apelo ao cuidado com as crianças que viviam “criados entre escravos e com pancadas”, possibilita-nos duas interpretações: a primeira, para despertar atenção de como o regime escravagista enrijecia a relação entre professor e aluno, sendo um peso na formação escolar do homem livre, criando uma barreira à cidadania e civilidade. A segunda, poderia se referir também aos ingênuos que transitavam pelas senzalas e vizinhanças alheias⁷⁶. O jornalista sugeria que fossem extraídos os costumes enraizados que circulavam das senzalas às vivências diárias. Os “bons modos” tinham que ser didáticos, representados, encenados entre gestos e movimentos corporais no cotidiano dos professores e alunos. Era necessário revisar as formas de dar aula, ao contrário da memorização e repetições tradicionais, sem castigos e violências, práticas que pudessem ser reproduzidas em todos os sentidos, até nas falas quando fosse “fazer uma visita, a conversar com uma senhora”, ou então, quando estivesse “a servir-se a uma mesa”. O terreno tinha que ser preparado para da escola subverter os costumes e o cotidiano do recôndito dos lares, avenidas, praças e ruas, e, por fim, reproduzir a pretendida civilidade.

Percebe-se que os jornalistas procuravam o caminho para a civilidade sem divergir os rumos, quer fosse pela fé religiosa ou pela ciência racional, o itinerário tinha

⁷⁵“O programma das escolas normaes”.Jornal *O Monitor*, 13 de fevereiro de 1881, Domingo. BPEB / Seção de Jornais Raros.

⁷⁶ Segundo Ione Sousa a presença dos ingênuos na sala de aula somente foi garantida pelo Diretor Geral da Instrução Pública, D. Romualdo Maria de Seixas Barroso, em 29 de maio de 1881 quando foi oficializado pelo Presidente da Província da Bahia, Antônio Bulcão. Por isso que não afirmamos com contundência que esses “meninos criados entre escravos” fossem exclusivamente os ingênuos, embora não descartemos a possibilidade. SOUSA, Ione Celeste de Jesus. “*Uma defesa da presença de crianças...*”.

que passar necessariamente pela educação dos sentidos aplicando a moral e “os bons modos”.

Assim, o debate sobre a questão da *educação physica* não tinha uma única pauta fechada entre a ciência médico-higiênica e a imprensa sendo que alguns interesses se particularizavam.

Durante esse período, a ciência e os princípios da higiene foram parcialmente ignorados pelos religiosos da Instrução Pública e os deputados da Província que compunham a *Comissão da Instrução Publica*. Os articulistas tomaram outra decisão, publicar o artigo do médico e procurá-lo para comentar sobre a recusa das autoridades em acatar os requisitos das ciências. Pacífico Pereira se pronunciou em prol do desenvolvimento físico e mental das crianças dizendo:

“a reforma manifesta contraposição ás mais terminantes indicações da hygiene escolar, e aos utilissimos preceitos da pedagogia moderna, que contristou nos profundamente o espirito a leitura desta quasi sentença de condemnação lavrada contra as infelizes crianças que tão caro terão de pagar a instrucção gratuita que lhe proporciona o estado.
(...) Os que encaram superficialmente estas questoes julgarão que ha nestas palavras exageração, mas basta, para convencer se do contrario, estudar as notaveis reformas que a organização escolar tem soffrido nos paizes mais adiantados, e que a physiologia e a hygiene de longa data estão reclamando, afim de corrigir as influencias nocivas das escolas sobre a saude dos alumnos e de apagar o pavoroso quadro das affecções alli originadas”⁷⁷.

As escolas estavam fora dos princípios mais modernos da ciência, em destaque os imperativos da “physiologia e a hygiene”, o que resultava em efeitos contrários a sua responsabilidade de instruir e tornar a vida dos alunos saudável. Em linhas gerais, as palavras do médico traziam à tona a ideia da ciência ter a patente de regulamentar a vida, o poder de decidir sobre as relações inter-humanas e social por métodos exclusivamente racionais e incontestável por causa do seu método experimental, o que apresentava uma característica do cientificismo positivista cuja ciência era preconizada como a única forma válida de conhecimento⁷⁸. Assim, a reforma da instrução era vista como incompleta, mediana do ponto de vista científico e higiênico. O médico e o redator queriam deixar claro que nas condições que as escolas se encontravam não

⁷⁷“A duração das sessões escolares”.Jornal *O Monitor*, 16 de fevereiro de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

⁷⁸ Sobre as teorias científicas e raciais do século XIX, consultamos: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 33-55; Sobre os médicos baianos e as influências do positivismo, evolucionismo e darwinismo social: BARRETO JR., Jurandir Antonio Sá. *Raça e Degeneração: análise do processo de construção da imagem dos negros e mestiços, a partir de artigos publicados na Gazeta Médica Baiana, (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia da Ciência). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.p. 42-66.

conseguiriam atingir os objetivos da racionalização higiênica, que era formar trabalhadores com qualidade e moralizados. Para Pacífico Pereira as consequências seriam involutivas: “sinão transformar os meninos em pequenos homens, de cerebro entorpecido e respiração curta, idéas estreitas e sentimentos concentrados e egoistas, ineptos na intelligencia, e no physico incapazes para toda sorte de trabalhos. Serão homens para a sinecura e a subserviencia”⁷⁹.

Enquanto o médico se preocupava com a formação dos trabalhadores do amanhã, no sábado, três dias após as considerações de Pacífico Pereira, o mesmo jornal publicava mais um artigo de capa com o tema “Ainda o ensino de Pedagogia”. Nesse texto publicistas abraçavam a ideia das ciências serem mais representadas socialmente, não bastava a pedagogia estar dependente da “physiologia”, um ramo bastante enfatizando pela concepção médico-higiênica de Pacífico Pereira, porém, podia recorrer a outra tendência científica mais recente ou moderna: a “psychologia”, que trataremos mais adiante. A junção de ambas era considerada fundamental para qualificar os professores e melhorar a relação daqueles profissionais com os seus alunos. Assim, o jornalista afirmava que os normalistas saberiam como acompanhar a “evolução mental” dos alunos de forma natural; também compreenderiam melhor os sentimentos alheios respeitando as limitações dos seus alunos, considerando-os por gênero e idade, além de saber como aplicar “castigos, recompensas e estímulos” individual e coletivamente. Daí defendiam como a *educação physica* proposta cientificamente seria útil por abarcar e transmitir essas qualidades fisiológicas somadas as psicológicas. Mas, desde que não ficasse restrita a algumas ações, por isso, era necessário que a executasse de forma completa e colocasse a prática da *gymnastica*⁸⁰.

Os exercícios *gymnasticos* eram um problema que manteve a dialógica sobre a reforma da instrução por parte da imprensa, ciências médicas e instrutores, principalmente depois da oficialização do *Regimento Interno das escolas públicas*⁸¹ que perdurou até 1883, cuja decisão resolveu introduzir a *educação physica* com fundamentos teóricos, apenas para o segundo e terceiro ano das escolas normais.

Tudo indica que algumas críticas feitas pela imprensa surtiram efeito na elaboração do regimento como a remodelação do ensino religioso com a inclusão da História Sagrada e tópicos da doutrina cristã, como também, a própria inclusão da

⁷⁹“A duração das sessões escolares”.Jornal *O Monitor*, 16 de fevereiro de 1881.BPEB / Seção Jornais Raros.

⁸⁰“Ainda o ensino da pedagogia”.Jornal *O Monitor*, 19 de fevereiro de 1881.BPEB / Seção Jornais Raros.

⁸¹ Fundo da Série Instrução Pública, maço 6569. APEB / Seção Colonial e Provincial.

disciplina de *educação physica*. O programa dessa disciplina estava discriminado da seguinte forma: no segundo ano, a finalidade da disciplina seria trabalhar com os sentidos, tendo como conteúdo temas ligados à “intuição, imaginação, percepção, sensação, memória”, “vontades”, “amor da sciencia (verdadeiro) e amor do trabalho (o util)”, “modos de ocupação”, “patriotismo e cosmopolitismo”, métodos “interrogativo puro, Catechetico, expositivo” e, o último portanto, sendo o quadragésimo oitavo item, a matéria “gymnastica e plano do ensino e processos methodicos” exclusivamente ligada a teorização dos exercícios físicos.

No terceiro ano, com forte tendência dos princípios judaico-cristãos, a matéria se dividia em três funções: a primeira se aproximava dos estudos ligados às ciências físicas e biológicas, trabalhando o “desenvolvimento progressivo do corpo do menino” as funções dos órgãos e dos sentidos; a segunda, que para a imprensa também podia estar incluso no programa de ensino religioso, privilegiava a educação moral, e o conteúdo tinha a finalidade de abordar noções do “espírito”, o seu desenvolvimento e a concepção religiosa sobre a razão, além de abordar os sentidos do “ideal, da fé, da consciencia”, o “amor a Deos, o culto e a oração”; a terceira, tratava das incumbências profissionais do professor e determinava as estratégias de controle social: começava com o estudo da “vocação” profissional, depois, o controle das relações inter-humanas, principalmente como manter “a vigilancia dos meninos fóra da eschola”. Nessa perspectiva, oferecia ao professor temas transversais que cruzavam orientações de como dialogar com representantes de diferentes setores sociais como “o parcho, as autoridades [políticos], os paes dos seos alumnos e os colegas”. Profissionalmente, destacava considerações sobre como aplicar “recompensas” e “castigos” nos alunos, e, ainda, as interferências na vida particular do mestre fora da casa ou estabelecimento escolar, como a diligência sobre a higiene pessoal, comportamento social e a sua “vida privada”⁸².

Insatisfeito, o redator de *O Monitor* contestou o currículo porque as disciplinas oferecidas, na sua visão, não conseguiam ter uma sistematização que organizasse as aulas conciliando a teoria com a prática. Além de ser inaceitável a *educação physica* sem a *gymnastica*, pregavam que os conteúdos deviam seguir uma sequência coerente e linear para facilitar a transmissão e compreensão, um acompanhamento conjunto entre o conteúdo e a observação da prática, que era um traço do cientificismo e seu método

⁸² Fundo da Série Instrução Pública, maço 6569. APEB / Seção Colonial e Provincial. Em um dos regimentos continha no final uma referência bibliográfica, escrita à lápis e ligada ao método intuitivo, que indicava a seguinte obra que foi ou seria consultada: Compendio A Escola Primaria, Cadernetas de Pedagogia por Julio [Jules] Paroz.

experimental. O articulista indagava o currículo que propunha se enquadrar aos moldes do método intuitivo na linha pedagógica de Pestalozzi:

“Si elle ignora a influencia que exerce sobre a educação physica a gymnastica, a influencia da religião sobre a educação moral, a influencia das linguas sobre a educação intellectual, como ha de aproveitar do estudo das escolas gregas, apreciar a educação protestante e a catholica, emittir um juizo seguro sobre o methodo Pestalozzi?”⁸³.

A crítica aqui não ficava restrita apenas a questão de como ensinar *educação physica* sem exercícios práticos de *gymnastica*. Porém, ao colocar em dúvida o currículo reformista que atendia parcialmente as indicações da ciência, o redator focou sua análise para o método pedagógico que os políticos e religiosos diziam seguir: Pestalozzi. Este questionamento rebatia a coerência de se fazer uma reforma que não incluía a *gymnastica* justamente porque o pedagogo suíço pregava a necessidade de educar a criança em todos os sentidos, e, a sua metodologia intuitiva incentivava a inclusão das aulas de música juntamente com a ginástica no currículo escolar por acreditar que ambas serviam para disciplinar a moral principalmente dos alunos pobres ⁸⁴. Lembremos ainda que, para Pestalozzi, os alunos seriam disciplinados pelos sentidos para atender as transformações econômicas do seu tempo e lugar, principalmente, torná-los aptos para a divisão do trabalho. Sobretudo, a ordem social era vista por ele como um desígnio divino, o seu método instruía seus alunos para permanecerem nas suas respectivas camadas sociais, obedientes, para preservar a hierarquia social sustentando a naturalização da pobreza e o seu conformismo ⁸⁵.

Aquela reforma de 1881 realmente admitia o método Pestalozzi quando garantia o catecismo para os estudantes das escolas normais, ou ainda, quando se preocupavam em escolarizar pobres e ingênuos, mesmo somente com os rudimentos básicos: ler, escrever e contar, operações consideradas suficientes para permitir que os cidadãos fossem alfabetizados e assumissem a condição de eleitores, tanto como votantes como para serem votados ⁸⁶. Mas não seguia a risca o método, porque se eximia de trabalhar a

⁸³“Ainda o ensino da pedagogia”.Jornal *O Monitor*, 19 de fevereiro de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

⁸⁴SOARES, Carmen Lúcia. “*Educação Física...*”.p. 33-46. Veja a Carta XXIII intitulada “Exercícios para o desenvolvimento dos sentidos, a música como meio educativo”. Pestalozzi incentivava a música por achar que a “educação corporal” não devia ficar limitada a ginástica. SOËTARD, Michel. *Johann Pestalozzi*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p. 92-97.

⁸⁵ SOARES, Carmen Lúcia. “*Educação Física...*”.

⁸⁶SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “*Escolas ao povo...*”, sobre a Lei Saraiva, de 9 de Janeiro de 1881, veja mais uma vez FERRARO, Alceu Ravello. “Educação, classe, gênero e voto no Brasil Imperial: Lei Saraiva – 1881”. *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, 50, p. 181-206, out./dez. 2013. O autor trata das iniciativas dos parlamentares que assumiram legitimar as ideias liberais do inglês John Stuart Mill, porém as subverteram e cercearam o número de representação eleitoral nas urnas, entre tais ações

educação physica em toda a sua extensão, ou seja, aplicar a música e a *gymnastica*, dentre outras modalidades. E era isso o que o questionamento da imprensa também queria reivindicar, que o método pedagógico fosse completamente aplicado.

Para entendermos a acusação de inviabilidade do regimento escolar, *educação physica* e *gymnastica* ficavam divididas e desamparadas pedagógica e cientificamente. A *educação physica* estava limitada, não atendia as outras indicações médicas, restringindo-se ao estudo do corpo humano e a teorias comportamentais entre professores e a sociedade, além da vigilância aos alunos. Já os exercícios físicos corria o risco de não serem abordados nas aulas por depender do calendário letivo, já que era o último quesito a ser estudado. Caso o ano letivo permitisse as aulas, enquanto disciplina funcionaria como mera teoria, sem trabalhar o corpo, como se a ausência dos exercícios físicos especializados pudessem ser substituídos por leituras ou ouvir as explicações do conteúdo. O que para os articulistas de *O Monitor* comprometia a formação dos professores nas escolas normais que teriam o desafio de “instruir e educar” futuramente as crianças sem saber lidar ou aguçar os outros sentidos como a metodologia Pestalozzi prezava⁸⁷. Assim sendo, incluída daquela forma no regimento escolar, a *gymnastica* se tornava um componente desmembrado e sem a sua função higiênica ou racional.

Diante de todo esse debate, do qual as críticas do jornal *O Monitor* caíam no que tange a qualificação profissional dos preceptores, qual era a posição dos normalistas, como futuros professores de crianças sobre a possibilidade de ministrarem aulas de *gymnastica*?

O entendimento dos “alunos-mestres” sobre o tema em debate apareceu na segunda-feira, daquele 14 de março de 1881, durante a produção de uma redação, denominada “memória pedagógica” apresentada para a “concorrência de mestra á cadeira da freguezia da Victoria”. A candidata Maria da Gloria Alvellos e suas concorrentes, tinham a opção de dissertar sobre um tema ligado a metodologia pedagógica. Enquanto as suas duas concorrentes escolheram a “Pedagogia” e a “Modologia”, a candidata surpreendeu ao escolher a “Educação Physica”.

impuseram: o endurecimento da comprovação da renda mínima ou censo para votar; a exclusão do direito do voto dos analfabetos, em um país que o analfabetismo atingia a porcentagem de cerca de 80% ; e, ignoraram a extensão do voto para as mulheres.

⁸⁷ Segundo Alessandra Schueller, a época, a palavra “instruir” na cultura escolar estava ligada a transmissão de habilidades do letramento, enquanto “educar” significava a aplicação de um conjunto de valores associados ao instruir. SCHUELLER, Alessandra Frota Martinez de. *Educar e Instruir: a instrução popular no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1997. Agradeço a professor a Ione Celeste de Sousa pela indicação da leitura.

A candidata a professora do ensino público já iniciava a sua redação se posicionando quanto a responsabilidade em lidar com as indicações científicas, afirmando que “é certo que aos pais mais que ao Professor pertence o desempenho dos deveres relativos á educação physica das crianças”⁸⁸. Embora não se eximisse totalmente de exercer tal função, Maria Alvellos deixava claro que a competência vinha de casa, cabendo ao preceptor ter o conhecimento básico já que “a educação physica [tinha] por um único objeto a hygiene”. Os exercícios corporais eram vistos com relevância porque “cumpre ao mestre tanto quanto aos pais” auxiliar as crianças e “seus órgãos se desenvolver” e torná-los “robustos e fortes”⁸⁹.

A “alumna-mestre” deixou claro que a sua responsabilidade profissional não estaria disposta a colocar alunos a praticarem exercícios variados. Sua atuação seria limitada exclusivamente à vigilância de determinados costumes, como em “acostumar os meninos ao asseio no corpo e nos vestidos, fazel-os mudar de posição por meio dos exercicios alternados na cadeira”, principalmente, “velar sobre elles quando sentados” para corrigir a “postura”. Mas não recriminava a escola de nos intervalos ou “recreios” permitir “algumas diversões” com moderação, de acordo com a “opinião dos médicos”, como “o canto e a natação”⁹⁰. Assim, ao mesmo tempo em que se eximia de assumir mais atividades profissionais considerava o diálogo entre a escola e a ciência médica importante.

Para a candidata Alvellos, a sua concepção de *educação physica* se colocava contra aqueles que estimulavam “o jejum”, visto por ela, como um “castigo” porque considerava como problema central a “privação do alimento nas horas proprias”. Interpretamos que ao se opor ao ato do jejuar, Alvellos trazia ambiguidades as suas ideias por não explicar seu posicionamento com mais clareza dando a entender que era contra a qualquer prescrição de abstenção alimentar. Seu argumento se tornava suscetível a uma contraposição religiosa já que a sua proposta deslizava-se para um confronto contra um dos sacramentos católicos: a penitência, prática situada no calendário secular da época e estimulada principalmente no período da quaresma. Por isso, ela defendia a hipótese do jejum ser “banido”, ao assegurar que ao invés de robustecer tornaria a criança “debil e apathica”, dois problemas que a ciência e a

⁸⁸ A Capa consta a seguinte identificação: “Memoria apresentada pela alumna mestra Bernardina Leocadia de Siqueira, concorrente á cadeira da freguezia da Victoria”. Fundo da Série: Instrução Pública, maço 6568. APEB / Seção Colonial e Provincial.

⁸⁹ Id. Ibid.

⁹⁰ Id. Ibid.

imprensa certificavam como formas de temperamentos que barravam o desenvolvimento mental. Esses comentários assim como todas as avaliações das outras concorrentes iam diretamente para a avaliação do Diretor da Instrução Pública. Na aba de cada folha constava a sua assinatura “Romualdo”, que corrigiu todas as “memórias pedagógicas”, mas não sublinhou os possíveis erros de léxico na gramática, sintaxe e morfologia daquela prova. Naquele certame, a classificada foi a candidata Bernardina Leocadia de Siqueira, que sequer contestou ou colocou em dúvida os dogmas, além de não ter elaborado sua dissertação com qualquer referência que se aproximasse da concepção de *educação physica* proposta pelas ciências médicas. Embora a “memória pedagógica” de Maria da Glória Alvellos não estivesse configurada no modelo de dissertação das outras candidatas, não podemos descartar que as suas considerações também carregavam motivos religiosos, que lhe privou a classificação. Entretanto, o fato de suas concorrentes escolherem temas mais específicos a questão pedagógica, renderam-lhes mais laudas escritas, mais oportunidade de persuadir, interceder e sugerir iniciativas na escolarização, como também a fugirem de um tema polêmico.

A candidata a professora Maria Alvellos não tinha uma visão muito otimista para a prática de exercícios físicos na Bahia, a mesma finalizou a sua redação alegando que diferente da “Europa e nos Estados Unidos” não “podem ser applicaveis entre nós”. Primeiro, ela apontava duas questões ligadas ao pensamento determinista climático, ao indicar como problema os fatores associados “pelo clima e costumes”; depois, pensou nas condições de trabalho da sua classe profissional e focou nas questões infraestruturais, como por exemplo, a “falta dos materiais necessarios” para ensinar aos alunos⁹¹.

Sabemos que não podemos utilizar a resposta de Maria da Glória Alvellos de forma generalizada e, muito menos ainda, inferirmos que todos os candidatos a professores pensavam da mesma maneira.

A “alumna-mestre” que optou pelo tema tão debatido pelo *O Monitor* e o médico Pacífico Pereira no momento, não deixou de mostrar conhecimento, mesmo sendo a sua concepção de *educação physica* inibida, porque não tinha toda a noção higiênica e pedagógica demonstrada nos posicionamentos do esculápio e imprensa. Também, tendenciosa, porque não deixou de olhar para os benefícios que pretendia para a sua profissão. Mesmo inibida, ela mostrou que acompanhava as linhas científicas em

⁹¹Id. Ibid.

vigência, entendia que a *educação physica* estava ligada à infraestrutura escolar, aos exercícios físicos. Sem se referir à palavra *gymnastica*, atendeu as normas médico-higiênicas ao problematizar o jejum e suas consequências no equilíbrio nutricional, como também por acreditar que o “clima e costumes” eram supostos problemas inerentes à sociedade. Mas, no tocante aos *exercícios gymnasticos*, a sua ideia central focou em escapar de assumir mais incumbências no serviço do magistério.

Já o “alumno-mestre” Philippe Santiago Leal, quando concorreu à segunda cadeira da Freguesia dos Mares, também reivindicou melhores condições de trabalho, ao sugerir melhoria na “sala escolar” como uma das soluções para a anatomia humana de professores e alunos ficarem saudáveis. Suplicou que “o governo auxilie o preceptor” porque a realidade dos locais de ensino era constituída de “escolas de pequenas dimensões com grande numero de crianças” aglomeradas, geralmente funcionando em “casas” cuja “atmosfera das latrinas” resultava em “grande mal”, com riscos de contágios e difusão de epidemias. Para ele, uma das medidas iniciais e simples para prevenir toda a classe escolar de moléstias seria o investimento na “ventilação das casas escolares”. E, assim, sugeria que as autoridades públicas comprassem ventiladores para todas as escolas, isso porque o progresso tinha que ser copiado e reproduzido: “Nas escolas dos Estados-Unidos da America do Norte, existem ventiladores, sendo dois em cada casa escolar”. O candidato dava a entender que ao invés da *gymnastica* os ventiladores combateriam o problema da “asphyxia”, dissipando o “ar alterado pelas exalações do corpo duentios e feridos” (sic), evitando a propagação de determinadas enfermidades “como consequencia o typho e a gangrena”. Também, sugeria que se fizessem jardins ou plantassem árvores em alguns espaços dos estabelecimentos, justificando que era importante para a circulação de ar nos pulmões, que na sua visão, fortalecia o “systema nervoso” e a circulação sanguínea ⁹².

Ao abordar essa questão, Phillipe Leal demonstrou que Antonio Pacífico Pereira limitou a sua análise científica somente para os colégios públicos que funcionavam em prédios da capital baiana, e não teria encarado os dissabores da outra realidade escolar, onde os estabelecimentos funcionavam em casas alugadas. Quando os relatores da *Comissão Examinadora* estiveram nessas minúsculas residências exprimiram suas emoções ao Director da Instrucção com uma interjeição: “onde até ás vezes sente-se na

⁹² “Memoria pedagogica” do concurrente Phillipe Santiago Leal, intitulada “Observações modologicas, methodologicas e pedagogicas”, entregue em 1º de setembro de 1881, concurso que se estendeu até o primeiro semestre de 1882. Série: Instrução Pública, maço 6569. APEB / Seção Colonial e Provincial.

entrada o fetido repulsivo de immundas latrinas!”⁹³. O historiador José Augusto Luz analisou esse estigma que resistiu na escolarização baiana durante a Primeira República, ainda na década de 1920, onde as casas escolares eram consideradas palhoças, geralmente sem mobílias ou iluminação, casas que professores residiam e dividiam a sua atenção entre as tarefas domésticas e familiares com as questões escolares, em tentativas de improvisar acomodações para o contingente de alunos incompatível com a área espacial do cômodo escolar⁹⁴.

Ao encerrar a dissertação, reconhecia que “a educação *physica* [era] a base de todas as outras”, mas que “a moral” era “a mais importante” e por isso, independentemente das dimensões física e intelectual, devia ser imprescindível⁹⁵.

Por enquanto percebemos que dois recém-egressos no magistério pensavam de formas diferentes sobre as questões higiênicas das ciências médicas. Maria Alvellos foi pessimista ao ver no clima e nos costumes dilemas sem solução. Mostrou que a sua leitura acompanhava os jornais da época, e, arriscou trabalhar com um tema polêmico que mesclava pedagogia e medicina. Phillipe Leal, por sua vez, optou por outro conhecimento que grassava no debate científico e a questão da higiene que era a proliferação de doenças pelo ar. Porém, deu a educação moral força suficiente de ser autônoma sobre a educação física e intelectual. Quando Phillipe Leal articulou o conhecimento médico-científico a sua argumentação foi justamente para fortalecer a ideia das autoridades melhorarem e investirem nos espaços escolares.

Ambos não arriscaram fazer nenhuma alusão a questão salarial, isso não quer dizer que eles concordassem com esse quesito, porém, a ocasião não era pertinente para ingressar na profissão fazendo protestos. Mas a consciência de ambos, mesmo na condição de pleitearem a vaga para ainda se empossarem profissionalmente, sinalizava que melhores condições de trabalho eram suficientes para prevenir doenças e restabelecer a saúde de professores e alunos. Sobretudo, concordavam em se eximirem da responsabilidade de ministrarem as aulas com *exercícios gymnasticos* ligados a concepção de *educação physica*. Entendemos que a introdução da *gymnastica* era vista

⁹³ “Documento do Anexo C – *Relatorio da Comissão Examinadora do 1º Districto*”. p. 395/550. Fundo: Relatorios do Trabalho do Conselho Interino, Pasta do ano 1882, Edição 00002 (4), p. 392/550 – 401/550.BN / Hemeroteca Digital.

⁹⁴ LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, 2009. p. 24-26.

⁹⁵ “Memoria pedagogica” do concorrente Phillipe Santiago Leal, intitulada “Observações modologicas, methodologicas e pedagogicas”, entregue em 1º de setembro de 1881, concurso que se estendeu até o primeiro semestre de 1882. Série: Instrução Pública, maço 6569. APEB / Seção Colonial e Provincial.

como uma sobrecarga de funções diante de tantos outros problemas que encontravam e encontrariam nas futuras regências de classe escolar.

1.3 – “*Knowledge is power*”? *Agymnastica* circulando em conflitos: salários, condições de trabalho, ambiguidades científicas e políticas.

Os professores durante as visitas da *Comissão Examinadora do 1º Districto* fizeram as mesmas queixas esboçadas nas dissertações dos alunos-mestres aos relatores, referente aos problemas gerais das casas escolares, e ainda questionavam outro detalhe: o salário. Os relatores chegaram à conclusão que mesmo se as escolas públicas funcionassem em prédios compatíveis as nações civilizadas, com áreas adequadas para a prática de exercícios físicos, diversões, mobílias, ventilação e todas as exigências médico-científicas o “exiguo ordenado de quinhentos mil reis” era um problema para aqueles que ministravam aulas em povoados e arraiais. Quantias que segundo o relatório, era “insignificante”, e resultava na evasão desses profissionais:

“não ha quem queira sujeitar-se a, depois de haver cursado tres annos em uma eschola para obter um grão litterario, partir para logares remotos, onde a vida não póde ter as vantagens que apresentam os grandes nucleos de população, afim de passar o tempo a ensinar as crianças”⁹⁶.

O relatório ainda apresentava outras preocupações e não descartava que os “alunos-mestres” contratados para assumirem essas turmas como professores, por causa do salário, procurassem “trabalhos alheios” para compensar a deficiência salarial⁹⁷. Informação que os publicistas de *O Monitor* raras vezes preocuparam em publicar. Sobre esta questão encontramos ligeiramente um artigo denunciando as adversidades que os alunos-mestres sofreriam ao assumir a profissão já que o ônus do salário estava situado em três condições entre os professores: os que “recebem da provincia casa para morar e dar aula” e conseguiam somar o salário integral mais a gratificação com despesas da casa de forma integral; depois, aqueles que lecionavam em “edificios provinciais, mas pagam as casas de sua residencia” e teriam custos apenas com o aluguel da própria moradia; e, em situação muito pior, aqueles que “não teem

⁹⁶ “*Relatorio da Comissão Examinadora do 1º Districto, 1882*”. Fundo: Relatorios do Trabalho do Conselho Interino, Edição 00002 (4), p. 392/550 – 401/550. Documento do Anexo C. p. 398/550. BN / Hemeroteca Digital. A comissão foi composta pelo Deputado Provincial e abolicionista dr. Frederico Augusto da Silva Lisboa, também o dr. Arthur Americano da Silva, Bemvindo Alves Barbosa e a senhora Agostinha Maria Rosa da Silva.

⁹⁷ Id. Ibid. p. 398-399/550.

pagas pela provincia nem a casa em que moram, nem a escola em que lecionam” tendo que arcar com as despesas do próprio salário⁹⁸.

Parece que a inclusão da *gymnasticanão* despertava o interesse daqueles profissionais porque seria mais uma incumbência na regência de classe escolar cujo salário não sofreria nenhum acréscimo por adicionar mais uma especialização. O fato daqueles professores das escolas primárias não militarem da mesma forma que os médicos e a imprensa pela introdução da *gymnastica*, o que também incluía o debate sobre a inclusão da música, do canto e da dança no programa escolar, muitas vezes resultava na acusação, por parte da imprensa, de serem os responsáveis pela debilitação educacional. Oito anos depois de toda aquela dissensão, o jornal liberal *Diario do Povo* de 23 de janeiro de 1889 ainda mantinha essa imagem ao culpá-los pela não introdução da *mens sana in corpore sano* no método intuitivo dizendo: “o professorado não tem patriotismo bastante para sacrificar-se em prol do futuro nacional”⁹⁹.

Retomando aquele debate, o conflito de ideias continuou, agora em outra arena que acomodasse as três bandeiras: os esculápios, os políticos e os publicistas de *O Monitor*. E o embate também aumentava quando eram apontadas as rivalidades que ocorriam dentro da própria instituição médica da Bahia.

Na terça-feira, 3 de maio daquele mesmo ano, os redatores faziam uma cobrança a Assembleia Provincial exigindo uma postura mais científica de “grande numero de medicos” eleitos que legislavam para o povo, “e entre elles quatro lentes da Faculdade de Medicina”. Não satisfeitos, o jornal citava indiretamente de quem se tratava ao dizerem que “um desses lentes occupa[va] a cadeira de physiologia”, disciplina considerada fundamental por aquele veículo de informação e pelo médico Pacífico Pereira para racionalizar e modernizar a pedagogia. O artigo era direcionado ao deputado da Província e doutor fisiologista, Jeronymo Sodré Pereira, que na Assembleia Provincial fazia parte dos parlamentares que compunham a Comissão de Instrução. O jornalista ainda comentou querendo uma resposta, ou mesmo uma reflexão, que os convencessem do porquê os legisladores não agirem como médicos cientistas, barrando as prescrições de Pacífico Pereira ao dizer: “Pode, portanto, a Assembléa, para quem nestas linhas appellamos, decidir si, escrevendo-as, temos razão ou não”¹⁰⁰.

⁹⁸“Gratificações a professores”.Jornal *O Monitor*,3 de Agosto de 1881.BPEB / Seção Jornais Raros.

⁹⁹“Mens sana in corpore sano”. Jornal *Diario do Povo*, 23 de janeiro de 1889. p. 1. BPEB / Seção Jornais Raros.

¹⁰⁰“Em nome da Physiologia”.Jornal *O Monitor* de 3 de maio de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

Para o redator a reforma da instrução publica de 5 de janeiro ofendia a fisiologia e o deputado como médico especialista na área, tinha o dever de abraçar as manifestações de Pacífico Pereira a favor da *gymnastica*. Era necessário deixar de lado “os interesses pessoais e as paixões partidárias sobre os grandes e elevados princípios do bem e do direito, que é para um homem desanimar de obter nunca justiça”. O articulista ainda transcrevia um apelo sentimental deixando transparecer que ao presenciar tais procedimentos naquela política exigia a força de um homem determinado para encarar a sua profissão “mas é certo também que não se pode, sem fé, ser jornalista”¹⁰¹.

Na sua ótica, era inadmissível um fisiologista não dar atenção a uma matéria que seria importante para qualificar os professores e professoras, que saíam das escolas normais “mal constituídos de corpo e de espírito” para encarar a vida árdua da profissão¹⁰².

Por enquanto, notamos que havia fraturas existentes na Faculdade de Medicina. Essas rivalidades entre colegas médicos ocorria nacionalmente. Não era uma singularidade baiana. A historiadora Gabriela Sampaio teria analisado como a classe médica não representava um grupo intelectual e profissional homogêneo. Ao longo do século XIX, na Corte Imperial, era um grupo que lutava para adquirir legitimidade entre enfrentamentos de colegas e fortes hostilizações internas, fazendo dessas divergências uma “trincheira”. Por outro lado, esse contexto de interesse das autoridades públicas em higienizar a sociedade que teria criado a oportunidade da classe médica assumir o papel de porta-voz da ciência. De acordo com a historiadora apenas com o desmantelamento da monarquia e a proclamação da República, a partir de 1890, somado ao intuito de afastar as práticas e hábitos monárquicos considerados ultrapassados, permitiu que os médicos recebessem uma atenção diferenciada¹⁰³.

Na Bahia há de certa forma outra complexidade esboçada. Se a higiene permitiu uma junção entre os esculápios cariocas, na Bahia, mesmo os médicos que comungavam de referenciais teóricos similares, como era o caso de Pacífico Pereira e Jeronymo Sodré, divergiam por outros caminhos. Tudo indica que a participação política em diferentes seguimentos sociais fora dos muros da Faculdade de Medicina, extrapolassem para dentro da Assembleia Provincial, mesmo sabendo que era um lugar

¹⁰¹ Ibid.

¹⁰² Ibid.

¹⁰³ SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “*Nas trincheiras da cura...*”. p. 41-46.

reservado para os parlamentares representarem um conjunto mais abrangente de interesses e posicionamentos. No entanto, não descartamos o fato das intrigas ou reservas entre os representantes das seções médicas da Faculdade transbordarem para fora do recinto médico e por posicionamentos políticos partidários e ideológicos barrarem as tentativas ou aproximação do médico Pacífico Pereira.

Pacífico Pereira já teria provado o gosto amargo dessas intrigas quando em 1877 elaborou uma série de dez artigos¹⁰⁴, posicionando-se contra os deputados médicos que, em sua maioria, acumulavam as funções de profissionais médicos e professores da Faculdade ou estabelecimentos de ensino. Acusava-os de não fazerem nenhum esforço para reformar a legislação sanitária e o ensino médico da Província¹⁰⁵.

Além da antipatia a Pacífico Pereira, arriscamos observar que as colisões poderiam ser medidas nos posicionamentos políticos de ambos os médicos, mesmo tendo em comum a identidade de serem vanguardistas e reformadores. De um lado, o jovem tropicalista¹⁰⁶ Pacífico Pereira, que fazia críticas às reformas médicas e de instrução pública na linha higienista. Era um importante médico representante da Seção de Ciências Cirúrgicas e Diretor-Editor da revista *Gazeta Médica da Bahia*. Embora tivesse iniciado as primeiras publicações da revista médica que dirigia ao lado do republicano Vírgilio Climaco Damásio, não encontramos informações sobre o seu parecer e participação referente ao movimento republicano da Faculdade de Medicina. Também, diferente do seu irmão mais moço, que era médico e abolicionista, Manoel Victorino Pereira¹⁰⁷, não encontramos vestígios da sua participação nas sociedades abolicionistas da época.

Do outro lado, o outro tropicalista, Jeronymo Sodrê Pereira, que além de ser deputado provincial e fisiologista, era o líder da Seção de Ciências Médicas e dividia a cátedra com a sua postura abolicionista, sendo o primeiro parlamentar baiano a

¹⁰⁴ *GMB*, Faculdade de Medicina da Bahia, IX, n. 1 a 10, 1877. BPEB / Seção de Jornais Raros.

¹⁰⁵ PEREIRA, Antônio Pacífico. *Memória sobre a Medicina na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. IGHB / Biblioteca.

¹⁰⁶ Trataremos da influência da Escola Tropicalista sobre o médico e as questões raciais no Capítulo II.

¹⁰⁷ Sobre o médico Manoel Victorino de Oliveira veja: OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992. pp. 223-225. NUNES, Antonietta d'Aguiar. *O primeiro projeto de reforma educacional na Bahia: os atos de Manuel Victorino Pereira*. Disponível em: <<<http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v08n28/v08n28a07.pdf>>> Acesso em: 20 de setembro de 2014 às 11:55 hs.

apresentar um projeto de lei para extinguir a escravidão. Durante as dissensões sobre a *gymnastica* ocupou suas atenções na “campanha nacional de libertação dos escravos”¹⁰⁸.

Quando o jornal *O Monitor* apelava para que o deputado provincial e médico fisiologista colocasse em prática a sua especialidade médico-científica, deixava de lado as outras atribuições que poderiam ter pesado na escolha de D. Romualdo Seixas em indicá-lo, e ter preterido Antônio Pacífico Pereira, para a equipe médica que acompanhava os relatores. Em resumo, Jeronymo Sodré não era próximo do Diretor de Instrução por causa apenas do abolicionismo. Entretanto, tinha outros predicadosseu com experiência na área pedagógica, por exemplo, acumulou as funções de diretor e professor de História durante décadas no Lyceu Provincial. O segundo médico escolhido foi Virgilio Climaco Damásio, que no mesmo estabelecimento de ensino era professor de química e física¹⁰⁹. Em outras oportunidades, o irmão de Pacífico Pereira, Manoel Victorino Pereira havia substituído ambos os colegas. Geralmente os médicos Jeronymo Sodré e Virgilio Climaco, tidos como representantes da pedagogia, compunham a cúpula responsável pela instrução pública: Direção e Comissão Litteraria. Já Jeronymo Sodré, por ser deputado ainda integrava a Comissão Parlamentar de Instrucção Publica.

Porém, não podemos desamararr os laços ideológicos e partidários cuja influência abolicionista ligava o Cônego Romualdo Barroso aos médicos escolhidos. Ao que parece, a relação era estreita. Em 27 de setembro de 1881 Jeronymo Sodré Pereira, a convite do próprio D. Romualdo Barroso, integrou a comissão especial que participou da “exposição de Geographia e Historia Patria na Biblioteca Nacional”, ao lado dos amigos abolicionistas de longas trajetórias naquelas sociedades emancipacionistas, Virgilio Climaco Damasio e o deputado dr. Frederico Augusto da Silva Lisboa¹¹⁰.

¹⁰⁸ Sobre essa qualidade, Eduardo de Sá Oliveira lembra que o Conselheiro iniciou na Câmara em 1879. Veja em “*Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia...*”. p. 247-248. Para mais detalhes veja: BLACKKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, 3, p. 309.

¹⁰⁹ “*Quadro de Professores e empregados do Lyceu Provincial*”, Fundo: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, pasta ano 1882, Edição 00001 (2), p. 192/258. BN / Hemeroteca digital. Sobre Virgilio Climaco Damasio, em especial, veja BLACKKE, A. V. A. Sacramento. “*Diccionario Bibliographico Brasileiro...*”. 7, p. 389.

¹¹⁰ “*Relatorio dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo*”, pasta ano 1882, Edição 00001 (1), p. 53/268. BN / Hemeroteca digital. Disponível em: <<<http://hemerotecadigital.bn.br/>>>. Luiz Anselmo da Fonseca afirma em “*A escravidão, o clero e o abolicionismo*” que Jeronymo Sodré Pereira, Virgilio Climaco Damasio e Frederico Augusto da Silva Lisboa tinham um vínculo mais antigo quando em 1852 os dois primeiros fundaram com outros alunos da Faculdade de Medicina uma sociedade abolicionista denominada 2 de Julho. A trajetória de Frederico Lisboa iniciou-se aos demais a partir da década de 1870

Independente das análises e conjecturas sobre as motivações reformadoras que se colidiam entre os esculápios, não encontramos a resposta do fisiologista, professor e deputado sobre a irrelevância que ele atribuía à *gymnastica* e, assim, o método de ensino Pestalozzi continuava incompleto na concepção higienista. A reforma passava por sucessivos debates e a *educação physica*, sempre defendida a partir de argumentos científicos, era normalmente descartada sem nenhuma explicação científica por parte dos deputados médicos. As hesitações para oficializar um novo currículo escolar com constantes mudanças resultavam em desentendimentos, trocas ou permanências de disciplinas variadas, principalmente as que estavam ligadas ao ensino de idiomas, e as indefinições sobre a *gymnastica*. Os impasses e conchavos na montagem da reforma e do regimento da instrução pública recebeu a alcunha pelos redatores de *O Monitor* de a “Babel da Instrução Pública”¹¹¹.

“Babel” era um adjetivo comum naquela época para se referir a qualquer circunstância conturbada, ininteligível e atípica. Porém, mesmo a metáfora se referindo de forma geral a uma confusão, ao tratar das críticas a instrução pública, ironicamente, invertia os enredos e as suas tramas. A confusão descrita nas Escrituras Sagradas que ocorreu durante a construção da Torre de Babel, narra o mito de origem dos diferentes idiomas que circulam pelo mundo, tido como uma providência divina para que a variedade de diálogos não permitisse que os construtores da torre de Ninrode se entendessem e concluíssem a edificação que tinha o objetivo de chegar aos céus, mais precisamente, além das nuvens. A incompreensão linguística entre aqueles homens possibilitou o fim da condição servil imposta a eles por Ninrode. Livres, migraram para outras regiões com o objetivo de povoarem o mundo, segundo o desejo do deus hebreu¹¹².

Na plenária dos políticos baianos, todos falavam a mesma língua, eram homens acadêmicos ou profissionais liberais de diferentes ramos intelectuais, mas não conseguiam se entender quando se falava em instrução pública e os usos das ciências. Percebemos a confusão quando fizeram a cisão vista como inaceitável cientificamente entre *gymnastica* e *educação physica*. Inaceitável também era a questão dos idiomas, os

prestando serviços a Sociedade Libertadora 7 de Setembro e participando mais assiduamente na Sociedade Libertadora Bahiana, depois, em 1883, denominada Sociedade Abolicionista Bahiana. Veja em FONSECA, Luiz Anselmo da. “A escravidão, o clero...”. Bahia: Imprensa Economica, 1887. p. 244-250.

¹¹¹ “A Babel da Instrução Publica”. Jornal *O Monitor*, 20 de julho de 1881. BPEB / Seção de Jornais Raros.

¹¹² Para acompanhar a narrativa sobre o assunto leia “Gênesis 10:1, 8-10 e 11:1-9”. *Bíblia Sagrada*. Contendo o antigo e o novo testamentos; traduzidos em português de acordo com a Vulgata Latina pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Novo Brasil Editora, [s.d.]. IGHB / Biblioteca.

redatores exigiam uma análise mais criteriosa da comissão para a escolha das línguas estrangeiras e os métodos das aulas teóricas e práticas. Com todos esses problemas, ao que parece, essa era uma forma jocosa dos jornalistas presumirem que a confusão instalada na Assembleia Provincial teve um efeito reverso da Babel bíblica: enfraqueceu as inteligências humanas. Em suma, se os cativos de Ninrode saíram pelo mundo espalhando novas línguas, os deputados provinciais ao invés de produzirem uma variedade de conhecimentos mesmo falando um único idioma, cercavam a sua expansão com um programa incompreensível na visão dos redatores de *O Monitor*, como se transitassem da reforma à deforma.

Desde quando o Barão de São Francisco lançou a reforma, houve uma parcela de parlamentares que segundo *O Monitor* de 29 de julho de 1881,

“surgiram contra a monstruosa reforma não somente as censuras da oposição, liberal dissidente e conservadora, como ainda a critica de uma gazeta scientifica [Gazeta Médica da Bahia] não filiada a nenhum partido, e que a combateu em nome dos preceitos ensinados pela medicina.”¹¹³

Embora o jornal contestasse anteriormente que existiam deputados médicos que não faziam esforços para atender as orientações da “gazeta scientifica”, neste noticiário já defendia que alguns conservadores e liberais dissidentes também não aceitavam a reforma. Porém, é importante perceber que o estatuto de ciência estava sendo forjado a partir da higiene com a roupagem da “neutralidade política”¹¹⁴.

A questão da ciência ser caracterizada como neutra, não quer dizer que os médicos estivessem impedidos de se posicionarem politicamente. Até agora observamos que existiam deputados médicos na Assembleia Provincial que militavam em bandeiras sociais diferentes como o próprio referido Jeronymo Sodré Pereira. Mas a ideia do articulista é enfatizar que a medicina atuava de forma apartidária como um saber técnico e científico que sempre estaria à disposição da vida humana por excelência, através dos cuidados físicos e mentais como meio de prevenção e combate independente das posições políticas e pessoais entre médicos e pacientes, ou ainda, instituição médica e sociedade. A função da medicina transcendia o partidarismo porque a responsabilidade do médico era apresentar o quadro clínico através de um diagnóstico validado pelos meios experimentais do cientificismo, para identificar os procedimentos que deviam ser colocados em prática e obter resultados considerados racionais e saudáveis à vida

¹¹³“A instrução publica e suas reformas”. Jornal *O Monitor* de 29 de julho de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

¹¹⁴CHALHOUB, Sidney. “*Cidade Febril...*”.

humana. Porém, não podemos desconsiderar os elementos analisados por Mészáros que apontam para uma ciência que se coloca a serviço da ideologia dominante para fortalecer as estratégias de controle social¹¹⁵. Questioná-la é entrar em uma briga desigual, pois, por ter a ciência o escudo da racionalidade, opor-se a ela, automaticamente, torna o contestador um irracional.

Era esse o peso que a imprensa trazia ao classificar a “gazeta científica não filiada a nenhum partido”. O articulista apelava para que os signatários e correligionários do governo provincial deixassem suas mágoas e supostas rivalidades com os ideais de Pacífico Pereira, por que a ciência era colocada nos dois lados da moeda como imparcial e racional, ou seja, inquestionável:

“*Knowledge is power*, disse Racon: a sciencia é poder.

Eis o axioma que não precisa demonstração.

Si em todos os tempos a sciencia tem sido poder; si ainda mesmo quando as noções verdadeiras do interesse individual e social andavam mais obscurecidas, eram as raças mais adiantadas, os povos mais instruidos que predominavam, embora fossem menos numerosos e se achassem em condições mais difficies, como é que hoje, depois dos grandes ensinamentos da historia contemporanea, hoje que a sciencia se desenvolve-se e cresce tão rapida e espantosamente, sendo a grande arma invencivel na eterna e formidavel “luta da vida”, hão de as nações modernas descurar o elevadissimo interesse da instrucção publica?”¹¹⁶.

A ciência era a grande aposta da “historia contemporanea” para tornar as “nações modernas” e as suas prescrições eram uma “grande arma invencível”. A citação encerrou com um questionamento de uma certa maneira que exigia um espaço para a ciência enquanto estatuto social na “instrução publica” pela comprovação histórica do axioma dos vencedores: “sciencia é poder”. Na ótica do articulista, a história da humanidade comprovava que os povos que dominaram as ciências, mesmo em uma época que a demografia era menor e não havia os avanços tecnológicos vivenciados em plena *Belle Époque*, eram aqueles que “as raças [eram] mais adiantadas, os povos mais instruidos que predominavam”. Daquele modo, atender as indicações higiênicas era a forma de preparar o corpo para encarar a “eterna luta da vida” e acompanhar os progressos.

Os rastros deixados pelo jornal *O Monitor* se despedem de nossas análises, mas os políticos, os médicos e autoridades públicas da instrução continuavam formulando suas diferentes tramas para a *educação physica*. Assim como, existissem outras

¹¹⁵MÉSZÁROS, István. A ciência como legitimadora de interesses ideológicos. In.: MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004. pp. 243-273.

¹¹⁶ “A instrucção publica e suas reformas”. Jornal *O Monitor*, 29 de julho de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

interpretações em aceitar as determinações das ciências, embora fosse compartilhada a ideia de que a própria história da humanidade comprovava como o avanço social era estimulado pelo domínio do saber científico. Esse convencimento não evitava a contestação parcial.

Em 20 de março de 1882, o aluno-mestre Amancio Ramos Freire apresentava a sua memória pedagógica, concorrendo com o candidato Phillipe Leal à segunda cadeira da Freguesia dos Mares. O certame exigia a elaboração de uma dissertação que argumentasse a importância da História enquanto matéria escolar ¹¹⁷.

Amancio Freire elaborou a sua “memoria pedagogica” em formato de tese, intitulado a sua introdução por “Advertencia” iniciava demarcando o lugar e a relevância profissional dos professores nas relações sociais. Para ele, médicos e pastores, personagens que coincidentemente confabulavam separadamente as ideias reformadoras para a instrução pública, eram dois grupos cuja finalidade tinha em comum a “cura da alma”. Já os preceptores estavam exclusivamente pautados “pela lucta da inteligencia”, o que nos leva a refletir que o uso desta expressão era uma forma de responder à imprensa que usava o termo spenceriano “lucta pela vida” quando enfatizava o desenvolvimento científico e suas recomendações como essencial ou inseparável do progresso humano. Assim, comparou-se com o médico e o pastor, questionando que até aquelas categorias precisaram de um professor para tornarem suas carreiras concretas:

“seu sacerdocio [do professor] é sublime, quando sua missão para o mundo intellectual é superior a do medico, que cura da materia, ou do pastor que propaga a fé; porque estes se aproveitão do trabalho d’aquelle, se quer ver fructificar sua doutrina?”¹¹⁸.

No auge do debate acerca da *educação physica* e a não inclusão da prática da *gymnastica* as palavras do candidato a professor aflorou o interesse na delimitação nas áreas de atuação de diferentes setores sociais e profissionais específicos.

Isso não quer dizer que o aluno-mestre não reconhecesse que os representantes das ciências médicas também tinham uma importância social, assim como os religiosos. Mas era a sua classe que ele deixava em evidência quando sugeria que ambos, médicos e pastores, somente chegaram em tais categorias porque tiveram um professor para

¹¹⁷ “Memoria pedagogica do alumno-mestre Amancio Ramos Freire, intitulada: O Ensino da Historia Debaixo das Condições Methodologicas”. Série: Instrução Pública, maço 6569. APEB / Seção Colonial e Provincial.

¹¹⁸ Id. Ibid.

desenvolver o intelecto no nível suficiente e deixá-los preparados. Assim, era uma forma de exaltar o ofício do preceptor, firmá-lo como o alicerce da base social e, por isso, imprescindível para a discussão em torno da civilização e progresso.

Para o aluno-mestre a “*Sciencia Pedagogica*” estava habilitada para escolarizar o progresso humano porque fazia da escola o objeto específico e exclusivamente metodológico¹¹⁹. Assim sendo, pedagogia e história eram tidas como ciências que amparavam os professores porque estavam vinculadas especificamente a instrução e educação. Entendemos que a ideia era declarar que os professores tinham seus aportes teóricos que por si só poderia configurar seu currículo escolar de acordo com as necessidades indicadas por eles. Nesse sentido, se os jornalistas apoiavam as ideias médico-higiênicas tentando aproximá-las com os religiosos, ou, legitimá-las com o axioma “a ciência é poder”, a leitura da dissertação do candidato Amancio Freire permite a seguinte provocação: o poder de qual ciência e em que área específica?

Podemos entender que, por ter a educação uma ciência específica, as ciências médicas estavam invadindo um território do qual não tinha o aval, ou sofreria a resistência de uma parcela dos professores. Pelo menos, os recém-egressos como Maria Alvellos, Phillipe Leal e Amancio Freire. Mesmo Pacífico Pereira e os redatores de *O Monitor* utilizando referenciais teóricos ligados à pedagogia da época, como Friedrich Froebel, a concepção de *hygiene escolar* que se conectava a noção de *educação physica*, era vista de forma diferente. Assim, entendemos que Amâncio Freire sugeria que as ciências tinham as suas especialidades e deviam respeitar seus limites, demarcar suas fronteiras, para colaborarem de forma eficiente nas suas respectivas modalidades.

Quando Amancio Freire enfatizou a importância da dimensão “intellectual” no “sacerdocio sublime” da sua profissão, percebe-se que não se colocava muito favorável a tríade vertical do *mens sana in corpore sano*, ou seja, para ele o intelecto era o começo para chegar a moral e organizar a sociedade. É interessante perceber a escolha dele quando elaborou o questionamento introduzindo um pastor e não um padre. Por ser a Instrução Pública regida majoritariamente por católicos, até parece que foi uma medida cautelar para que sua dissertação não corresse nenhum risco de ter uma avaliação tendenciosa, e o exemplo com um padre, fosse um possível critério de eliminação no exame. Inferimos que o jovem Amancio Freire queria deixar bem claro que médicos, pastores (religiosos) e professores se integravam por uma vértebra: o

¹¹⁹ Id. Ibid. p. 4

intelecto. Porém, cabia a cada um desses intelectuais reconhecer a sua função social. Já os professores eram tidos, na sua ótica, com grande vantagem por ser a educação o ramo específico deles, e, nesse caso, teriam mais conhecimento científico ou especializado para serem atendidos e resolverem suas pendências higiênicas.

Se havia a tentativa de colocar as ideias médicas em prática como verdade fundamentada na ciência, logo a disputa de ‘verdades’ seria travada e contra-argumentada porque outros ramos científicos se justificariam na mesma perspectiva: a incontestabilidade da razão.

E essa questão de justificar a neutralidade da ciência-higiênica e sua verdade racionalmente incontestável precisava ser analisada também pelos médicos em geral. Por exemplo, um pouco mais de um ano depois, a polêmica continuava e a trigésima sessão ordinária de 8 de maio de 1883¹²⁰, na Assembleia Provincial debatia os rumos que a instrução pública teria. O deputado Tosta Filho ocupou-se com o art. 1º do regulamento de 5 de janeiro de 1881 e das emendas da comissão que trataram da deliberação do ensino primário obrigatório.

Os representantes liberais estavam, “à exceção de um delles”, inteiramente acordados sobre a “verdade científica do principio da obrigatoriedade”, mas alegavam que era inoportuna aquela medida, quer na capital, quer nas “cidades mais importantes”, porque faltavam os meios financeiros de tornar a lei exequível. As discussões anteriores não chegavam a uma conclusão de quando o regulamento seria aplicado e aquele debate, pelo menos, visava enxugar o programa escolar e fazer um que se “coadune com as exigencias da civilização moderna”.

Durante o discurso de Tosta Filho, sob a manifestação com palavras de apoio de seus colegas, o deputado defendia uma disciplina de “instrução cívica” no programa das escolas primárias para construir os valores patrióticos e o sentimento de identidade nacional, ao dizer:

“É conseguintemente de toda conveniencia, de subido valor, não só para os individuos, como para a sociedade, que cada cidadão, desde a infancia, aprenda a conhecer os direitos e deveres nas relações que prendem com os governantes aos governados, as instituições políticas de sua patria e o seu mecanismo, embora perfeitamente”¹²¹.

¹²⁰“30ª Sessão Ordinária da Assembleia da Província da Bahia.” *Jornal Gazeta da Bahia*, 2 de Junho de 1883. BPEB / Seção Jornais Raros.

¹²¹ *Ibid.*

O deputado defendia que a cidadania era um marco importante e as escolas deviam ter a instrução cívica associada aos rudimentos de ciências físicas e naturais para levantar “o véo que occulta[va] os olhos dos ignorantes”. Porém, mesmo tratando do ensino público gratuito e obrigatório a “comissão não prop[unha] o ensino d’estes rudimentos para todas as escolas primarias, mas somente para as da capital e das cidades mais importantes”¹²².

Durante todo o discurso, o parlamentar deixava claro que a preocupação voltava-se a ideia de civilização e progresso, por isso, a urgência em criar políticas que educassem através do patriotismo. É quando se encerrou o discurso e o deputado e médico Alfredo Martins da Silva, pai do renomado médico Pirajá da Silva, foi o primeiro a tomar a palavra, e, afirmando estar interessado na ideia do civismo, pediu ao membro da comissão que “o canto faça parte do programma das escolas”. De imediato, tomou a palavra o colega Garcia Pires que solicitou um “aparte” e reiterou: “E a *gymnastica*”¹²³.

O deputado Garcia Pires foi ignorado enquanto Alfredo da Silva e Freire Filho debatiam intensa e exaustivamente a relevância do canto nas aulas. Freire Filho contra-argumentava enfatizando as desvantagens em lecionar, já que os normalistas como futuros professores não eram e nem estavam sendo habilitados para tal função. A intensidade do debate foi intercedida pelo Barão de Villa Viçosa que também consolidou a ideia do deputado Freire Filho e tomou coroa a inviabilidade da aula de canto por não terem as escolas normais como instruir os professores a ministrarem em tempo hábil.

Sem convencer a importância da inclusão do canto nas aulas, então, o deputado Alfredo da Silva resolveu justificar porque não apoiava a inclusão da *gymnastica*: “A *gymnastica* lembrada pelo nobre deputado [Garcia Pires] como devendo fazer parte do programma escolar, no meu entender não é tão util quanto o canto.” E Freire Filho, por um rápido instante, até admitiu e reiterou dizendo o que achava: “a *gymnastica* é preterível”¹²⁴.

O barão de Villa Viçosa apimentou as opiniões dos colegas, retrucou e interferiu lançando a dúvida: “N’este paiz acho que não.” Ao mesmo tempo em que Freire Filho

¹²² Ibid.

¹²³ Ibid.

¹²⁴ Ibid.

ouviu o colega parlamentar, se convenceu da ideia dizendo: “N’este paiz como em outro qualquer deve haver o desenvolvimento da musculatura”¹²⁵.

Alfredo da Silva, insatisfeito com os rumos da conversa usou a sua erudição médica, embora contraditória, e resolveu combater novamente inclinado pela ideia das diferenças climáticas dos trópicos:

“A necessidade da gymnastica não é tão imperiosa como a do canto, porque sendo a Bahia um paiz de clima quente, a circulação mais accelerada do que na Europa, por exemplo, e a transpiração se faz aqui com muito mais facilidade do que lá.

O exercicio da gymnastica não é para provocar a transpiração e sim para desenvolver a musculatura.

Accresce que o menino sendo externo, no trajecto de sua casa á escola, faz gymnastica particularmente”¹²⁶.

O Barão de Villa Viçosa ficou satisfeito com o diagnóstico, afinal, o colega parlamentar era um médico, assim, aceitou facilmente a ideia e deu a entender que as crianças eram peraltas o suficiente para exercitar a musculatura, dizendo: “E as vezes fazem mais gymnastica do que é preciso”. Mas Freire Filho, depois do intenso debate sobre a inviabilidade das aulas de canto, resolveu comprar mais uma briga e corrigiu o médico, informando-o de forma objetiva que havia uma diferença entre ser transeunte ou saltimbanco com o exercício físico de orientação científica: “Não é gymnastica acrobatica, é o exercicio do desenvolvimento da musculatura”¹²⁷.

Alfredo da Silva foi um pouco duro e resolveu dar um fim no diálogo mostrando que mesmo sendo médico lhe faltava o conhecimento necessário para debater com o colega: “Não contesto a conveniencia da gymnastica, mas dou preferencia ao canto.” Esse comentário daria continuidade a uma série de entraves entre os dois parlamentares, que se engalfinhavam durante aquela sessão ordinária. A *gymnastica* foi sumindo do diálogo da mesma forma que não aparecia no programa escolar.

Essa passagem é importante para percebermos que mesmo havendo médicos na Assembleia Provincial não eram todos que acompanhavam os artigos publicados na revista especializada da própria Faculdade em que também trabalhavam. O desinteresse pela leitura podia ser motivado pela rivalidade médica, ligada aos referenciais teóricos e metodológicos, ou somente pela opção política partidária. Lembremos que Pacífico Pereira também utilizava o periódico médico *Gazeta Médica da Bahia* como um veículo de resposta as suas insatisfações e compunha um grupo de intelectuais que

¹²⁵ Ibid.

¹²⁶ Ibid.

¹²⁷ Ibid.

questionavam veementemente o radicalismo do determinismo climático do qual Alfredo da Silva alegou a ineficácia da *gymnastica* por ser “a Bahia um paiz de clima quente, a circulação mais acelerada do que na Europa”. Contudo, a opção determinista, ou ainda, a ausência de leitura ou ignorar os conhecimentos da *Gazeta Médica*, colocou Alfredo da Silva em demérito frente ao seu colega parlamentar, isso porque sequer sabia, ou talvez não fazia questão de diferenciar a *gymnastica acrobatica* da *gymnastica hygienica*.

Embora fosse médico, Alfredo da Silva se preocupava com outras questões que, a seu ver, estavam supostamente fora da explicação científica-higiênica. Entre elas a introdução de uma disciplina com noções de agricultura. Para o deputado e médico essa era uma medida mais que necessária: “o nosso paiz é essencialmente agricultura” e por isso os alunos deviam ser “conscientizados” para dar continuidade a um serviço cuja escravidão tinha os dias contados ¹²⁸.

Se tinha um argumento bastante comum entre os parlamentares era que os cofres públicos não tinham condições nenhuma de arcar com as despesas educacionais na vastidão territorial da Bahia. O que dava a entender que, se a instrução pública queria atingir o patamar das nações civilizadas, não era a *mens sana in corpore sano* que resolveria essa desigualdade, mas disciplinas que tratassem da questão cívica e na formação do trabalhador para moralizar a nação. No caso de Alfredo da Silva importava exclusivamente uma disciplina para o trabalho agrícola. Até mesmo a defesa da disciplina do canto entrou nessa lógica, quando o deputado intercedeu nas falas, assumiu que só achava interessante a sua introdução para condicionar os alunos a “harmonia”, ou seja, manter a ordem, sem rebeldia.

Em 1884, Pacífico Pereira publicava um artigo como resposta a indisposição dos políticos cuja morosidade evitava aprovar a reforma educacional nos moldes científicos, sobretudo o que se referia a aceitação em regulamentar as aulas de *gymnastica*. Afirmava que o papel dos médicos enquanto representantes da ciência era cobrar das autoridades ações que permitissem acompanhar o progresso das “nações mais cultas”. Parecia uma indireta para os médicos parlamentares, por isso corroborava que suas orientações estavam baseadas no conhecimento científico e não em posturas pessoais. Assim, era necessário agir o mais rápido possível para mudar o quadro social e a educação porque os *exercícios gymnasticos* eram o acesso mais sólido para “promover

¹²⁸ Ibid.

o desenvolvimento harmonico de todas as suas faculdades, realizar, se é possível, o ideal de perfectibilidade humana, de modo que o individuo possa prestar a si, á familia, á sociedade, a maior somma de serviços uteis”¹²⁹.

Em outras palavras, Pacífico Pereira respondia aos colegas de profissão e deputados como Alfredo da Silva que a sua proposta de *educação physica* tinha as qualidades que os mesmos procuravam para a instrução pública podendo contribuir para a formação do cidadão, a ordem social, pessoas que pudessem servir à família e a sociedade, e muito mais que isso: assegurar a “perfectibilidade humana”.

O médico assumia uma postura mais incisiva das autoridades públicas ao afirmar que “compete ao Estado a iniciativa, quando os povos não podem ainda libertar-se de sua tutela em empreendimentos de tão graves onus, e de grande alcance.” Não adiantava os políticos dizerem que as finanças eram insuficientes! Investir em educação com os princípios da higiene era uma proposta civilizadora e uma maneira de fazer uma edificação social, mas não em meio a uma “Babel da Instrução Publica”, precisava de um planejamento. Era o ano de 1884 e a mesma reforma em debate, a seu ver, com vagarosos passos. E o médico apregoou mais uma de suas críticas:

“o merito se aquilata pela subservencia partidaria, e os espiritos subordinam suas crenças a uma falsa disciplina; em que a policia dos partidos escravisa o individuo, e em vez de fazel-o amar a liberdade, cultivando a sciencia, tira-lhe a autonomia que é o caracter distinctivo de sua individualidade, comprime-lhe o cerebro n’um molde estreito, de interesses que não são os do paiz, de conveniencias que não são as do bem publico, e faz penetrar sua influencia pernicioso e abominavel até as regiões mais serenas e tranquillias d’esse mundo scientifico, em que devia reinar sempre a paz do espirito que é a irradiação da luz divina”¹³⁰.

Percebe-se que a crítica recaía sobre todos que postergavam as iniciativas médicas para implantar o novo projeto educacional o que também incluía reivindicar o estatuto das ciências. Expressões como “falsa disciplina” e “tira-lhe a autonomia e comprimi-lhe o cerebro n’um molde estreito” são confrontadas com a ideia de se pensar no coletivo, no projeto de nação que era deixado de lado para pensar em benefícios próprios. Ao falar em “subservencia partidaria” e na “policia dos partidos escravisa o individuo” parecia formular uma crítica que atingisse os cientistas e deputados conservadores, liberais dissidentes e deputados médicos que não aceitavam a reforma de 5 de janeiro de 1881 e o regimento interno das escolas públicas, mas não se

¹²⁹ Antonio Pacífico Pereira. “As Reformas do Ensino Médico no Brazil”. Seção Hygiene das Escolas. *GMB*, Janeiro de 1884, XV, 7. p. 305. FAMEB / UFBA.

¹³⁰ Id. *Ibid.* p. 307.

posicionavam, preferiam manter as suas coligações políticas e consolidar as trocas de favores e atendimentos individuais aos coletivos. Na visão de Pacífico Pereira seus colegas eram dominados por uma “influencia perniciosa e abominavel até as regiões mais serenas e tranquillias d’esse mundo scientifico”.

A casa legislativa da Bahia tinha ideias que se aproximavam aos princípios higiênicos preconizados na *educação physica* como civilizar os costumes, dar instrução cívica, formar trabalhadores aptos para as incertezas vindouras. As diferenças eram poucas, percebemos que a ciência, ou pelo menos a de cunho higiênico, não era bem quista pelos parlamentares. Também, a ideia de investir na instrução da agricultura ao invés do preparo para a indústria só tinha uma similitude: formar força de trabalho.

A mesma preocupação que assaltava Pacífico Pereira e os redatores de *O Monitor* que denunciavam os “interesses pessoais e partidarios” pode ser observada nas falas do deputado Alfredo da Silva. É como se ele estivesse preocupado exclusivamente com uma das forças da civilização e progresso que transformou as relações sociais e estava prestes a ocorrer por aqui: a substituição dos cativos por trabalhadores assalariados. Principalmente com os rumos e a intensidade que o movimento abolicionista estava dando à sociedade urbana e os escravos das lavouras naquele ano¹³¹. Logo, preparar jovens para a agricultura atendia diretamente os anseios das oligarquias baianas para ocupar o lugar que ainda funcionava com as mãos escravas.

Portanto, concluímos que a *gymnastica hygienica* propunha uma dissensão em diferentes setores, cujas alianças e intrigas funcionavam como estratégias de grupos antagônicos para tentar incluir, ou permanecer excluída, a ideia de *educação physica* aos moldes das ciências médicas. A complexidade esboçada aflorou alianças entre a imprensa, especificamente o jornal *O Monitor*, e o médico Pacífico Pereira. A Igreja que como responsável pela instrução cujo regimento e a gestão pesaram para a concepção da moral religiosa, não se pronunciou, mesmo a imprensa esboçando a tentativa de

¹³¹ O historiador baiano Santana Neto trata como os abolicionistas, libertos e militantes, fiscalizavam os trabalhos do Fundo de Emancipação da Bahia, reivindicando e fazendo intervenções quando necessário. Entre as estratégias destacou a atuação política da imprensa que pressionava as autoridades e, o incentivo ao matrimônio entre escravos com livres e libertos para terem prioridades junto ao Fundo. Este último, o casamento, também era uma estratégia para adquirir a alforria, isto porque casar ou construir família era visto como uma ação moral de responsabilidade social que eliminava a imagem da “vadiagem”. Logo, ser escravo e, até mesmo liberto, solteiro (a) era uma condição social que podia sofrer com o preconceito de estar categorizado enquanto “vadio” o que implicava, no caso do escravo, em ter mais dificuldades em ser emancipado. Para os interessados no tema, o autor também destaca a experiência de militância de alguns personagens abolicionistas como o cachoeirano Cesário Mendes. Consulte SANTANA NETO, José Pereira. “A Alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de Emancipação na Bahia, (1871-1888)”. Dissertação (Mestrado em História Social). Salvador: UFBA, 2012. p. 66-96.

conciliação ou aproximação entre o Cônego Romualdo Barroso e o médico Pacífico Pereira. As rivalidades políticas partidárias também afloraram entre médicos que tinham as mesmas linhas teóricas enquanto categoria de análise ou metodológica, ou ainda entre aqueles esculápios que contrariavam a ideia de *exercícios gymnasticos* porque pensavam numa outra perspectiva teórica-científica, viam na reforma da instrução pública uma forma de ampliar e abastecer a agricultura com força de trabalho.

Sobretudo, suscitamos outra dimensão, que aflorou as diferenças de classes intelectuais e sociais, já que os professores que pleiteavam ingressar no magistério resistiam às novas incumbências para o trabalho escolar, e, até mesmo, recorreram à especialização científica como argumento para que pedagogistas e médicos higienistas trabalhassem cada qual em sua especialidade, o que não deixa de ser uma lógica da divisão de trabalho mesmo entre acadêmicos.

Enfim, durante todo os anos 1880 a ginástica foi tema constante dos debates entre cientistas, políticos, autoridades públicas e agentes da educação, longe de ser um consenso, sobre ela recaía as mais diversas posturas a respeito de como a educação poderia formar de maneira mais salutar o futuro brasileiro. Essas questões estavam intimamente ligadas a duas outras palavras que carregavam significados polissêmicos para a época: “raça e regeneração”. Ambas estavam nos pensamentos evolucionistas e no debate acerca da *educação physica* e a inclusão da *gymnasticanos* currículos da escola. No próximo capítulo analisaremos esta imbrincada relação, o intuito de elucidar é extrair a visão que era tida sobre o povo quando os médicos sugeriam formas de alcançar a perfectibilidade humana por meio das práticas de exercícios corporais.

CAPÍTULO 2 – O Povo em experimentação: a *gymnastica hygienica* cruzando ideias e diálogos evolucionistas e pedagógicos.

2.1 – Analogias entre a “psychologia” e a “physiologia”: noções pedagógicas de *educação physica* e *gymnastica* na imprensa e medicina.

No momento em que se acirravam as dissensões sobre o desmembramento da *educação physica* e a *gymnastica*, afloraram outras divergências correspondentes aos referenciais teóricos que deveriam embasar a prática dessas disciplinas.

Embora jornalistas e médicos se empenhassem em transformar costumes para prevenir enfermidades que acreditavam assolar a população, alegando soluções para as questões higiênicas como também para problemas da compleição considerados congênitos, até meados da década de 1880 ambos não esboçaram um discurso aludindo explicitamente à questão racial. Porém, não deixaram de ressaltar, de forma dissimulada, a suposta inferioridade nacional quando se referia ao povo. Em geral, médicos e articulistas se preocupavam com a imagem do país e a construção da nacionalidade de forma homogênea, geralmente dita civilizada. Transformar os costumes era um projeto ambíguo que ia desde educar a população através de práticas de higiene que preveniam doenças, como também regulamentar comportamentos nas vivências diárias que tinham como parâmetro as nações europeias e norte americana.

Porém, mesmo para os redatores de *O Monitor* e Pacífico Pereira, aliados em prol da *gymnastica*, as noções de evolucionismo social esboçado no projeto higiênico visando alcançar a almejada “perfectibilidade humana”, civilidade, progresso, ordem social e moralidade podiam não se coadunar, uma vez que embasavam seus argumentos em diferentes escolas teóricas.

As concepções social-evolucionistas tangenciavam os mesmos pontos, mas quando se tratava de encarar a realidade social as formas de explicar o caminho para se atingir os objetivos em comum eram diferentes. Os publicistas, por exemplo, quando focavam seus discursos à procura de um *telos*, ou seja, de uma direção prévia para o progresso, operavam as ideias do darwinista social Herbert Spencer (1820-1903)¹³². Os artigos jornalísticos narravam o desenvolvimento das civilizações antigas em estágios

¹³²O darwinismo social subverteu as ideias originais de Charles Darwin (1809-1882) principalmente a “seleção natural das espécies”. O modelo proposto por Darwin não especificava circunstâncias ecológicas ou históricas e nem se permitia explicar a sociedade por modelos biológicos. Darwin também não concordava com a perfectibilidade humana, já que o seu evolucionismo, diferente de Jean Lamarck, cerceou o pensamento essencialista na Biologia ao sugerir que as espécies são mutáveis quando entram em processos de transformação. Veja Lilia Mortiz Schwarcz, “*O espetáculo das raças...*”, p. 47-66 e STRAUSS, André & WAIZBORT, Ricardo. Sob o signo de Darwin? Sobre o mau uso de uma quimera. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 23, (8):125-34, outubro/2008.

gradiente que indicavam os caminhos da evolução e involução humana. O progresso era explicado através de uma “cadeia evolutiva” cujo processo de aperfeiçoamento humano transitava em dois níveis: “estágios superiores” e “estágios inferiores”. Normalmente, as análises eram configuradas com o uso dos bordões que marcaram o pensamento do teórico inglês: “luta pela vida” e “sobrevivência do mais apto”¹³³.

Do mesmo modo, esboçavam o discurso da evolução social e da compleição física de forma tênue com o conhecimento histórico da matriz positivista, isto porque elaboravam narrativas que tratavam das civilizações antigas para destacar “o fato”, os grandes eventos históricos, as batalhas e vitórias, as grandes personalidades políticas ou tidas como heroicas, e a importância do poder centralizado quando representado pelo Estado-nação enquanto fenômeno universal para organizar a sociedade¹³⁴.

Já o médico baiano viajou para a Alemanha, a Áustria e outros países da Europa para avaliar as universidades de medicina, como também o sistema educacional e o funcionamento escolar na prática. O que resultou em ter contato com outros médicos higienistas que foram adotados por ele como referenciais, por sua vez, mesclou variados teóricos germânicos que aderiam ao determinismo climático-racial. Geralmente, quando se tratava de teorizar os exercícios corporais ao pensamento científico em voga, escapava do radicalismo determinista ao explicar o progresso como um fator processual e condicionado as questões sociais do contexto. Na sua concepção, o aperfeiçoamento da compleição física era proveniente da adaptação do ser humano ao meio social em que vivia.

Quando se tratava das concepções positivistas, Pacífico Pereira defendia a ideia de que “a hygiene” era classificada entre as ciências positivas porque era tida como “sciencia capital da sociologia moderna” e recorria a “physiologia”¹³⁵. Quando os jornalistas de *O Monitor* mencionavam a sociologia moderna legavam o papel higiênico à “psychologia de Spencer”. Antes mesmo da firmação do positivismo enquanto doutrina, a fisiologia era um componente comum entre os teóricos da medicina germânica desde o primeiro quartel do século XIX, que também se valiam de suas leis para precisar os *exercícios gymnasticos* de acordo com a força e constituição anatômica

¹³³ STRAUSS, André & WAIZBORT, Ricardo. “Sob o signo...”. p. 129.

¹³⁴ REIS, José Carlos. “A escola metódica, dita positivista”. In.: *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996. p. 11-25.

¹³⁵ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas IV”. p. 347.

de cada aluno ou ginasta¹³⁶. O médico baiano relacionava à fisiologia a perspectiva positivista quando a assumia, mesmo que de forma teórica, para declarar o seu interesse na área da medicina experimental como tendência científica em conciliar as condições de vida humana à organização social¹³⁷.

Mesmo a “psychologia” e a “physiologia” sendo classificadas enquanto especialidades das ciências, tendo reconhecido seus usos e abordagens legitimados como “métodos experimentais” diferenciados, ambas, naquele contexto, não deixaram de firmar suas bases em ambiguidades e argumentos subjetivos. As diferenças aparecem à superfície quando são analisadas à parte as metodologias.

A psicologia de Spencer antes de se autoproclamar independente se articulou com a frenologia¹³⁸, uma doutrina que se classificava enquanto ciência e reivindicava ter a capacidade de definir o caráter e categorizar a mente humana. Com os anos, assumiu a competência em descrever a personalidade e prognosticar quem estava propício à criminalidade. Na sociologia spenceriana a psicologia partia do estudo do cérebro humano a partir do pressuposto da sua evolução. Preconizava que a inteligência humana se desenvolvia a partir da complexidade do ambiente e, que, ao responder com eficiência de adaptação às transformações sociais, garantia a sobrevivência¹³⁹.

Entendemos que para o teórico inglês, a inteligência humana era responsável por determinar se o indivíduo tinha condições de sobreviver e acompanhar a complexidade do lugar social com suas instituições sociais, políticas, econômicas, etc. Nessa lógica, as sociedades ou os grupos sociais que dominavam a tecnologia e as ciências

¹³⁶ O pedagogo alemão Johann Friedrich Christoph Guts Muths (1759-1839) ao escolarizar a ginástica se fundava nas bases fisiológicas para sistematizar os exercícios corporais segundo a constituição física de cada aluno visando a regeneração, o desenvolvimento da força e a moralização. QUITZAU, Evelise Amgarten. *As práticas corporais no Sport Club Germânia* (1900-1943). Campinas, SP: [s. n.], 2008. p. 12-15.

¹³⁷ De acordo com Jurandir Barreto Jr., em “*Raça e Degeneração...*”, a Sociologia comteana era dividida em duas partes: Estática e Dinâmica. A divisão foi “extraída da Biologia, à época conhecida por Fisiologia”. A Estática envolvia o estudo da existência e funcionamento da sociedade culminando na ordem social. Trata da harmonia entre as condições de vida do homem e a sociedade. A Dinâmica tratava do progresso social, da evolução social, uma espécie de estudo do movimento contínuo da sociedade, “ou as leis de sucessão dos estágios individuais pelos quais passam”. p. 61

¹³⁸ Segundo Daniel Baiardi a Psicologia de Spencer também sofreu influência do Associacionismo. Já a Frenologia transcendia o estudo sobre o caráter e a inteligência humana. Doutrina elaborada pelo alemão Franz Joseph Gall (1758-1828) afirmava determinar a localização e funções das diferentes partes constituintes da consciência a partir de três teses: (I) o formato exterior do crânio era correspondente ao formato interior; (II) que podia analisar a mente e o seu conjunto de faculdades de forma satisfatória; (III) regiões particulares do cérebro eram responsáveis pelas diferentes funções. BAIARDI, Daniel Cerqueira. *Conhecimento, Evolução e Complexidade na Filosofia Sintética de Herbert Spencer*. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. p. 36 e 37.

¹³⁹ Id. Ibid. p. 38-41.

caracterizavam-se por ter o nível de cognição humana evoluído. Quando o teórico tratava da educação dos sentidos e a intuição humana, associava-as às ideias dos estágios evolutivos sobre a inteligência e a complexidade do lugar social no processo escolar. Assim, como os teóricos da “sciencia da educação” da sua época, Spencer também pregava que a origem do conhecimento humano partia da percepção, no qual os sentidos funcionavam a partir da observação das semelhanças e diferenças entre os objetos a serem conhecidos e os sujeitos que o conhecem. Essa comunicação entre as sensações humanas geravam as percepções que operam ou estimulam o raciocínio, o juízo e a imaginação. Por isso que o teórico inglês defendia os jogos e exercícios corporais como condição de conciliar conjuntamente recreação e o estímulo à capacidade intelectual¹⁴⁰. Os jogos e exercícios corporais estabeleciam regras, normas e procedimentos que reproduziam elementos que operacionalizavam de acordo com o funcionamento da sociedade liberal inglesa com suas legislações e constituição, exigências morais de condutas e comportamentos, uma forma de introduzir nas crianças a disciplina organicista, ou seja, configurada naquela sociedade, ao mesmo tempo em que as entretia¹⁴¹. Tudo indica que, quando os pedagogistas baianos citavam o inglês revelavam a diferença entre ele e os demais teóricos do método intuitivo, porque Spencer defendia que o conhecimento humano e aqueles transmitidos na educação e nas vivências podiam ser apreendidos prioritariamente pela “faculdade de observação” do mundo real concreto tendo os outros sentidos (a audição, o olfato, o paladar e o tato) um papel secundário, mas não deixavam de ter importância. Por isso que o discurso sobre a moralidade se importava tanto com os gestos e com as práticas sociais que resistiam a pretendida civilidade¹⁴².

Por considerar a visão um dos sentidos mais apurados, esta “faculdade de observação” também estava associada à fisionomia humana. A aparência também podia

¹⁴⁰ Para Spencer a ginástica das matrizes sueca, alemã e francesa não era uma atividade que trazia prazer para os seus praticantes por ser mecânica em sua sistematização e repetição dos movimentos. O teórico inglês defendia os jogos ingleses, o que são atualmente denominados esportes modernos, por considerá-los mais animados. O divertimento britânico, a seu ver, tornava o prazer espontâneo diferente das outras modalidades de exercícios corporais europeias. Veja em SPENCER, Herbert. *Educação Intellectual, Moral e Physica*. Rio de Janeiro, São Paulo e Recife: Laemmert & C., 1901. p. 245-250. IGHB / Biblioteca.

¹⁴¹ Id. Ibid.

¹⁴² “ANNEXO B – Lecções de cousas, trabalho do Dr. Ruy Barbosa – Parecer do professor de pedagogia da escola normal de homens, adoptado pela respectiva congregação”. Pareceres e críticas de autoria dos congregados e intellectuais Antonio Bahia da Silva Araújo, Epiphany de Souza Dantas e Antonio Ferrão Moniz. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882*. Bahia: typographia do Diario da Bahia, 1882. p. 344-350/550. Fundo: Relatorios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16). BN – HD.

demarcar o nível cognitivo do sujeito. Spencer elaborou a técnica dos “retratos compostos” que se fundava em análises fotográficas, julgando ter eficácia científica para dar o diagnóstico da personalidade. Os traços do semblante eram tidos como suficiente para determinar a procedência e os valores morais de quem estava sendo clinicado ou observado¹⁴³. Daí a preocupação com os costumes e com a aparência.

Tudo indica que Herbert Spencer era um teórico bastante corrente entre os intelectuais da Cidade do Salvador¹⁴⁴. Em 24 de maio de 1881, o professor de pedagogia da Escola Normal de Homens, Antonio Bahia da Silva Araújo, enviava um parecer ao diretor da Instrução Pública se colocando contra a adoção do livro “Primeiras lecções de cousas”, de autoria do pedagogo estadunidense Norman Alisson Calkins (1822-1885), nas escolas normais da Bahia¹⁴⁵. Embora afirmasse que Calkins seguia a tendência do século ao se interessar pela “evolução social através das creanças” incluindo a educação moral à intuição porque com a história sagrada o “autor busca[va] inocular no espirito da criança a idéa de Deus”, ao cotejá-lo com Spencer o pedagogo baiano resumiu que era inadmissível introduzir uma obra que representava o método intuitivo e sequer havia um capítulo dedicado à *educação physica* e os exercícios corporais. Assim, questionou como os pais e professores educariam todos os sentidos das crianças se o corpo, a voz, a audição, os gestos e todas as outras manifestações corporais não tinham outras orientações além das que provinham do ensino religioso¹⁴⁶.

¹⁴³ Os “retratos compostos” se diferenciavam da antropometria que mensurava todo o corpo humano e as circunvoluções cranianas através da craniometria e craniologia. A primeira calculava as dimensões cranianas e a segunda estudava as medidas e modelos dos crânios. Conforme Pietra Diwan, o método “retratos compostos” consistia apenas em analisar fotografias avulsas para definir os padrões da personalidade alheia através das características fisionômicas, sendo na década de 1880 utilizada por Francis Galton na formulação teórica da Eugenia. DIWAN, Pietra. “*Raça Pura: uma história de eugenia no Brasil e no mundo*”. São Paulo: Contexto, 2007.p. 46. Sobre a antropometria no Brasil, a influência metodológica francesa dos teóricos Paul Broca e Quatrefages, além de todo seu conjunto de instrumentos de mensuração craniana, consultamos SANTOS, Ricardo Ventura. “Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: debates em antropologia física no Brasil (1870-1930)”. In.: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010. pp. 83-108.

¹⁴⁴ Parece que havia grande interesse em Herbert Spencer por parte, especificamente, da equipe editorial de *O Monitor*. O jornal periodicamente anunciava as obras daquele teórico de forma efusiva. Por exemplo, no jornal que circulou em 18 de setembro de 1880, na nota “Olhem”, divulgava os livros que se encontravam na “Livraria Academica, á rua das Princesas n. 6” anunciando que havia todo tipo de publicação, compêndios e livros para todas as áreas de conhecimento e profissional: engenheiros, padres, médicos. Fazia um anúncio empolgado e convidativo: “Em litteratura ha nesta livraria o que se pode dar de melhor, porque de Spencer, tem sempre obras completas”. p. 2.

¹⁴⁵ O parecer elogiava a tradução feita por Ruy Barbosa. Mas não deixava de pontuar questões pedagógicas que fossem coerentes com os debates educacionais da época, por exemplo, a importância da *educação physica, gymnastica* e a música no método intuitivo. No terceiro capítulo trataremos da música.

¹⁴⁶ “ANNEXO B – Lecções de cousas, trabalho do Dr. Ruy Barbosa – Parecer do professor de pedagogia da eschola normal de homens, adoptado pela respectiva congregação”. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr.*

O próprio Antonio Bahia assumia que a educação dos sentidos a partir de Spencer tinha as suas limitações, a pedagogia naquela época não admitia totalmente as explicações formuladas pela *psychologia* sobre o método intuitivo ao dizer que:

“a sciencia da educação assignala graves difficuldades na investigação dos principios psychologicos, que, directa ou indirectamente, regem as leis pelas quaes a intelligência adquire conhecimentos”¹⁴⁷.

Contudo, a seu ver, o conceito de *educação physica* em Spencer era mais abrangente e permitia formas sistemáticas de desenvolver a inteligência da criança a partir da “faculdade de observação”. A educação dos sentidos através da prática e observação dos exercícios corporais se tornava um canal para a “intuição directa”. Sobretudo, afirmava que era tido como um instrumento “concreto dos factos scientificos” para educar, já que os próprios fenômenos vivenciados pelas crianças podiam servir para ensinar física, química, matemática e moralizar ao usar os exemplos cotidianos como critério para escolher os bons costumes ou “rectificar-nos as deducções e fecundar-nos as operações do espirito”¹⁴⁸. Assim, todos estariam aptos para reproduzir espontaneamente os atos e ações apreendidos através do método do teórico inglês.

Mas, nem todos educadores que recorriam à pedagogia de Herbert Spencer conseguiram deixar evidente, ou concordavam, com o papel dos exercícios corporais para a educação dos sentidos e a evolução da mente. O aluno de Antonio Bahia e candidato a vaga de professor, Phillipe Santiago Leal, no término da sua “Memoria pedagogica” apresentou doze proposições e, mesmo sem citar Spencer, a terceira proposição atendia ao julgamento prévio da “*psychologia*” ao descartar a fisiologia alemã em adaptar os exercícios corporais individualmente para cada aluno. Ao tratar da *educação physica* escreveu de forma mordaz: “uma das qualidades indispensaveis ao bom preceptor é ser *physionomista*”, ou seja, para julgar o caráter e a saúde dos seus aprendizes bastava fazer a análise simplista: o ato de olhar para a aparência de cada um deles, como em uma fotografia, era suficiente para determinar as medidas, ou os níveis morais e anatômicos mais pertinentes¹⁴⁹.

Conselheiro Pedro Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882. Bahia: typographia do Diario da Bahia, 1882. p. 344-350 e 366-377/550. Relatorios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16). BN – HD.

¹⁴⁷Id. Ibid. p. 347.

¹⁴⁸Id. Ibid. p. 370.

¹⁴⁹“Memoria pedagogica do concurrente Phillipe Santiago Leal, intitulada “Observações modologicas, methodologicas e pedagogicas”, entregue em 1º de setembro de 1881, concurso que se estendeu até o primeiro semestre de 1882”.Série: Instrução Pública, maço 6569.APEB / Seção Colonial e Provincial.

Mais adiante perceberemos que Pacífico Pereira demonstrava que não tinha leitura sobre o método intuitivo compatível com a que grassava entre os pedagogistas e a imprensa baiana, interessado na higiene fez a escolha pela fisiologia alemã, mas, de imediato, não se permitia analisar a conduta exclusivamente pela aparência. Porém, não se distanciou dos aspectos interligados ao positivismo, porque propunha um método científico experimental que também se postulava em uma única metodologia sem diferenciar as ciências biológicas das sociais. Ao sugerir a higiene através dos *exercícios gymnasticos*, submetia ou encarava os fenômenos humanos e sociais da mesma forma, ou próximos aos fenômenos naturais¹⁵⁰.

Porém, quando se tratava da imprensa, as ideias de Spencer não eram uma excepcionalidade de *O Monitor*, estavam na base de uma concepção evolucionista compartilhada entre outros publicistas da época, que se interessavam pelos debates que envolviam o papel das ciências sobre o progresso e civilidade.

Em abril de 1881, o periódico de cunho liberal *A Ilustração Bahiana: jornal ilustrado, litterario e scientifico*, cuja circulação ocorria três vezes por mês, voltado para o público interessado nas discussões literárias e científicas, resolveu publicar uma matéria que abria a série daquele mês se posicionando a favor das orientações das ciências. Mesmo não aludindo diretamente ao tema *educação physica*, fortalecia a mobilização ao se pronunciar pela bandeira do progresso e a busca pela perfeição física e moral como condição inerente a evolução histórica dos seres humanos, dizendo nos primeiros parágrafos que:

“A sempre invariavelmente na vida intima dos povos dois movimentos em direcções oppostas, pelos quaes ou se desenvolvem, crescem, se aperfeiçoam physica e moralmente, ou decrescem, retrogradam, degeneram e desaparecem do mappa das nações: é o movimento para a vida ou é o movimento para a morte.

É assim que explica-se a grandeza passada de Tyro e Cathargo, de Babylonia, hoje em ruinas, da famosa Troya, da Alexandria com sua bibliotheca, do famoso Egypto, da Grecia com todos os seus sabios, do Imperio Romano com todo seu poder, de Portugal com todas as suas descobertas e conquistas”¹⁵¹.

Por ora, o redator defendia a ideia que as civilizações antigas consideradas mais avançadas pereceram por não manter ou não acompanhar os costumes que caracterizavam o ápice, a dominação, a hegemonia diante dos outros povos

¹⁵⁰SOARES, Carmen Lúcia. “*Educação Física...*”. p.49-55.

¹⁵¹ “*A Ilustração Bahiana: jornal ilustrado, litterario e scientifico*. Bahia: Typographia Constitucional de França Guerra-Aljube”, 2, I, Abril de 1881, p. 2. Redator: A. Cruz Cordeiro Jr. APEB – Seção de Microfilmagem / Jornais diversos – Filme 8, flash 12.

considerados desnivelados ou subalternos quando na comparação dos hábitos e modos disciplinares que também envolviam as questões física, moral e intelectual. A ideia que o publicista queria passar era que a história da humanidade deixou um esboço cujo desenvolvimento físico e os costumes tinham finalidades na formação do caráter, da moral e eram marcantes para determinar ou classificar o potencial da soberania de um povo.

O determinismo do articulista apontou para o desaparecimento completo daqueles povos que ignoraram o aperfeiçoamento físico e moral, quando exaltou “a grandeza passada de Tyro e Cathargo, de Babylonia, hoje em ruínas”, eram exemplos dos povos que “decresem, retrogradam, degeneram e desaparecem do mappa das nações”, como se a vida humana fosse determinada por uma simples estrada cuja via de mão dupla direcionava-se para dois caminhos exclusivos, que não davam opção para atalhos ou desvios repentinos, e, somenos acidentes, até porque a estrada da vida era resolvida na sinalização: de um lado, o auge ou a via da evolução, do outro, o declive ou a via da involução. Marchávamos definitivamente para o decreto: “o movimento para a vida ou o movimento para a morte”.

Como acompanhamos essa dissensão no capítulo anterior, nota-se que os jornalistas de *A Ilustração Bahiana* também comungavam que a disciplina corporal refletia diretamente na moral da sociedade e no aperfeiçoamento físico, logo, a ausência da *educação physica* recaía diretamente na moral, causando um perigoso efeito regressivo na travessia para evolução da espécie humana, uma involução, cujos efeitos devastadores eram tidos como definitivos, ao retroceder iam da degeneração à própria extinção. Aquelas ressalvas eram uma forma de mover a opinião pública para um dos lados do debate, trazendo a seguinte ideia: se nós almejávamos estar entre as “nações civilizadas” como um dia foram aquelas citadas, juntamente com “o Império Romano e todo o seu poder”, era importante iniciarmos emergencialmente o processo de caminhada na estrada da civilização sem interrupções. Para tomar a direção rumo ao lugar onde convergia os hegemônicos, aqueles que escreviam a história perene, aperfeiçoando-se “physica e moralmente”, o mínimo a fazer era manter o legado das civilizações antigas.

O redator Cruz Cordeiro de *A Ilustração Bahiana*, difundia a ideia que fortalecia o determinismo climático na opinião pública, preconizando que a temperatura, a atmosfera e as condições geográficas eram tidas como sentença terminativa da humanidade. Assim como, continuava defendendo categoricamente as ideias do

evolucionista social Herbert Spencer ao afirmar que diante da evolução os seres humanos estavam condicionados as “leis imutáveis” da natureza. Logo, reivindicou um conjunto dos elementos civilizatórios, o que incluía a ciência, que merecia atenção:

“Inherentes aos povos assistem principios e leis imutaveis, indestructiveis que explicam sua grandeza, assim como a sua queda.
Assim como, quanto ao individuo, elementos complexos influem poderosamente sobre sua organização, taes como: - as zonas, a temperatura, os climas, a[s] alimentações, os temperamentos, os habitos, as profissões, as raças, etc., é inconcusso, quanto aos povos, influirem a religião, a moral, os costumes, a philosophia, a industria, o trabalho etc.
Por essas leis universaes, constantes, em todos os tempos e logares, vemos realizarem-se as duas grandes forças: a dilatação para o infinito, para a vida universal, a contracção para o nada, para a morte.
(...) Desenvolvamos com justiça todos os elementos da civilização, e a civilização será sciencia, consciencia, liberdade, riqueza, prazer, progresso, vida!”¹⁵².

Percebemos que o articulista considerava as “zonas, a temperatura, os climas, as alimentações, os temperamentos, os habitos, as profissões, as raças” indiscutivelmente formas poderosas de caracterizar o nível evolutivo da “organização social”. Além do clima, advertiu para as formas como eram estabelecidas as identidades sociais, as manifestações coletivas de pertencimento, como “a religião, a moral, os costumes”, que, somados aos níveis cognitivos ou aspectos da inteligência humana associados aos avanços tecnológicos apresentados pela “philosophia, a industria, o trabalho”, caracterizaria o estágio evolutivo de um determinado povo. A preocupação do articulista com os costumes era uma forma dissimulada de se referir a cultura popular e suas formas identitárias consideradas fora dos padrões da “organização social”. Os costumes, na metáfora do redator, eram preocupantes porque funcionavam como o termômetro que determinaria ou advertiria em que condições métricas variavam a operacionalidade do sujeito e da sociedade cuja produção cultural definia: a regeneração ou degeneração, ou, na sua própria linguagem, a “dilatação para o infinito ou a contracção para o nada”¹⁵³.

Lembramos que o sentido figurado das palavras do articulista somente seria perfeito se respeitasse os fenômenos físicos. Pois, já se sabia que a dilatação ocorre durante o aquecimento, ou seja, quando há uma alta temperatura sobre o corpo ou o objeto, enquanto que a contração dos corpos ocorre em circunstâncias ligadas à baixa temperatura, geralmente ao frio. Nessa junção entre a “lógica térmica” e a “imprecisão” do sentido figurado utilizado pelo jornalista, o Brasil estaria localizado em um espaço privilegiado, diferente dos que se situavam nas zonas temperada e polar.

¹⁵² Id. Ibid.

¹⁵³ Id. Ibid.

Observa-se que, ao mesmo tempo em que se admitia que as relações inter-humanas eram regidas por leis naturais, indeléveis e definitivas, que a grandeza ou extinção de um povo era o princípio natural da existência humana, por outro lado, aceitava-se os avanços da humanidade, ou se permitia uma brecha. Através de um conjunto de costumes denominado por “elementos da civilização” era possível burlar o roteiro das “leis imutáveis”. Tais elementos eram vistos como uma senda para que o legado humano não se diluísse pela linha do tempo. O homem, para atingir a civilização, tinha que estar preparado para as condições climáticas, geográficas e culturais em que vivia. Portanto, a civilização não dependia exclusivamente de um dos seus componentes, a geografia, a temperatura ou o clima, mas de um conjunto de costumes integrados, de forma homogênea, que envolviam desde o macrossocial, com as instituições e suas formas de organização, até o microssocial, com as relações interpessoais e comunitárias.

Para o redator, os elementos da civilização resultavam nos seguintes atributos: “a civilização será ciência, consciência, liberdade, riqueza, prazer, progresso, vida!”. Na sua metáfora, a “civilização” restabeleceria o equilíbrio térmico que variava entre a “dilatação e contração”, ou seja, a regeneração e degeneração, para isso era necessário cultivá-la dentre vários elementos citados, que, de um modo geral, gravitava em torno dos costumes.

Nessa perspectiva, a ideia de civilização englobava um conjunto de ações mais abrangentes que, naquela época, o Brasil monárquico, no plano macrossocial, estava longe de se enquadrar na práxis das ideologias liberais. Essencialmente, quando se tratava do princípio do trabalho livre na política econômica, também era dissonante mencionar “liberdade” entre os elementos civilizatórios para uma época em que o regime permanecia escravagista¹⁵⁴. Percebemos que quando a imprensa ligada as ideias liberais recorria a Herbert Spencer, não deixava apenas claro que eram eruditos e leitores daquele teórico, mas o interesse em aceitar orientações que indicavam formas de evolução que contrastavam com a sociedade baiana. Principalmente quando publicavam artigos em um momento no qual a inclusão da *educação physica* e a prática dos *exercícios gymnasticos* estavam em debate.

¹⁵⁴ SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 11-31. Agradeço a professora Ione Celeste de Jesus Sousa que na Banca de Qualificação indicou esta leitura além de outras aqui citadas.

Assim, na nossa análise, quando cotejamos os referenciais teóricos dos sujeitos envolvidos nessa trama, percebemos que, para selarem um acordo entre diferentes perspectivas social-evolucionistas, foi negociada uma aliança entre os redatores de *O Monitor* e o médico Pacífico Pereira.

Um mês depois da publicação de *A Ilustração Bahiana*, um artigo foi publicado pelo *O Monitor*, em 3 de maio de 1881¹⁵⁵, aquele mesmo que fazia cobranças ao deputado, professor e fisiologista Jeronymo Sodré Pereira. Primeiro, o redator se declarou adepto as ideias de Herbert Spencer, o que dava a entender que também tinha objetivos diferentes aos de Pacífico Pereira. Porém, argumentou que a causa da *educação physica* permitiu uma conciliação entre referenciais teóricos diferentes. Assim sendo, superou as divergências de ambos porque havia uma finalidade independente da escolha de um dos teóricos: tanto “Hippeau como Spencer condemnan que se sobrecarregue de estudos as pessoas moças, os organismos ainda não de todo constituídos”¹⁵⁶ por isso, não haveria uma colisão nos objetivos do médico e dos jornalistas¹⁵⁷.

Depois de especular o referencial teórico de Pacífico Pereira, a partir de então, o jornalista passou a defender a introdução da *gymnastica* sob a batuta do seu referencial, justificando que podia ser considerado como um “producto natural desta phase” exercendo influência no trânsito dos estágios evolutivos. Depois, exemplificou a importância dos exercícios corporais na história evolutiva da humanidade, ao afirmar que ao longo do tempo histórico, o homem teve nos usos e finalidades do corpo as variedades de exercícios corporais voltados à disciplina, uma contribuição significativa para fornecer os princípios para respeitar as “leis naturais”. Afirmava-se que os primitivos tinham poucas atividades sociais circunscritas no “vigor corporal entre ataques e defesas de outros povos”. Assim, eram descartadas ou raramente aplicadas “a cultura do espírito ou pensamento lógico”, por isso acusavam as limitações da

¹⁵⁵“Em nome da Physiologia”.Jornal O Monitor de 3 de maio de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

¹⁵⁶ Ibid.

¹⁵⁷ Celéstin Hippeau (1803-1883) pedagogo francês que das suas vastas produções académicas durante as décadas de 1860-1880 constavam os relatórios sobre a instrução pública primária que foram difundidos para servir como parâmetro e modelo pedagógico em outras nações até as primeiras décadas do século XX. No Brasil, os relatórios foram traduzidos e publicados no Diário Oficial do Império, a pedido do Governo Imperial, em 1871, 1874 e 1879. O pedagogo prezava o método intuitivo e, também, orientava a inclusão dos *exercícios gymnasticos*. Hippeau era tido como influente entre os “intelectuais ilustrados” que estiveram à frente das iniciativas educacionais no Brasil ao longo do final do século XIX e início do XX. CARVALHO, Marta. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, M.; CATANI, D. (org.) *Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1998. p. 39-41. Veja GONDRA, José Gonçalves. “Artes de civilizar...”. p. 205-209.

inteligência humana ao dizer que “os primatas não desempenhavam ações cognitivas mais complexas”; mas, embora o homem tenha desenvolvido sua cognição na complexidade social afirmava que cometeu outro deslize:

“hoje que a força muscular quasi que só serve para os trabalhos manuaes, e a victoria depende na vida quasi inteiramente da força mental, nossa educação é quasi exclusivamente intellectual”¹⁵⁸.

Na concepção do articulista, fizemos uma reversão das ações e continuávamos sem manter o equilíbrio ideal para a existência humana: “em vez de respeitar o corpo e desprezar o espirito, respeitamos o espirito e desprezamos o corpo”¹⁵⁹. O foco era enfatizar a necessidade de estabilizar a dosagem entre a evolução mental ou a inteligência com o desenvolvimento muscular no recipiente humano: o corpo.

Assim como os colegas da imprensa de *A Ilustração Bahiana*, percebe-se a influência do evolucionismo social de Spencer quando os discursos operavam as ideias da vida estar numa luta constante na qual os mais aptos sobreviviam e que os hábitos e os costumes eram fundamentos determinantes na “cadeia evolutiva”¹⁶⁰. No caso de *O Monitor*, a concepção spenceriana deixou mais em evidência a ideia da *educação physica* também ser um ponto de partida para a evolução da espécie humana, ao considerá-la como fundamento e requisito moderno para a prática da higiene. Mas, ambos advogavam a necessidade de mudar os costumes como condição fundamental ao desenvolvimento da inteligência humana.

Nessa perspectiva, o redator de *O Monitor* se apoiava em Spencer porque a concepção de *educação physica* do evolucionista social comungava o ideário da “moralidade physica”, requisito essencial para respeitar às “leis naturais”. Assim, mencionavam trechos do teórico inglês para afirmar que a sociedade que tivesse os atributos: “ordem social, bons costumes e viver sem vícios” estava mantendo a marcha evolutiva para atingir o patamar civilizacional. O jornalista ainda advertia que o nosso problema social era que os homens tratavam o corpo de qualquer forma por achar que as “ações e palavras” permitiam escapar das “leis naturais”. Mais uma vez, recitou Spencer para advertir que era um falso engano, isso só atraía males “por sua rebelião contra as leis da natureza”. Isso porque a “transgressão das leis da hygiene” era tão apreensiva quanto qualquer uma de “todas as transgressões das leis da natureza o são

¹⁵⁸“Em nome da Physiologia”.Jornal *O Monitor* de 3 de maio de 1881. BPEB / Seção Jornais Raros.

¹⁵⁹ Ibid.

¹⁶⁰STRAUSS, André & WAIZBORT, Ricardo. “Sob o signo de Darwin?...”.p. 129.

igualmente. A verdade é que todo damno causado voluntariamente á saude é um *peccado physico* (sic)”¹⁶¹.

A higiene devia funcionar como um mecanismo de controle que, na visão unilateral do jornalista de *O Monitor*, somente conseguiríamos chegar ao estágio superior da civilização se divulgássemos a crença “que a conservação da saude é um de nossos deveres”, assim como viver em busca da “moralidade physica, sem transgressões das leis da natureza”. Para o redator, a sociedade baiana precisava combater os costumes que ameaçavam a ordem social, como aqueles que “permitem a embriaguez” além de qualquer outro “damno causado á saude”. A embriaguez, em especial, fabricava dependentes no ato de transgredir: “é verdade que no caso da embriaguez reconhece a gente o que de vicioso tem a transgressão”¹⁶².

De forma conjunta, a concepção higiênica de médicos e da imprensa, preconizavam que o corpo em descuido revelava a toda sociedade que a moral e a capacidade de cognição também estavam debilitadas. Daí a preocupação com a aparência, com a estética, com os costumes, com os hábitos e os modos de vivências. Ao se ancorar em Spencer, os seus seguidores e a imprensa conseguiam se aproximar dos debates na seara médico-higiênica porque ambos se conectavam aos princípios positivistas da correição humana pela moral e da correição da sociedade pela ordem social. Também se mostravam preocupados com as origens das enfermidades, dessa maneira, fortaleciam a perseguição aos costumes como solução dos problemas de saúde.

A equipe do jornal também defendia a *gymnastica* como um método aplicado à correção da compleição humana e a moralização do ser. Assim, concordavam com o princípio relacionado à *educação physica* de Spencer porque o teórico defendia que esta prática pedagógica devia estar sendo preenchida e balanceada a partir da complementação de quatro ações corretivas e básicas: “a insuficiencia da alimentação”, “a impropriedade do vestuario”, “o excesso de aplicação mental” e “a escassez de exercicio corporeo, mediante a gymnastica”¹⁶³. No caso do “vestuario” interpretamos que a imprensa adicionava mais elementos para julgar a questão da aparência. Ao que parece, a forma de se vestir era um imperativo não apenas para identificar ou julgar o nível moral, mas também o cognitivo. Em uma sociedade hierárquica como a do século

¹⁶¹“Em nome da Physiologia”.Jornal *O Monitor* de 3 de maio de 1881.BPEB / Seção Jornais Raros.

¹⁶² Ibid.

¹⁶³ Ibid.

XIX no Brasil, era imperativo que a distinção entre os diferentes grupos sociais transparecesse de forma simbólica em suas vestimentas.

Os articulistas seguiam as explicações da medicina sobre os sintomas dos males ou enfermidades que ainda geravam incertezas, por vezes, aqueles considerados hereditários, ou ainda, os que eram provocados mediante a fragilidade física. Assim, a ênfase em introduzir a *gymnastica* se fundava no fortalecimento muscular: “Si nos fosse licito descer a[s] personalidades, mostrariamos com os factos conhecidos e publicos numerosos exemplos de moços e homens feitos que nesta cidade, e nos ultimos annos, teem uns morrido, outros perdido a razão por excesso de estudos”¹⁶⁴. Aqui, a ideia era afirmar que a ausência de tais exercícios corporais não dava a anatomia humana condições de se restabelecer. Com a mente sobrecarregada o “excesso de estudos” provocava dois problemas inevitáveis o óbito ou a demência mental, no caso daqueles estudantes que “perdiam a razão”.

Sobre o combate a loucura, os redatores de *O Monitor* afirmavam que os exercícios corporais podiam servir como estratégia de controle aos costumes que coexistiam os excessos étlicos. Um problema que atingia diferentes faixas etárias e camadas sociais. No diagnóstico do articulista, os estudantes não escapavam porque o despreparo físico, somado ao excesso de estudos e consumo de bebidas alcóolicas, levariam à demência mental, por isso afirmava: “são moços que se distinguem pela sua intelligencia e applicação que enlouquecem, e que essas desgraças costumam apparecer ou no fim do curso lectivo, ou logo depois delle encerrado”¹⁶⁵.

O fato da imprensa se preocupar com os males que consideravam de formação congênita, os costumes e ainda difundir que a influência do clima fosse definitivamente crucial para existência humana, não pode ser visto como um legado único ao referencial escolhido, Herbert Spencer. Nem todos os atributos cientificistas que foram redigidos nos artigos da imprensa baiana, principalmente no tocante ao determinismo climático-racial, provinham de uma matriz exclusiva. Sobretudo, outros teóricos tinham múltiplas abordagens que confirmavam modelos ou hierarquias de tipos raciais embasadas no clima tropical, no qual as raças eram postuladas como sendo mais degeneradas do que outras.

A imagem pincelada aos moldes racalista sobre o clima, população e geografia do Brasil ao longo do século dezenove, constituiu-se por viajantes europeus influentes

¹⁶⁴ Ibid.

¹⁶⁵ Ibid.

entre os intelectuais brasileiros e que estiveram neste país como residentes ou em expedições científicas, como Arthur de Gobineau (1816-1882) e Louis Agassiz (1807-1873). Eles afirmavam, categoricamente, que a combinação dos fatores climático, geográfico e, principalmente, a mestiçagem, eram a marca indelével da inferioridade biológica do Brasil, um país fadado a “degenerescência”. Também, o fisiologista Louis Couty (1854-1884), que atuou como professor de biologia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, tinha bastante popularidade e influência entre os intelectuais brasileiros, defendia o prognóstico das teorias raciais ao afirmar que era difícil haver evolução biológica e social no país por concordar com os aspectos diagnosticados pelos teóricos deterministas citados¹⁶⁶.

Em geral, o determinismo climático-racial nas descrições daqueles viajantes rabiscou uma imagem pessimista do Brasil. Alegou-se ser um país de clima tropical onde a vastidão geográfica tornava rarefeita a grande parcela da população mestiça na sua extensão territorial. Já do seu povo negro e mestiço, com seus costumes, principalmente os populares, formaram uma caricatura assemelhada àquelas que supunham dos povos primitivos: feios, fracos, fetichistas, supersticiosos, esparsos em meio a exuberante natureza tropical, acometidos de debilidade mental, traço que afirmavam ser proveniente do temperamento de apatia e indolência¹⁶⁷. Aqueles viajantes condenavam o país ao desaparecimento, posto no grau de inferioridade das civilizações¹⁶⁸. Essas ideias deterministas interligadas a outros teóricos raciais, incluindo Spencer, contribuíram para difundir e consolidar pelo mundo ideias e teorizações racistas. Embora a imprensa baiana já fizesse uso recorrente a Spencer, no Brasil, os cientistas sociais afirmam que a influência dessa matriz darwinista social foi maior nas últimas décadas do século XIX e no começo do século XX¹⁶⁹.

Antonio Pacífico Pereira e o grupo de médicos que ele provinha possuíam uma explicação mais flexível, o que permitia contestar a influência do clima nas enfermidades que ocorriam nos trópicos. Não eram céticos quanto ao determinismo climático-racial, cujo diálogo adaptava diferentes teóricos. Contudo, parece que Herbert

¹⁶⁶ SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, 8 (20), jan-abr. 1994. Também em SCHWARCZ, Lilia Moritz. “*O espetáculo das raças...*”. p. 57-86.

¹⁶⁷ SKIDMORE, Thomas. *O Preto no Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 45-47.

¹⁶⁸ RAMOS, Jair de Souza & MAIO, Marcos Chor. Entre a riqueza natural, a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se a investigação do povo brasileiro. In. MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. “*Raça como questão...*”. pp. 25-49.

¹⁶⁹ FAORO, Raymundo. *A república inacabada*. São Paulo: Globo, 2007. p. 131. Lilia Schwarcz também identificou a influência de Spencer e as ideias sociais-darwinistas de outros expoentes nos intelectuais brasileiros já na década de 1890. SCHWARCZ, Lilia Motiz. “*O espetáculo das raças...*”. p. 150-153.

Spencer não dava muitas alternativas para o escolápio baiano, até porque, contrariava amplamente seus objetivos. Por exemplo, já abordamos que a estratégia de escolarização na Bahia colocava em pauta a inclusão de pobres e a população de cor nas escolas públicas. Embora fosse um teórico que estava envolvido no debate sobre o método intuitivo, Spencer era contra a educação popular, obrigatória e gratuita. Na sua concepção o Estado não devia ter nenhuma responsabilidade, cabendo à educação familiar proporcionar caminhos para os méritos sociais do indivíduo não escolarizado¹⁷⁰. Ao tratar da *educação physica e hygiene escolar* Spencer justificava a superioridade e preservação da raça humana sem qualquer favorecimento institucional aos fracos ou pobres¹⁷¹. Ao excluir pobres e fracos, a sua concepção de “moralidade physica” era classista e estava fundada especificamente em orientar os sentidos daqueles que transitavam entre o prestígio social e o topo das hierarquias sociais para manterem alguns valores. A “educação physica” desempenhava o papel de os auxiliar a não se desviar das “leis da hygiene”, enquanto a “luta pela vida” se encarregaria naturalmente pela eliminação dos indesejáveis, ou, menos aptos a sobrevivência.

Arriscamos dizer que mesmo tratando da educação dos sentidos e dando uma atenção especial aos exercícios corporais, o evolucionismo de Spencer supostamente não dava a Pacífico Pereira subterfúgios científicos para explanações contrárias ou dissimuladas para que fosse incorporado no seu arcabouço teórico. De modo que, o médico orientou-se no bojo teórico do determinismo germânico.

O lugar-comum do diálogo médico e da imprensa não deixava de se situar no povo. Não por uma questão somente biológica, mas, também, social, quando procuravam formas higiênicas e pedagógicas para civilizar os costumes. Principalmente quando enfatizavam a necessidade de moldar-se pela organização social e moralidade. As aproximações com o positivismo, em especial, conectava a imprensa ao discurso médico por permitir que fossem reconhecidos socialmente enquanto uma classe

¹⁷⁰ LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. *Evolucionismo spenceriano: concepções de progresso, Estado e educação*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/094_maria_angelica.pdf>>. Acesso em 23/06/2015 às 23:17.

¹⁷¹ BARRETO JR., Jurandir Antonio Sá. “*Raça e Degeneração...*”. p. 46. Outros teóricos compartilhavam de ideias semelhantes. Francis Galton o mentor da eugenia, uma teoria periférica no final do século XIX que só ganhou notoriedade no começo do século XX, se colocava contra o surgimento do *Welfarestate*, o Estado de bem-estar social. As pressões da classe trabalhadora inglesa forçaram o Estado a se transformar estruturalmente com políticas socioeconômicas voltadas para os que reivindicavam. Os eugenistas militaram contra o *welfare state* afirmando que era “antinatural”, contra-argumentando que permitir o menos apto a viver através do assistencialismo era visto como um crime às leis naturais, alegando que era uma forma de “parasitismo”. DIWAN, Pietra. “*Raça Pura...*”. p. 37.

profissional e a serviço da moral e civilidade¹⁷². No caso da imprensa e até dos pedagogistas baianos, como Antonio Bahia e o seu aluno-mestre Philippe Santiago, entendemos que recorriam a Herbert Spencer por considerá-lo um marco do positivismo e um teórico polivalente renomado em diferentes áreas das ciências, por ser defensor do liberalismo clássico, além de tratar do tema contemporâneo a eles: a civilidade e as formas de moralizar através da educação dos sentidos. Descartavam, desconheciam ou ignoravam o fato de Spencer ser contrário a educação popular e, somente, difundiam suas orientações pedagógicas.

Naquela época algumas ambiguidades dificultavam maiores inteligibilidades entre imprensa e medicina, por exemplo, quando os jornais tratavam do clima, por ora, deixava transparecer que era um problema irreversível para a anatomia humana. Em outros momentos acreditava que os “elementos da civilização” podiam conter os efeitos das “leis imutáveis da natureza”. Cabe lembrar que essa contradição, entre povo adaptável e clima irreversível, ao que parece, enfraquecia o discurso médico na opinião pública. Mesmo quando Pacífico Pereira contestou e formulou suas perspectivas sobre as vantagens dos *exercícios gymnasticos* nos trópicos, notamos, no capítulo anterior, que políticos, alunos-mestres e outros médicos afirmavam o que também era propalado pela imprensa: a temperatura e atmosfera eram um problema natural e inelutável. Logo, a explicação médico-científica não conseguia transparecer de forma clara o efeito prático da *gymnastica*.

Portanto, acreditamos que por não encontrar os nutrientes necessários em Spencer para temperar as necessidades que Pacífico Pereira julgava imprescindíveis para o projeto nacional de educação, o escolápio selecionou outros teóricos para atender seus anseios e seguir a tradição dos seus colegas médicos: mesclar ou adaptar teóricos que dessem alternativas para escapar dos discursos deterministas mais radicais.

Os jornalistas de *O Monitor* especulavam sobre as concepções teóricas de Pacífico Pereira, que, apesar de não admitir Spencer, tinha uma posição próxima da imprensa quando se tratava do evolucionismo social e do positivismo. Naquela

¹⁷² Mesmo se tratando de um momento posterior a década de 1880, Beatriz Weber analisou como as ideias positivistas circulavam em conflitos e eram adaptadas de formas variadas por médicos gaúchos que foram membros congregados do *Apostolado Positivista do Brasil*. Porém, havia em comum o reconhecimento profissional de que se devia aos médicos a imagem de sacerdotes com a finalidade de ter influência espiritual sobre os seus pacientes e subordiná-los a moral. WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Ed. da UFMS; Bauru: EDUSC, 1999. p. 36-43.

indecisão, os jornalistas chegaram a citar Hippeau, quando tentaram fazer uma junção entre os seus referenciais teóricos em favor da *gymnastica* nas escolas.

As concepções de Pacífico Pereira são melhor decodificadas quando traçamos a sua trajetória. Para entendemos o porquê de sua escolha da *gymnastica* como projeto nacional, precisamos antes delimitar suas preocupações no começo de seus estudos em Medicina, sua concepção de raça e povo.

2.2 – Pacífico Pereira e a *gymnastica hygienica*: uma fórmula derivada por teorias pedagógicas e deterministas climático-racial.

Quando Antônio Pacífico Pereira começou a defender a *gymnastica* enquanto proposta científica para a sociedade, através da reforma da instrução pública, ele tinha acumulado uma experiência acadêmica com outro grupo de intelectuais médicos que atuaram durante a década de 1860, fora dos muros da Faculdade de Medicina da Bahia. Pois não compunham os quadros dos professores e médicos daquele estabelecimento. Aquele grupo foi denominado posteriormente por Escola Tropicalista ou Patológica, ou ainda, Parasitológica¹⁷³.

Aos 16 anos, em 1862, Pacífico Pereira, enquanto iniciava seus estudos na Faculdade de Medicina, foi apresentado pelo seu amigo de laços familiares, dr. Manuel Maria Pires Caldas ao médico lusitano José Francisco da Silva Lima (1826-1910), diretor dos serviços de clínica médica e cirurgião do Hospital de Caridade¹⁷⁴.

Amigos a partir do primeiro contato, Silva Lima se ofereceu de forma espontânea a ser uma espécie de orientador do jovem iniciante na medicina, direcionando a trajetória profissional dele à Anatomia Humana e os métodos de prevenções para as questões patológicas. Os encontros aconteciam frequentemente na casa do experiente médico, segundo Pacífico Pereira “em serões, tres vezes por semana,

¹⁷³ Antônio Caldas Coni foi quem, em 1952, nomeou esse grupo por “tropicalistas” considerando como elemento de identidade as características nas pesquisas sobre doenças tropicais que os médicos faziam. Também, para diferenciá-los dos demais, considerando como um grupo de vanguarda que daria início a fase científica da medicina baiana. O memorialista ainda teria dado o nome de “Escola Tropicalista ou Patológica” ou “Escola Parasitológica”. Segundo Coni, os estudos produzidos por esse grupo os notabilizou na comunidade médica internacional. Veja EDLER, Flavio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9 (2):357-85, maio-ago. 2002. Também, disponível em: <<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/iah/pt/verbetes/escroba.htm>>>. Acesso em 09/12/2014 às 03:08.

¹⁷⁴ Antonio Pacífico Pereira. “O Dr. Silva Lima”. *GMB*, Faculdade de Medicina da Bahia: XLI, 8, fevereiro de 1910. pp. 337-353. FAMEB / UFBA. Texto em memória do médico Silva Lima. p. 337.

passávamos duas a tres horas a estudar anatomia em peças anatomicas e em bellas estampas” francesas que faziam parte das coleções que o cirurgião possuía na sua biblioteca¹⁷⁵.

Aos domingos e feriados, na sala de autopsias da Faculdade de Medicina sob os cuidados do Hospital de Caridade, Silva Lima aproveitava para levar o seu pupilo, com o objetivo de aperfeiçoá-lo nos estudos de anatomia humana e patologia, fazendo “dissecções anatomicas”¹⁷⁶. Foi lá que Pacífico Pereira conheceu os outros membros que compunham a Escola Tropicalista, o escocês John Ligertwood Paterson (1820-1882) e o luso-germânico Otto Edward Henry Wucherer (1820-1873)¹⁷⁷, que se “entretinham por longas horas” entre operações cirúrgicas e autopsias clínicas, duas práticas consideradas por eles como investigações “anatomy-pathologicas”¹⁷⁸.

Dalí, as trocas de experiências que iam desde as pesquisas conjuntas até o contexto de quando os três estrangeiros atuaram nas universidades, laboratórios e hospitais europeus, resultou na elaboração de notáveis pesquisas de doenças associadas ao clima de temperatura quente, que eles intitulavam por “pathologia intertropical”¹⁷⁹.

Se as aulas na Faculdade de Medicina da Bahia ficavam restritas a formalidade de apostilas, leituras em voz alta de compêndios entre alunos e mestres, ausências de aulas práticas ou a inutilidade dos laboratórios, ao lado dos médicos estrangeiros Pacífico Pereira somou experimentos variados¹⁸⁰. A princípio, daqueles encontros durante as autopsias, as pesquisas relacionaram-se a “hypoemia ou ankylostomiase, a

¹⁷⁵Id. Ibid. p. 338.

¹⁷⁶Id. Ibid.

¹⁷⁷ De acordo com Maria Barreto e Lina Aras o médico luso-germânico iniciou suas atividades atendendo os hamburgueses e marinheiros alemães no hospital que funcionava na sua residência. Depois, assistiu os seus pacientes na Santa Casa de Misericórdia, conhecendo outros profissionais médicos e enfermeiras por lá. O Brasil foi o ponto final da experiência profissional do médico cuja trajetória resultou por um roteiro global como Antilhas, Jamaica, América do Norte, Guianas, Benguela, Guiné, Egito, Itália, França, Rússia, Hungria, Holanda, Inglaterra e colônias inglesas na Ásia, e, Alemanha. p. 163. BARRETO, Maria Renilda Nery e ARAS, Lina Maria Brandão de. “Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia.” *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. (10)1: 151-72, jan.-abr. 2003. Pacífico Pereira no artigo em memória do falecimento do médico intitulado “Esboço biographico do Dr. Otto Wucherer” revelou as origens de Otto e citou como os anos estudando nas escolas alemãs da cidade de Hamburgo, preparado com a *educação physica*, foram importantes para estruturá-lo para as adversidades da vida. Veja em *GMB*, Faculdade de Medicina da Bahia: VI, 140, pp. 305-309. 31 de maio de 1873. p. 306. Sobre as universidades europeias e estudos por outros países Pacífico Pereira o classificou como um poliglota veja a p. 307. Veja também José Francisco da Silva Lima. “Traços biographicos do Dr. Otto Wucherer”. *GMB*, Faculdade de Medicina da Bahia:XXXVIII, 1, pp. 3-26. Julho de 1906.p. 6-8.

¹⁷⁸ Antonio Pacífico Pereira. “O Dr. Silva Lima...”. p. 338.

¹⁷⁹ Id. Ibid.

¹⁸⁰ RIOS, Venetia Durando Braga. *Entre a vida e a morte: medicina, médicos e medicalização na cidade de Salvador, 1860-1880*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, 2001. p. 110.

chyluria, o beriberi”¹⁸¹. Depois, outras tantas enfermidades foram analisadas, como a filaríose ou elefantíase e o ainhum. Também se debruçaram em análises que resultaram em especializações dos estudos de moléstias como a morfeia ou lepra, tuberculose, drancoculose¹⁸² e diarreia ou maculo que ocorria com mais frequência na população escrava. Doenças que tinham em comum, segundo esses médicos, a falta de higiene.

As experiências medicinais daqueles tropicalistas no Hospital de Caridade esboçaram-se nas observações em mulheres, pobres e escravos. Conforme Flávio Edler, aqueles médicos atendiam em “redes clientelistas e filantrópicas”¹⁸³. Logo, envolveram-se numa relação mais tênue com pacientes das mazelas sociais que, de acordo com a historiadora Venetia Rios, eram “gente do povo, trabalhadores da rua, mulheres ganhadeiras, criadas do serviço doméstico”¹⁸⁴. Quando diagnosticados entravam para os dados estatísticos daquele hospital através de relatórios que Pacífico Pereira também produzia, no qual os médicos definiam as identidades sociorraciais daqueles pacientes como “pardos, pretos, africanos e creoulos”¹⁸⁵. Aquela experiência permitiu aos esculápios ponderações quanto as questões raciais e inquietações frente às inflexibilidades das teorias deterministas propaladas na medicina ocidental.

A nossa interpretação é que a noção de povo esboçada por Pacífico Pereira também estava sob a influência da experiência que teve com os tropicalistas no Hospital de Caridade e os pacientes de cor que por lá passavam. Ao defender a *gymnastica hygienica* como método de prevenção das “pathologias intertropicais” e como projeto nacional de perfectibilidade humana, justificava essa necessidade usando o seguinte apelo: “educação physica para a raça que vae sensivelmente definhando”¹⁸⁶. Geralmente, Raça era um termo que quando utilizado pelos tropicalistas estava interligado ao binômio povo-nação, palavra usada quando havia referências à população brasileira em geral. Pacífico Pereira, ao enfatizar que o Brasil também era composto por

¹⁸¹ Antonio Pacífico Pereira. “O Dr. Silva Lima...”. p. 337. Sobre a hipoemia, Wucherer teria inferido através das análises microscópicas dos pacientes *in vita* e cotejando-as com a dissecação *postmortem* juntamente com a química dos fluídos corporais que a hipoemia intertropical não era causada pelo clima, e sim, pela relação do hospedeiro humano, o verme e as condições que ambos coexistiam. Veja em BARRETO, Maria e ARAS, Lina. “Salvador, cidade do mundo...”. p. 168.

¹⁸² O drancúculo era um verme intestinal que segundo o médico alemão Carl August Tölsner, que serviu na Corte Imperial, antecessor a Wucherer, era “importada da África”, comum aos negros, mas que estava aclimatada e encontrava-se também em brasileiros. BARRETO, Maria e ARAS, Lina. “Salvador, cidade do mundo...”. p. 160.

¹⁸³ EDLER, Flavio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9 (2):357-85, maio-ago. 2002.

¹⁸⁴ RIOS, Venetia Durando Braga. “Entre a vida e a morte...”. p. 139.

¹⁸⁵ Id. *Ibid.*

¹⁸⁶ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas I”. p. 193.

uma “raça decadente que o habita” deixava escapar expressões genéricas cujo vocabulário ou semântica exprimia a ideia de um povo naturalmente fraco, doente e debilitado na sua constituição anatômica¹⁸⁷. Assim sendo, o médico quando se referia à população nacional se aproximava, de forma menos radical, àqueles viajantes deterministas que passaram pelo Brasil.

Com o passar dos anos a relação do grupo, que ia aumentando significativamente, ficou mais estreita quando o médico John Paterson insistiu em realizar reuniões noturnas em sua residência, a partir de 1865. Duas vezes por semana, amigos médicos de diferentes hospitais da cidade, e alguns poucos estudantes de medicina, encontravam-se e tratavam de suas experiências profissionais e pesquisas científicas. O jovem Pacífico Pereira acompanhava todos os debates e conhecimentos oferecidos. Entre os quais estava a troca de procedimentos médicos, debates e atualizações das tendências teóricas e pesquisas ocorridas na Europa e América do Norte, o que resultou no ecletismo de teorias, de técnicas preventivas, e de técnicas cirúrgicas manuais e instrumentais entre os integrantes daquele grupo¹⁸⁸.

Aqueles médicos estrangeiros que atuavam fora da Faculdade baiana, de certo, foram o divisor de águas na medicina baiana que em meio a impasses como a ausência de autonomia e a falta de prestígio científico, procuraram meios para se qualificarem e unirem os profissionais da medicina se articulando com outros colegas da área, como os colegas médicos que atuavam na Corte Imperial¹⁸⁹. Depois, começaram a difundir suas pesquisas elaborando uma revista especializada, a *Gazeta Médica da Bahia*, com a participação de Pacífico Pereira na edição¹⁹⁰. Dos encontros e pesquisas publicadas, transparecia as junções nas técnicas como a “química no campo da hematologia e microscopia”, que resultou em estudos sistemáticos visando técnicas de prevenção e erradicação de doenças ligadas aos ramos médicos da helmintologia, bacteriologia e parasitologia¹⁹¹. Uma inovação para época cuja recepção conviveu entre conflitos de ideias e colisões de escolas médicas, já que os seus colegas da faculdade baiana, tanto aqueles que atuavam como professores além dos alunos, ainda eram adeptos ao vitalismo da matriz francesa de Paul-Joseph Barthez (1734-1806). O princípio vital

¹⁸⁷ Idem. “Hygiene das Escólas II”. p. 251.

¹⁸⁸ Entre os objetivos dos tropicalistas estava a ideia de acompanhar os avanços científicos das escolas europeias e norte americanas e adaptá-las a realidade social. Veja em SANTOS, Adailton Ferreira dos. “A Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia, 1866-1889”. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). São Paulo, PUC, 2008. p. 65.

¹⁸⁹ SANTOS, Adailton Ferreira dos. “A Escola Tropicalista Baiana...”. p. 65.

¹⁹⁰ RIOS, Venetia Durando Braga. “Entre a vida e a morte...”. p. 96.

¹⁹¹ EDLER, Flavio Coelho. “A Escola Tropicalista Baiana...”.

tinha como essência se colocar de forma autônoma aos fenômenos físico-químicos¹⁹². Por isso, os médicos tradicionais não se submetiam as mesmas técnicas dos tropicalistas como a dissecação de cadáveres, sequer admitiam explicações físicas e químicas sobre o corpo humano¹⁹³.

Em detrimento, a Medicina Social do teórico determinista alemão Rudolf Virchow (1821-1902) era um dos referenciais apresentados por Wucherer e Silva Lima a Pacífico Pereira¹⁹⁴. Selecionaram o princípio do “contagionismo limitado” no qual, readaptaram a concepção médico-política cuja ideia central preconizava que as doenças epidêmicas resultavam de circunstâncias ligadas ao “desajustamento social e cultural”¹⁹⁵. Quando se tratava da Medicina Social de Virchow, Pacífico Pereira, em particular, não descartava o uso da antropometria para analisar as diferenças biológicas das medidas corporais dos alunos, algo que mencionaremos mais adiante quando tratarmos do racismo implícito no discurso médico da *gymnastica hygienica*¹⁹⁶.

De maneira geral, os tropicalistas entenderam, por exemplo, que a tuberculose, era mais um problema de tantos outros, cujo impacto era proveniente das condições sociais, políticas e econômicas, e não exclusivamente da pobreza, do clima ou da mestiçagem. Por isso defendiam como forma de prevenção “a alteração dos costumes”. Ainda defendiam que a população em geral devia ter boa alimentação, habitação e asseio, além de serem moralizados para agregar novos hábitos como não ingerir bebidas

¹⁹² MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. *A teoria da progressão dos animais de Lamarck*. Dissertação (Mestrado em Genética) Campinas/São Paulo, UNICAMP, 1993. p. 60.

¹⁹³ Sobre o vitalismo e os seus teóricos leia WAISSE, Sílvia; AMARAL, Maria Thereza Cera Galvão do; ALFONSO-GOLDFARB, Ana M. Raízes do vitalismo francês: Bordeu e Barthez, entre Paris e Montpellier. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, 18 (3): 625-40, jul.-set. 2011. RIOS, Venetia Durando Braga. “Entre a vida e a morte...”. p. 110.

¹⁹⁴ Daquele grupo, Pacífico Pereira teria admitido que as suas inspirações provinham dos ensinamentos de clínica médica de Silva Lima e clínica cirúrgica de Pires Lima, o que resultou na sua escolha e firmação como professor e especialista em histologia normal e patológica. “O Dr. Silva Lima...”. p. 339.

¹⁹⁵ BARRETO, Maria e ARAS, Lina. “Salvador, cidade do mundo...”. p. 160-167.

¹⁹⁶ É importante destacar que embora considerasse as questões políticas e sociais como preponderantes para prevenir doenças, civilizar e construir o sentimento nacional do povo germânico, a Medicina Social de Virchow era racista e utilizava a craniometria para avaliar e justificar a superioridade entre os povos. O artigo “Um político biólogo” publicado por Pacífico Pereira na *GMB* de novembro de 1878: X, 11, pp. 523-524. FAMEB / UFBA, aborda o uso desse método. Além de ser antropólogo, patologista e político, Virchow atuou como deputado progressista rival a Otto Von Bismark. Ao participar de um congresso que debatia as rivalidades dos Estados que disputavam o território da Turquia, pronunciou-se apresentando de forma alinhada, simetricamente, sob a mesa do congresso, crânios dos povos circunvizinhos daquela região em disputa. Justificou a superioridade da raça albanesa por considerar seus crânios perfeitos na precisão das medidas, depois de mostrar uma sequência de crânios assimétricos dos albaneses degolados pelos turcos e compará-los com de outros povos. O episódio trata de uma narração da qual Virchow durante o debate, desdenhosamente, com os pés, apontou para uma ossada solta pelo chão. Local onde estavam as dos povos que ele considerava inferiores pela constituição óssea, entre os quais estavam os vizinhos e rivais magiares.

alcoólicas¹⁹⁷. Silva Lima pregava que a prevenção das doenças entre os escravos podia ser remediada higienicamente se, por exemplo, andassem com os pés calçados, por sinal, identificava nesse problema uma das causas dos que contraíam a moléstia denominada ainhum¹⁹⁸.

As iniciativas higiênicas combinadas às análises microscópicas resultaram em pesquisas que contribuíram para desvendar os micro-organismos agressivos a saúde da população pobre e escrava. Por isso, inferiram que a pobreza não era o problema, mas os costumes. Embora não combatessem o determinismo racial de forma incisiva, ignoravam a explicação que fortalecia a influência biológica da herança racial, como faziam os europeus e norte americanos, que naturalizavam as doenças que assolavam os trópicos. Mas defendiam que as condições anti-higiênicas mediante descaso político e moral na qual a população sem posses e escrava sobrevivía, de forma geral, contribuía para o surgimento de focos epidêmicos e proliferações daquelas doenças.

Para responder os questionamentos sobre aquelas enfermidades, os tropicalistas se interessaram pela microbiologia pasteuriana que já se consolidava na medicina europeia com a quantificação e sistematização dos micro-organismos invisíveis¹⁹⁹. Tudo indica que Otto Wucherer difundiu uma metodologia próxima ou parecida ao fazer a junção da microscópica com a estatística, e teria influenciado aos demais colegas quando chegou ao resultado sobre o verme hospedeiro da hipoemia²⁰⁰. Essa metodologia descortinou novas evidências ao estudar os micróbios, bactérias e parasitas.

¹⁹⁷Wucherer se colocava contra a insalubridade das fábricas de charutos, que, a seu ver, prejudicava os trabalhadores. Veja BARRETO, Maria e ARAS, Lina. “Salvador, cidade do mundo...” p. 164-166.

¹⁹⁸ Doença cujo inchaço tomava um ou, mais raramente, os dois dedos mínimos dos pés. Sendo a amputação a única forma de intervenção cirúrgica para sanar o problema. Essa doença ocorria exclusivamente “nos pretos que anda[va]m descalços, como também nos que usa[va]m de calçado”. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. “*Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das familias*”. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. I, p. 80-81. Segundo Julyan Peard o ainhum era um dos problemas que os tropicalistas esbarravam no radicalismo do determinismo climático-racial porque não conseguiram formular uma justificativa plausível para a comunidade médica ocidental. Assim a medicina europeia e norte americana continuavam afirmando que o clima e a raça eram agentes biológicos determinantes. Na ótica de Peard, isso mantinha a imagem arruinada do Brasil perante o mundo. PEARD, Julyan G. “*Race, Place and Medicine: the idea of tropics in Nineteenth-Century Brazil*”. Paperback, April 10, 2000. p. 15/54.

¹⁹⁹ Sobre a microbiologia pasteuriana e a higiene do corpo veja especialmente o subtítulo do quarto capítulo, intitulado: “Os filhos de Pasteur” nas páginas indicadas no final desta referência. VIGARELLO, Georges. “*O limpo e o sujo...*”. pp.223-231.

²⁰⁰ Segundo Barreto, Wucherer sempre exerceu as atividades clínicas conciliando o uso do microscópio com o uso das estatísticas. BARRETO, Maria e ARAS, Lina. “Salvador, cidade do mundo...” p. 163. Sobre a perícia de Otto com o manejo do microscópio e a inovadora análise clínica com urinas veja Antonio Pacifico Pereira. “Esboço biographico do Dr. Otto Wucherer...” p. 307 e 308. Sobre o estudo de afecções parasitárias consulte José Francisco da Silva Lima. “Traços biographicos do Dr. Otto Wucherer...” p. 8-10.

Aquelas análises e provocações dos tropicalistas impulsionou o campo da nosologia, ou seja, a classificação e descrição das doenças, como também, contribuiu para a etiologia, especialidade em identificar a origem e causa das enfermidades.

A grosso modo, naquele contexto, havia uma ideia generalizada que todo contágio era veiculado exclusivamente pela atmosfera viciada com seus odores e miasmas. As provocações dos tropicalistas não aceitavam facilmente tais ideias. Mas ainda havia uma indefinição de quais eram as doenças específicas que podiam ser provocadas exatamente pelo ar. Mesmo lançando mão da pesquisa microscópica, que possibilitava seguir os rastros, itinerários e penetrações dos “agentes invisíveis”, os micróbios, que podiam ser identificados e quantificados²⁰¹, a busca por respostas para o clima irreversível trazia ambiguidades sobre o contágio de doenças exclusivamente pela pressão atmosférica. No caso dos tropicalistas, e dentro das limitações da época²⁰², a aproximação com a microbiologia pasteuriana permitia diagnosticar algumas das enfermidades infectocontagiosas aeróbias, na descrição de Pacífico Pereira, ao contrário do que se sabe atualmente, eram aquelas que morriam em contato com o oxigênio e subsistiam quando “reproduzem-se e transmitem-se no ácido carbonico”²⁰³. Por isso, defendia que a escola devia ter um ambiente salubre, com ventilação, cuja circulação do ar fosse satisfatória além de agradável. Como ação preventiva o médico recorria aos métodos do higienista e pediatra alemão Hugo Wilhelm Von Ziemssen (1829-1902)²⁰⁴ cuja *gymnastica hygienica* era tida como método de cura e também de prevenção da tuberculose, além de prescrevê-la para o controle de moléstias consideradas hereditárias,

²⁰¹VIGARELLO, Georges. “*O limpo e o sujo...*”.p. 225.

²⁰² Embora o trabalho trate da epidemia de cólera e o estado endêmico da febre amarela na Bahia em 1850, Onildo David afirma no primeiro capítulo do seu livro que a medicina baiana resistia a problemas de ordem financeira já que seus recursos eram poucos. DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível – epidemia na Bahia no século XIX*. Salvador: EDUFBA, Sarah Letras, 1996. Venetia Rios revelou que a cidade era despreparada para a assistência pública, os programas de higiene sanitária eram letra morta e a imagem dos médicos era associada ao “arauto da morte” ao invés da cura. RIOS, Venetia. “*Entre a vida e a morte...*”. p. 40-83. No nosso primeiro capítulo citamos que o próprio Pacífico Pereira militava através da *Gazeta Médica* por mais investimentos nas faculdades de medicina do país e uma reforma que qualificasse os médicos enquanto intelectuais e como uma classe profissional.

²⁰³ Antonio Pacífico Pereira. “*Higiene das Escólas II*”. *GMB*: X, 6, junho 1878. pp. 243-252. O autor cita a importância da análise da “*pathogenia*” na pesquisa pasteuriana e como acompanhamento desses avanços em torno da higiene. Veja nas p. 243-245. Atualmente a medicina classifica os micróbios aeróbios como aqueles que subsistem em contato com o oxigênio e não com o “*ácido carbonico*” como trata a fonte e pensava Pacífico Pereira.

²⁰⁴ Pesquisa disponível em: << <http://www.idref.fr/autorites/autorites.html> >>. Acesso em 20/01/2015 às 9:15. Também em << <http://www.zeno.org/>>>. Os estudos do patologista Ziemssen voltado para a saúde da criança tratava inicialmente da pleurisia, pneumonia e sarampo. A partir de 1875-1885 desenvolveu pesquisas que se interessavam em doenças de laringe, esôfago, epidemias cerebro-espinal como a meningite, e a fisiologia da pele. Em 1883 começou a publicar os seus trabalhos de medicina elaborando um compêndio de quatro volumes, sendo o segundo volume exclusivo a higiene, intitulado “*Manual de higiene e doenças profissionais*”.

ao concordar que: “A falta de ar puro e de exercicio [gymnastico] é, como diz Zeemssen (*sic*), uma das causas mais favoraveis ao desenvolvimento da phthysica”²⁰⁵.

Neste sentido, os trabalhos iniciais dos tropicalistas, que contavam com o método experimental da bacteriologia e microbiologia, procuravam procedimentos higiênicos de prevenção e cura daquelas doenças classificadas por eles por “pathologias intertropicais”. Embora houvesse a ponderação quanto a questão racial, os meios experimentais para explicar que as doenças não provinham unicamente pela genealogia ou, exclusivamente, por efeitos hereditários dos caracteres adquiridos preconizados pelo determinismo climático-racial não eram tão sólidos, ou, como já dissemos, por vezes eram ignorados. Em geral, aquele grupo que lapidou o jovem Pacífico Pereira não assumia uma postura totalmente pessimista em relação às questões raciológicas.

Para entendermos essas ambiguidades e suas influências sobre a concepção dos exercícios corporais, analisamos nossas fontes e cotejamos com leituras sobre as produções da área medicinal daqueles profissionais como, por exemplo, as investigações da historiadora Julyan Peard. Assim, inferimos que a questão do determinismo climático, especificamente, era um dilema nacional intrínseco as outras escolas médicas. Mas em geral, os tropicalistas eram irresolutos porque hesitavam quanto a natureza irreversível e rejeitavam o fatalismo e decadência apenas nos trópicos. Esta indecisão ocorria quando defendiam a degeneração humana enquanto problema climático em ambas as zonas térmicas, tanto na tropical quanto na temperada. A assertiva do grupo sobre a questão climática era que a maioria das enfermidades tinha um caráter universal. Sustentavam a ideia de que a temperatura ambiente determinava o nível nocivo das doenças, ou seja, a moléstia podia exacerbar-se e tornar-se distinta através do calor e da umidade tanto no clima temperado quanto no tropical. Mas ainda seria as condições sociais o diferencial preponderante para identificar e prevenir a doença²⁰⁶.

O historiador Marcos Chor Maio, bastante embasado, tornou inteligível esse dilema entre os tropicalistas de questionarem as diferenças raciais ao clima quando diagnosticaram o surto de febre amarela na Corte Imperial. Eles explicavam que a

²⁰⁵ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas V”. p. 437.

²⁰⁶De acordo com Peard, o determinismo climático-racial não era tão pessimista por partados médicos estrangeiros porque encontraram em Salvador colegas negros e mulatos atuando nos hospitais além de representar a maiorias dos estudantes da Faculdade de Medicina. PEARD, Julyan G. “Race, Place and Medicine...”.Capítulo 3, p. 7/54 e 28-30/54.

resistência e imunização dos negros a febre amarela em comparação aos imigrantes europeus ocorria por maior capacidade de “aclimatação” nos trópicos²⁰⁷.

No caso de Pacífico Pereira, a aclimatação era explicada a partir da adaptação das ideias do determinismo climático do químico e higienista alemão Max Joseph Von Pettenkofer (1818-1901)²⁰⁸. O teórico alemão defendia a hipótese fatalista que a anóxia, uma espécie de ausência de oxigenação no sangue, tida como um dos fatores naturais que ocasionavam a debilidade mental, quando associada ao clima tropical também degenerava europeus que atravessassem para o outro lado do Oceano Atlântico. Tudo indica que era uma advertência aos imigrantes em trânsito para as Américas. Na visão do teórico alemão os humanos que viviam nos trópicos, mesmo não provenientes dele, tinham tendências biológicas definitivas e irreversíveis à demência mental por causa do clima. O médico baiano concordava parcialmente, não negava que o clima predispunha a degeneração, mas afirmava a flexibilidade dos efeitos climáticos a partir do fortalecimento da compleição física acreditando que assim restabelecia a musculatura adaptando a anatomia humana ao ambiente social além de preparar o cérebro para o enfraquecimento natural provocado pelo clima²⁰⁹. Seu argumento sobre o clima era que a “hygiene e a physiologia” prescreviam as imperfeições da evolução humana quando

“a alta temperatura do nosso clima, deprimindo a actividade das combustões organicas, e dando em resultado a degeneração dos tecidos pela evolução imperfeita de seus elementos, ou a auto-intoxicação pela oxidação incompleta e retenção de productos que deviam ser eliminados, produz mui promptamente a degeneração physica; e que para prevenir estes effectos, quasi sempre irremediaveis, os unicos recursos são o ar puro e o exercicio, a educação physica, em summa”²¹⁰.

A “deficiencia das oxydações organicas” e as limitações do aparelho respiratório formavam um conjunto de problemas tido como o diagnóstico dos males degenerativos sobre a anatomia humana. Desse modo, adaptava as ideias de Pettenkofer, ao deixar de lado a questão terminativa dos trópicos, ao dizer que o processo de oxigenação para as “funções da respiração e nutrição”, com “o ar puro e o exercicio [gymnastico]”

²⁰⁷ PEARD, Julyan G. “*Race, Place and Medicine...*” especialmente o Capítulo 3, p. 23/54. MAIO, Marcos Chor. Raça, doença e saúde pública no Brasil: um debate sobre o pensamento higienista no século XIX. In.: MAIO, Marcos Chor & SANTOS, Ricardo Ventura. (org.) “*Raça como questão...*”. p. 56-63.

²⁰⁸ Sobre o químico e higienista alemão veja o verbete em: << <http://www.idref.fr/autorites/autorites.html> >>. Acesso em 20/01/2015 às 9:15.

²⁰⁹ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas II”. p. 242-248. Também, Id. “Hygiene das Escólas V”. p. 433 e 434.

²¹⁰ Idem. “Hygiene das Escólas V”. p. 433 e 434.

compensariam os problemas naturais do “desenvolvimento physico no clima intertropical”²¹¹.

Neste sentido, a *gymnastica hygienica* que também recebia o sinônimo de *gymnastica racional*, era defendida pelo tropicalista porque correlacionava a técnica do exercício corporal aos procedimentos da medicina e das leis da natureza que incidiam sobre o clima, ao constituir a métrica e respeitar a sua execução sequencial de acordo com a força muscular, o gênero e a faixa etária do ginasta ou praticante. Assim como a precisão do cálculo matemático, o corpo humano atingia um resultado fisiológico objetivo ao equacionar a combinação e quantificação dos exercícios que operavam sobre os músculos. Ao voltar da Alemanha o tropicalista Pacífico Pereira tinha como finalidade o processo de escolarização aos moldes do médico ortopedista e pedagogo alemão Daniel Gottlieb Moritz Schreber (1808-1861):

“Adopte-se nas escolas primarias essa gymnastica de movimentos, systematica, racional, therapeutica, como ensina Schreber no seu excelente manual, appropriada á idade, á constituição, ás disposições organicas, á insufficiencia ou asymetria de desenvolvimento de cada creança, graduada em vigor e duração, segundo a necessidade do caso, e propria para desenvolver, conforme a indicação hygienica e therapeutica, os diferentes grupos de musculos, e as funções physiologicas a que elles se prestam.”²¹²

O manual elaborado por Schreber também prescrevia exercícios corporais especializados para serem praticados em casa, nas escolas por diferentes faixas etárias, gêneros e, até mesmo, para pessoas sedentárias, pais, médicos, professores e crianças. Para Schreber o desenvolvimento da musculatura era uma qualidade inerente a natureza humana para prevenções de doenças e até garantias de cura com funções médico-terapêuticas²¹³. Por isso Pacífico Pereira seguia a risca o teórico Schreber em suas pretensões para a escolarização popular: “o ensino gymnastico será proporcionado ao sexo e á idade dos alumnos, e especialmente á força physica de cada um”²¹⁴. Nesse

²¹¹ Idem. “Hygiene das Escólas I”.p. 196.

²¹² Idem. “Hygiene das Escólas V”. p. 435 e 436. A citação do Manual de Schreber descrito na fonte estava em alemão, intitulado: *Aerztliche Zimmer-gymnastik Leipzig*, 15ª edição, ano 1877.

²¹³ Foi médico, ortopedista e professor da Universidade de Leipzig e dedicou-se também a pedagogia. O compêndio “*Gymnastica doméstica, médica e higiênica*” circulou a partir do Ato educacional de 1882 no Paraná. Para mais detalhes: PUCHTA, Diogo Rodrigues. “*A formação do homem forte...*”. p. 25-39. Schreber também desenvolveu livros de exercícios ginásticos indicando as posturas e suas correções para serem empregadas entre os operários das indústrias germânicas. Sua especialidade era a pedagogia e defendia “cientificamente” o combate a masturbação. Pesquisa disponível em: << <http://www.idref.fr/autorites/autorites.html> >>. Acesso em 20/01/2015 às 8:03.

²¹⁴ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das escolas”. *GMB*, XXI, 7, Janeiro de 1890.p. 306.

aspecto, os exercícios corporais da vertente alemã também tinham o caráter “normativo” cujos “exercícios [eram] cuidadosamente graduados e precisos”²¹⁵.

Mas, ao tratar da escolarização dos *exercícios gymnasticos* o esculápio reivindicava que o profissional médico deveria atuar conjuntamente com o professor, primeiro porque “todos os alumnos” eram obrigados a disciplinar o corpo, “excepto os casos de dispensa do medico inspector”²¹⁶. Depois, porque ainda preso ao determinismo climático se preocupava com a influência do clima sobre as questões fisiológicas e, mediante esta questão, defendia que os profissionais da medicina detinham o conhecimento científico climatológico necessário, e assim como os fisiologistas alemães, deviam identificar as influências sobre a anatomia humana para “instruir os professores sobre as observações thermometricas e hygrometricas”²¹⁷.

Essa questão teórica do clima irreversível e a aplicação dos exercícios corporais não era exclusiva do médico baiano. Em 1863, o suíço dr. Naegeli, admitia que o clima dos trópicos tinha “influencias debilitantes”. Por isso, inferiu que a *gymnastica* seria mais eficaz e imprescindível no Brasil do que na Europa por suprir as carências naturais que o clima causava à compleição, afirmava, até mesmo, que devia ser estimulada entre os intelectuais brasileiros já que não tinham a cultura de movimentar o corpo²¹⁸.

Contudo, ao tratarmos desse debate na sociedade baiana, parece que essa argumentação ainda estava presa a ideia do clima ser deletério, era ambígua e confusa, não convencendo os pares de outras escolas médico-científicas e a sociedade do porquê da importância dos *exercícios gymnasticos*.

Portanto, esta abordagem preventiva associava o exercício corporal a uma função estrita, para reter ou dirimir os efeitos naturais da degeneração mediante ao clima sobre o corpo humano. Nesse sentido, o argumento do tropicalista Pacífico Pereira parece que não deixava transparecer de forma inteligível a funcionalidade da *gymnastica hygienica*. Tudo indica que não conseguia persuadir outros intelectuais e a sociedade porque com ou sem a prática dos exercícios o corpo permaneceria de qualquer forma disposto a degeneração por causa das leis naturais propaladas no universo científico e imprensa da época.

²¹⁵ VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. “O corpo trabalhado, ginastas e esportistas...”. p. 421.

²¹⁶ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das escolas”. XXI, 7, Janeiro de 1890.p. 306.

²¹⁷ Id. Ibid. p. 310.

²¹⁸ Apresentou sua tese à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para revalidar o diploma e exercer legalmente a medicina no Brasil pelo fato de ser diplomado na Universidade de Zurique.Veja em GONDRA, José Gonçalvez. “*Artes de civilizar...*”. p. 184 e 185.

Se o determinismo climático e a naturalização da degeneração ainda estavam enraizados no pensamento médico-científico tropicalista, é possível identificar liames ou ranços, mesmo que superficiais, do determinismo racial naquela corrente e na concepção de *gymnastica hygienica*?

2.3 – A *gymnastica hygienica*, o ecletismo teórico e interpretações sobre o critério racial e a ideia de regeneração.

Sobre esse problema é necessário desvendar a corrente teórica que influenciou Pacífico Pereira e o seu grupo. Depois de sabermos que os tropicalistas tinham uma literatura diversificada, seria um grande desafio defini-la. Marcos Chor Maio os classificou na matriz neo-hipocrática por se situarem no ideário ambientalista, por perceber que as explicações eram provocadas pelos três requisitos de Hipócrates, o ar, a água e o solo. A outra evidência é que as pesquisas se constituíam nos ramos cujos requisitos hipocráticos estavam embutidos: a bacteriologia e microbiologia. Para o historiador havia a recusa dos tropicalistas em elaborarem chaves explicativas de cunho racial, caracterizando-os como “a-racialistas”. Assim, Marcos Maio contestou a ideia de que o grupo e outros profissionais médicos defensores de políticas higiênicas no Brasil tinham uma feição racista ou racialista. Para chegar a alguma evidência próxima, orientou uma série de fatores para alcançar essa abordagem. Acreditamos que a mais imediata talvez seja identificar nos projetos higienistas quais as teorias evolucionistas de propensão racista²¹⁹.

Essa visão partiu como uma crítica ao processo de “embranquecimento” e a política de favorecimento racial que Sidney Chalhoub teria identificado ao analisar a “ideologia da higiene”. As políticas de saúde pública, propositalmente, privilegiaram o tratamento médico em benefício dos imigrantes europeus, no combate à febre amarela, ao invés da tuberculose que assolava a população de cor no Rio de Janeiro²²⁰. Conforme Marcos Maio há poucas possibilidades de evidenciar um “higienismo racializado” no Brasil²²¹. Mesmo o higienismo não recorrendo às teorias raciais de forma tão declarada como Marcos Maio questionou, consentimos que ao tratar da discriminação racial naquela época as diferenças humanas entre negros, brancos e mestiços transcendiam o

²¹⁹MAIO, Marcos Chor. “Raça, doença e saúde pública no Brasil...”p. 73-78.

²²⁰CHALHOUB, Sidney. “Cidade Febril...”.

²²¹MAIO, Marcos Chor. “Raça como questão...” p. 56.

campo das explicações científicas. Porém, ao sabermos que existia o ecletismo de teorias raciais e de técnicas entre Pacífico Pereira e os escúlipos que o moldaram, outras provocações quanto as questões de cunho raciológico e climatológico são pertinentes.

Sobre isso, Flávio Edler, ao ler Julyan Peard, considerou válido que a corrente médico-científica dos tropicalistas se aproximava do evolucionismo de Jean Lamarck (1744-1829), mesmo eles não aceitando serem rotulados como Lamarckistas²²². Já Julyan Peard afirmou que as concepções teóricas daquele grupo se aproximavam do evolucionismo neolamarckista²²³, uma corrente científica que vigorou dentre outras tendências que defendiam a transmissão hereditária dos caracteres biológicos. O neolamarckismo ganhou força na Europa em meados da década de 1880²²⁴.

Ambos chegaram a essa conclusão porque teriam notado que os tropicalistas defendiam que os seres humanos tinham uma maleabilidade ou adaptabilidade ao meio social. Embora não façam nenhuma alusão à influência de Virchow para essa particularidade, não descartamos a afirmação de Peard e Edler por situarmos três aspectos desta corrente acerca do debate proposto por Pacífico Pereira entre os tropicalistas: primeiro, a “perfectibilidade humana” não era um termo empregado pelo evolucionismo de Darwin. O teórico não defendia a perfeição da natureza, sequer a perspectiva de progresso inexorável. Em síntese, o vocabulário em Darwin, e até entre os neodarwinistas, não possibilitava usar as palavras “involução” e “perfeição”. Nesse caso, o evolucionismo comungado por Pacífico Pereira e os tropicalistas não se mesclava com a matriz darwinista²²⁵. Segundo, a concepção do tempo difundida por Lamarck permitia uma fenda para aqueles que almejavam a perfectibilidade humana sem as barreiras e limitações das diferenças raciais preconizadas pelos deterministas

²²² EDLER, Flavio Coelho. “A Escola Tropicalista Baiana...”.

²²³ De acordo com Lilian Martins o termo neolamarckismo foi cunhado em 1885, o que seria um pouco tardio para Julyan Peard classificar os tropicalistas como um todo. Mas não Pacífico Pereira que viveu e ultrapassou aquela fase. Embora Pacífico Pereira usasse o termo “perfectibilidade humana” não fazia nenhuma alusão diretamente ligada a Lamarck. Veja em MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Herbert Spencer e o neolamarckismo: um estudo de caso. In.: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; FERREIRA, J. M. H. (eds.) *Filosofia e história da ciências no Cone Sul: 3º Encontro*. Campinas/SP: AFHIC, 2004. pp. 281-289.

²²⁴ PEARD, Julyan G. “*Race, Place and Medicine...*”. Especialmente o Capítulo 3, p. 7/54.

²²⁵ A evolução de Darwin, também chamada darwinismo não dever ser confundida com o darwinismo social de Spencer e as concepções de Haeckel. STRAUSS, André & WAIZBORT, Ricardo. “Sob o signo de Darwin?...”. Sobre as deturpações do evolucionismo darwinista e a sua introdução no Brasil veja DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol & SÁ, Magali Romero. “Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX”. In.: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (org.) *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Coleção História e Saúde, 2003. p. 96-123.

mais pessimistas. Esta flexibilidade conceitual ocorria porque os neolamarckistas e lamarckistas inferiam que a temporalidade na evolução orgânica de Lamarck decorria de forma vertical. Por considerarem o tempo linear, acreditavam que as espécies orgânicas podiam sofrer adaptações de forma dinâmica enquanto as leis da natureza permaneciam estáticas²²⁶. O que permitiria a “progênie”, ou seja, uma ascendência genética a caminho da perfeição²²⁷. Terceiro, mesmo havendo uma simpatia de Spencer e adesão de Galton as ideias do “uso e desuso” e da “herança dos caracteres adquiridos” de Lamarck, os neolamarckistas se diferenciavam dos darwinistas sociais e eugenistas porque acreditavam que os pobres e degenerados na compleição física podiam ser ajustados ao aperfeiçoamento humano. Essa ideia associada à progênie servia para nutrir de esperança aqueles que acreditavam que todos os humanos, independente da camada social, eram capazes de ser moralizados e conviver em ordem perante as leis²²⁸.

Quando Pacífico Pereira tratava da “degeneração progressiva” e a “perfectibilidade humana” ele não ficava preso a corrente ambientalista ou neo-hipocrática defendida por Marcos Maio. Entendemos que a ideia de regeneração da anatomia humana estava associada tanto a questão biológica como moral. Sobre as análises biológicas do corpo humano, o médico acreditava que escolarizar os exercícios corporais para os estudantes podia “desenvolver-lhes todas as aptidões e corrigir-lhes todos os defeitos”²²⁹.

Nessa perspectiva, observa-se que ao tratar da regeneração biológica da espécie humana, se somava funções que não estavam restritas ao universo escolar e o discurso

²²⁶ MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira & BAPTISTA, Ana Maria Haddad. Lamarck, evolução orgânica e tempo: algumas considerações. *Filosofia e História da Biologia*, 2, p. 279-296, 2007.

²²⁷ PEARD, Julyan G. “*Race, Place and Medicine...*”. Especialmente o Capítulo 3, p. 20/54.

²²⁸ Id.Ibid. p. 28-30/54. Além de ser contra as políticas públicas reivindicadas por trabalhadores e pobres, a Eugenia de Francis Galton se colocava contra a educação popular por acreditar que o talento era transmitido por heranças genéticas. Veja em DIWAN, Pietra. “*Raça Pura...*”. p. 36-40. Embora Spencer em 1859 apoiasse Darwin, e, por isso, tenha sido rotulado como o mentor do Darwinismo Social, de acordo com Lilian Martins ele declarou com frequência que o efeito do “uso e desuso” e a “herança dos caracteres adquiridos” de Lamarck eram mais substanciais quando se referia ao processo evolutivo. Já a “seleção natural das espécies” de Darwin, a seu ver, tinha limitações. Desde a década de 70 que Spencer teria simpatizado com o Lamarckismo. Mas foi na Era Vitoriana, entre as décadas de 80 e meados de 90, que Spencer se interessou por essa corrente, julgando os fatores hereditários como cruciais para consolidar suas ideias da “luta pela vida” e “sobrevivência dos mais aptos”, mesmo sendo ignoradas pelos neolamarckistas. Em 1893 e 1894, um debate científico entre Weismann e Spencer, delimitou a fronteira entre neodarwinistas e neolamarckistas, tendo como foco a “herança dos caracteres adquiridos”. Mesmo assim, Spencer continuava a fazer junções das concepções de Lamarck com a subversão da “herança das modificações funcionais” de Darwin, para consolidar a ideia da transmissão hereditária. Inferindo que certas heranças de patologias, às vezes, não eram perceptíveis de formas visuais, por se concentrarem nos sistemas nervoso e ósseo. Veja em MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. “Lamarck, evolução orgânica...” p. 281-289.

²²⁹ Antonio Pacífico Pereira. “*Higiene das Escólas*”. XIII, 7, Janeiro de 1881. p. 301.

de educar os sentidos com a concepção de *gymnastica hygienica*, mas também a procura pela qualificação profissional. Nesse caso, caracterizava o interesse da medicina em resolver problemas da compleição física de cunho ortopédico e terapêutico, vista como regeneradora de deformidades ou lesões traumáticas, que, conjuntamente a outros procedimentos clínicos ou cirúrgicos, podia auxiliar médicos a fazer o que atualmente a fisioterapia permite, ou, pelo menos, pretendia proceder de forma similar. Nesse sentido, o uso da expressão “regeneração” na medicina tropicalista podia agregar outros significados que aludiam à ideia de perfeição ou aprimoramento da raça de maneira distinta da eugenia, porque não orientava a purificação racial através da prática de esterilizações ou proibições de casamentos inter-raciais. Mas sim, circulava sob o interesse em ações de prevenção das “pathologias intertropicais” e outros males da época. Daí, regeneração no vocabulário de Pacífico Pereira analisava métodos de cura ou do fortalecimento da musculatura, dos ligamentos, das articulações e dos ossos. Por exemplo, ao longo da década de 1880 algumas publicações da revista médica baiana evidenciavam esse interesse regenerador ao salientar novos procedimentos, veiculando os avanços nas operações cirúrgicas cujos exercícios corporais eram tecnicamente adaptados ou readaptados a terapias. Portanto, Pacífico Pereira ao acompanhar os avanços médico-higiênicos terapêuticos publicava as novidades que envolviam a adaptação dos *exercícios gymnasticos* como o método ortopédico de Martin Lausanne que surgia enquanto alternativa para curar as lesões paralíticas ou deformidades ósseas em crianças ao substituir o tratamento à faca com seções de eletricidade e *gymnastica hygienica*²³⁰. Ou ainda, o tratamento de Loewenberg para combater a esclerose auricular que também selecionava *exercícios gymnasticos* com finalidade terapêutica para regenerar os ouvidos²³¹. Desta maneira, o discurso sobre os usos higiênicos da *gymnastica* também mostrava o interesse em introduzir novos procedimentos para tratar as “pathologias intertropicais” consideradas de ordem hereditária, como a elefantíase ou

²³⁰ Acima consultamos a seguinte fonte: “Tratamento Ortopédico comparado com tratamento cirurgico nos pés”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia:V, 18, Novembro de 1886. Veja a seção Revista da Imprensa Médica, pp. 221-222. O procedimento cirúrgico de Martin era tido como uma aprimoração da técnica do suíço Jean-André Venel. Para os pés tortos por paralisia o tratamento “busca[va] os musculos paralyzados e não seccionar os musculos são” para os outros casos de problema ortopédico tratava-se a contusão ou região lesionada com ginástica e eletricidade. No final do tratamento mantinha o uso do “tamanco de Venel” no paciente.

²³¹ “Seção Revista da Imprensa – Tratamento da Esclerose Auricular Medica”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia:V, 21, pp. 239-242. Novembro de 1889.

pela possível ação do clima e das leis naturais, na qual se fazia prescrições dos exercícios corporais conciliadas a medidas dietéticas²³².

Quanto a regeneração moral, quando conciliamos as análises da historiadora Julyan Peard com a mescla de referenciais teóricos entre Pacífico Pereira e seus tutores, transparece as evidências do racismo, mesmo parecendo um paradoxo à ideia da regeneração biológica esboçada pelo médico. Embora os tropicalistas tentassem escapar do radicalismo do determinismo racial readaptando as ideias de Lamarck e, os teóricos germânicos, transpareciam indícios de “embranquecimento” em suas concepções, o que não escapava ao discurso higiênico. Para a historiadora eles propunham o “branqueamento” quando encaixava o negro de maneira confortável enquanto um problema nacional à ideia da progênie de Lamarck, mas sem aderir o discurso radical dos deterministas mais clássicos²³³.

Nessa perspectiva, a população de cor era agregada ao projeto higiênico nacional de perfectibilidade porque os tropicalistas acreditavam que a ascendência genética poderia adquirir novos elementos e adaptar as heranças biológicas e sociais na linearidade do tempo. O que na nossa visão mostra que havia uma forma sutil ou parcial de aceitarem a degenerescência racial como questão patológica, ao mesmo tempo em que não a assumiam de forma perceptível e abertamente incisiva. Na nossa interpretação, eles deixavam em maior evidência a aceitação da degeneração moral, propondo mudanças na esfera sócio-política, enquanto a degeneração biológica acompanhava de forma sub-reptícia os problemas sociais, o que dava a aparência de haver a recusa sobre as diferenças raciais e suposta hierarquização racial entre os seres humanos.

Observamos esse problema quando, em particular, Pacífico Pereira reconhecia que biologicamente era necessário melhorar a anatomia humana, por acreditar que o exercício corporal podia combater problemas que eram naturalizados pelas teorias deterministas climático-raciais, como a anóxia, que incidia nos trópicos e, conseqüentemente a debilidade mental que acometia naturalmente os habitantes do clima tropical. Contudo, entendemos que as diferenças raciais ficavam mais evidentes

²³²“Biografia de José Lourenço de Magalhães”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia: XII, 15, pp. 557-562. Junho de 1884. Divulgação e sinopse do livro do médico intitulado “*A Mórphea no Brazil, especialmente na Província de São Paulo*”. Ao tratar das medidas higiênicas para serem tomadas contra a transmissão hereditária da elefantíase, o médico afirmou que alguns países europeus proibiam o matrimônio das pessoas portadoras daquela enfermidade. Ele não considerava adotar a mesma medida no Brasil. Mas caso dois “elephantiacos” fizesse um matrimônio – o que era chamado pelo médico por “capricho da desgraça” – não aconselhava a procriação. p. 569.

²³³ PEARD, Julyan G. “*Race, Place and Medicine...*”. Especialmente o Capítulo 3, p. 20-26/54.

quando conectavam a questão moral ou social a atributos culturais que se defrontavam com o estilo da cultura europeia²³⁴. Por se inspirarem no modo de vida europeu, a regeneração moral, ou melhor, civilizar-se, significava toda uma mudança com a tentativa de assemelharem-se às nações europeias e norte americana. Pacífico Pereira, por exemplo, quando se referia as questões higiênicas de ordem moral, mental e da compleição humana, afirmava que o investimento na higiene escolar e pública promoveu grandes transformações na França por haver “duplo interesse da saúde e da moralidade dos alunos”, uma demonstração suficiente de que “devem ser postos em prática nas escolas os exercícios gymnásticos”²³⁵. Todavia, se pronunciava a favor da escolarização e disciplinarização corporal porque “Os Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, e especialmente a Suécia, Noruega e a Dinamarca tem feito notáveis progressos n’este sentido”²³⁶.

Portanto, o termo “embranquecer” não significava somente trazer imigrantes europeus para que através do cruzamento matrimonial das raças pudessem, com o passar dos anos, clarear a população nacional. O clareamento social não ficava restrito a questão epidérmica, ou seja, embranquecer a cor da pele. Mas eis que, abrangia as instâncias culturais que associadas a ideia de regeneração moral abarcava os ramos educativo, comportamental, linguístico, artístico, que, por envolver o corpo humano, passava a rejeitar práticas cotidianas e costumes ao selecionar formas idealizadas de discipliná-lo ou moralizá-lo.

Ao citar o processo de escolarização na Bahia, Peard abordou Pacífico Pereira e o elencou entre os tropicalistas que propunha o “embranquecimento”. Para nós, diferente da autora, não é porque a historiadora tenha notado intelectuais negros e mestiços em grande número na sociedade que a instrução pública funcionasse na cultura baiana como válvula de escape para que a população de cor pudesse, além de embranquecer, também ascender socialmente. Seu argumento dá a entender que a escolarização do povo estava a serviço ou imbuída do ideal de mobilidade de classes. Consentimos que uma pequena parcela da população de cor, em idade escolar, certamente adquiriu a educação e as tais boas maneiras civilizadas. A mobilidade não

²³⁴ Sobre essa questão especificamente, Bacelar afirmou que o “modelo branco da prestigiosa civilização europeia” passou a ser estimulado mais intensamente após a abolição e proclamação da República para controlar ex-escravos e os seus descendentes. BACELAR, Jefferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001. p. 18.

²³⁵ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas”. XIII, 7, Janeiro de 1881.p. 304.

²³⁶ Idem. “Hygiene das Escólas I”. p. 195.

era uma prioridade, mas não negamos a sua remota possibilidade, mesmo sem a instrução pública priorizá-la.

Por conseguinte, concordamos com Peard quando afirma que o “embranquecimento tropicalista” significava também uma espécie de clareamento moral e político na sociedade e instituições nacionais. A evolução das instituições nacionais estava na reprodução dos valores sociais e políticos dos povos ditos civilizados. O objetivo era elaborar projetos médicos, higiênicos e sanitários, baseados em modelos europeus para uma sociedade escravagista com suas hierarquias e instituições sociais tidas como antiquadas. Quando Pacífico Pereira tratava da instrução pública espelhava a civilidade à procura da imagem mais próxima dos “brilhantes resultados obtidos com a gymnastica escolar na Suecia, na Hollanda, na Prussia, na Suissa, etc.”²³⁷. A seu ver, o obstáculo estava nas instituições políticas, porque “não levaram ao espirito dos nossos reformadores a convicção de sua necessidade” e do suposto peso transformador social da *mens sana in corpore sano*²³⁸.

Porém, Julyan Peard não discorda que durante o século XIX também havia forte interesse das camadas dominantes da Bahia em embranquecer a população recorrendo à imigração estrangeira, com o intuito de garantir a hibridação racial. Em verdade, a historiografia baiana aborda outras estratégias que visavam civilizar e moralizar a sociedade aos moldes da cultura europeia, além de situar como o preconceito racial agia de forma mais subterrânea naquele contexto. A historiadora Wlamyra Albuquerque, por exemplo, analisou que no Brasil já havia uma estratégia dissimulada para racializar as relações entre negros e brancos ao conter a imigração negra quando havia a tentativa de regresso dos libertos que não se adaptavam à África e queriam voltar ao país para serem repatriados. Mesmo sem adotar teorias tidas como científicas para justificar as diferenças raciais, os diplomatas brasileiros se valiam da resolução do ano de 1866 da antiga lei de 1831 que proibia qualquer homem liberto de desembarcar em terras brasileiras, e estendia a interpretação e aplicação da lei para africanos e negros em geral, sendo todos imediatamente reexportados. A historiadora adverte que naquela atmosfera social, a pessoa de cor, mesmo livre, só era admitida ou reconhecida no Brasil pela experiência do cativo. Diferente dos estrangeiros europeus e asiáticos tidos como povos civilizados, a imagem do negro estava estritamente associada à serviço da

²³⁷ Idem. “Hygiene das Escólas”. XIII, 7, Janeiro de 1881. p. 303 e 304. Matéria transcrita na primeira página do Jornal *O Monitor* de 16 de fevereiro de 1881.

²³⁸ Id.Ibid.

escravidão, uma representação que o afastava de qualquer proximidade com a capacidade de ter qualidades morais e civilizáveis²³⁹.

Sobretudo, os debates entre parlamentares baianos acerca da imigração europeia e asiática, enquanto um paliativo sugerindo a hibridação racial, se intensificou depois da abolição, principalmente em meados da década de 1890. De acordo com o historiador Sílvio Humberto Cunha, durante a década de 1880 a imigração era vista como uma solução para abastecer as lavouras do Recôncavo com trabalhadores qualificados e dar celeridade ao processo de civilização da população. Assim, o interesse na reorganização do trabalho agrícola havia outras exigências: primeiro, os braços estrangeiros fornecerem a experiência e o conhecimento tecnológico ou o manejo agrícola que julgavam necessário. A segunda, corroborar a ideia das camadas subalternas serem incapazes de ter qualidades morais e civilizáveis, porque os políticos exigiam que os imigrantes que chegassem à Bahia tivessem a “índole” e “os hábitos” compatíveis com os “preceitos da hygiene” para civilizar aqueles que estivessem mais próximos dos colonos²⁴⁰.

Nesse sentido, uma parcela de políticos e o discurso médico-higiênico discordavam de qual a maneira mais contundente para civilizar: de um lado, parlamentares tratavam estrangeiros de forma diferenciada ao barrar a entrada de negros livres e a repatriação de libertos, porém, incentivavam a imigração dos estrangeiros brancos ao Brasil; do outro lado, estavam os profissionais liberais que atuando junto à imprensa apoiavam a reforma educacional cuja escolarização da *gymnastica hygienica* estava em pauta para assumir a função civilizatória. Não obstante, concordavam que a sociedade devia passar pelo processo de civilização de forma célere. Assim, negros, índios e mestiços eram tidos como povos que não conseguiriam alcançar o progresso e a civilidade sem a influência europeia nos dois sentidos abordados: ou pela via da imigração, ou pela via da reforma educacional com a introdução do método intuitivo com os exercícios corporais disciplinares.

²³⁹ Ao analisar a reexportação de dezesseis africanos vindos à Bahia, em 1877, e o caso do cônsul norte americano J. A. Cole que ao solicitar a entrada de uma negra livre com duas crianças teve o pedido recusado, a historiadora Wlamyra Albuquerque abordou como o tratamento dos diplomatas brasileiros a imigração das pessoas de cor, dissimulava o critério racial para conceber o ideal de raças distintas e também de hierarquias sociais desiguais. Tal postura estava implícita nas relações institucionais e inter-humanas mesmo sem ter o Brasil uma legislação declaradamente racista como nos Estados Unidos. ALBUQUERQUE, Wlamyra. “*O jogo da dissimulação...*”. p. 65-80.

²⁴⁰ CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. “*Um retrato fiel da Bahia: sociedade, racismo e economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902*”. Tese (doutoramento em Economia) Campinas/SP: Unicamp, 2004. p. 180-215. Sobre a citação de requisitar a higiene veja a página 183.

O que deve ser considerado aqui, é que no contexto em que Pacífico Pereira formulou suas ideias visando introduzir os exercícios corporais nas escolas, além da influência teórica do que era tido como ciência da época, também grassava no senso comum a crença de não existir possibilidade do negro e do índio serem civilizados por terem tipos físicos biologicamente inferiores. Daí alegavam serem povos em crise nos princípios morais com costumes incivilizados. Até mesmo grandes personalidades que militaram pelo abolicionismo e na imprensa os consideravam como povos irracionais²⁴¹. Mesmo médicos, políticos, jornalistas e diplomatas não se valendo do discurso científico, viviam num ambiente social que racializava as relações ao hostilizar o negro, o mestiço e o indígena, inferiorizando-os por considerá-los com diferenças mentais e intelectuais, o que tanto pela concepção de ciência da época como pelo senso comum predisponha um traço marcante da hereditariedade e hierarquia das raças, cujo determinismo climático-racial validava. Ao analisarmos nossas fontes percebemos que os argumentos circulavam em torno de duas questões consideradas biológicas: os temperamentos débeis e a força muscular.

Quando se tratava da inteligência humana, havia intelectuais brasileiros que dialogavam com outras metodologias deterministas da matriz francesa que diagnosticavam a inferioridade racial a partir das características cranianas e as circunvoluções cerebrais. Mais uma forma para consolidar o veredicto de serem os povos indígenas e negros mais dispostos à debilidade mental e a suposta inferioridade moral e intelectual. Ao tratar especificamente dos índios no Brasil, o subdiretor do Museu Nacional, o médico-antropólogo João Baptista de Lacerda, a partir de 1870 iniciou estudos de cunho racial adotando a antropologia física ao elaborar pesquisas com fósseis indígenas. Através da craniometria, ao mensurar os crânios, justificou que eram povos inferiores ao afirmar que a parte pensante do cérebro tinha proporções diminutas e a dentadura imprimia o tipo propício de animalidade. Com os debates na década de 1880 em torno da abolição, a situação se tornou mais irrevogável quando o médico-antropólogo com o uso do dinamômetro realizou testes de força física com índios adultos e comparando com as características da compleição física de outros povos diagnosticou que a constituição anatômica indígena era mais fraca que a do negro

²⁴¹ A historiadora Wlamyra Albuquerque ao analisar os discursos dos abolicionistas durante a década de 1880, percebeu que havia divergências entre Ruy Barbosa, Joaquim Nabuco, Teodoro Sampaio e principalmente Manuel Querino. Enquanto Joaquim Nabuco via o Brasil de forma otimista por não ter leis racistas como nos Estados Unidos, Manoel Querino não aceitava a ideia da “raça negra” passar por um processo de civilização, simplesmente porque afirmavam que a irracionalidade era um atributo natural daquela raça. ALBUQUERQUE, Wlamyra. “*O jogo da dissimulação...*”. p. 81-93.

e do mestiço, afirmando que não eram povos hábeis sequer para substituir a mão-de-obra escrava²⁴².

O abolicionista Joaquim Nabuco (1849-1910), contemporâneo ao contexto, não se mostrava muito favorável às justificativas civilizatórias que defendiam ou se aproximavam da inferioridade racial de ordem física, intelectual e moral. Fiel aos princípios do liberalismo, ele se posicionava contra a ideia das qualidades serem inerentes a cada raça. Nesse sentido, afirmava que tais atributos sobreviviam através da “educação viril e séria” e não pela hereditariedade biológica. Não se tratava de existir seres humanos mais capazes que outros, a seu ver, a educação era a chave para colocar escravos e seus descendentes nivelados nas mesmas condições de desenvolvimento mental e intelectual de outras camadas sociais²⁴³. Nesse caso, a instrução pública também era defendida como um ato de cidadania negra em reparação aos trezentos longos anos de servidão e ampliação dos direitos civis da população.

Interpretamos que o abolicionista se colocava de forma sentimental e calorosa quando o discurso se focava no fim do cativo. Mas havia uma forma cautelosa quando se tratava daqueles modelos civilizatórios que visavam transformar a sociedade. Embora tenha escrito a sua obra *O Abolicionismo* em Londres, em 1883, ano efervescente de novas teorias raciais, não percebemos nenhuma crítica sistemática aos conceitos cientificistas que circulavam em voga. Entretanto, Nabuco se precavia quanto a questão da superioridade racial e a encarava como uma ilusão ao dizer:

“A “honra dos brancos” é a superstição de uma raça [negra e mestiça] atrasada no seu desenvolvimento mental, que adora a cor pela força que ostenta e lhe empresta virtudes que ela por si só não tem”²⁴⁴.

Para Nabuco, as políticas sociais ligadas à educação eram necessárias para aqueles que vivenciaram os tormentos do cativo e seus descendentes. Porém, quando iniciou a oração acima usando a palavra “superstição” não negava que existia uma crença causal e bastante enraizada que supunha uma provável inferioridade humana pela via racial, de

²⁴²SANTOS, Ricardo Ventura. “Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação...”. pp. 83-108. Heloísa Domingues e Magali Sá em “Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX” ressaltam que os trabalhos antropométricos de João de Lacerda foram enviados pelo Imperador D. Pedro II à França, para as análises de seu amigo de correspondências Quatrefages de Bréau, e à Alemanha, para a apuração de Rudolf Virchow. Ambos cientificistas tinham a missão de constatar a veracidade dos diagnósticos de João de Lacerda ao confrontar as ossadas indígenas brasileiras com os tipos físicos dolicocefalos (crânios comuns a povos nórdicos) veja *In.*: DOMINGUES, Heloísa; SÁ, Magali; GLICK, Thomas (org.) “A recepção do Darwinismo no Brasil...”. p. 100-114.

²⁴³NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (Edições do Senado Federal; v. 7).p. 28. Agradeço a Banca de Qualificação composta pelos professores doutores Ione Celeste de Jesus Sousa, Rinaldo César Nascimento Leite e Elciene Azevedo pela indicação da leitura.

²⁴⁴Id. *Ibid.* p. 58.

um povo que a força física não acompanhava as “virtudes”, ou a moral dos brancos, por serem “mentalmente atrasados”. De forma crítica, defendia que a educação também devia ser reformada para os escravagistas e simpatizantes, que, equivocados pela concepção da “honra dos brancos”, ou seja, por se acharem superiores no nível mental e moral afirmando “emprestar virtudes”, permaneciam submersos na “ignorância, despotismo e superstição”²⁴⁵.

Mesmo não assumindo abertamente a inferioridade da raça, a interpretação de Pacífico Pereira sobre racionalizar o desenvolvimento muscular e combater os distúrbios mentais não deixava de tentar satisfazer ou solucionar um problema que, em um sentido geral, era mencionado pelos interlocutores acima como de cunho racial.

O médico baiano, ao procurar base científica para combater a questão dos temperamentos débeis e introduzir os costumes europeus por meio da educação civil, nos indica que compartilhava do discurso da superioridade racial que grassava no senso comum. Ele dialogava com os deterministas mais clássicos que defendiam nas diferenças das raças e na hibridação racial dois critérios acentuados da inferioridade biológica. Assim, recorria ao cientificista francês Claude-François Lallemand (1790-1854) para afirmar que os *exercícios gymnásticos* podiam resistir a degeneração natural, entre elas, a loucura, por acreditar ser um mal congênito nocivo ou hereditário. De maneira que também afirmava a necessidade dos exercícios corporais nas escolas como um método de reverter ou dirimir os vestígios de debilidade além de ser um meio científico para tornar as medidas corporais e principalmente do encéfalo proporcionais²⁴⁶. Mesmo considerando os equívocos que as variadas teorias da hereditariedade postulavam sobre a loucura, o médico não demonstrou nenhuma resistência ao argumento trivial de que em algum momento a debilidade mental podia acometer as pessoas e todos estavam sempre dispostos pelas leis naturais a contrair e transmitir essa patologia. Por isso, ao defender a introdução e prática da *gymnastica hygienica* desde a infância reproduzia a prescrição do teórico francês Lallemand:

²⁴⁵Id. Ibid. p. 28.

²⁴⁶O francês elaborou estudos anatomopatológicos no ramo da fisiologia analisando as doenças do aparelho gênito-urinário e esboços iniciais de fístula vesico-vaginal. Mas a sua especialidade estava em estudos voltados para o ramo próximo a neurologia ao estudar o tumor aneurismal e as regiões do encéfalo, sendo referência teórica durante o século XIX. Em 1848 começou a elaborar análises sobre o método de ensino nas escolas públicas francesas preconizando a ideia dos exercícios físicos fortalecerem o cérebro e sistematizá-lo a Educação Moral. A Relação de obras do teórico e outros artigos biográficos estão disponíveis em: << <http://www.idref.fr/autorites/autorites.html> >>. Acesso em 20/01/2015 às 10:03.

“Desenvolvendo desproporcionadamente o cerebro sem a força muscular, se aumenta muito a tendencia hereditaria á loucura”²⁴⁷.

A abordagem sobre a debilidade mental era ambígua e transitava em duas situações tidas cientificamente como incomodas: biologicamente, as ciências médicas afirmavam que a loucura era uma patologia hereditária²⁴⁸; socialmente, os povos tidos com temperamentos débeis eram aqueles cujos valores morais eram díspares a cultura europeia, povos considerados arcaicos ou sem evolução mental, incapazes de por conta própria aderir os “bons costumes”, por preservarem suas formas históricas de pertencimento e não se configurarem ou resistirem a organização social e moral compatível com o ideal de civilização.

Para solucionar esse problema, admitia o médico baiano que “a base capital da educação physica é a gymnastica em todas as idades” defendendo a sua inclusão “em todas as escolas especialmente na primaria, e em ambos os sexos”. Contudo, para que tivesse resultados de regeneração mais precisos era vital sua prática na fase “infantil ou juventude”. Justificava que era o “reducto mais seguro da conservação da saude quando é forte”, ao mesmo tempo que os *exercícios gymnasticos* tinha o poder de “combate mais rigoroso contra a hereditariedade das doenças avitas (*sic*), como o principio sustentador de character, como o grande modificador dos temperamentos debeis, como a base do desenvolvimento intellectual, como a chave da riqueza individual, e nacional”²⁴⁹.

Mesmo reformulando as ideias dos teóricos raciais germânicos e de Lallemand, Pacífico Pereira concordava com as postulações e recorria a *gymnastica hygienica* como um “recurso para evitar a degeneração progressiva da especie humana”²⁵⁰.

²⁴⁷ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas V”. p. 439. Também em “Hygiene das Escólas”. XIII, 7, Janeiro de 1881.p. 303 e 304.

²⁴⁸ A hereditariedade era uma incógnita nas explicações científicas do século XIX e começo do XX. Ao mesmo tempo em que cientistas afirmavam a sua morbidez cujos “caracteres physicos e intellectuais” eram transmitidos por gerações familiares, não descartavam a irregularidade da explicação para esse fenômeno. A “loucura” era tida como uma doença hereditária, mas que escapava a explicação da sua perfeita transmissão hereditária quando se apontava como uma das causas o paciente ser acometido por tal patologia mesmo genealogicamente não haver absolutamente nenhum registro em algum membro familiar. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. “*Diccionario de Medicina Popular...*” 2, p. 143-144. Segundo Pietra Diwan, as interpretações e análises científicas sobre a teoria da hereditariedade durante o século XIX era instável. Os estudos mais sistemáticos, como a genética Mendeliana, se iniciaram a partir de 1900. DIWAN, Pietra. “*Raça pura...*”. p. 29.

²⁴⁹ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas V”.p. 434. Ao consultarmos alguns dicionários do século XIX não encontramos a palavra “avita”. Tudo indica que foi um erro de impressão tipográfica que, supostamente, foram trocadas as letras “v” e “t” que sequencialmente configuraria a palavra “ativas” ao invés de “avitas”.

²⁵⁰ Id. Ibid. p.434

Quando normatizou os artigos e disposições para a reforma da instrução pública da Bahia de 1890 (que não foi sancionada), defendia como elemento necessário da higiene escolar fazer uma descrição minuciosa dos tipos físicos dos alunos matriculados adotando o “exame somatológico”, um ramo da antropologia física. Nesse sentido, considerava imprescindível que catalogasse informações detalhadas da compleição física de cada aluno. Nos dados obtidos deveria ser acrescentado a descrição da “data e lugar do nascimento”, além de dados genealógicos como a “nacionalidade dos pais”²⁵¹. Por ser a *gymnastica hygienica* uma fonte de exercícios que respeitava a idade, o gênero e as questões fisiológicas como o clima e as limitações físicas de cada ginasta, não descartamos a hipótese que a escolarização dos exercícios corporais pretendia respeitar também as diferenças raciais dos alunos com ascendência africana. Mesmo o esculápio não especificando quais os instrumentos antropométricos²⁵² que seriam utilizados na descrição anatômica dos alunos, considerava a necessidade de tabular o

“tamanho, peso, as medidas cephalicas, a circumferencia do peito, os diametros do thorax e os diametros transversos do corpo, a força da tracção, a constituição, o temperamento, a côr da pelle, dos olhos e cabellos cuidadosamente classificada (...) o estado da dentição, resultado da revaccinação”²⁵³.

O corpo humano passaria por toda uma descrição detalhada. Ao que parece era para os *exercícios gymnasticos* atingir pontualmente cada tipo físico. Além da altura, peso e medidas transversais, orientava-se medir o nível da força e descrever o “temperamento”, palavra que contextualizamos e podemos interpretar como uma análise corporal do aluno, se se aparentemente apresentasse desde algum desequilíbrio mental até alguma qualidade que transparecesse o gênio, o caráter, a índole, circunstâncias que poderiam indicar o nível moral. A saúde precisava estar válida acompanhando todos os resultados das vacinações. Contudo, eram os tipos físicos que mereciam uma descrição “cuidadosamente classificada” e a orientação ao matricular os alunos era canalizar os elementos que compunha as diferenças raciais “a côr da pelle, dos olhos e cabellos”.

²⁵¹ Idem. “Higiene das escolas”. XXI, 7, Janeiro de 1890. p. 310.

²⁵² Sobre os instrumentos antropométricos mais comuns utilizados pelos cientistas no Brasil para estudos craniométricos e fisiológicos leia SÁ, Guilherme J. da S.; SANTOS, Ricardo V.; CARVALHO, Claudia R.; DA SILVA, Elizabeth Christina. Crânios, Corpos e Medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Setor de Antropologia Biológica do Museu Nacional no fim do século XIX – início do século XX. In.: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. “Raça como questão...”.pp.109-124.

²⁵³ Antonio Pacífico Pereira. “Higiene das escolas”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia:XXI, 7, Janeiro de 1890.p. 310.

Se as teorias raciais europeia e norte americana configuravam a ‘inferioridade do outro’ de forma explícita e acentuada no pressuposto biológico das diferenças raciais, o discurso médico-higiênico e a imprensa aqui analisadas adaptavam a ‘inferioridade do outro’ a outros pormenores, como as diferenças culturais, que desembocava de forma dissimulada pela recusa ou descarte da cultura popular ao se mostrarem preocupados com a formação moral e a construção do caráter de forma homogênea. Porém, eis que, ao adaptar teóricos e selecionar os métodos experimentais das ciências da época, Pacífico Pereira também deslizava para a aceitação da hierarquia biológica das raças.

Portanto, a escolarização da *gymnastica hygienica* teria a função otimista de amortecer o impacto ou solucionar os problemas cujas diferenças herdadas biologicamente, ou em função do clima, e aquelas adquiridas no ambiente social acarretavam à moral.

Quanto ao trabalho filantrópico dos tropicalistas e as mesclas de teorias em busca de soluções para as “pathologias intertropicais” que assolavam a população escrava e pobre, foram ações que não devem ser confundidas como atributos de uma ideologia que se aproximava do combate às hierarquias sociais e promovesse as igualdades de classes. Muito pelo contrário! Lembramos que os médicos influenciados pelo positivismo discursavam em prol do progresso e da ordem social, vendo-as como formas de controlar a pobreza, mas não de exterminá-la, e sim, de amenizá-la. Em resumo, admitiam que a ideia da ordem social e progresso era uma espécie de solução para os conflitos de classes. E, em nossa análise, para civilizar e moralizar a sociedade. Lembremos que quando Comte sistematizou suas ideias, ele assumia que não havia necessidade de transformar a sociedade industrial como os socialistas afirmavam, mas sim, de curar os seus males²⁵⁴. Algo que os médicos tropicalistas se esmeravam era a prevenção e combate de doenças e não o fim da pobreza.

De forma similar, tanto na matriz do evolucionismo social aqui abordado, como no positivismo, os fatos históricos eram esboçados em uma perspectiva temporal gradiente. As leis naturais, no linguajar evolucionista social, e as leis gerais, no pensamento positivista, comprimiam a ação humana porque elas assumiam o poder de reger os acontecimentos no mundo. Ao confrontar nossas fontes, desde o primeiro capítulo, percebemos que uma parcela da imprensa concordava que cabia aos médicos como cientistas e manuseadores do método experimental, desvendarem as leis naturais

²⁵⁴BARRETO JR., Jurandir Antonio Sá. “Raça e Degeneração...” p. 61 e 62.

determinantes e indicarem à população e instituições regulamentadoras os caminhos a serem alcançados para restabelecer a ordem social e o progresso. No caso da pobreza, ambas as teorias, similarmente, pregavam e justificavam que as diferenças sociais sempre existiriam porque eram regidas por leis universais²⁵⁵.

Percebemos que Pacífico Pereira estava envolvido com o positivismo dos teóricos alemães e a “perfectibilidade humana” evolucionista. Por isso, ao analisá-lo não recusamos que a ideia da adaptabilidade do ser ao ambiente tenha sido uma mescla da influência de seus tutores, que o apresentaram Rudolf Virchow, e o lamarckismo, ou a sua tendência mais nova esboçado por Peard. Mesmo sabendo que ambos os seguimentos eram propensos às teorias raciais, porém, para se enquadrar nas concepções do grupo, foram reformuladas. Em linhas gerais, Flávio Edler, Julyan Peard e Marcos Maio corroboram que os tropicalistas adaptavam as ideias médicas europeias de cunho raciológico e climatológico porque almejavam a possibilidade de construir um lugar para o Brasil ao lado das nações civilizadas, “apesar de seu clima e do povo miscigenado”sofrerem com a imagem da degenerescência existia o otimismo por parte daquele grupo²⁵⁶.

Ainda ao analisarmos os autores Maio, Peard e Edler, cotejando nossas fontes, ratificamos que os tropicalistas utilizavam o termo “raça” sem a conotação carregada do mesmo racialismo daqueles visitantes estrangeiros que identificavam na mestiçagem, combinado aos fatores hereditários, climatológicos e topográficos, traços incontornáveis quando desenharam o quadro civilizacional da sociedade brasileira.

Porém, acreditamos que mesmo Pacífico Pereira e os tropicalistas fugindo dos deterministas mais ardorosos conhecidos no Brasil, como Gobineau, Agassiz, Couty e Herbert Spencer, mesmo ao abraçar os teóricos germânicos também se aproximava da essência racialista dos primeiros teóricos citados. Contudo, independente da corrente, o determinismo climático-racial era um terreno bastante movediço para o médico higienista tentar escapar da instabilidade por não sentir o solo firme. Como vimos, em algum momento, corria o risco de interpretar os problemas sociais próximos à ótica de seus teóricos. Pois, tentar uma impulsão sem ter elaborado um alicerce teórico mais sólido, estava na iminência de ser tragado, ou então, era tragado lentamente quando

²⁵⁵ SOUZA, Natalia. “A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha...”. p. 23-28. COELHO, Alan Watrin. *A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré*. Dissertação (Mestrado em História Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006. p. 54, 55, 62-80.

²⁵⁶ EDLER, Flavio Coelho. “A Escola Tropicalista Baiana...”

concordava com os efeitos da influência das “leis naturais e imutáveis” sobre os seres humanos. Percebemos isso quando, ao propor a *gymnastica hygienica* e a sua análise climatológica, afirmava que o clima tropical era naturalmente deletério. Já no quesito raciológico, mesmo não se declarando a favor das diferenças raciais, ainda estava preso a antropometria de Virchow. Assim, aceitava o fato da hereditariedade humana transmitir por gerações questões que ainda transcendiam a explicação genética como as formas de agir e pensar, interessado em combater os temperamentos débeis e qualificar a inteligência humana por uma forma europeia de manifestá-la.

2.4 – Ideologia nacionalista e *gymnastica hygienica*: um diálogo higiênico-pedagógico a serviço do espírito cívico, patriótico e cidadão.

Quatro anos depois de doutorar-se, em 1871, Pacífico Pereira motivado pelos colegas e mestres estrangeiros viajou à Europa com o objetivo de fazer estudos que o qualificasse²⁵⁷. Filho do industrial lusitano Victorino José Pereira, financiou seus próprios estudos e frequentou as universidades alemãs em Munique, Berlim, passando também por Viena, na Áustria²⁵⁸. Ao regressar em 1873 trouxe consigo livros, teses e outros trabalhos acadêmicos que tratavam do método experimental de autores variados e daqueles institutos, laboratórios e universidades de medicina que tinha cruzado pelo seu percurso. Também, aproveitou para conhecer a sociedade e o sistema escolar primário e secundário. No fim da sua turnê acadêmica trouxe consigo livros dos médicos, pedagogistas e teóricos deterministas locais²⁵⁹.

Mas não somente de teorias pedagógicas e científicas, leituras e abstrações foram formuladas as ideias higiênicas do médico baiano. A experiência vivida durante aquele ano e alguns meses na sociedade germânica era um exemplo de como os exercícios corporais podiam estar a serviço de interesses políticos como a unificação do

²⁵⁷Entre os objetivos dos tropicalistas estava a ideia de acompanhar os avanços científicos das escolas europeias e norte americanas e adaptá-las a realidade social. Veja em SANTOS, Adailton. “*Escola Tropicalista Baiana...*”. p. 65.

²⁵⁸ BARROS, F. Borges de. “*Homenagem ao Professor Dr. Antonio Pacífico Pereira*”. Bahia: Tipografia Baiana, 1915. IGHB / Biblioteca. O autor ainda afirma que Pacífico Pereira teria acumulado outras viagens nos anos de 1879, 1880 e 1889 para outras cidades como Paris, Londres e Edimburgo sempre passando pelas Faculdades de Medicina. Sobretudo, era um hábito de Pacífico trazer livros, ler e utilizá-los. p. 12-17.

²⁵⁹ PEREIRA, Antônio Pacífico. “*Memória sobre a medicina na Bahia...*”. p. 47-49. IGHB / Biblioteca. Veja também BLAKE, A. V. A. S. “*Diccionario Bibliographico Brasileiro...*”. I, p. 273 e 274.

Estado nacional ao mesmo tempo em que colocavam em prática as teorias científicas e avanços da pedagogia e da medicina moderna.

Quando Pacífico chegou ao território germânico, na década de 1870, era uma época marcada pelo auge da “*Turnen*”. Movimento ginástico constituído por jogos, caminhadas, teatro, música, coral e com exercícios corporais disciplinados de caráter militar, patriótico e nacionalista²⁶⁰. Eric Hobsbawm ao exemplificar os “processos de conscientização” do nacionalismo cujas classes dominantes europeias no século XIX submetiam aos subalternos, citou o método de coesão social do antigo território fragmentado da Alemanha e pontuou a transição de duas campanhas nacionalistas introduzidas à sociedade: a linguística e a étnica²⁶¹.

A primeira, o nacionalismo linguístico, iniciou-se em 1811, financiada pelo Estado com intuito de despertar o sentimento nacional e consolidar o processo de unificação do povo germânico. As ideias do educador Friedrich Ludwig Jahn (1778-1852) incentivou o movimento gímnico-nacionalista introduzindo nos exercícios corporais palavras do idioma oficial. Foram reintroduzidos vocábulos do dialeto alemão que verbalizados pelos praticantes dos exercícios corporais atendia o interesse das camadas médias liberais em formar o Estado nacional unificado, ao tornar o alemão a língua oficial reforçava o poder das camadas dominantes em homogeneizar os povos circunvizinhos em torno do mesmo idioma²⁶². De acordo com Hobsbawm, o nacionalismo linguístico foi um aparelho ideológico na estratégia de controle social sob as comunidades germânicas que consolidou a primeira fase nacionalista local²⁶³.

Assim, ao desembarcar naquele território, Pacífico Pereira vivenciou o período de maior entusiasmo e adesão social da *Turnen*, como também, presenciou as manifestações culturais que a disciplina nacionalista através da ginástica estava estreitamente ligada, como o sucesso da vitória na Guerra Franco-Prussiana, o fomento da industrialização e o estímulo ao desenvolvimento bélico e militar. Sobretudo, as inovações no campo da política com a formação do Império Alemão.

²⁶⁰ Para Leomar Tesche não há um vocabulário em português que consiga exprimir o real significado da palavra *Turnen* em alemão. Mesmo assim, afirma que o movimento estava explicitamente ligado a ginástica de cunho nacionalista. TESCHE, Leomar. *O Turnen e a Educação Física nas Escolas Teuto-Brasileiras no Rio Grande do Sul*(1852-1940). Ijuí/RS: UNIJUI, 2002. QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lúcia. “A força de uma juventude garante o futuro de um povo”: a educação do corpo no Sport Club Germânia (1899-1938). *Movimento*, Porto Alegre, 16, 3, p. 89-108, julho/setembro 2010.

²⁶¹ O nacionalismo linguístico não foi uma singularidade alemã. O autor afirma que também houve a mesma iniciativa no risorgimento italiano. HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. p. 125-132.

²⁶² TESCHE, Leomar. “*O Turnen e a Educação Física...*”.

²⁶³ HOBBSAWM, Eric. “*Nações e nacionalismo...*”, p. 126-127.

Conforme Hobsbawm, o nacionalismo e o patriotismo enquanto instrumento ideológico funcionou na Europa como resposta a insegurança econômica e a uma suposta crise moral. Os países tidos como vanguardistas eram aqueles cujo projeto de nação constituiu um Estado forte e centralizado. Em decorrência desse sucesso o Império Alemão não escapou da forte onda migratória que estava ocorrendo pela Europa em direção aos países mais desenvolvidos. É quando, segundo Hobsbawm, forjou-se um diferencial para “separar as pessoas que tinham aproximadamente a mesma pele clara”. A partir daí, o historiador inglês assegura que nas últimas décadas do século XIX iniciou as conexões entre racismo e nacionalismo. O “nacionalismo étnico” mostrava suas feições racistas ao aderir à tendência cientificista da “raça” como um conceito central das ciências sociais. O historiador afirmou que recorrer ao darwinismo social era uma maneira de nutrir e legitimar o racismo alegando estar sob as razões científicas para justificar as medidas arbitrárias em “afastar”, “expulsar” e, no século seguinte, “assassinar o estranho”²⁶⁴.

Carmen Soares confirma que naquele contexto a educação física foi usada para aqueles que queriam se diferenciar do outro, cujos movimentos e exercícios corporais fundavam-se em “regenerar a raça, fortalecer a vontade, desenvolver a moralidade e defender a pátria”²⁶⁵. Naquele instante a campanha da ginástica na região germânica imputou à população duas alternativas: organizá-la para formar um exército poderoso com forte militarização, ou então, prepará-la para abastecer as indústrias com força de trabalho²⁶⁶.

A partir de 1870, a ginástica foi uma ferramenta que, naquela nova fase, era colocada em prática com a reintrodução da *Turnen*, que integrava ao método intuitivo de Pestalozzi as modalidades de exercícios corporais do educador alemão Adolf Speiss (1818-1858), cuja estratégia pedagógica tinha, de acordo com Tesche, o intuito de fazer dos alunos objetos “docéis” e “obedientes” ao Estado²⁶⁷. Para essa metodologia ser efetivada, Carmen Soares assegura que a ginástica passou a ser regida sob quatro orientações: “nacionalista, socialista, ultranacionalista e racista”²⁶⁸.

²⁶⁴ HOBBSAWM, Eric. “*Nações e nacionalismo...*”.p. 130.

²⁶⁵ SOARES, Carmen Lúcia. “*Educação Física...*”. p. 49.

²⁶⁶ Id. Ibid. p. 55.

²⁶⁷ TESCHE, Leomar. *A Educação e o Turnen no Rio Grande do Sul, uma questão de etnicidade*(1852-1940).p. 7. Disponível em: <<<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema6/0610.pdf>>> Acesso em: 19/01/2015 às 01:47.

²⁶⁸ SOARES, Carmen Lúcia. “*Educação Física...*”. p. 55.

O método de disciplinar a sociedade com a campanha nacionalista da *Turnen* refletiu com grande força social na cultura alemã que imigrou para outras regiões do mundo. No Rio Grande do Sul, aqui no Brasil, a partir de 1852, imigrantes e descendentes perpetuaram a sua identidade germânica superando a ausência de estabelecimentos escolares ao formar e preservar clubes e associações para a prática da ginástica, a ponto da cultura teuto-brasileira salvaguardar durante décadas elementos daquele nacionalismo germânico, como o idioma que ainda perdura em nossos dias em cidades do sul do Brasil²⁶⁹. Esse traço da cultura nacionalista alemã em terras brasileiras também deixou vestígios na Bahia, relatado pelo próprio Pacífico Pereira ao clinicar uma paciente sua de origem alemã durante os anos de 1885 a 1889²⁷⁰.

Em um sentido mais amplo, a cultura escolar associada a ideologia nacionalista alemã propunha um argumento científico e pedagógico que a força humana através do desenvolvimento da musculatura preparava os operários para superar as exigências e extenuações decorrentes das longas jornadas de trabalho e como os soldados podiam promover o bem-estar social ao defender patrioticamente os interesses dos cidadãos em nome do Estado. Sobretudo, aproximava a sociedade das Forças Armadas e, por estar às escolas voltadas para a educação popular, foi a oportunidade de despertar nos alunos através do método intuitivo a responsabilidade com a defesa nacional e lançar as sementes ao sentimento de unidade entre as diferentes camadas sociais²⁷¹.

Não pode passar despercebido o sucesso que a ginástica teve no processo de unificação do Estado nacional e consolidação do Império alemão, assim como, as suas estratégias nacionalistas de cunho linguístico e racial. O que não deixa de ser importante para analisar aproximações e distanciamentos que influenciaram Pacífico Pereira, para se inspirar naquela experiência social como um espelho para o Brasil cujo reflexo apresentava, por vezes, anseios similares.

²⁶⁹ TESCHE, Leomar. “*O Turnen e a Educação Física...*”.

²⁷⁰ Em uma conferência na Sociedade Médica da Bahia, publicada na *Gazeta Médica* de Agosto de 1889, o médico afirmava como era indispensável o tratamento ortopédico para as afecções ginecológicas e relatou a experiência da sua paciente desde 1885, a alemã M. J. de 26 anos, que entre os seus costumes, segundo seu relato, “esta senhora era muito dada a jogos e exercícios de gymnastica”. Pacífico Pereira advertia que os exercícios corporais ao sexo feminino não podiam ser praticados com “uso de colletes apertados” e sem acompanhamento clínico, ainda mais para uma mãe de família. Veja em “GYNECOLOGIA – Alguns casos de nevroses reflexas devidas a desvios uterinos”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia: XXI, 2, pp. 49-58. Agosto de 1889. Citações em aspas na p. 51.

²⁷¹ Celso Castro denomina essa introdução das Forças Armadas nas escolas por “escola da nacionalidade” veja em “*In corpore sano. Os militares e a introdução da educação física no Brasil.*” *Antropolítica*, Niterói, 2, pp. 61-78, 1997, p. 3.

O debate histórico sobre o nacionalismo oitocentista brasileiro esteve na esteira do século desde o processo de independência política em 1822 quando houve esforços políticos para construir as bases da nação através do sentimento nativista e patriótico. Até mesmo quando se tratava da imagem de um país continental e sua representação através da unidade territorial. As investidas foram múltiplas, ligadas a projetos que iam desde a fundação de instituições, a própria imprensa periódica e até a literatura brasileira teria advogado o ufanismo e traçado personagens e enredos nacionalistas. Quando a higiene escolar e *mens sana in corpore sano* apareceram nos debates do final da década de 1870 o romantismo já não tinha mais o mesmo fôlego de outrora e novos projetos nacionalistas precisavam ser esboçados²⁷². A ideologia nacionalista através do discurso higiênico demonstra que os esculápios abriam uma porta para que as camadas urbanas que estavam imbuídas e almejavam desenvolver o sentimento nacionalista no Brasil pudessem dialogar.

Não podemos deixar de enfatizar que os exercícios corporais funcionaram em uma Alemanha cuja ideologia política ligada a uma burocracia governamental e o modo de produção agrário e industrial se contrastavam com o quadro nacional do Brasil ainda escravista. Também, que o nacionalismo introduzido na *gymnastica hygienica* não seguiria totalmente os moldes da realidade social alemã, já que o território geográfico brasileiro, com suas demarcações historicamente definidas, não passou por processos de expansão e fragmentação continental similar ou próxima a constituição do Império alemão. Depois, não percebemos nenhum vestígio de incentivo, por parte dos médicos baianos, ao *exercício gymnastico* como ideologia nacionalista linguística para consolidar a língua portuguesa enquanto idioma oficial.

Mas, enquanto os germânicos se preocuparam com as ondas migratórias das regiões circunvizinhas o discurso do esculápio baiano merece ser problematizado por possibilitar a adaptação do nacionalismo cívico à realidade brasileira e ao seu contexto histórico do seu nacionalismo: o que fazer com e como agregar os negros, índios e mestiços enquanto elementos de identidade nacional?

Essa homogeneização era o grande desafio e mais uma vez recorremos ao abolicionista Joaquim Nabuco como interlocutor para compreendermos o contexto.

²⁷² AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Uma nação por fazer: escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manoel de Macedo*. Dissertação (Mestrado em História Social). Campinas/SP: [s.n.], 2001. p. 7-56. Além de compreendermos o contexto histórico sobre o nacionalismo no período monárquico, a autora nos ajuda a entender como as análises das obras literárias de Joaquim Macedo e a interpretação das “representações do escravo e da mulher” traçavam projetos para reformar a sociedade visando a correção do caráter do cidadão na perspectiva de civilizar o negro e educar moralmente a mulher.

Enquanto militava pela “educação viril e séria” e sobre a necessidade de recorrer aos direitos dos escravos e seus descendentes, o abolicionista deixou transparecer obstáculos que barravam a construção do civismo, do sentimento patriótico e identidade nacional unificada. Mesmo a historiografia recente da escravidão tenha divergido de Nabuco²⁷³ porque o abolicionista afirmava que os escravos e ingênuos não tinham a “consciência” de recorrer aos próprios direitos e sequer de reconhecer o quanto eram oprimidos socialmente, é interessante lembrar que, o mesmo justificava que essa ausência de “consciência” era tida como fruto da exploração do trabalho escravo que construiu uma pátria sem permitir que a “raça negra” tivesse reconhecimento do seu valor enquanto cidadãos, tornando-se um obstáculo para que tivessem algum sentimento de pertencimento patriótico, ou seja, sentimento para defender os interesses do Estado brasileiro. Tratados como seres inferiores mediante tamanha exploração e abuso Nabuco resumiu o que os cativos reconheciam desse dilema naquele sistema escravocrata através da expressão “doação gratuita da raça que trabalha à que faz trabalhar”²⁷⁴.

Entendemos que Nabuco não levasse em consideração que a cultura popular e os oprimidos tinham uma maneira peculiar de construir suas formas de pertencimentos e identidades sociais. Se nos basearmos no abolicionista acima entendemos que a construção de uma identidade nacional homogênea aos moldes das camadas dominantes era um grande desafio para o Brasil.

A experiência da escolarização alemã com a disciplina militar e a popularização do ensino se encaixavam como alternativa para superar o grave problema de estimular uma parcela dos oprimidos a terem o sentimento de apego por quem historicamente os ojerizava.²⁷⁵ Lembramos que a proposta de nacionalismo a ser introduzida no processo de escolarização popular estava disponível para um grupo seletivo do povo, os jovens, que com a prática dos exercícios racionalizados deviam ser orientados a abrir mão de seus valores culturais por novas sociabilidades e vivências que resultava na ideia do homem

²⁷³Sobre a questão paternalista da qual Nabuco afirmava que as camadas médias urbanas intercediam pelos escravos por eles não terem “consciência” de recorrerem à Justiça, a historiografia tem desmistificado essa questão. Minha Orientadora, Elciene Azevedo, analisou como os escravos apelavam à Justiça de forma consciente para tratar de questões inusitadas como a escrava Agostinha que revelou as autoridades competentes às atrocidades cometidas por seus senhores que resultou na apresentação dos mesmos como réus ao Tribunal do Júri de Campinas. AZEVEDO, Elciene. *Direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Campinas/SP: [s. n.], 2003. p. 19-39.

²⁷⁴NABUCO, Joaquim. “*O Abolicionismo...*”. p. 37-41.

²⁷⁵A parcela dos oprimidos que nos referimos são os ingênuos já que a instrução pública não permitia a matrícula de escravos e os trabalhadores livres e libertos ficavam a mercê das aulas públicas noturnas quando havia alguma com aulas regulares. SOUSA, Ione C. de J. “*Escolas ao povo...*”.

cidadão, ordeiro e disciplinado. De acordo com Adalson Nascimento, nas últimas décadas do século XIX a ideia de nação surgiu na Europa formulando na educação civil o princípio dos “cidadãos-soldados”, cuja preparação para a guerra devia se iniciar na escola desde a infância. Por ser o sistema escolar controlado pelo Estado, o nacionalismo político era visto como uma forma de preparar toda sociedade para defender os interesses do Estado e abastecer as forças armadas com homens fortes e preparados²⁷⁶.

Seguindo essa lógica, Pacífico Pereira defendia a introdução dos exercícios militares que também eram adotados nas escolas alemãs. Isto porque, na sua interpretação, até mesmo os rivais derrotados durante as batalhas Franco-prussianas, os franceses, reconheciam a importância “Dos exercitos militares, tão usados nas escolas d’Allemanha” por ser fundamental na disciplina individual, na construção do homem soldado, corpo forte, cidadão disposto aos interesses da nação e a coesão social. Nessa perspectiva citou o reconhecimento da eficácia alemã por meio das palavras do higienista francês Aimé Riant (1827-1902):

“A hygiene acha na pratica d’estes exercicios incontestaveis vantagens. Tempos marcados, exercicios rythmicos, movimentos diversos combinados para os membros superiores e inferiores, direitos e esquerdos, repartindo igualmente a actividade muscular, posições variadas, reformando as attitudes viciosas das classes; marchas mais ou menos reiteradas, exercicio da intelligencia e da habilidade; execução immediata das ordens, habito de obediencia, de firmeza: nada mais favoravel para fazer alumnos inteligentes, disciplinados e robustos”²⁷⁷.

Ao recorrer a ideologia do nacionalismo cívico o médico tropicalista demonstrava que acompanhava os debates contemporâneos de outras nações “civilizadas” desde que trilhasse as exigências que a “physiologia exige no actual systema escolar”, publicando as recomendações do pedagogo estadunidense T. Newell, apresentado à *American Social Science Association*, em Setembro de 1876, para advertir como a educação popular podia compartilhar ensinamentos do civismo e cidadania ao: “*procura preparar a creança para ser util a si mesma, á sociedade e ao estado (sic)*”²⁷⁸.

Sem a mesma erudição de Pacífico Pereira e sem a experiência de viajar à Europa, dois alunos da Faculdade de Medicina da Bahia defenderam suas teses e

²⁷⁶NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Exercícios físico-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.p. 62-95.

²⁷⁷Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas V”. p. 437.

²⁷⁸ Id. Ibid. p. 438 e 439.

concordavam com a ideologia nacionalista da *educação physica* funcionar como componente para a higiene escolar alcançar a perfectibilidade humana e a construção do cidadão fisicamente forte e útil a si mesmo, à sociedade e ao Estado. Os médicos Agnello Geraque Collet e Umbelino Heraclio Muniz Marques, ao formularem seus argumentos citaram desde Herbert Spencer até uma gama de pedagogistas que circulavam nos debates da época. Assim como a imprensa, também estavam presos ao conhecimento histórico da matriz positivista ao narrar as civilizações antigas para destacar estágios evolutivos.

Em 1885, o jovem Agnello Geraque Collet defendeu a sua tese intitulada *Hygiene Eschollar*. Arriscamos a hipótese que a escolha pelo tema partiu da própria experiência que tinha como médico “Interno da 1ª cadeira de clinica cirurgica” ao se interessar em atuar profissionalmente com crianças e defender a escolarização e a causa infantil²⁷⁹. Ou talvez, a influência tenha sido incentivada no seu núcleo familiar, por sua mãe D. Emilia Leopoldina Geraque Collet, que era professora e lecionava “lingoa nacional” no quadro dos professores de aulas públicas no externato da Bahia, além de produzir compêndios com influência do método intuitivo para as escolas do ensino público²⁸⁰. Em resumo, Agnello Collet interessou-se pela causa infantil a ponto de ser “socio fundador da sociedade protetora da infancia desvalida”²⁸¹.

Na sua tese, uma das bandeiras quanto ao uso da *gymnastica* nas escolas estava pautado na construção da força física que o trabalho muscular proporcionaria para a juventude a fim de formar uma nação forte. Ao tratar do civismo recorria às civilizações antigas para justificar que o abandono à *educação physica* e a *gymnastica* resultou na “decadencia physica, intellectual e moral” dos gregos e romanos. No seu entender, eram civilizações que quando cada indivíduo desprezou o senso de coragem, o respeito mútuo entre os cidadãos e a família, e, principalmente, rejeitou os métodos que exercitavam o

²⁷⁹COLLET, Agnello Geraque. *Hygiene Eschollar*. (Tese de doutorado apresentada a Cadeira de Clinica Cirurgica). FMB: 1885.FAMEB / UFBA. Informações sobre a justificativa e a estrutura da tese consta na própria introdução.

²⁸⁰Veja o “Quadro de Relação de Cadastro dos Professores” de 1880. A professora também foi vencedora do concurso de produções para o ensino ao elaborar as “Taboadas Novissimas de Arithmetica” especializada para alunos de ensino primário da *Eschola Normal de Homens*. Veja o quadro da “*Congregação da Eschola Normal em 15 de Março de 1882*” cuja circulação das taboadas foi autorizada por Antonio Ferrão Muniz a serem introduzidas em todas as escolas primárias. Foram confeccionadas o total de 5000, da primeira remessa foram vendidas 737 acumulando 4645. Informação no “*Demonstrativo da Instrução Publica da Bahia, em 17 de Janeiro de 1885*”. Fundo: *Relatorios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo, 1823-1889*. BN – Hemeroteca Digital. Segundo Sacramento Blake a professora também produziu a cartilha “Lições de calligraphia theorica”. BLAKE, A. V. A. S. “*Diccionario Bibliographico Brasileiro...*”. 2. p. 269.

²⁸¹COLLET, Agnello. “*Hygiene Eschollar*”.

corpo para adquirir a força muscular, resultou no enfraquecimento da coletividade e pereceram enquanto nação. A seu ver, os exercícios corporais eram uma modalidade da “arte da gymnastica” com o objetivo de “desenvolver harmônica e inteligentemente as forças” e “tornar vigorosas e fortes organizações primitivamente fracas”²⁸².

Entendemos que na sua concepção, ao usar como exemplo os povos gregos e romanos, queria destacar que, por cada pessoa permitir individualmente o enfraquecimento do seu corpo, dados aos vícios e sem a mesma disciplina de outrora, também convalesceu paulatinamente o corpo social ruindo suas instituições e organizações. Assim, exemplificou a importância dos exercícios corporais ao citar personagens que compunham a história daquelas civilizações como o espartano “Agesiláo, que nasceo, debil e fraco”, e através da cultura dos exercícios se regenerou biologicamente e “tornou-se um dos mais vigorosos guerreiros de seo tempo”. Também, o guerreiro “Demosthenes, tornou-se robusto pelos exercícios continuados de gymnastica na sua infância”²⁸³.

Quando se tratava do estímulo à força da juventude o jovem médico Collet defendia além da educação com exercícios militares outras iniciativas, como manter as crianças por mais tempo nas escolas com alimentação saudável para construir o corpo com “firmeza e vigor”. Assim, afirmava que para fortalecer as crianças era necessária a construção de dormitórios nas escolas para que depois dos exercícios corporais e outras atividades diurnas elas pudessem recuperar as suas forças. Porém, considerava que “hygiene e moral exigem uma fiscalisação muito severa em um dormitorio” e suas recomendações eram vigiar “os habitos solitarios e os actos de immoralidade que são frequentes, quando a vigilancia enfraquece, não são só abjectos, e degradantes em face da moral, como tem sobre o organismo o poder de radicalmente minal-o”²⁸⁴.

Nesse sentido, os *exercícios gymnasticos*, além de canalizar as energias para desenvolver a força muscular, também funcionariam minuciosamente como reguladores da disciplina em combate aos vícios considerados degradantes. A pedagogia e os profissionais que nela se especializavam iam servir de sentinelas para censurar os movimentos corporais dos alunos considerados “abjectos” e que supostamente colocassem a moral em risco. A construção da cidadania de maneira higiênica se objetivava em desenvolver a força física dos alunos a partir do conceito de moral que

²⁸²Id. Ibid. p. 40.

²⁸³Id. Ibid. p. 40 e 41.

²⁸⁴Id. Ibid. p. 33.

responsabilizava cada indivíduo desprezar qualquer comportamento que estimulasse o vício e ameaçasse os bons costumes. Já a moral coletiva partia para a questão do civismo, como em uma civilização antiga disciplinada militarmente, no qual cada indivíduo devia estar ciente da importância de viver em sociedade respeitando suas normas para manter o Estado e suas repartições organizados como representantes legais para atender toda sociedade.

Em 1886, o jovem médico Umbelino Marques defendeu a tese intitulada *Hygiene Pedagogica*. De imediato, na introdução da sua dissertação justificava a importância do tema porque a “creança é o germen do futuro cidadão, e este é para a patria a força motriz de todo progresso, de toda prosperidade”²⁸⁵.

Ao tratar da pedagogia o médico Umbelino Marques advertia que para formar cidadãos e a “organização de um povo” era necessário configurar um sistema de “educação popular” que levasse em conta que “o caracter do individuo forma-se antes pela educação do que pela instrução”²⁸⁶. Para o médico, instruir era uma prática pedagógica que estava restrita a esclarecer o entendimento básico da cultura escolar, enquanto educar tinha um papel mais abrangente para a questão cívica e cidadã, porque “adapta as potencias phisicas, intellectuaes e moraes de cada individuo á funcção plena do papel que lhe esteja destinado desempenhar na collectividade”²⁸⁷.

Na ótica de Umbelino Marques, as “nações da antiguidade” deixaram um legado de prosperidade: “mais que a instrucção, mereceu-lhes particular cuidado a educação, principalmente a phisica”. Nesse sentido, o médico afirmava que a educação civil da sua época tinha de se esmerar no exemplo dos persas porque dava a “mocidade uma educação que a fizesse vigorosa e guerreira: assentava principalmente em jogos gymnasticos e exercicios militares” e que somente construíram uma nação forte digna de ter seus feitos registrados nos anais da humanidade porque tais atividades corporais seguiam rigorosamente o método de que desde a infância “habitavam-se a soffrer privações e fadigas com a maior resignação e coragem”. A “educação essencialmente guerreira” dos espartanos era tida como exemplo universal porque predominava o “dominio das leis promulgadas pelo sabio legislador Licurgo” o que resultou no legado

²⁸⁵MARQUES, Umbelino Heraclio Muniz. *Hygiene Pedagógica*. (Tese de doutorado apresentada a Cadeira de Hygiene). FMB: 1886. FAMEB / UFBA.p. 1.

²⁸⁶Id. Ibid. p. 1.

²⁸⁷Id. Ibid. p. 1 e 2.No primeiro capítulo citamos Alessandra Schueller e as noções entre instruir e educar.

histórico de serem povos “vigoroso, intrepido, ágil, astucioso, viver pela patria e para a patria”²⁸⁸.

O jovem Umbelino Marques ainda fazia uma advertência que dava a entender que a instrução pública da Bahia estava prestes a reproduzir um fracasso constatado historicamente por “Chinezes e hebreus, quando se limitaram á educação religiosa” cujo fim resultou em “ludibrio e presa das outras nações”. Assim, afirmava que a evolução da espécie humana somente era registrada na esteira da história quando “aperfeiçoam-se os costumes”²⁸⁹.

Para o jovem médico, não bastava o ensino estar calcado nos princípios religiosos. A moral tinha que integrar novos valores porque o tempo não para e a sociedade somente evoluía quando conseguia aceitar que valores ultrapassados deviam ser renovados ou modificados de acordo com a “actualidade”. Nesse aspecto, o médico não incentivava reproduzir genuinamente o que persas e espartanos fizeram em outrora. Mas, renovar a educação civil com valores cívicos que correspondiam ao seu contexto. Entendemos que a ideologia do nacionalismo cívico demarcava o povo no lugar de objeto cujo projeto pedagógico nacional estaria em frequente processo de construção, mas que para atingir o progresso haveria uma contínua perspectiva de realização. A unidade nacional e formas de identificação com a nação somente ocorreria a partir de demandas políticas voltadas para esse processo de ressignificações ou atualizações²⁹⁰. Quando Umbelino Marques propôs o aperfeiçoamento dos costumes e estimulou à força física com suas variedades de manifestações patrióticas, na sua ótica, deixava evidente que queria transformações sociais mais profundas. Por isso, advogava para reformar e adaptar a educação de acordo com a “actualidade, ao meio, a familia e a eschola”²⁹¹.

Assim, entendemos que o médico ao citar os povos antigos e se preocupar com o aprimoramento dos costumes, sugeria que os exercícios corporais de cunho militar fosse introduzido no processo de escolarização cujos valores cívicos deviam disciplinarizar os estudantes a “atualizar” ou padronizar civilizadamente os costumes, ou seja, extinguir qualquer comportamento, postura ou prática que fosse considerado antiquado, arcaico ou incivilizável.

²⁸⁸ Id. Ibid.

²⁸⁹ Id. Ibid.

²⁹⁰ CHATERJEE, Partha. A nação em tempo heterogêneo. In.: CHATERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: EDUFBA, 2004. pp. 67-96. Embora o autor trate da questão política da Índia Colonial o texto permite entender como os conflitos de classes podem ser analisados no discurso da modernidade cuja ideologia do nacionalismo cívico aparece em países periféricos.

²⁹¹ MARQUES, Umbelino. “*Hygiene Pedagógica*”.p. 3.

De maneira central, a cidadania, o sentimento nacional e o civismo eram a espinha dorsal que conciliava e estruturava o pensamento dos médicos Pacífico Pereira, Agnello Collet e Umbelino Marques. Os discursos higiênicos se encaixavam na tendência pedagógica que circulava nas últimas décadas do século XIX no qual inseria a educação no ramo da política. Ao tratarem do nacionalismo de forma ideológica faziam uma combinação entre cidadania, civismo e o conjunto de leis dos Estados modernos. Este modelo de educação grassava como qualidade indispensável para os alunos “sentir-se parte do Estado, reconhecer suas leis, realizar a sua defesa ou prosperidade”²⁹². Ao sugerirem a militarização dos exercícios corporais os médicos se coadunavam a essa práxis pedagógica, de procurar formas mais rígidas e imediatas de construir uma identidade nacional unificada com a sociedade submissa às leis e suas hierarquias sociais, de formar Forças Armadas vigorosas e conquistadoras.

Em um país marcado por hierarquizações raciais e sociais, a *gymnastica hygienica* com viés militar parecia uma alternativa para mascarar tais problemas e despertar na população o respeito às leis e a seus representantes, o que resultaria na dedicação e obediência aos assuntos públicos. De acordo com Vigarello, a educação militar estabelecia como mecanismo didático a disciplina ao comando. Assim, “a classe se torna um dispositivo geometrizado” além dos “exercícios simultâneos” havia “a vantagem de exigir dos alunos o maior silêncio” a junção entre ginástica e o militarismo era incentivada pelos pedagogistas do século XIX porque podiam “fazer com que [os alunos] contraíssem o hábito de uma atenção constante e de uma pronta obediência, hábito em que pouco tempo eles conservam nas classes”²⁹³.

Contudo, nem sempre havia unanimidade entre os médicos baianos sobre qual a matriz europeia cujos exercícios corporais serviriam mais efetivamente para imprimir a ideologia nacionalista do fortalecimento da raça, o despertar do patriotismo e formação de cidadãos interessados na coisa pública. Em 1889, um ano depois da abolição da escravidão e as vésperas da proclamação da república, o médico Braz Hermenegildo do Amaral (1861-1949) produziu um artigo na *Gazeta Médica* que se pronunciava como profissional de ambas as áreas, medicina e pedagogia, já que lecionava História Universal e Geografia no Gymnasio da Bahia. O texto intitulado “Gymnasticas nas escolas” tratava de um apelo às autoridades públicas para introduzir os exercícios corporais nas escolas públicas.

²⁹² NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. “Exercícios físico-militares em escolas...”. p.80.

²⁹³ VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. “O corpo trabalhado...”.p. 416.

Adepto das teorias de Herbert Spencer, o médico dizia que as crianças precisavam estar aptas para sobreviver já que “a lucta pela existencia é tão viva nos tempos modernos”. E a defesa da soberania nacional fazia parte do instinto de sobrevivência do homem ao dizer que

“O homem, mesmo o mais civilizado, parece estar longe ainda do periodo guerreiro.

A combatividade, para nos servir-mos desta expressão dos phrenologos, parece ser um dos instinctos mais naturaes ou mais arraigados dos individuos”²⁹⁴.

Defendia a inclusão da “gymnastica ingleza” ao que parece, no seu entender, se diferenciava dos outros métodos europeus já que funcionava como um jogo com regras e competições enquanto a sistematização das outras atividades funcionava de forma espontânea, metrificada. Para o professor e médico as modalidades de *gymnastica* inglesa conseguiam ter resultados para masculinizar em comparação aos exercícios corporais orientados pelos outros países, porque na Inglaterra “todos os exercicios violentos são usados quasi em excesso”. Desse modo, entendemos que o esculápio queria deixar evidente que os britânicos eram homens mais viris e vigorados porque as contusões musculares decorrentes do contato corporal das modalidades de seus exercícios preparava a nação para a luta da vida ao mesmo tempo em que servia como lazer ou entretenimento. Embora fossem exercícios truculentos, sem as exigências marciais das outras vertentes europeias, os alunos ingleses adquiriam a força de forma divertida habituando-se naturalmente as pungências cotidianas. A seu ver, o Brasil podia iniciar com um exercício mais ameno, que não havia contato corporal com grande impacto ao dizer: “E’ de regra para todo menino inglez jogar o cricket”²⁹⁵.

Nesse aspecto, justificou a superioridade inglesa a partir da noção de “força”. Enfatizava que todos os estabelecimentos britânicos de ensino ofereciam “a gymnastica” porque trabalhavam especialmente “a energia de character”. A seu ver, havia uma ação pedagógica cuja moral prevalecia como fundamento básico no cotidiano daquela nação porque “se manifesta bem na vida civil do alumno”²⁹⁶. Do mesmo modo, “a força” era uma qualidade ímpar e essencial, definidora da personalidade e sexualidade, responsável por masculinizar o homem. Para Braz do Amaral essa era a única condição humana do gênero masculino e devia ser encenada naturalmente, sem

²⁹⁴ Hermenegildo Braz do Amaral. “Gymnasticas nas escolas”. Seção Hygiene Pedagógica, *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia:IV, 21, pp. 153-158. Outubro de 1889. p. 154.

²⁹⁵Id. Ibid. p. 155.

²⁹⁶Id. Ibid. p. 156.

desvios de conduta. Todo homem devia estampar a masculinidade na sua aparência porque a força do gênero masculino era o sinônimo da superioridade humana e cada homem individualmente representava toda a nação. Se dizendo ancorado pela ciência, inferiu:

“(…) o respeito a força é reconhecido por todos; é sobre elle, digam o que quizerem os poetas da morbidez, que se mantêm ainda os imperios, os governos e a justiça; o homem que se reconhece physicamente forte tem um certo orgulho, aliás bem entendido, falla com força, acostuma-se a fazer-se respeitar, tem ousadia e coragem; estenda-se isto a todos os habitantes de um paiz e ter-se-ha um grande povo. Eis aqui, talvez, um dos segredos da influencia da Inglaterra; é, pelo menos, como se educam estes altivos aristocratas e maritimos, que têm estabelecido a sua supremacia commercial e colonisadora nos mares e continentes”²⁹⁷.

O posicionamento de Braz do Amaral compunha um traço marcante da psicologia spenceriana, no qual a fisionomia e o comportamento eram tidos como definidor do caráter e predisposto a julgar a personalidade através de detalhes subjetivos. Carregado de machismo, o médico declarou não aceitar nenhum desvio de comportamento que estivesse fora dos padrões da macheza. A ideia da força exprimia qualidades como a coragem, a virilidade, o vigor, que, na sua concepção, inibiam a reação dos rivais dos ingleses porque o gênero masculino obrigatoriamente se impunha quando assumia um conjunto de ações que, nas palavras acima, funcionavam como uma cartilha do uso da força indicando as atitudes, gestos, posturas, entonação da voz ao verbalizar as palavras. Podemos identificar duas diferenças entre Braz do Amaral e os médicos anteriores. A primeira é que a sua noção de força transcende o tônus muscular e adentra em um universo simbólico mais abrangente. Ou seja, a influência da psicologia spenceriana não se restringia ao olhar crítico dos traços fisionômicos, mas abrangia os outros detalhes que julgava necessária para afirmação do gênero masculino. Assim, o sucesso do “grande povo” inglês estava em cada homem que reproduzia aquelas formas de procedimento da masculinidade.

A segunda diferença é que Braz do Amaral ao abraçar os exercícios corporais da matriz inglesa também incorporava as características geopolíticas e se distanciava do padrão de escolarização e defesa nacional dos *exercícios gymnasticos* dos teóricos alemães, e dos médicos baianos antecessores, cuja concepção militar estava voltada para a formação do cidadão-soldado, no qual o Exército era o expoente das Forças Armadas e soberania nacional. Por ser a Inglaterra uma ilha e historicamente engajada na

²⁹⁷Id. Ibid.

incursão marítima, a escolarização dos exercícios corporais consolidava a Marinha como elemento de defesa nacional. Por isso, o médico e professor enfatizou como a união da força de cada ser social era tida como elemento primordial para construir “impérios, governos e justiça”, o que justificava a hegemonia bélica e militar das embarcações inglesas que compunham a marinha mercante e a força naval, dominando mares e colonizando continentes.

Ao comparar o poderio militar brasileiro, internacionalmente, Braz do Amaral não deixou de enfatizar que nossas escolas tinham a necessidade, mais do que em qualquer outro país, de incluir os exercícios corporais na grade curricular. Do mesmo modo, não deixou escapar a situação militar da Marinha brasileira ao fazer uma analogia com a superioridade de outras nações ao dizer que:

“E se ha povo que mais careça de meios que corrijam a sua fraqueza physica, a sua apparencia cachetica, a sua incapacidade mesmo para certas profissões, como a do mar, que precise lutar contra a guerra que fazem ao seu vigor um clima enervante e uma alimentação pouco fortalecedora, é o nosso. E nós não queremos lembrar a hyppothese de uma questão internacional, de uma lucta com qualquer nação cujos soldados, muito mais vigorosos do que os nossos, imporiam ao paiz todas as affrontas e as humilhações dos vencidos e dos fracos”²⁹⁸.

Ao descrever o “nosso povo” o escultor e professor permanecia ligado a alguns aspectos deterministas que se estenderam naquele final de século como a orientação de *exercícios gymnasticos* devido a influência das leis naturais ao mencionar o “clima enervante”. Do mesmo modo, a carência alimentar ou ausência de balanceamento nutricional resultavam na marca da estética corporal brasileira ao citar os problemas da debilitação física de “certas profissões do mar”, preocupava-se com a fisionomia e destacava a necessidade emergencial de que se “corrijam a fraqueza physica e apparencia cachetica”. Também se preocupava com uma suposta querela militar ou “questão internacional” em defesa da pátria contrastando a fisionomia nacional com as outras nações a partir do critério do “vigor”. Assim, acusava uma inferioridade de força física e poder bélico que “imporiam ao paiz todas as affrontas e as humilhações dos vencidos e dos fracos”.

É interessante notar que mesmo Braz do Amaral tentando persuadir a sociedade e outros médicos para a importância da *educação physica* aos moldes da sociologia de Herbert Spencer, estando preso a sua psicologia e as descrições fisionômicas para elaborar a sua noção de força muscular, ele demonstrou cautela ao exaltar as diferenças

²⁹⁸Id. Ibid. p. 157.

físicas entre as Forças Armadas internacional com o Brasil sem legitimar qualquer ideia próxima as diferenças raciais através dos tipos físicos.

Naquele momento, a força naval brasileira tinha um contexto histórico recente de grande tradição no recrutamento de homens e crianças de rua oriundos da população de cor, sendo em sua maioria ex-escravos, livres e libertos que viviam na vadiagem. O historiador baiano Walter Fraga, ao analisar a infância e vadiagem como ações conscientes de resistência às hierarquias raciais e sociais durante o século XIX nas ruas da capital baiana, observou que a partir de 1840 a fundação da Companhia de Aprendizes de Marinheiros era a instituição encarregada de receber os bandos de garotos, principalmente os fugitivos das torturas e atrocidades dos seus senhores, ou ainda, por perderem seus pais escravos vitimados por surtos epidêmicos. Para lá eram enviados diretamente às “embarcações da Marinha como aprendizes, onde eram submetidos a dura disciplina e a castigos corporais”²⁹⁹. O contingente de “meninos pretos” recolhidos nas ruas era esmagadoramente grande que, em 1863, o inspetor da Companhia de Aprendizes da Marinha resolveu recusar os pretos porque o crescente número não respeitava “o conceito internacional da Marinha”³⁰⁰.

Quando o médico e professor Braz do Amaral julgou a fisionomia dos marinheiros brasileiros em comparação aos padrões internacional e como um problema para a soberania nacional, ele suprimiu as diferenças raciais da sua abordagem justificando o vigor da compleição física a outros enfoques das condições da vida humana, como as influências climáticas, ou a combinação entre alimentação e exercícios corporais.

Portanto, percebemos com isso que nem sempre os teóricos eram utilizados de forma fidedigna as suas concepções clássicas. Assim como Pacífico Pereira adaptou teóricos variados de acordo com suas expectativas de projeto nacional, Braz do Amaral não fugiu a regra e adaptou Herbert Spencer dentro de uma linguagem contemporânea que atendesse as demandas sociais em suas análises quanto a construção do sentimento patriótico e a defesa da soberania nacional.

Em suma, a ideia de construção de um projeto nacional cuja *educação physica* estivesse vinculada ao método intuitivo e ao progresso em diferentes compreensões evolucionistas, por vezes, tinha grandes dissidências mesmo possuindo objetivos em

²⁹⁹FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/SP, Salvador/BA: Editora HUCITEC, EDUFBA, 1996.p. 117, 120-122.

³⁰⁰ Id. Ibid. p. 130.

comum. Além das questões particulares que moviam as críticas dos médicos, da imprensa e daqueles envolvidos na pedagogia, de uma maneira geral, cada grupo de intelectuais adaptava os teóricos de acordo com os seus anseios para fortalecer seus próprios argumentos, muitas vezes, sem atender ou respeitar fidedignamente a forma como os teóricos encaravam as hierarquias dos tipos físicos biológicos.

CAPÍTULO 3 – Práticas corporais e costumes em meio a “Babel da Instrução Pública”: debates em torno da música, dança e questão operária.

3.1 – Música e dança na arena dos sentidos: estratégias da cultura letrada para civilizar a cultura popular.

No primeiro semestre do ano de 1881 chegava a Salvador o livro “Primeiras lecções de cousas” do pedagogo estadunidense Norman Allison Calkins. Obra traduzida para a língua portuguesa pelo ilustre Rui Barbosa e que foi adotado nas escolas normais como referência internacional e mais atual acerca da metodologia intuitiva, apresentando formas de como orientar professores e também os pais dos alunos a desenvolver a capacidade inventiva das crianças educando e aguçando os seus sentidos.

O Diretor da Instrução Pública, o Cônego Romualdo Seixas, indicou três avaliadores que teriam o objetivo de ponderar sobre as contribuições e possíveis carências metodológicas e educativas da obra.

O primeiro parecer foi apresentado pelo professor de pedagogia da Eschola Normal do sexo masculino, Antonio Bahia da Silva Araujo. O pedagogo salientou importantes benefícios que a obra propunha como novas alternativas para educar as crianças contra a “falta de direção domestica e de attractivos na eschola”. Concordava que o teórico estadunidense podia contribuir para moralizar as crianças porque o capítulo que tratava da educação moral “inoculava no espirito da criança a idéa de Deus” aos moldes do programa escolar adotado na instrução pública da Bahia. Contudo, assumindo estar ancorado no evolucionismo spenceriano acusava a fragilidade do método de Calkins porque diagnosticou a inexistência de um capítulo para a *educação physica* argumentando:

“A excellencia do methodo cessará ante as condições de saude em que achem-se as creanças; não só quando se deixe de attender para o gráo de desenvolvimento intellectual, que, como os sentidos, não tem a mesma latitude em todos os individuos, como tambem a duração dos exercicios, que, por muito interessantes que sejam, podem alongar-se demasiado, em damno da saude das creanças.

Por isso penso que não foi bem inspirado Calkins, eliminando o capitulo da educação physica”³⁰¹.

Ao se preocupar com a saúde das crianças, o pedagogo baiano advogava que um método pedagógico moderno não dispensasse a *educação physica*, embora reconhecesse que Calkins admitisse que a educação dos sentidos devia considerar as

³⁰¹ “ANNEXO B – Lecções de cousas, trabalho do Dr. Ruy Barbosa – Parecer do professor de pedagogia da eschola normal de homens, adoptado pela respectiva congregação”. Parecer apresentado por Antonio Bahia da Silva Araújo. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882*. Bahia: typographia do Diario da Bahia, 1882. pp. 344-350/550, p. 347. Fundo: Relatorios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16). BN – HD.

peculiaridades de cada criança para apreender, ao mesmo tempo, acusava que o método intuitivo do teórico desprezava o mesmo conceito para o corpo humano e, a seu ver, as crianças precisavam ter esse critério atendido. Precisavam de atenção e cuidados para desenvolver o intelecto e o corpo de forma saudável. Assim, reivindicava um manual mais completo que incorporasse as ausências suprimidas por Calkins.

Depois continuou advertindo sobre a insuficiência do método para educar os sentidos por acusar haver a “omissão da musica” e não se aprofundar em suas derivações, o que compreendemos como o canto e a dança, ao dizer que a obra do teórico estadunidense era inconclusa:

“Não trata Calkins do ensino da musica no seu livro, e ácerca do canto falla ligeiramente”³⁰².

Entendemos que para o professor a *educação physica* somente estava completa com a inclusão da música e do canto tidos enquanto exercícios corporais, da mesma forma, como elementos fundamentais cuja “faculdade de observação” auxiliaria na função de transformar as crianças educando corpo e intelecto, mas também, não deixava de ser uma maneira pedagógica de selecionar os costumes herdados por seus familiares, se tornando posteriormente um canal de influência social.

Aproximadamente dois meses depois, em 28 de julho de 1881, o deputado provincial Rodolpho Epiphany de Souza Dantas³⁰³ e outro experiente personagem na área pedagógica, o diretor da biblioteca pública Antonio Ferrão Moniz³⁰⁴, além de apresentarem um parecer conjunto também fizeram críticas as considerações do professor Antonio Bahia quanto a sua reivindicação a “omissão da musica” e a “supressão do capitulo ácerca da *educação physica(sic)*”³⁰⁵.

³⁰² Id. Ibid. p. 348.

³⁰³ Natural de Salvador foi bacharel em Direito pela Faculdade do Recife regressou à Bahia e atuou como deputado provincial das 16ª e 17ª legislaturas gerais. Em 1882, meses após dar o parecer solicitado pelo Cônego Romualdo Seixas, administrou a pasta dos Negócios do Império e, neste cargo, escreveu Atas, Pareceres e Relatórios relacionados à liberdade do ensino primário e secundário nas escolas e o ensino de religião e moral nas escolas primárias. BLAKE, A. V. A. S. “*Diccionario Bibliographico Brasileiro...*” .7, p. 139 e 140.

³⁰⁴ Natural de Salvador. Durante anos ocupou o cargo de diretor da biblioteca pública e tinha larga experiência no ramo pedagógico. Em 1859 havia ocupado o antigo cargo de Diretor da Instrução Pública, na época denominado Diretor Geral de Estudos. A sua carreira acadêmica iniciou-se em 1825 quando viajou da Bahia para a França, estudando nas universidades de Paris. Anos depois mudou-se para Londres, onde cursou ciências naturais e matemática concluindo em 1833. No regresso à Bahia, produziu trabalhos didáticos para a instrução pública como catálogos e cartilhas. Id. Ibid. 1, p. 159 e 160.

³⁰⁵ “ANNEXO B – Lecções de cousas, trabalho do Dr. Ruy Barbosa – Parecer do professor de pedagogia da eschola normal de homens, adoptado pela respectiva congregação”. Pareceres apresentados por Epiphany de Souza Dantas e Antonio Ferrão Moniz. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro*

Para Souza Dantas e Ferrão Muniz realmente a observação externa através dos sentidos era fundamental para as crianças exercitarem o pensar e raciocinarem a partir das noções adquiridas pela percepção. Assim como, daquela experiência concreta entender as exigências de cada disciplina e terem a capacidade de abstrair e desenvolver o intelecto.

Sobre a música, tanto advogada por Antonio Bahia, ambos concordavam que “ella tem seu lugar na eschola”³⁰⁶. Mas discordavam da sua excepcionalidade e ponderavam afirmando que havia métodos que exageravam nesse fundamento, o que corria o risco de torná-la maçante e habitual não correspondendo ao objetivo do método. Exemplificaram citando o “methodo froebeliano” considerado exagerado por “acompanhar de canto a todos os jogos, e todas as occupaões do ensino”³⁰⁷. Para ambos, a educação dos sentidos formulada pelo evolucionismo spenceriano realmente tinha qualidades ímpares como preparar as crianças “entre os novos habitos que se têm formado ao declinar dos antigos” e por isso, consideravam oportuna a prioridade que o teórico inglês enfatizava “de desenvolver systematicamente na creança a faculdade de observação”³⁰⁸.

Separaram trechos de Spencer, que na citação abaixo estão entre aspas, e acusavam Antonio Bahia de não perceber que para o teórico inglês a “musica tem o seu papel subsidiario á educação escholar”, mas não prioritário:

“A sua admissão entre os exercicios escholares não tem, portanto, nenhuma significação e nenhum fim mais que tantas outras praticas destinadas hoje a tornal-os “antes agradaveis que penosos”.

Entra no programma da eschola pelo mesmo motivo que “os breves espaços do descanso intermeiados ao estudo, as excursões pelo campo e as leituras divertidas”. Com que fundamento, pois, se lhe havia de abrir uma secção particular n’um manual de ensino intuitivo?”³⁰⁹.

Depois de acusarem Antonio Bahia de não ter sido um leitor atencioso de Herbert Spencer, para os intelectuais a música podia ser descartada porque o importante naquele processo era a renovação do ensino com a permanência da disciplina de ensino

Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882. Bahia: typographia do Diario da Bahia, 1882. pp. 344-350/550, p. 355. Fundo: Relatorios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16). BN – HD.

³⁰⁶ Id. Ibid. p. 358.

³⁰⁷ Id. Ibid.

³⁰⁸ Id. Ibid. p. 359.

³⁰⁹ Id. Ibid. p. 360.

religioso. Resumiram dizendo que o fundamental mesmo era “tornar recreativa a educação na escola e interessante sempre”³¹⁰.

Em geral, os dois intelectuais confrontaram diferentes referenciais teóricos da pedagogia europeia para explicar que a educação escolar não era totalmente dependente da música. Embora fosse útil por sua “cadencia”, “rythmo”, entremeando a “gymnastica e os exercícios militares”, para eles, era um recurso secundário que permitia a animosidade, confortava os sentidos e se limitava a tornar as aulas mais agradáveis, ou seja, uma matéria escolar que possuía qualidade facultativa ao invés de obrigatória. Assim, Souza Dantas e Ferrão Muniz questionaram se era realmente necessário um programa escolar abrir uma “secção particular” ou mesmo “um manual de ensino intuitivo” com a música e outros atributos que dela se derivavam³¹¹.

Essa questão da música, da dança e do canto, já vinha sendo exaustivamente debatida desde o transcurso daquelas contraditórias análises apresentadas nos pareceres pedagógicos. O jornal *O Monitor* já havia feito ampla campanha quanto a inclusão da dança nas escolas públicas já que políticos e pedagogistas obstaculizavam a introdução da *gymnastica hygienica* em toda sua plenitude. Assim sendo, os redatores sugeriram naquela Reforma da Instrução, apresentada pelo Governo da Província da Bahia e aprovada pelos legisladores baianos, que a dança aparecesse como alternativa imediata para enfrentar costumes tidos como rudes, já que havia dissidências sobre a escolarização da *gymnastica* com todos os exercícios corporais especulados:

“Mas porque, em vez da gymnastica, não mandou a reforma ensinar a dansa?
A dansa contribue para o desenvolvimento do corpo, e tem o attractivo do prazer.
A dansa é instinctiva na criança: toda criança, ainda antes de saber fallar, procura dansar.
Ainda não se encontrou povo algum, que não tivesse suas dansas.
Entre nós a dansa é uma necessidade porque o povo [ilegível]
No centro a população vive em grande isolamento; e d’ahi provém a rudeza dos costumes.
Para que mude este estado de cousas, basta que se introduzam alli uma phylarmonica e uma sala de dansa.
Sem ir muito longe, ha na provincia cidades em que não se ensinam a dansa, em que não ha quem ensine.
Consequentemente, a dansa seria muito mais proveitosa em nossas escolas do que a gymnastica”³¹².

³¹⁰ Id. Ibid.

³¹¹ Id. Ibid.

³¹² “A gymnastica nas escolas”. Jornal *O Monitor* de 20 de Fevereiro de 1881. p. 1. BPEB / Seção de Jornais Raros.

Além de ser uma atividade prazerosa, para o redator, a dança era um elemento que involuntariamente se manifestava em diferentes povos desde a tenra infância, por isso mesmo, a seu ver, poderia assumir a função da *gymnastica* na aplicação natural do método intuitivo. Ainda reiterava suas ideias afirmando que a população baiana, e não somente da capital, precisava desse componente pedagógico e higiênico de forma emergencial.

Por ser a Reforma da Instrução Pública destinada somente para a capital e as cidades consideradas mais importantes da província, ao tratar dos “costumes do povo” o articulista abordou a adversidade geográfica já que a “população vivia em grande isolamento”. Ao descrever essa questão, entendemos que se referisse a capital da Província, uma Salvador que na época era cortada por vales, rios, terrenos acidentados e vegetações. Este argumento não deixava de ter como pano de fundo uma influência do determinismo científico para alegar um quadro social de primitivismo ou selvageria nos costumes já que o articulista afirmou que as “as famílias não se frequentam” esparsas em meio as condições topográficas, mesmo se tratando daquelas que “vivem no centro da cidade”. Esta era a explicação comum, mas que se sustentava como científica, do porquê as famílias construía ou consolidavam coletivamente suas formas identitárias que emanava a “rudeza dos costumes”, entre elas a dança. Percebemos ainda que o articulista sugeriu que para combater esse problema, que poderíamos denominar por ‘dança rude’, bastava introduzir “uma phylarmonica e uma sala de dansa”, sinalizava a porta para a transformação das práticas culturais das “rudezas” para os bons costumes.

As filarmônicas eram grupos civis que iniciaram a sua organização através das irmandades religiosas, se apropriando de elementos das bandas militares ao configurar uniformes, selecionar instrumentos e repertórios. Logo se transformaram em instituições com sede registrada em cartório, estruturada hierarquicamente com diretoria, sóciose burocraticamente com seus estatutos. Geralmente tinham uma escola musical com banda que não se restringia ao ensino de instrumentos sonoros, mas a disciplinar os seus alunos padronizando valores estéticos e artísticos da música europeia. De acordo com a historiadora Melira Cazaes, no final da década de 1860 essas organizações musicais começaram a florescer pelas cidades do Recôncavo, Feira de Santana e na capital baiana. Embora fossem compostas em sua maioria por homens de cor, aquelas instituições musicais seguiam, de forma genuína, a tendência intelectual e filosófica da

cultura greco-romana a ponto de nomearem as suas filarmônicas com personagens mitológicos³¹³.

Abrimos um parêntese aqui para salientar como *O Monitor* queria deixar evidente a tentativa de fazer uma negociação que conciliasse a introdução dos exercícios corporais de alguma forma nas escolas. Mesmo sendo aliados do médico Pacífico Pereira que advogava pela escolarização da *gymnastica* com exercícios de orientação militar, ao requisitarem a introdução exclusiva da dança e da música também cediam aos interesses de alguns educadores e de alguns poucos parlamentares que as defendiam, dizendo:

“Com os professores que temos, e para os quaes é um crime os meninos divertirem-se, a gymnastica seria nova consumição. Ahi temos a natação, a equitação, que seriam de uso muito proveitoso na vida. Si os meninos não sahissem cedo das escolas, poder-se-hia ensinar-lhes o manejo das armas de fogo, que os habilitaria para os exercicios da caça, para a propria defeza e a defeza do paiz. (...) N’uma provincia, essencialmente agrícola como esta, as escolas deveriam ter todas o seu jardim, que n’algumas localidades poderia ser até bem extenso. (...) Si conseguimos ter nas aulas primarias a dansa e a musica, e si pudessemos dotal-as de jardins, os mestres estariam habilitados para dispensar os castigos barbaros e anachronicos, de que ainda usam. Além disto seria muito mais facil achar professores de dansa do que de gymnastica, e aquella não acharia da parte dos paes a repugnancia com que esta vae lutar”³¹⁴.

Neste mesmo artigo, a equipe editorial do jornal chegou a associar três propostas: a disciplina militar defendida pelo médico Pacífico Pereira ao cogitarem o ensino do “manejo das armas de fogo” para a caça e preparar os meninos para a “defeza própria e do paiz”; a criação de jardins para a atividade agrícola já que toda província, não somente a capital e as principais cidades, tinha na agricultura a principal atividade econômica; e a facilidade com que a dança tinha para formar professores e supostamente acelerar a educação dos sentidos no combate a “rudeza dos costumes”.

Não negamos que o redator de *O Monitor* não concordava apenas em mudar o quadro cultural civilizando as sociabilidades anônimas, mas também, os hábitos dos professores dentro da sala ao sugerir para “ter nas aulas primarias a dansa e a musica” e que essa possibilidade não ficasse restrita a escola primária, mas a formação de escolas

³¹³ CAZAES, Melira Elen Mascarenhas. *No ritmo do compasso, a melodia das filarmônicas em harmonia com o tempo: um estudo sobre a Lyra Ceciliana e a Minerva Cachoeirana (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014. p. 27 e 35. Agradeço a minha Orientadora Elciene Azevedo pela indicação da leitura.

³¹⁴ “A gymnastica nas escolas”. *Jornal O Monitor* de 20 de Fevereiro de 1881. p. 1. BPEB / Seção de Jornais Raros.

anexas para crianças mais jovens, ao aconselhar “si pudéssemos dotar-as de jardins” considerava que esse processo poderia subsidiar os professores a alterar os costumes mais facilmente já que atuaria nas crianças e também daria outras possibilidades de “dispensar os castigos bárbaros e anachronicos, de que ainda usam”³¹⁵.

A dissenção sobre a escolarização da música e da dança continuou naquele acirrado debate entre os educadores. O pedagogo Antonio Bahia, não se deu por satisfeito, e alguns meses depois, apresentou outro parecer técnico em caráter de réplica aos dois intelectuais que o contestaram. Desta vez, fundamentou-se nos preceitos da medicina higiênica para afirmar que a obra de Calkins cometia uma “falta sensível” contra-argumentando:

“A musica e o canto estão geralmente adoptados do ensino elementar; e sua influencia em nossa organização, como elemento educador do órgão auditivo, como medida hygienica para a voz e para os pulmões, como variante bem aceita nos recreios e mesmo durante os exercicios escolares, como modificador do caracter do individuo, faz indispensavel sua applicação no methodo natural”³¹⁶.

Antonio Bahia encerrou a sua réplica afirmando que o método apresentado na obra de Calkins mesmo sendo considerado “um guia dos *paes e mestres(sic)* no ensino das crianças pelo methodo intuitivo” deveria indicar formas de desenvolver e educar os sentidos a partir da própria realidade, desde pequeninos. Para melhor transformação da educação infantil em contraste aos hábitos domésticos, assim como o jornal *O Monitor*, também recomendou a “criação de Jardins de Infâncias”³¹⁷. Ao que parece, quando o pedagogo reivindicava a inclusão da música e do canto nas atividades escolares também encarava a observação da realidade dos seus alunos que ele próprio vivenciava como professor. Para além de alegar os benefícios higiênicos mais imediatos em relação à saúde do aprendiz, a música e o canto poderiam assumir a funcionalidade de “elemento educador e modificador do caracter do individuo” em geral.

³¹⁵ Ibid.

³¹⁶ “ANNEXO B – Lecções de cousas, trabalho do Dr. Ruy Barbosa – Parecer do professor de pedagogia da escola normal de homens, adoptado pela respectiva congregação”. Parecer apresentado por Antonio Bahia da Silva Araújo em 11 de setembro de 1881. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882*. Bahia: typographia do Diario da Bahia, 1882. pp. 344-350/550, p. 369. Fundo: Relatorios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16). BN – HD.

³¹⁷ Id. Ibid. p. 370-377.

O Diretor de Instrução Pública, Cônego D. Romualdo Seixas, estava envolto na insistência daquele problema que, de vez em quando, aparecia em diferentes temáticas relacionadas às questões pedagógicas.

Em pleno sábado de um 31 de dezembro de 1881, sem tréguas para um recesso mais prolongado depois das comemorações natalinas, recebeu dois relatórios que, supostamente, o faria adiar as celebrações para a passagem do ano que estava por vir. Tratava-se dos trabalhos das Comissões designadas por ele para fiscalizar as escolas públicas do “1º e 2º Districtos da Cidade do Salvador”³¹⁸. Em suas mãos, os dois resumos discriminavam o diagnóstico higiênico dos espaços escolares e, como observamos no nosso primeiro capítulo, os fiscais não deixaram de relatar outras questões consideradas por eles como pedagógicas ao sugerirem melhores condições de trabalho, salário mais digno aos professores e até que aquelas fiscalizações realizadas também fossem remuneradas.

Entretanto, o Cônego fazia a leitura de outras observações interessantes apresentadas pelos seus fiscais que reforçavam as análises do pedagogo Antonio Bahia. Durante o trânsito deles pelo centro da cidade à procura das casas, casebres ou casarões e os poucos edifícios que funcionavam como escolas³¹⁹, entrando nas vielas ou perambulando pelas ruas e travessas das freguesias que compunham o Primeiro Distrito (Sé, São Pedro, Santana, Vitória e Rua do Passo), mesmo a equipe se “dirigindo [somente] ás escholas publicas” advogaram que o ensino devia chegar a todos igualmente. Não apenas nas escolas públicas da capital, mas em cidades mais remotas.

E por ser o método intuitivo voltado para a observação da realidade concreta e vivenciada pelos alunos, afirmavam a necessidade de maior esforço das autoridades públicas e membros envolvidos diretamente na instrução pública para colocar a educação dos sentidos em prática. Por isso, contestavam a Reforma da Instrução que dava a capital e principais cidades da província o privilégio de aderir o novo método, mesmo que incompleto, em detrimento das cidades mais afastadas. Assim, aproveitaram para no relatório sabatinarem o Cônego:

³¹⁸ “*Documento do Anexo C – Relatório da Comissão Examinadora das escholas do 1º e 2º Districtos*”. p. 400/550. Fundo: Relatórios do Trabalho do Conselho Interino, Pasta do ano 1882, Edição 00002 (4), p. 392-401/550. BN – HD.

³¹⁹ Inferimos como as escolas funcionavam em condições anti-higiênicas mediante o nosso primeiro capítulo, quando cotejamos o estudo sobre a *educação physica* do médico Pacífico Pereira, os relatos do jornal O Monitor, a análise desta Comissão Examinadora do 1º Distrito e as “Memórias pedagógicas” com relatos dos alunos-mestres que pleiteavam a vaga para o provimento do cargo.

“Si os elementos de sciencias naturaes e as lecções de cousas são de utilidade no ensino das creanças que habitão as villas e cidades, porque devem ser negados áquelles que habitão simples arraiaes?

A instrucção não deve guiar pela circumstancia fortuita da localidade habitada pelos alumnos; deve sim, encaminhar-se pelas necessidades essenciaes a todos os espiritos, quaesquer que sejam as circumstancias accidentaes em que elles vivão.

Porque razão uma criança que habita uma cidade deve aprender mais do que aquella que vive em uma povoação?

Há porventura algum criterio, que auctorise a esperar-se mais d’aquelles que vivem em centros populosos, do que d’aquelles que residem em logares poucos povoados?

A necessidade de desenvolvimento das intelligencias será menor em uma localidade, do que em outra?”³²⁰.

Por esse motivo, chegaram à conclusão que além de expandir o método de ensino, devia applicá-lo plenamente, aconselhando:

“O legislador, tratando das escholas normaes, estabeleceu que, quando permittirem os cofres provinciaes, o ensino seja ampliado com musica vocal e instrumental, e gymnastica; entretanto, não estabeleceu disposição analoga em relação ás escholas primarias.

Parecia-nos, porém, que semelhantes materias só devião ser ensinadas nas escholas normaes, afim de que os mestres que n’ellas fossem graduados ensinassem-n’as por sua vez aos alumnos das escholas primarias”³²¹.

Porém, a experiência de visitarem e procurarem os estabelecimentos de ensino os levou a ponderar que não podiam seguir o mesmo roteiro da instrucção pública na Corte do Império e precisavam agilizar o processo. Contestaram a medida dos parlamentares e recomendaram ensinar primeiro aos futuros professores nas escolas normais, para somente depois dos alunos-mestres ingressarem nas escolas públicas iniciarem o processo de ensino da “musica vocal e instrumental, e gymnastica” às crianças de acordo com o método intuitivo.

Neste sentido, tomava coro à ideia de que não bastava depender apenas do ensino religioso na formação do caráter dos alunos. Também recomendaram a inclusão obrigatória da “gymnastica racional, que consiste em exercicios livres, combinados de maneira que todos os grupos de musculos funcionem harmonicamente”. Sobretudo, a “música e a gymnastica”, porque além de servirem pedagogicamente para “occupar a atenção dos alumnos durante as horas do recreio” também tinham o “poder” indispensável para transformar a realidade social.

³²⁰ “*Documento do Anexo C – Relatorio da Commissão Examinadora das escholas do 1º e 2º Districtos*”, p. 400/550. Fundo: Relatorios do Trabalho do Conselho Interino, Pasta do ano 1882, Edição 00002 (4), p. 392-401/550.BN – HD. p. 398.

³²¹Id. Ibid. p. 400/550.

“A musica é também de incontestavel vantagem para a educação, porquanto contribue poderosamente para suavisar os costumes e despertar no coração das creanças o sentimento do bello.
Porque rasão pois não foram admittidos nas escholas primarias esses dous grandes elementos de educação?”³²².

Ainda complementariam dizendo: “poderíamos adicionar-lhes a dança” porque juntamente com a “musica e gymnastica” funcionariam como alternativa para constituir “um meio de sociabilidade”³²³. A questão era criar condições concretas que pudessem ser diferentes do cotidiano das crianças para “educá-las” nas escolas para “suavisar os costumes” que eram vivenciados. Embora tratassem da intensa necessidade de escolarizar a *gymnastica* e, principalmente, a música vocal e instrumental e a dança, os fiscais do Cônego não esmiuçaram com mais pormenores o que de fato presenciaram das manifestações do povo durante as suas diligências. Mas, de qualquer forma, sempre enfatizavam a importância de escolarizá-las de modo célere.

A exceção dos redatores de *O Monitor* que preconizaram a escolarização da dança para facilitar a introdução, mesmo que parcial, da *gymnastica*, também a enfatizaram, com elucidade, por repudiar o modo que o povo em seus costumes se apropriava da dança. Chegaram a sugerir a introdução de uma filarmônica e uma sala de dança como condição necessária para o povo que vivia na “rudeza dos costumes”. Os fiscais do Diretor Romualdo Seixas, julgaram necessária a música e dança porque almejavam “suavisar os costumes” e “despertar no coração das creanças o sentimento do bello”.

Nessa perspectiva, compreendemos que o modo que a cultura popular combinava melodia harmônica e expressões corporais eram depreciadas ou reprovadas por aqueles letrados.

Restringindo-nos as análises das nossas fontes, observamos que quando Antonio Bahia, os fiscais da comissão e a imprensa se preocupavam com a escolarização da música, canto e dança para “suavizar os costumes”, ou, como “modificador do caráter”, ou ainda, para alterar a “rudeza dos costumes”, sem dar definições tecnicamente artísticas sobre aquelas modalidades, entendemos que as sugeriram porque queriam tornar a educação dos sentidos mais eficiente e a música e a dança, estrategicamente, estavam situados no lugar de mudança social que almejavam. No caso da imprensa devemos levar em consideração que ela também era categórica em fortalecer a

³²²Id. Ibid.

³²³Id. Ibid.

escolarização do ensino da religião católica. Tudo indica que, partindo para a raiz dos costumes populares como uma estratégia de combate a religiosidade africana que conduzia na sua liturgia outras formas de pertencimentos bastante enraizados naquela cultura.

Essa questão envolvendo a marginalização da cultura popular decorreu com bastante força política deslizando para a discriminação racial durante a Bahia oitocentista. Perseguição e resistência circulavam constantemente quando se tratava das sociabilidades anônimas com manifestações de africanidades embutidas nos rituais religiosos, celebrações e festejos com músicas e danças que reunia escravos, livres, libertos e simpatizantes. O antropólogo Luís Nicolau Parés nos permitiu entender que desde a década de 1860 as reuniões que congregavam escravos eram proibidas por Lei na Bahia através dos códigos de posturas. Já os libertos e livres tinham que pagar por uma licença na polícia para poderem realizar suas celebrações. Porém, mesmo com a solicitação da licença, sofriam duras repressões. Por sua vez, o antropólogo possibilitou captar de forma conjunta vestígios da cultura corporal de raízes africanas e da discriminação racial encenada na censura religiosa. Ressaltamos que as festas estavam intrinsicamente ligadas à liturgia africana cuja transmissão cultural envolvia toda comunidade, sem restrições a faixa etária, com danças ao som que ecoava de vozes e instrumentos percussivos, os famosos batuques³²⁴.

Esta permanência da caçada através de leis coercitivas que criminalizavam práticas da cultura popular, justificada pela necessidade em civilizar, também foi descortinada por João José Reis, que, ao construir a biografia do sacerdote africano Domingos Sodré, revelou como nas últimas décadas do período oitocentista a cultura africana com os batuques, o candomblé, e outras práticas corporais marginalizadas como a capoeira, ainda eram vistos com maus olhos por políticos e grande parcela da sociedade, resistindo às perseguições que continuavam com o aval de políticas

³²⁴ Entendemos que fosse comum a participação de toda a comunidade nas danças dos rituais independente da faixa etária, o que indica o envolvimento corrente de crianças nos momentos dançantes. Parés ao analisar o candomblé de nação *mussurumi*, em Cachoeira, por cultivar os eguns, a dança exigia que carregassem caixões sobre as cabeças, mediante tal perigo, somente os adultos podiam participar efetivamente daquela dança. p. 180. Vale lembrar que embora o antropólogo trate do processo de institucionalização do Candomblé de nação Jeje adverte que aquela estrutura eclesial não tinha uma identidade rígida porque mesmo persistindo na manutenção de seus valores censurados também confluíam práticas de diversos povos africanos. De modo que, instrumentalizou-se com a interação, complementação, reelaboração e criação de outros valores ancestrais que através da religiosidade e outras práticas culturais seriam perpassados no cotidiano. PARÉS, Luís Nicolau. “O Bogum e a roça de cima: a história paralela de dois terreiros jejes na segunda metade do século XIX”. In.: PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2006. p. 169-204.

normativas de repressão. Mesmo a polícia oscilando entre a permissividade e intolerância, ela estava determinada por lei a reprimir essas manifestações que reconstruíam ou reforçavam as africanidades³²⁵.

É nessa ligeira contextualização histórica citada por meio das análises de Parés e Reis, somada a abordagem panorâmica sobre o método intuitivo na discussão higiênica que envolveu educadores, médicos, religiosos e a imprensa que entenderemos como e porque a música e a dança eram apontadas e defendidas como substitutivos da *gymnastica* plena.

Embora a instrução pública canalizasse suas forças na educação dos sentidos pelo viés religioso, parece que essa ideia de ensinar música e dança conjuntamente às crianças e professores, despertou o interesse do Cônego Romualdo Seixas em investir junto aos políticos na implantação dos tão discutidos Jardins de Infância na educação popular.

Portanto, uma semana depois de discursar na “Sessão solemne de instalação da Associação Protectora da Infancia Desvalida”, o Diretor da Instrução Pública resolveu enviar uma missiva datada em 18 de outubro de 1881 para a professora de pedagogia, Izabel Gonsalves da Silva Araujo. Ele assumiu esse interesse escolhendo três lugares que consideramos estratégicos entre as freguesias do primeiro distrito, a mesma que esteve entre os olhares dos fiscais no episódio do “suavisar os costumes”. E ainda, solicitou-a uma espécie de projeto pedagógico ao escrever:

“Parecendo-me que é tempo de acclimar entre nós a instituição dos jardins de infancia, que tão bellos fructos têm produzido em outros paizes, e tencionando solicitar da Assembléa Legislativa Provincial a criação de tres d’esses jardins, nas freguezias da Sé, de S. Pedro e de Sant’Anna, sirva-se V. S. de remetter-me, até meiado do mez vindouro, um trabalho pedagogico contendo as bases sobre as quaes devem ser elles organisados”³²⁶.

A resposta da pedagoga não respeitou o prazo estipulado, somente chegou por correspondência depois da entrega dos relatórios de fiscalização daquela Comissão Examinadora, em 28 de janeiro de 1882. No transcurso das entrelinhas, Izabel Araújo

³²⁵ REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. p. 23-27.

³²⁶ “Correspondencia da Directoria Geral da Instrução Publica da Bahia a Izabel Gonsalves da Silva Araujo, em 18 de Outubro de 1881”. Sessão solemne de instalação da Associação Protectora da Infancia Desvalida. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882*. Bahia: typographia do Diário da Bahia, 1882. pp. 279-286/550.p. 279. Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16). BN – HD. Cabe lembrar que a professora Izabel Gonsalves também acumulou durante a década de 1880 os cargos de professora de prendas domésticas como substituta e Diretora da Escola Normal do sexo feminino.

mostrou ter ciência das informações contidas naqueles relatórios e concordava que os jardins deviam seguir o modelo higiênico em toda sua plenitude. Também orientava que a faixa etária da matrícula “deverá ser dos 2 aos 4 anos” e “nenhuma criança continuará no jardim tendo completado 6 anos”. Exigia-se que fosse “vacinada” e não sofresse de nenhuma “molestia contagiosa”. De um modo geral, a pedagoga ratificava que a sua proposta assumia executorialmente a educação dos sentidos com as ações “pedagógica, científica e musical”³²⁷.

Quando tratou dos exercícios corporais deixou claro que a função era aplicar “exercícios gymnásticos e jogos que adestrem e desenvolvam as crianças” disciplinando-as a usarem “seus vestidos modestos e rigorosamente aceitados” com a carga horária diária “a partir das 9 horas da manhã às 4 da tarde” com “uma conveniente distribuição do tempo indicará o modo por que se devem suceder os jogos e exercícios das diferentes categorias, isto é, os jogos de movimento, os de repouso, os cantos, etc.”³²⁸.

Embora elogiasse o programa da pedagoga Romualdo Seixas respondeu com uma carta datada em 16 de fevereiro de 1882, agradecendo-a ao programa elaborado, mas advertiu dizendo que “não basta, porém, abrir os Jardins: é necessário preparar mestras que estejam no caso de dirigir-os com proficiência”. Sugeriu-a que pensasse na possibilidade de introduzir nas escolas normais

“uma escola primária, uma sala de asylo, onde ellas [as professoras] aprendão a conhecer a infancia, a amala e a apreciar-lhe as tendencias e as necessidades”³²⁹.

Desta forma, acreditava que as professoras saíssem mais qualificadas em todos os aspectos pedagógicos e higiênicos para atender mais imediatamente as necessidades daquele projeto com condições de pontuar os problemas mais críticos para que o programa escolar fosse mais eficaz.

A exceção das escolas primárias que passaram a funcionar no térreo dos prédios das escolas normais³³⁰, não encontramos respostas e interesses dos legisladores sobre a educação popular especificamente nos jardins da infância. Já o posicionamento por parte do Cônego quanto a questão dos elementos rítmicos e corporais que compunham a

³²⁷ “Correspondência de Izabel Gonsalves da Silva Araujo a Directoria Geral da Instrução Publica da Bahia de 28 de Janeiro de 1882”. Ibid. p. 281.

³²⁸ Id. Ibid.

³²⁹ “Correspondência da Directoria Geral da Instrução Publica da Bahia a Izabel Gonsalves da Silva Araujo, em 16 de Fevereiro de 1881”. Ibid. p. 283.

³³⁰ Vistoria feita pelo médico Umbelino Marques veja em MARQUES, Umbelino “*Hygiene Pedagógica*”. p. 8.

pretendida escolarização da música, da dança e do canto, também foi lembrado pelo médico Umbelino Marques, ao corroborar que D. Romualdo Seixas persistiu recorrendo as autoridades públicas para escolarizar “o ensino desenvolvidíssimo do *desenho*, da *musica* e da *gymnastica(sic)*”³³¹. Nesse sentido, entendemos que as críticas da imprensa, médicos e educadores convenceram o Diretor da Instrução Pública a qualificar o ensino religioso na reforma da instrução pública.

Ao tratarmos da música e da dança como práticas corporais ficamos reduzidos a análises dos jornais e aos vestígios citados anteriormente nos pareceres dos professores pedagogistas. Não encontramos os programas escolares das matérias de música e dança instituído no ensino público do contexto. Contudo, a maneira peculiar como o povo, envolvido na “rudeza dos costumes” ou que, no olhar das classes dirigentes, precisavam “suavizar os costumes”, exprimia os seus elementos sonoros e manifestavam as suas formas não consideradas técnicas pela Comissão Examinadora em combinar melodia, ritmo, harmonia, ou seja, a musicalidade, além dos movimentos corporais com a gestualidade e expressividade peculiares, nos orienta a problematizá-las como uma cultura que não se enquadrava no “sentimento do bello” pretendido naquele projeto pedagógico.

Não nos sentimos qualificados para arriscar uma avaliação compatível aos musicólogos que, de forma técnica e sobeja, se debruçam para estudar a história e os aspectos teóricos mais pertinentes da estética e notação ocidental da música como a harmonia, o ritmo, a melodia, o timbre, a cadência, a tonalidade, o repertório, as técnicas de execução e afinação. Além da linguagem corporal que exige outra avaliação artística cuja técnica exige bastante sensibilidade e coerência.

Mesmo assim, alguns questionamentos são importantes para desdobrarmos este problema e darmos mais consistência a nossa análise. Além do argumento da qualificação do ensino de religião, por que houve tanto interesse por parte dos letrados na escolarização da música, da dança e do canto não somente na capital, mas em todas as cidades da província? O que a cultura popular produzia enquanto saberes sonoros e estéticos do corpo, ou coreográficos, para que houvesse cobranças para a instrução pública se comprometer com a escolarização dos elementos derivados da música?

A partir de então, analisaremos as denúncias e sátiras dos articulistas e debates parlamentares quanto a repressão às expressões das ruas que exprimiam suas formas

³³¹ Id. Ibid.

singulares de musicalidade e estética corporal. Notaremos que durante a década de 1880 permaneciam sendo apontadas como riscos a moral, a saúde e aos bons costumes.

Cotejaremos os usos dos sentidos entre a cultura popular e a cultura letrada para compreendermos que ambas faziam parte de um jogo social cuja arena da educação dos sentidos apresentava disputas ou colisões que desembocava de formas diferentes na “faculdade da observação” entre a ação concreta e consciente dos populares contra as teorias abstratas dos reformistas da instrução pública.

3.2 – o “divertimento proibido” e a guerrilha cultural: a força social da musicalidade e cultura corporal marginalizada.

Quanto as notícias da imprensa sobre a forma que o povo se congregava, os supostos transtornos provocados por sua musicalidade, as suas redes de solidariedades e resistência a coerção dos representantes da lei, a *Gazeta da Bahia* de 13 de janeiro de 1883 trazia uma notícia de capa enviada pelo Editorial da União de Santo Amaro, cidade do Recôncavo da Bahia, para ser difundida para todas as cidades importantes da província, intitulada “A policia e o policiamento de Santo Amaro”³³². O objetivo da matéria era contestar como o destacamento policial daquela cidade se envolvia em escândalos entre desmandos e abusos de autoridade, ameaçando a vida das pessoas com abordagens arbitrárias. Mas a principal motivação do artigo era transparecer o conluio daqueles agentes da segurança com as condutas censuradas, consideradas espúrias e submersas nas transgressões morais. Em resumo, o envolvimento inadmissível da polícia como crime: que a fonte define como samba. Isto porque, ao invés de agirem sobre as exigências da lei e reprimirem a todos os frequentadores com a prisão, acabaram entrando literalmente na roda em busca de uma animação noturna:

“A noite d’esse mesmo dia, 31 de dezembro, fazia-se um samba em certo caes; bateram na porta, e entraram tres soldados, um dos quaes estava a paizano; dos outros, um, formalmente fardado, trazia um cavaquinho tocando.

O divertimento foi perdendo o calor com a chegada dos recémchegados; elles agravaram-se e, por isso, entenderam de fechar a porta e prohibir a sahida dos que se quizeram retirar.

Muito bem! a força publica, que prende nas enxovias por motivos de samba, prendendo nas casas dos seus legitimos moradores, estes e os seus amigos por não quererem continuar no divertimento prohibido.

³³²“A policia e o policiamento de Santo Amaro”. Jornal *Gazeta da Bahia*, 13 de janeiro de 1883.p. 1.BPEB / Seção de Jornais Raros.

Mas as pessoas que ali estavam, não se querendo subordinar as exigências imorais e arbitrárias do soldado provocador, entenderam de fazê-lo retirar por força e o fizeram. Arrendaram-no da porta contra a qual ele se colocara para obstar a saída, e a luta começou.

Não era portanto aquele soldado de polícia um guarda da paz e da ordem, era um [...] desordeiro que invadia a casa de um indivíduo para abusando da farda do governo que honra, obrigá-lo ao que ele não quizesse fazer.

(...) Travou-se o combate, feriram-se mutuamente soldados e paizanos.

Foram presos alguns paisanos dos quais nem um esteve presente na luta – uns transitavam nas ruas quando foram presos”³³³.

O restante do texto afirmava que o alvoroço representou uma cena de barbárie da qual o “pugilato” tomou proporções de grandes magnitudes. Nas entrelinhas acima, observa-se que havia motivos suficientes para que os que frequentavam aquele divertimento recebessem as autoridades da lei com desconfianças. Aquela casa junta ao cais era um local onde todos se congregavam escondidos já que a “força pública” em uma caçada impiedosa “prendia nas enxovias”, ou seja, nos lugares mais subterrâneos e recônditos a procura do “divertimento proibido”. Obviamente, os moradores e frequentadores da casa, ao verem três representantes da lei, procuraram evadir do local, para escapar de uma suposta prisão. O que não podiam esperar é que seriam ameaçados pelo motivo oposto, o de não dar prosseguimento à diversão que cabia aos recém-chegados proibir, contrariando assim a expectativa dos soldados, que chegaram animados de cavaquinho à mão ansiosos pela festa, em uma demonstração clara de que havia intimidade com aquele universo cultural.

O policial ao tocar o instrumento parece que queria fazer do cavaquinho uma espécie de chave, ou ainda, uma bandeira branca de um soldado que a levanta em busca de uma rendição ou trégua durante uma guerrilha, mas esse ato não adiantou porque houve uma repulsa coletiva. Rejeitados, mesmo exigindo que todos permanecessem a contragosto, resolveram por a lei em cumprimento. Tarde demais para os representantes da lei, uma vez que os locais encararam o conflito esmurrando os agentes da repressão. Entendemos que aquele revide se tratava de uma luta muito maior do que terem o seu recinto invadido, a batalha alvoroçada significava a resistência às arbitrariedades policiais em relação às identidades que suspiravam no recôndito daquele cais.

De acordo com o jornalista, o confronto gerou uma grande perturbação da ordem pública, a confluência envolveu até pessoas que passavam pelo local, que não estavam necessariamente no recinto ou que somente transitavam pela orla. Mas, alguns por considerarem tamanha afronta resolveram por em prática uma estratégia improvisada de

³³³ Ibid.

aliança, porque compraram a briga e uniram-se aos frequentadores do “divertimento proibido” contra os soldados.

Daquele combate o saldo foi negativo para ambos os lados porque “feriram-se mutuamente soldados e paizanos” e até mesmo os curiosos que não se envolveram diretamente, ou ainda, aqueles transeuntes que pararam para olhar e não interferiram, acabaram caindo na malha fina dos representantes desvirtuados da lei, que depois da chegada do reforço policial, resolveram colocar em prática as suas obrigações e “foram presos alguns paizanos dos quaes nem um esteve presente na lucta – uns transitavam nas ruas quando foram presos”³³⁴.

É legítimo que a busca em promover a escolarização da música, dança e canto era uma iniciativa que buscava combater esse tipo de divertimento reprimido durante aquele contexto do século XIX e início do XX. Essa questão estabelece conexão com o que o historiador e educador físico Luís Vitor Castro Júnior analisa sobre o estudo do “corpo” a partir das “festas e lazeres populares”. De acordo com Castro Júnior, essa temática permite abordar circunstâncias da história social no qual os “saberes subalternos” conscientes surgem como agentes de “conflito e consenso, de aliança e rebeldia, singular e plural da cultura baiana”³³⁵. A luta corporal não fica restrita a batalha alvoroçada narrada acima quando demonstramos os resultados do confronto daquele pugilato na cidade de Santo Amaro. Mas também, a forma estética e plástica que a linguagem corporal se contrapõe aos valores morais ou hegemônicos de um determinado contexto histórico.

Nessa perspectiva, recorremos para outros vestígios que comprovassem quais os elementos coreográficos daquela musicalidade criminalizada e preocupante que tirava o sono de articulistas, pedagogistas, religiosos, parlamentares e autoridades policiais, porque transmitia as suas heranças ao mesmo tempo em que produzia signos conscientes de resistência a moral e ordem social do discurso higiênico.

Foi na edição de abril de 1881, que o Periódico Liberal *O Satanaz Illustrado*, da cidade de Cachoeira, ali mesmo no Recôncavo, vizinha a Santo Amaro, apresentou os elementos cênicos que metaforizavam o “divertimento proibido”. Não se tratava de um

³³⁴ Ibid.

³³⁵ CASTRO JÚNIOR, Luís Vitor. Contextualizando e rastreando o tangível na pesquisa festa e corpo. In.: CASTRO JÚNIOR, Luís Vitor (org.) *Festa e corpo: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas*. Salvador: EDUFBA, 2014. pp. 15-33. p. 16-17. Agradeço ao próprio professor Luís Vitor, além da querida Adriana Priscilla Costa Cavalcanti e do Camarada Cales Alves da Costa Júnior que em nome do Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão Artes do Corpo (GEPAC/UEFS), me presentearam com o livro citado, indicaram leituras e foram generosos dispensando toda atenção.

fato real, mas de um enredo fictício e crítico para ridicularizar em sátira doze servidores que ocupavam o cargo de “agentes do gado” naquela cidade.

A equipe editorial apresentava na seção “Gargalhadas do Satanaz” uma composição intitulada por “Chula oferecida aos agentes do gado”. A palavra “chula”, para a cultura letrada exprimia a ideia da “zombaria por brinco”³³⁶, ou seja, a chula enquanto musicalidade era caracterizada por composições que tinham em si a provocação, o deboche e a diversão. Essas características integravam aquele estilo musical tanto nas ações e gestos de quem dançava como nas verbalizações e pronúncias das rimas ou improvisos quando cantadas.

No entanto, a zombaria do articulista-compositor não foi oralizada pelo canto, mas tipografada em versos que respeitavam a métrica e a rima das orações que agrupavam as estrofes. Subsequentemente, estrofe por estrofe, foram encaixados os personagens em ações consideradas pejorativas: as práticas de musicalidade e estética corporal da matriz africana.

O articulista-compositor abriu a sua crítica na primeira estrofe justificando que “Hoje pretendo cantar”, mas, fazia isso se limitando somente “Com penna papel e tinta”, o suficiente para elaborar rimas e configurar agrupamentos de versos para declarar que “Delles [os agentes] me hei de vingar”:

Um batuque eu vou formar
Dentro do curral dos bois,
São os agentes que dansam
Pegadinhos, dois a dois.

(...)

Depois de bem reboarem,
Ao som de prato e pandeiro,
Vão dar suas umbigadas,
No Gordilho e Cafeseiro.

De pincenez ao nariz,
Sae Cafeseiro dansando,
E o Gordilho na roda
As palminhas vão batendo.

Faz mais volta, penera...
Estala o sapateado,
Desperta toda atenção
Das creoulas do mercado.

Gordilho sacode os quartos,
Visto como não é sonso;

³³⁶ Veja os verbetes: Chula, Chular, Chularia, Chulice, Chulista e Chulo em PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira*, 1775-1869. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. p. s/n.

E vai dar uma umbigada,
Nas cadeias do Ildefonso.

Abaixa no chão, penera...
Depois faz um miudinho,
Raspa o pe, estende em baixo
Tranquillino o bonequinho.

Sae Tranquillino sambando,
Vestido de Arlequim,
Dá pulos, faz taes momices,
Que fica todo um saguim.

Chegando-se Ribeirinho
Se agarra n'ele sambando,
E vão juntos ao Paixão,
Que está na roda cantando.

(...)

O Totonho e Zé Jacintho,
Tocam tabaque e canzá,
Esperando sua vez
Pr'a dansar com yayá.

O Costa e o Zé Pereira
Ficarão para entre-mez:
Mas depois, n'um doce enleio,
Dansou tudo de uma vez.

Os africanos notando
A Costa pr'a qui mudada,
Entram no meio pulando
Cantando n'esta toada:

Quando eu vim de Guiné,
Como um toquinho de páo,
Cabeça chata, nari borachado
Toando mingáu, isso é máo!³³⁷

Percebemos que como chacota, os nomes e até o uso de apelidos dos agentes foram introduzidos em atitudes e práticas coreográficas cujas expressividades daquele universo cultural eram caçadas pelo articulista-compositor que de início declarava tratar de um “batuque”, mas depois generalizou descrevendo mesclas de rituais do Candomblé e aquele encontrado nas rodas de sambas.

Apesar de toda galhofa e as variedades de discriminações suscitadas pelo *O Satanaz Ilustrado*, a depreciação do articulista na elaboração daquele enredo fictício

³³⁷ “Chula oferecida aos agentes do gado” – Seção Gargalhadas do Satanaz”. *O Satanaz Ilustrado*, anno I, n. 7 e 8. pp. 1-7, abril de 1881. p. 7. UFBA / Seção Microfilmes. Agradeço a minha querida amiga Eneida Virginia Oliveira e ao Camarada Rafael Rosa que me apresentaram com um CD-ROM contendo os jornais microfilmados do qual encontrei esta referência.

nos permitiu uma riqueza de detalhes que, até parece, que o mesmo frequentava aquelas sociabilidades anônimas por apresentar tantas minúcias.

De um modo geral, a plasticidade dos movimentos corporais individuais e coletivos que afrontavam a moral e a ordem pública foi assim metaforizada: a dança individual, marcada por passos “miudinhos” onde as pessoas “batiam os pés e trocavam a perna”, “raspavam o pé” e se “abaixavam ao chão” a “rebolirem” até a expressividade corporal se assemelhar com a forma de “penerar”, cremos que esse bailado era mais uma maneira de se referenciar ao ato de se “agachar sacodindo os quartos”. De certo, durante aquela manifestação cênica, os que cercavam a roda também dançavam e tocavam esperando a sua vez para entrar na roda³³⁸.

Uma vez dentro da roda, aparecia em cena a dança acompanhada por pares “pegadinhos” formados pelos participantes, com os mesmos passos feitos quando individualmente, mas ritmados no corpo a corpo dos pares que também davam-se “umbigadas nas cinturas e quadris”. Enquanto aqueles que estavam em volta do par, ou pares, produziam a musicalidade através do uso de “pratos”, “pandeiros” e nas “palminhas” das mãos. Entretanto, como notamos naquelas estrofes, não eram descartados os usos de outros instrumentos comuns em terreiros e rituais litúrgicos da religiosidade africana como o atabaque e o canzá³³⁹. Assim como, o cavaquinho que anteriormente detectamos com o policial de Santo Amaro e até outros instrumentos de cordas que mencionaremos adiante.

Quando os personagens “Totonho e Zé Jacintho” são mencionados no enredo tocando “atabaque e canzá” sugere que naquela sociabilidade envolvia mulheres porque eles assumiram os instrumentos enquanto estavam “esperando sua vez, Pr’a dansar com yayá”. Neste caso, “yayá”, termo equivalente ao substantivo feminino utilizado na comunicação oral dos populares para se referir com meiguice as mulheres, suscita na sátira o que estava implicitamente camuflado: as mulheres como parte integrante daquele universo enquanto protagonistas da estética e plasticidade corporal.

Diferente das suas sinhazinhas postas em reserva no ambiente doméstico, Ferreira Filho ao analisar um período um pouco posterior, a década de 1890 e o começo do século XX, afirmou que as mulheres das ruas faziam da sua figura feminina um realce nos sambas por causa da “erotização” dos seus movimentos sinuosos e

³³⁸ Ibid.

³³⁹ Ibid.

flexíveis acentuados no vaivém das “nádegas, cinturas e ventre”³⁴⁰. A coreografia era sedutora, o bailado fluía de modo provocante para o gênero masculino, e porque não para demais apreciadores, cuja plasticidade do belo sexo se compunha de expressões e gestos que apimentavam ou afloravam o imaginário sexual para o deleite dos seus admiradores. Rompendo de forma contundente com os valores morais e da religião oficial de outrora³⁴¹.

Retomando as “Gargalhadas do Satanaz”, além de todos os preconceitos esboçados naquela chula a discriminação racial alimentava o sarcasmo do articulista-compositor que ainda fez questão de generalizar a procedência dos africanos. No seu enredo, a mescla entre samba e batuque confundia os africanos que pensavam que estavam na própria África a ponto de dizer que eles faziam daquela festa um momento de transferência da “Costa pr’a qui mudada”. Quando se referiu a origem e grau de parentesco daqueles povos banalizou a heterogeneidade cultural dando as identidades coletivas da “Costa e Guiné” uma homogeneização semântica ao corresponder toda cultura africana existente na cidade de forma exclusiva àqueles povos³⁴².

Ao enfatizar que os servidores do gado também estavam acompanhados daqueles africanos, parece que queria deixar em evidência que era um demérito andar na companhia dos negros com tal procedência³⁴³. O que resultava em assegurar a degradação daquela cultura musical e corporal por sua dimensão comunitária, principalmente quando os africanos foram descritos como especialistas daquela “Toada” que, com muita familiaridade, invadiam o terreiro e entravam “pulando e cantando”.

Pular é uma ação cênica que sugerimos interpretar aqui com desconfianças, vista como uma maneira de se aludir individualmente ao “macaco” e coletivamente a uma “macacada”, já que em uma estrofe anterior o personagem “Tranquillino” foi

³⁴⁰ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas...”.

³⁴¹ Segundo Ferreira Filhoa vida nas ruas era um palco para os excluídos. As mulheres e os escravos se destacavam porque ao procurarem caminhos que possibilitavam a liberdade circularam hábitos e valores que consolidaram a cultura popular. Id. Ibid. p. 250.

³⁴² Embora a nossa fonte seja preconceituosa ao generalizar as africanidades aos povos da Costa e Guiné, e também, metaforizadas na mescla entre samba e batuque, quando analisou o Candomblé Jeje Luís Parés considerou as diferenças entre as identidades “metaétnica” e “internas” dos africanos. A “metaétnica” é aquela quando ocorria uma denominação atribuída pelos escravizadores a grupos étnicos africanos heterogêneos, mas com traços linguísticos e culturais próximos cuja generalização daquelas identidades coletivas eram aceitas pelos africanos porque permitia a inclusão e operacionalidade de sobrevivência na sociedade escravocrata. As identidades “internas” são aquelas que os próprios africanos se distinguiam culturalmente entre si ao preservarem ou captarem as formas de pertencimentos singulares. PARÉS, Luís Nicolau. “A formação do Candomblé...” p. 23-29.

³⁴³ No seu primeiro capítulo Jefferson Bacular se refere como os africanos sofriam no pós-abolição mais perseguição em comparação a outros negros a ponto de cometerem suicídios. BACELAR, Jefferson. “A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador”. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

mencionado por sua vestimenta de “Arlequim”, ou seja, vestido em cores vivas e diversificadas como um palhaço que “sambando, dá pulos, faz taes momices”. A ideia era naturalizar na cultura corporal oriunda das rodas de sambas e batuques que existiam manifestações fisionômicas com trejeitos e caretas singulares que faziam os seus adeptos parecerem um macaco “saguim”, já que o próprio Tranquillino conseguia reproduzir aquela plasticidade coreográfica com tanta originalidade.

As “Gargalhadas do Satanaz” se prolongavam e grassavam a discriminação racial acentuando um tom de estardalhaço quando o articulista-compositor com o hábil manejo da “penna, papel e tinta” terminou a sua chula tracejando em letras e rimas outro desenho fisionômico para se aludir como eram os personagens africanos que se reuniam nas rodas de sambas e batuques: desembarcavam nos portos da Bahia ainda pequeninos como “um toquinho de pão”. Não se contentando em inferiorizá-los por serem africanos natos, a rima quis transparecer que mesmo vivendo por tanto tempo em nossa pátria eles carregavam a mácula das diferenças biológicas das raças porque tinham a “Cabeça chata” e o “nari[z] bor[r]achado”. Acreditamos que o articulista ao escrever estas palavras, e as encontradas nos versos anteriores e posteriores faltando letras, colocou-as propositalmente para tentar se aproximar do sotaque ou da dificuldade que a cultura popular, e os próprios africanos, tinham em pronunciar palavras consideradas pelo articulista-compositor tão simples na linguagem formal do idioma português. Mas, ao destacar a parte superior da extremidade do corpo humano daqueles africanos, “cabeça e o nariz”, parece que queria afirmar que estava fora, portanto, dos padrões antropométricos das circunvoluções cranianas da almejada perfectibilidade humana, ou seja, sem inteligência suficiente só restava a eles serem exímios to[m]adores de “mingáu”. E isto a contragosto, porque se queixavam no final exclamando: “isso é máo!”.

Assumimos, mais uma vez, que recorremos a chula satirizada das “Gargalhadas do Satanaz” porque havia uma preocupação com o ensino da música e os seus elementos derivativos em práticas corporais por toda a Província. Também, porque procurando jornais de Salvador não captamos riquezas tão descritivas da musicalidade das ruas e a cultura corporal que foram dignas dos fiscais convencerem o Cônego a indicar a música e a dança para toda a província e não somente as principais cidades e, também, as ressalvas feitas pelos articulistas de *O Monitor*. Porém, limitamos nossa interpretação ao cotejar o samba de Cachoeira com aquele de Santo Amaro e os notificados por notícias policiais em Salvador. Por isso não podemos afirmar

plenamente que o universo cultural fosse configurado com as mesmas características sonoras e de linguagem corporal narradas na ficção de “O Satanaz Ilustrado”. Mas sim, foram dignas de considerações porque apresentavam gestualidades que não agradavam o cordão umbilical da ordem social: o catolicismo, os legisladores e o discurso higiênico, sendo ele médico ou pedagógico. E, poderíamos elencar também a segurança pública, mas lembremos de que os seus principais censores deslizavam para a roda.

Assim, percebemos que durante a década de 1880 diferentes jornais apelavam publicando artigos, cada um da sua maneira, abordando a estrutura rítmica vinda das ruas, em comum, depreciavam o processo instrumental de sonoridade e de movimento corporal. Geralmente utilizavam como critério de avaliação o contraste com a harmonia melódica da música tradicional e a forma de reunião e comportamento que os saraus e salões elegantes frequentados pelas camadas médias urbanas exigiam. Não criticavam apenas as práticas culturais populares, celebrações e festejos que tivessem associação direta com a religiosidade africana, mas aquelas que propunham uma diferença melódica e rítmica criativa que resistiam à moralização, entre elas, destacava-se a força social do samba.

Ora, até aqui, definir o que os articulistas entendiam por “samba” pode ser uma resposta complexa. Mas, os vestígios que foram narrados ou deformados pelos interlocutores, tanto ojerizava as formas de execução sonora e a estética dos movimentos corporais, como generalizava aquele “divertimento proibido” com outras práticas das tradições africanas³⁴⁴. Por usarem a palavra divertimento, os articulistas até concordavam em categorizá-lo como um entretenimento. Porém, o ajuntamento de seus frequentadores, a população de cor, somados aos saberes sonoros e estéticos do corpo foram narrados como uma ameaça vil a ordem pública, a moral e os preceitos higiênicos. Ao analisar a história da viola e outros instrumentos de cordas nos sambas do Recôncavo o músico Cássio Lima afirmou que a palavra “samba” carregava em si valores considerados pejorativos. A sua semântica estava particularizada à

³⁴⁴ O historiador Leonardo Pereira ao analisar vida e obra do cronista Francisco Guimarães, personagem envolvido nas práticas recreativas, associativas e religiosas de trabalhadores negros do Rio de Janeiro, ressalta que o jornalista ratifica na sua obra “*Na Roda do Samba*”, publicada em 1933, que o processo de formação rítmica do samba há uma contribuição da cultura africana. Porém, a musicalidade concentrada no samba se diferenciou de outros ritmos africanos como o “cateretê, batuque e jongo” porque passou pelo processo de “civilização”, palavra usada pelo próprio Guimarães para se referir as mesclas e cruzamentos com outras tradições nacionais. Devido esse processo, classificou o gênero musical como um “ritmo mestiço”. Veja em PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 35, 69, pp. 13-33, 2015. p. 14-17. Agradeço a minha orientadora Elciene Azevedo por compartilhar a Revista em minha página na rede social.

marginalidade de cultos e folguedos de negros forros e escravos, costumes vistos com intolerância pela Igreja. O musicólogo baiano é categórico ao dizer que o termo “samba” somente teve o seu deslocamento da marginalidade para uma categoria ou qualificação sonora durante o processo nacionalista de 1930³⁴⁵.

Retornando a Salvador, encontramos apenas os anúncios dos jornais que traziam breves notas daquelas sociabilidades anônimas geralmente fazendo a linha policialesca apresentando uma lista com os nomes ou apelidos daqueles que tão entretidos no divertimento não escaparam das incursões do policiamento. Esses eram noticiados como “desordeiros”. Geralmente residiam no primeiro distrito, local que coincidentemente os fiscais averiguaram o funcionamento das escolas e enfatizaram a necessidade da escolarização da música para “suavizar os costumes”; nos anúncios, os “desordeiros” foram todos recolhidos às prisões. Mesmo assim, nem sempre estava tudo sob o controle da repressão e das autoridades públicas, assim como em Santo Amaro, também foram denunciados policiais que aderiram a permissividade³⁴⁶.

Mesmo havendo uma perseguição implacável criminalizada por lei, tudo indica que esses espaços do “divertimento proibido” não eram só de conflitos entre repressores e reprimidos, mas também, espaços de negociação, cuja comunicação cultural configurava estratégias particularizadas de acordos e alianças que transitavam entre aflição e entretenimento, como também, entre satisfações e frustrações. Acreditamos que quando não havia acordos entre as partes, como ocorreu na cidade de Santo Amaro, resultava no confronto, e o policiamento, naquelas circunstâncias, resolvia imputar os envolvidos no cumprimento da lei. Assim, a repressão sucumbia a sedução daquela musicalidade, mostrando o seu lado da ineficácia pela permissividade.

A exceção do Deputado da 16ª legislatura, Alfredo Martins da Silva, que preferiu a escolarização do canto ao invés da *gymnasticaplena*³⁴⁷, a visão da maioria dos seus colegas parlamentares era outra. Para elaborar mecanismos de controle ao samba se interessavam pela permanência da coerção e se abdicavam do interesse direto no investimento da educação popular com o suposto reforço do ensino religioso

³⁴⁵LIMA, Cássio Leonardo Nobre de Souza. *Viola nos sambas do Recôncavo baiano*. Dissertação (Mestrado em Música) Programa de Pós-graduação em Música, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. p. 68 e 69.

³⁴⁶“Prisões”. *Jornal Gazeta da Bahia*, 12 e 13 de outubro de 1886.p.1.BPEB / Seção de Jornais Raros.

³⁴⁷ Para relembrar, retorne ao nosso primeiro capítulo no subtítulo “*Knowledge is power? A gymnastica* circulando em conflitos: salários, condições de trabalho, ambiguidades científicas e políticas” para acompanhar a peleja entre os deputados da 16ª legislatura Alfredo Martins da Silva e seu colega Freire Filho.

escolarizando as disciplinas de música, canto e dança das quais a imprensa e os pedagogistas, mesmo sem chegarem a um acordo metodológico, vez por outra debatiam.

O apoio dos parlamentares baianos da 17ª legislatura a coerção especificamente ao samba também era justificada pela confluência da população de cor, desqualificação do divertimento, depreciação as particularidades sonoras e estética corporal, além de ser acusado por estimular a prática de vícios tidos como ameaças que comprometiam a moral e os bons costumes³⁴⁸.

Em 6 de outubro de 1887, o deputado provincial Sá Oliveira presidia na Assembleia a primeira discussão da ordem do dia, colocando em pauta as propostas junto ao parecer da comissão para a aprovação do código de posturas da “camara municipal de Ilhéos”³⁴⁹.

Ao fazer a abertura das atividades, o deputado Filgueiras intercedeu sugerindo a criação de uma lei que onerasse o indivíduo que edificasse um prédio sem fazer um passeio condigno ao embelezamento da construção.

Sá de Oliveira se pronunciou ligeiramente sobre a ineficácia da proposta e resolveu dar um a parte para que suspendessem da pauta as vinte primeiras leis, argumentando que eram consideradas leves. Proposta aceita com pleno acordo pela maioria dos legisladores presentes e, sem mais delongas, todos consentiram partir imediatamente para aquelas leis consideradas como “questões mais importantes”.

Do alto da tribuna, o seu púlpito, Sá Oliveira leu o problema ameaçador que a lei número 21 predisponha imputar:

“São prohibidos os sambas dentro da cidade ou outro qualquer brinquedo que incommode ao socego publico, ficando cada um dos contraventores, etc.(sic)”³⁵⁰.

Depois da leitura, reiterou fazendo com empáfia e depreciadamente a seguinte interjeição:

“Infelizmente nas localidades de fora dos divertimentos inoffensivos, como a musica, quasi que não existem; e lembrar-se do samba – uma mistura de ruidos, movimentos e viola – (riso), que entretanto deve estar sob vigilancia da policia, é quasi irrisorio!”³⁵¹.

³⁴⁸ Nosso Segundo Capítulo trata de toda discussão teórica da qual médicos e imprensa apoiavam a gymnastica higienica para combater a embriaguez além de fortalecer a anatomia humana.

³⁴⁹ “*Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia 1873 a 1887*”. Pasta 1887, Edição 00001 (1). pp. 9-13/430.p. 9. BN / HD.

³⁵⁰ Ibid. p. 10

³⁵¹ Ibid.

Na visão do parlamentar o samba sequer podia ser considerado enquanto um entretenimento seguro a vida por ser um foco suscetível à violência, e embora possuísse alguma sonoridade não havia condição de ser categorizado como um estilo musical. O comentário transcrito acima acusa um “riso” esboçado pelo deputado depois de definir aquela expressão de musicalidade. Interpretamos como uma demonstração de escárnio já que era diferente dos padrões ocidentais tradicional de música da sua época ao assegurar que só conseguia captar “uma mistura de ruídos, movimentos e viola”. Ao exclamar: “que entretanto deve estar sob vigilância da polícia, é quasi irrisório!”, entendemos que o parlamentar queria deixar claro que por suas qualidades, era irrelevante debater se havia ou não necessidade de sentenciar a permanência do decreto que oficializava a responsabilidade de controle do policiamento.

Em algum lugar da plenária, quiçá, sentado ali mesmo do seu assento, sem solicitar um “a parte” ou qualquer outro tipo de autorização para pronunciar-se, Antonio Bahia³⁵², aquele professor de pedagogia que há seis anos questionou o método de Calkins e militou pela escolarização da música e canto nas escolas primárias juntamente com a introdução dos jardins de infância, agora atuando como deputado provincial, intercedeu respondendo o comentário vindo da tribuna com outro sarcasmo instigante, dizendo: “Lá por Ilhéos ha outros brinquedos mais incommoativos do que o *samba*: o tiro, por exemplo (*riso*)”.

Não sabemos se aquela ironia também arrancou risos dos outros parlamentares. Mas nossa hipótese se fundamenta em outra questão em meio as circunstâncias quanto a tentativa de aprovar aquele parecer da comissão e a experiência profissional de Antonio Bahia. Tudo indica que ele continuava pensando como um pedagogo, acreditando que os elementos musicais nas escolas seriam mais eficazes do que a criação de leis coercitivas. Acreditamos que ele não deixava de observar a sociedade, já que a violência do samba também era insuflada pela repressão, que, mesmo com atos de permissividade da polícia, também sustentava inseguranças por causa das arbitrariedades do próprio policiamento, ou seja, os frequentadores reagiam quando se sentiam ameaçados, como os exemplos de Santo Amaro e as ocorrências frequentemente divulgadas nas notas policiais dos jornais em Salvador.

³⁵² Antonio Bahia da Silva Araújo foi eleito em 1886 como candidato representante do 2º Distrito Eleitoral da Capital, em 1º escrutínio por ter obtido quociente eleitoral. “*Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia*, 1873 a 1887”. Pasta 1886, Edição 00001 (3). pp.9 e 10/350.BN / HD.

Quando o parlamentar contra-argumentou “o tiro como um dos brinquedos mais incomodativos”, revidava o colega presidente da tribuna acusando a necessidade de também criar leis coercitivas para outras diversões. No caso do “tiro”, podemos sugerir uma indireta para as famílias que viviam no topo das hierarquias sociais. Parece que ele se referia as relações de forças políticas quando se tratava da disputa de poder na cidade de Ilhéus. Podemos imaginar que gerava uma onda de crimes que encobertava violências de pessoas oriundas de camadas sociais que nunca se imaginariam em um samba ou no convívio com pessoas de cor. Mas, supostamente, cometiam arbitrariedades que eram tão ofensivas, ou particularmente hediondas, quantas as acusadas no samba pelo seu colega legislador.

Portanto, interpretamos que a ideia central de Antonio Bahia era declarar a ineficácia da censura por lei acompanhada de coerção policial. Redundamos em lembrar que, por considerar o seu histórico não descartamos que ele ainda pensasse na alternativa de educar ao invés de reprimir. Lembremos ainda que, a sua pequena indagação lançada na plenária questionava o abuso da força pelo tiro, chamava a atenção para a responsabilidade dos parlamentares porque se havia realmente preocupação na Assembleia com a segurança pública, que seus colegas então criassem leis naquele código de posturas que abrangessem e atendessem as relações inter-humanas independente da camada social.

Retomando a plenária, sem a mesma rotina dos debates geralmente carregados de convulsões, ofensas, injúrias e ameaças que comprometiam a integridade física, tão comuns naquele recinto, desta vez, não houve uma dissensão calorosa sobre o tema. Isto porque Sá Oliveira presidiu aquela plenária de forma enérgica. Retomou a sua fala, que havia sido entremeada, por alguns segundos, com a suposta piada apimentada de Antonio Bahia, e, por sua vez, finalizou mantendo a repressão e delegando à polícia a responsabilidade de coibir o samba em caráter de crime, proferindo palavras que, mesmo parecendo uma justificativa do seu comentário anterior, continuavam firmadas na linha do preconceito:

“É certo que durante os *sambas (sic)*, onde entra como germen da desordem a cachaça, que lhe serve de alma (riso) ha muitos disturbios – não fallando-se do incommodo que soffre a vizinhança, mas a camara sae da sua orbita, vae a um assumpto sem importancia nenhuma, que sempre é resolvido na occasião pelas autoridades policiaes... (apartes)”³⁵³.

³⁵³ Ibid. p. 10.

Parece que nem todos os parlamentares se sentiram satisfeitos com as últimas palavras do colega legislador. “Apartes” foram solicitados. Para contestar, corroborar ou reiterar? Não sabemos! Apenas o livre exercício da imaginação dará ao leitor uma resposta particular para esse enredo. Temos somente a certeza de que não foram permitidas novas intervenções nas falas e encerrou-se aquela tentativa de incêndio dialético. Deu-se um intervalo e voltaram às atividades do dia com outras propostas pendentes. Já as questões do código de posturas de Ilhéus ficaram para uma próxima, mas sem data e hora marcada.

Contudo, não podemos deixar de destacar o término, mais uma vez, sarcástico com que o deputado Sá Oliveira verbalizou a criminalização do samba, por ser o “germen da desordem” e os seus congregados como fieis possuídos com a “alma carregada da cachaça” acabavam infringindo a concepção de moral e ordem pública que era veiculada pela imprensa e pelos representantes das ciências da educação e médica.

Até agora, mesmo com fontes centradas no discurso moralizador, o samba reduzido a termos dissonantes como “ruído, chula ou toada”, asua dança depreciada como “movimento, pulos, umbigadas e peneirar” e até o “batuque” são aqui entendidos como signos geradores de sentimentos múltiplos que também envolviam solidariedades, palavra esta que também se encaixa na nossa interpretação quando todos se irmanaram em um “pugilato” contra os policiais de Santo Amaro. A “roda” que dava o sentido de reunião, de congregar-se, entrava em conflito com a imagem que a ideia de ordem social e moral moldavam. Assim, o conjunto de costumes que circulava naquela prática cultural criminalizava seus adeptos como transgressores da moral por reunir mulheres, negros em condição servil ou libertos com a alma dominada pelos excessos etílicos, consolidando suas crenças por causa dos vestígios da religiosidade e outras heranças culturais africanas. Já a cultura corporal entra nesta senda fazendo parte de um jogo social cujo conceito estético tradicional de dança se chocava ao das designações alheias quando ridicularizado pelo parlamentar Sá Oliveira e pela imprensa aqui citada.

Eis que, tais conflitos conceituais trazem à superfície as hierarquizações sociais e raciais, as disputas políticas e culturais até mesmo quando abordamos os saberes e circunstâncias estéticas sobre o corpo marginalizado. Entenda-se aqui por Político não o uso das fontes que abordam o debate daqueles que se diziam representantes eleitos do povo, mas sim, a existência de sujeitos que faziam do samba o lugar de consciência como afirmação das identidades singular e coletiva. A interseção de tradições africanas e a cultura popular resistia à repressão porque tinha enraizada, e ainda perpassava com

práticas corporais, a memória histórica dos ancestrais, fazendo da “rudeza dos costumes” um encantamento das formas de pertencimentos que se alastravam com força social do Recôncavo a Ilhéus.

De um modo geral, todos se colocavam contrários ao ajuntamento da população de cor independente de serem africanos, livres, libertos, escravos e simpatizantes das práticas culturais que afrontavam os valores católicos e se aproximavam da cultura africana³⁵⁴. Principalmente porque percebemos com os episódios narrados que o samba lograva a sua forma de transmitir valores de africanidades através de uma perspectiva próxima aos usos dos sentidos, ou, da faculdade de observação. O que podia ser facilmente reproduzido pelo contato visual desde crianças a adultos. Por essa qualidade, quando se tratava da forma dos parlamentares procederem contra a musicalidade e bailado das ruas, observamos que as opiniões se dividida entre aqueles que eram contra a coerção, e baseado na experiência de Antonio Bahia, defendiam o incentivo à educação popular e a perspectiva de resultados futuros com a aplicação do método intuitivo selecionando práticas corporais ligadas àquela questão; ou então, aqueles, como Sá Oliveira, que defendiam a criação de leis punitivas nos códigos de posturas das cidades da província, resultando na permanência da imediata repressão por parte das autoridades policiais.

Nos despedimos do personagem Antonio Bahia afirmando que ele ainda marcou a política baiana quando confrontou seus colegas conservadores durante o ano de 1889, em uma sessão ordinária ocorrida em um 11 de maio, portanto, há dois dias para completar um ano da abolição da escravatura.

Naquela manhã de intenso debate, a maioria dos legisladores apoiava a aprovação de um financiamento governamental voltado à imigração europeia afirmando piamente ser a solução para resolver o problema da lavoura do Recôncavo. Ao mesmo tempo, julgavam que aquela medida ia “civilizar” a população local com os “preceitos de hygiene” dos colonos. Interpretamos que a comissão parlamentar trazia à tona uma medida que indiretamente se colocava como obstáculo a militância e reivindicações de Antonio Bahia pela qualificação da instrução pública, porque transferia aos imigrantes o papel de educar a população local com sua cultura, ao invés da instrução pública. O pedagogo e parlamentar não poupou tempo e questionou categoricamente a

³⁵⁴ A suspeição ao ajuntamento de negros e a perseguição às práticas culturais como o candomblé e a capoeira, se tornam mais incisivas e estratégicas a partir de 1862 quando o historiador João Reis analisou as ações repressivas do delegado Freitas Henrique. Veja em REIS, João José. “Domingos Sodré...” p. 27-38.

capacidade dos imigrantes em transmitir valores civilizados já que eram “refugos das capitais da Europa”. Depois, persuadiu a plenária alegando que podia ser um malogro, acreditamos que ele se referia a um duplo risco tanto à saúde como a produção, dizendo que a ciência propalava que os europeus não conseguiam se aclimatar ao nosso país. A principal indagação dele era se havia realmente certeza da necessidade de contratá-los, e alegou uma realidade social daquele contexto: “os homens de cor superabundam na província”. Ou seja, já adaptados ao nosso clima só precisavam de oportunidades de trabalho e, se contratados, disse que os parlamentares podiam solucionar outro problema social: a “calamidade pública”³⁵⁵.

Encerrou o seu discurso de defesa aos homens de cor dizendo que era necessário “abrir os braços a nossos patrícios, vamos manter o Brasil brasileiro”³⁵⁶. Em resumo, percebe-se que como parlamentar, Antonio Bahia não militou somente pela causa pedagógica quando foi defensor da educação pública e gratuita, ou durante as tentativas de inclusão da *educação physica*, principalmente a música e canto no currículo escolar, mas, sobretudo, pelo ingresso da população de cor nas relações de trabalho naquele prematuro período de pós-abolição.

Quanto ao posicionamento da medicina sobre a combinação entre sonoridades e a expressividade dos movimentos corporais, o médico Agnello Collet defendia a inclusão plena da *gymnastica* não somente em forma de lei nos projetos parlamentares, das comissões legislativas encarregadas nos assuntos da instrução pública, mas exigia que fossem de fato aplicados. Sugeriu a introdução nas escolas variedades de exercícios corporais que não exigissem a compra de aparelhos como “o passeio, o salto, a carreira, a dança, a natação, os exercicios da voz e os militares”³⁵⁷.

Como o jovem médico residia nas circunvizinhanças da freguesia de São Pedro³⁵⁸, não sabemos se nos seus trajetos de casa para as aulas de medicina, no Terreiro de Jesus, situada na freguesia da Sé, se defrontou com a experiência de observar a rotineira musicalidade acompanhada dos bailados que atravessavam noites e amanheceres pelas ruas, cujas notas policiais acusavam a forte incidência nas imediações de ambas as freguesias. Suposições a parte, ele não deixou de se posicionar

³⁵⁵ CUNHA, Silvio. “*Um retrato fiel da Bahia...*”. p. 187 e 188.

³⁵⁶ Id. Ibid.

³⁵⁷ COLLET, Agnello. “*Hygiene Eschollar*”. p. 42.

³⁵⁸ Acreditamos que o jovem por ser, supostamente, solteiro, residisse com a sua mãe, a professora pública do externato, D. Emilia Leopoldina Geraque Collet, que habitava nas imediações da freguesia de São Pedro onde também lecionou de 1880 a 1885. Veja o “Quadro de Relação de Cadastro dos Professores” de 1880 e o “*Demonstrativo da Instrução Publica da Bahia, em 17 de Janeiro de 1885*”. Fundo: Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo, 1823-1889. BN – HD.

sobre a escolarização da “dansa” mesclando o conhecimento higiênico difundido nas ciências médicas e intercalando os valores morais da religião católica:

“A dansa augmenta a elasticidade das articulações, e o organismo resente(*sic*) uma sensação viva e agradável.
Na menina este exercício dá agilidade, energia nas posições e graça ao corpo, fortalece aos musculos da bacia e os membros pelvianos se desenvolvem.
Não nos referimos a dansa dos nossos salões, onde encontramos antes razões para censurar”³⁵⁹.

Observamos que as recomendações acima, além de se preocuparem com a musculatura das mulheres pretendia fazer da dança um exercício corporal exclusivo para o gênero feminino se objetivando a garantia religiosa do dever da procriação ao afirmar o “fortalecimento dos músculos da bacia e a pelve”, região da anatomia feminina que mais exige esforço no período da gestação. Sobretudo, colocava a medicina como legitimadora em regulamentar a moral passível de interferir na sociabilidade quando proibiu “a dansa dos nossos salões”, porque certificou que “encontrava razões para censurar”. Desta maneira o esculápio assumia o lugar de limitar os espaços que as mulheres podiam ou não circular.

Em suma, embora Collet defendesse a educação popular, ao se referir à dança formulava normas comportamentais para mulheres que frequentavam salões, e, ao silenciar suas prescrições higiênicas para aquelas que vivenciavam a cultura cênica vinda das ruas, comprova com esse desdém, que as considerava em condição mais indigna que as mulheres que censurava nos salões.

Já o médico Umbelino Marques, por acreditar fervorosamente na educação como princípio básico da evolução social, afirmava que a “cultura helênica” atingiu o estágio mais alto da humanidade porque “a *gymnastica* e a *musica(sic)* constituíam a alma da educação popular”. Desta maneira, concordava com os pedagogistas que tentavam sufocar a musicalidade que ecoava das ruas com um programa escolar voltado para erradicar os costumes que colidiam com a ordem e o progresso. Sobre a situação que se encontrava os debates que transcorriam ao longo da década entre pedagogistas, médicos e parlamentares se pronunciou:

“Outro fôra o pensamento do reformador e a par da criação das escholas maternas para a educação dos sentidos, e das escholas especiaes de aprendizagem e applicação, o ensino desenvolvidissimo do *desenho*, da *musica* e da *gymnastica(sic)* merecer-lhe-ia especial menção e applicação immediata”³⁶⁰.

³⁵⁹COLLET, Agnello. “*Hygiene Eschollar*”.p. 43.

³⁶⁰MARQUES, Umbelino. “*Hygiene Pedagógica*”.p. 8.

Ao citar “o pensamento do reformador e suas criações”, redundamos que o Diretor da Instrução, o Cônego Romualdo Seixas, investiu em outras ações pedagógicas que não lograram, e não analisamos porque não encontramos as fontes, mas o médico corroborou acima. Assim como a “musica e a gymnastica” já circulavam mutuamente nos discursos das ciências da educação e médicas. O problema é que a busca insaciável pela evolução social vedava os olhos dos defensores da reforma da instrução para perceber que o povo também era sujeito no processo inventivo, capazes de educar os sentidos fora ou próximos daqueles padrões científicos tão difundidos da “faculdade da observação”. Isto porque, a relação entre musicalidade e estética corporal deve ser analisada a partir das estratégias conscientes de sobrevivências e o processo de aprendizagem fora dos estabelecimentos escolares. Mesmo sem o manejo dos instrumentos e teorizações métricas da música clássica, conseguiam formular ou desdobrar outras qualidades harmônicas cuja sonoridade mantinha ritmo e melodia de forma singular através do pandeiro, palmas, pratos, cavaquinho, viola e etc.

Então, ao tratarmos deste tema higiênico com tantos interventores evolucionistas, sendo eles articulistas, médicos, pedagogistas, religiosos e parlamentares, questionamos: ao proporem a escolarização da música e da dança eram elas duas modalidades julgadas por eles como ciências ou artes?

Não encontramos pronunciamentos dos representantes de seguimentos artísticos para servirem de interlocutores daquele contexto e que se posicionassem sobre aquele problema conceitual. Porém, acreditamos que o cientificismo que incidia na pedagogia e medicina, reproduzidos pelos articulistas, ao atribuir nos elementos musicais um caráter metodológico e higiênico quando não esgotava os seus atributos artísticos deixava somente resíduos do conceito de arte. Ou então, a arte cujo conceito também parte da diversidade técnica em criar e executar habilidades variadas contraditoriamente seria tida por aquela cultura letrada como um procedimento técnico fechado e estanque. Daí, sem o aval dos especialistas das artes, se sentiam no direito de definir o “certo ou errado”, determinar “o bom e o mau” e assim estabeleciam o julgamento a partir do critério racial para acusar quais eram as manifestações culturais consideradas cientificamente artísticas e corretas. No caso da medicina, quando os médicos passavam em nome da higiene sugerir quais as formas de viver saudável e indicar os lugares que deviam ser frequentados acabava de forma implícita acusando quais as sociabilidades que deviam ser preservadas ou censuradas.

Portanto, a análise que circulou o confronto entre música e musicalidade apresentou um roteiro da luta da moral contra os costumes consolidados fora dos preceitos cristãos e “cientificamente” higiênicos.

Mesmo sem a influência das sofisticadas teorizações pedagógicas, a cultura marginalizada produzia os nutrientes de comunicação cultural que resultavam na educação por meio dos sentidos transmitidos através das formas peculiares de pertencimentos do universo africano cuja ação envolvia conscientemente à emissão das heranças das suas crenças, verbalizações linguísticas, sonoridades e movimentos corporais cuja instrução pública com sua reforma e diferentes teóricos evolucionistas embasados nos transcurso científicos, teológicos, pedagógicos ou médicos, não conseguia alcançar a mesma efetividade. Educar os sentidos envolvia uma espécie de luta da teoria intelectual contra a práxis popular.

Em resumo, os anúncios para que houvesse a introdução da música, da dança e do canto também era uma estratégia da cultura letrada em defender a inclusão parcial da *gymnastica*, mas sem necessariamente citá-la.

Isto porque a palavra *gymnastica* nos costumes e vocabulário social resistia em aceitar o significado pedagógico e médico-higiênico, ou mesmo, o sentido denotativo de ambas as ciências eram desconhecidas por uns e ignorada por outros. Pacífico Pereira quando defendia a escolarização dos exercícios corporais insistia em dizer que não se referia a “gymnastica de exercicios acrobaticos, difficeis e arrojados, mas sim a gymnastica hygienica”³⁶¹ para que médicos, professores e pais soubessem diferenciá-la dos artistas circenses.

Por mais que pedagogistas, médicos e a imprensa publicassem artigos sobre o tema ainda havia grande incompreensão. Quando o articulista de *O Monitor* propôs a escolarização da dança afirmava que era uma prática necessária que podia amortecer as indiferenças das opiniões em torno dos exercícios corporais porque havia grande “preconceito social dos paes” que, ignorando as informações veiculadas, se colocavam contra a prática da *gymnastica* por considera-la “uma cousa perigosa, e alguns a teem por indecente, tratando-se de meninas”³⁶².

Passados oito anos, o médico Braz do Amaral, que dividia sua experiência profissional como professor, ao inquirir os seus estudantes afirmou:

³⁶¹ Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas V”, p. 435.

³⁶² “A gymnastica nas escolas”. Jornal *O Monitor* de 20 de Agosto de 1881. p. 1. BPEB / Seção de Jornais Raros.

“a gymnastica nas nossas casas de educação é uma palavra apenas; as creanças sob esse nome só comprehendem as farças arriscadas dos *clowns(sic)*”³⁶³.

Ao falar das “farças arriscadas dos clowns” o médico queria se referir aos circos, onde os artistas circenses faziam espetáculos com manobras no picadeiro e contorcionismos para o entretenimento e espanto daquelas crianças. Assim, quando se falava em *gymnasta* ou *gymnastica* as crianças das escolas públicas associavam a imagem daqueles artistas. Tudo indica que eram incentivados por seus professores a desmitificar o tema com seus pais. Inferimos essa hipótese porque Braz do Amaral deixou subentendido que quando as crianças chegavam em seus lares e mencionavam o assunto sobre a escolarização dos *exercícios gymnasticos* com suas famílias para que, supostamente, os convencessem para se mobilizarem pela qualificação do ensino, se defrontavam com o problema de desconstruir a ignorância permeada por décadas. O médico afirmou que as mães não eram muito diferentes dos filhos e resistiam porque também associavam os exercícios corporais ao “que veem fazer os saltimbancos nos circos, e ellasuppõem que a gymnastica é isso”³⁶⁴.

O médico ainda teria observado que diferente dos estudantes das escolas públicas, as crianças das escolas particulares sabiam o significado científico da palavra. Mas, se deparavam com outros problemas refletidos pelo impacto da questão salarial dos profissionais que se disponibilizavam a trabalhar naqueles estabelecimentos e sem nenhuma segurança financeira viviam em trocas ou rotatividade constantes de professores que, às vezes, abandonavam aquelas instituições de ensino e lecionavam por conta própria³⁶⁵. Para essa questão o esculápio sustentava que:

“o desejo economico de pagar de menos a um director de exercicios, têm mantido esta educação da nossa raça tão difforme pelo lado intellectual, e tão desastrada pelo lado do vigor physico”³⁶⁶.

Porta-voz com dupla especialidade, transitando entre médicos e educadores, Braz do Amaral não deixou de culpar os “deputados da assemblea”, mas ao colocar na

³⁶³ Hermenegildo Braz do Amaral. “Gymnasticas nas escolas”. p. 156.

³⁶⁴ Id. Ibid. p. 157.

³⁶⁵ Os preços variavam de acordo com as disciplinas. Encontramos anúncios desde o ano de 1885 em periódicos da capital e do interior da província. Mas somente este, da capital, datado de 1894 apresentava a tabela de preços que eram cobradas para cada disciplina. Dança 2\$000 (dois mil reis); para a Música 5\$000 (cinco mil reis); e no caso das meninas ainda havia a terceira opção, a disciplina de Prendas Domésticas 4\$000 (quatro mil reis) o mesmo valor do curso de Língua Francesa. As três disciplinas eram facultativas e não obrigatórias. “A imprensa e aos paes”. Jornal *O Popular* de 1 de Setembro de 1894. p. 1. BN – HD.

³⁶⁶ Hermenegildo Braz do Amaral. “Gymnasticas nas escolas”. p. 157.

balança as responsabilidades para interceder junto às autoridades quanto as mudanças dos costumes populares através da *gymnastica hygienica* abonava os colegas professores e reivindicava uma postura mais incisiva por parte dos seus colegas médicos, dizendo:

“Parece-me que a classe medica, pela sua influencia incontestavel e incontestada, poderia influir poderosamente junto ás familias, nos conselhos de hygiene e do ensino para introduzir esta utilissima reforma, como disciplina obrigatoria, nas escolas do governo e nos internatos particulares”³⁶⁷.

O esculápio acreditava que a “classe medica” podia adentrar no lar e influenciar “poderosamente junto às famílias” além de atuarem nas instituições que controlavam junto aos governos as questões da higiene pública e escolar e não ficar dependendo da estratégia do começo da década quando Pacífico Pereira e *O Monitor* fizeram uma espécie de simbiose ideológica e impulsionaram os debates em torno da *mens sana in corpore sano*.

No final da década de 1880, os elementos musicais como aulas de canto, dança e instrumentos já eram lecionados por professores particulares e em instituições voltadas para órfãos e carentes. O historiador Alfredo Matta ao analisar a *Casa Pia de Órfãos de São Joaquim* afirma que desde a sua fundação, no início do século XIX, até a década de 1870, o ensino de música era irregular oscilando entre a prática e a suspensão do seu ensino enquanto disciplina. Porém, nas últimas décadas do mesmo século, não fugiu a regra da missão civilizatória porque passou a oferecer aos seus alunos de origem humilde, de maneira mais sistemática, as aulas de música.

De acordo com Matta, esse interesse deve-se à importância que a música tinha adquirido e porque a presença daqueles profissionais era “indispensável nos eventos cívicos, religiosos e sociais”. As aulas se baseavam na exigência “do conhecimento geral de música”, assim como, havia o intuito profissional de iniciar os menores nos estudos de um instrumento para formá-los músicos³⁶⁸. Não sabemos se três anos de aulas de teoria geral da música e a aprendizagem de um instrumento nos anos iniciais do processo de instrução tinha eficiência ou era suficiente para formar músicos profissionais. Porém, acreditamos que os debates da imprensa, da medicina e dos

³⁶⁷ Id. Ibid.

³⁶⁸ MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Dissertação (Mestrado em História Social) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996. p. 176-178. Nos anexos o historiador apresenta o Programa Extenso que tinha a finalidade de implantar paulatinamente a disciplina de Música, que acompanhava as classes do 2º ao 4º ano, cujo sistema seriado ia do 1º ao 10º Ano. Portanto, somente três anos de aulas.

pedagogistas que defendiam a sua escolarização, despertou o interesse para começar o processo de transformar os costumes de crianças e menores tentando apagar as suas raízes culturais embutidas nas heranças da “rudeza dos costumes”.

Embora a imprensa, a pedagogia e a medicina circulassem entre consensos e dissensos sobre a escolarização da *gymnastica hygienica* quando a música e a dança caíram em pauta os médicos, mesmo se colocando ao lado das mudanças dos costumes, não se interessaram por uma negociação que selecionasse alguns *exercícios gymnasticos* diferente do restante da cultura letrada representada por articulistas, parlamentares e pedagogistas. Também, não havia um discurso homogêneo entre os médicos que diferiam de referenciais teóricos e concepções de exercícios corporais que iam dos militares aos jogos ingleses até os exercícios sem aparelhos, mas sempre sem especificações mais detalhadas, sequer elaboraram manuais ou cartilhas como faziam os professores de outras disciplinas escolares.

Observamos durante os capítulos anteriores que a questão operária cruzou dissensões sobre a reforma da instrução em diferentes setores da sociedade. A partir de então encerraremos nossas análises partindo para este problema.

3.3 – Questão operária: dissensões higiênicas e dilemas sobre a força produtiva.

A mão de obra e sua qualificação profissional também foi um debate do qual a forma em escolarizar futuros trabalhadores cruzou diálogos médicos, políticos e jornalísticos. Mas tratar da especialização de trabalhadores era um problema ainda preso as determinações que Joaquim Nabuco chamou por “Arca de Noé”, ao se referir aos rumos da política econômica ditadas pelo Congresso Agrícola organizado pelo Ministro Imperial Sinimbu, cuja decisão concentrou-se no dever de salvar a produção da “grande propriedade”. Por esse detalhe, a instituição da escravidão aparentava em 1878 resistir por mais tempo, para manter trabalhadores braçais nos serviços da agricultura³⁶⁹.

O diálogo sobre os mecanismos de escolarização para formar trabalhadores passou a se configurar em duas questões contraditórias: de um lado, os defensores da instrução pública voltada para agricultura; do outro lado, aqueles que defendiam o

³⁶⁹NABUCO, Joaquim. “O Abolicionismo...” p. 174.

processo de escolarização com cursos de formação de trabalhadores que pudessem impulsionar o fomento das indústrias se aproximando do meio de produção das nações europeias e norte americanas.

Quando Pacífico Pereira iniciou suas análises sobre higiene escolar e a *gymnastica* enquanto disciplina confrontava as normatizações que o Congresso Agrícola tinha estimado para a economia do Império. O esculápio acreditava na concepção ideológica que era veiculada na Europa da qual ciência, tecnologia e indústria dialogavam sem interstícios e, baseado nesse fundamento, preconizava que a criança “devia sair das escolas educada para o trabalho que é a fonte da riqueza, útil para a família e forte para o país.”³⁷⁰

O pensamento do esculápio não era algo inédito na Bahia. Desde 1850 já havia projetos voltados para a instrução pública formar trabalhadores moralizados³⁷¹. O historiador Walter Fraga, por exemplo, enfatizou como as autoridades ao combater as organizações de menores ou vadios das ruas, resolveram impeli-las “no âmbito das oficinas, da escola, do orfanato e do serviço militar”³⁷².

No entanto, a iniciativa em forjar os costumes na lógica do trabalho capitalizado foi impulsionada em 1870 quando foram introduzidos os “relógios” para controlar o tempo das atividades escolares. A disciplina escolar passava a moralizar os alunos na perspectiva de associar o tempo à disciplina, como ocorria nas sociedades industrializadas. A historiadora Ione Sousa analisou esse processo de escolarização e o denominou como o “tempo escolarizado”, cuja finalidade estava em habituar os alunos e professores para contagem do tempo fixo, cronometrar suas atividades escolares em contagem das horas ou minutos. Ao invés de se orientarem pelo ritmo pessoal, evitava a permanência do controle do tempo a partir da execução e cumprimento de tarefas. Disciplinados pelo uso dos relógios passariam a reproduzir pequenos hábitos e ações diárias que correspondiam à nova ordem do trabalho, uma preparação para a transição dos costumes herdados da mão de obra escrava para quem ia adentrar na sociedade como livre, ou mesmo, disciplinar quem já vivia da própria condição de livre³⁷³.

Quando Pacífico Pereira passou a defender o seu projeto de higiene escolar e a inclusão da *gymnastica* reiterou a lógica do “tempo escolarizado” com outros elementos

³⁷⁰ Antonio Pacífico Pereira. “Higiene das Escólas V”. p.290.

³⁷¹ SOUSA, Ione Celeste Jesus de. “Escolas ao povo...”. p. 119.

³⁷² FRAGA FILHO, Walter. “Mendigos, moleques e vadios...”.p. 119.

³⁷³ SOUSA, Ione Celeste de Jesus. Prover as aulas, regular o tempo: uma leitura sobre cultura escolar na Bahia Oitocentista. In.: LUZ, José Augusto & SILVA, José Carlos. (org.) *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcadia, 2008. pp. 161-196.

considerados disciplinares voltados para a formação de trabalhadores contra os costumes vivenciados em nossa sociedade soteropolitana:

“A physiologia exige imperativamente que o tempo consagrado á cultura mental seja muito mais curto e que as horas livres sejam dadas ao exercicio physico systematisado, ou a algum trabalho industrial(sic).

(...) Este systema que consagra ás sessões escolares somente tres horas por dia, isto é, metade do tempo outr’ora empregado, systema denominado na Inglaterra de *half time school*, e posto em pratica n’este paiz a mais de 30 annos, tem apresentado, de combinação com os exercicios physicos e grande variedade de trabalhos industriaes, o extraordinario resultado de egualarem as creanças em metade do tempo o progresso intellectual d’aquellas que estudam nas aulas todas as seis horas.”

“Esta reforma em nosso systema escolar removeria ou attenuaria os defeitos congenitos ou a fraqueza corporea e augmentaria a capacidade physica, a aptidão para, o trabalho, e com a actividade industrial a produção do Estado(sic).

Diminuiria ou removeria as deformidades physicas, as tendencias hereditarias ás molestias, como a phthisica e a locura. Asseguraria o desenvolvimento coordenado de todos os órgãos do corpo, como o cerebro, os musculos, os ossos, o coração, e tambem a aptidão para trabalhar, andar e resistir ao tempo. Não só produziria a belleza e symetria do crescimento, expandindo o thorax, invigorando o systema muscular, mas melhoraria o porte, a apparencia pessoal, os costumes, em summa todo o individuo, e tenderia a formar habitos de prompta obediencia, especialmente com o exercicio militar”³⁷⁴.

Pacífico Pereira considerava que o programa escolar brasileiro mesmo em pleno sistema escravocrata devia seguir o sistema “denominado na Inglaterra de *half time school*” que durante 30 anos se consolidou por corresponder a civilidade e supremacia econômica daquela nação com a Revolução Industrial e a formação de uma classe operária produtiva. Assim, orientava para que as aulas tivessem a carga horária de seis horas diárias, divididas em três horas pela manhã com sessões disciplinares e, depois do intervalo, mais três horas “de combinação com os exercicios physicos e grande variedade de trabalhos industriaes”. Assegurava que não comprometeria o desenvolvimento intelectual ao mesmo tempo em que as crianças aprendiam uma profissão.

Na interpretação do médico, os *exercícios gymnasticos* e as alternativas de trabalhos industriais funcionavam como uma chave para os problemas congênitos e das doenças intertropicais que assolavam a população, estimulando conjuntamente a “aptidão para o trabalho, e com a actividade industrial a produção do Estado”. Porém, não eram os exercíciocorporais ingleses que eram sugeridos para as escolas, mas “o

³⁷⁴Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas V”. p.443 e 444. Sobre os trabalhos industriais nos colégios superiores veja a citação na p. 437. Reeditado também na, *GMB*, 13, 7, Janeiro de 1881, p. 303.

exercício militar”, que “tenderia a formar hábitos de pronta obediência” e, além de garantir maneiras de aprimorar toda a anatomia humana com “belleza e symetria do crescimento”, também “melhoraria o porte, a apparencia pessoal e os costumes”.

A proposta da *gymnastica hygienica* de Pacífico Pereira não confrontava somente os defensores ferrenhos do incentivo exclusivamente do trabalho agrícola. Em uma análise com as lentes mais reduzidas, percebe-se que se contrastava com o perfil racial dos trabalhadores urbanos que circulavam na cidade do Salvador. O historiador João Reis ao analisar os “grupos de trabalhos etnicamente organizados” denominados *cantos*, enfatiza como aquele meio de reunião tinha a tradição histórica de lutar e resistir conscientemente contra as autoridades públicas, de mobilizar-se em busca de ganhos para a classe, o que são qualidades que colidiam com a desejada disciplina de “prompta obediência” preconizada pelo esculápio³⁷⁵.

Escolarizar o trabalho industrial capitalizado tinha em si outra relação aos meios de produção e divisão do trabalho diferente das ruas. Os ganhadores sobreviviam do carregamento de mercadorias, cargas e bagagens nos portos e instalações que o rodeavam como estaleiros, casas comerciais, depósitos, mercados e armazéns, assim como, desenvolviam outras atividades autônomas como pedreiros, carpinteiros, marceneiros, ferreiros, roceiros, sapateiros, alfaiates, calafates, padeiros, tanoeiros, etc.³⁷⁶ e, podemos ainda acrescentar, as mulheres que viviam da “mercancia” vendendo quitutes com seus tabuleiros pelas praças e ruas³⁷⁷. Ao se interessar pela atividade industrial a proposta de Pacífico Pereira sugeria uma reorganização da divisão do trabalho que repercutia no cenário urbano. Isto porque estava voltado para formar crianças em futuros cidadãos obedientes aos patrões que investiam em outras demandas que começavam a aparecer de forma incipiente em Salvador, cujos meios de produção se concentravam em “fábricas de charutos, bebidas, cigarros, calçados, sabão, tecidos, móveis”³⁷⁸.

Também a preocupação que Pacífico Pereira demonstrou com a estética corporal através da simetria e das melhorias do porte e aparência são qualidades que podem ser cotejadas a partir da análise do *Livro de Matrícula dos Cantos* quando João Reis inferiu que as autoridades ao registrar as características fisionômicas dos ganhadores, por ter a sua grande maioria composta de africanos e a população de cor com homens livres e

³⁷⁵REIS, João José. “De olho no canto...”p. 200.

³⁷⁶ Id. Ibid. p. 212.

³⁷⁷FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. “Desafricanizar as ruas...” p. 243 e 244.

³⁷⁸ SOUSA, Ione. “Escolas ao povo...”p. 111.

libertos, eram classificados tipicamente como perigosos sendo associados categoricamente naqueles registros por seus tipos biológicos corresponderem aos “potenciais criminosos”. Quando os policiais preenchiam as fichas procuravam julgar os traços faciais daqueles trabalhadores e não deixavam de apresentar descrições preconceituosas ao relatar, em particular, o semblante de um africano como “feio e mal encarado”. Também faziam questão de descrever se havia marcas sobre o corpo ou por decorrência de “doenças congênitas”, ou então, por manterem costumes de suas identidades africanas ao usarem “tatuagens e escarificações étnicas”³⁷⁹.

Ao confrontarmos o contexto histórico dos trabalhadores anônimos e as qualificações estéticas do médico, percebemos que a ideia médico-higiênica em reorganizar a sociedade e formar novos trabalhadores transcendia o interesse de qualificar a atividade laboral, modernizar a divisão de trabalho e as relações inter-humanas dos ganhadores, como também, “melhorar o porte e aparência” dos traços biológicos ou corporais pode ser interpretada como uma possibilidade de obstruir a transmissão de pertencimentos identitários da comunidade africana oriunda dos *cantos*.

De acordo com o historiador João Reis o Livro de Matrícula foi instituído pelas autoridades públicas em 5 de outubro de 1880 e se fez necessário mediante a conjuntura política com o desmantelamento do trabalho escravo que passou a ter um contingente muito menor de ganhadores diferente dos livres e libertos que passaram arregimentar cada vez mais os *cantos* da capital. O registro passava a ser um método formal para manter os trabalhadores da rua sob controle e tentar discipliná-los. Em um curto período de tempo, quatro meses depois da implantação do Livro de controle dos ganhadores, já no ano de 1881, o jornal *O Monitor* aliou-se ao médico Pacífico Pereira e passou a propalar as suas ideias republicando trechos dos textos de 1878, deixando em evidência que a escolarização das práticas corporais, principalmente a *gymnastica*, tinha uma dimensão de ordem social e progresso que podia dialogar com as camadas dominantes da cidade na reorganização da sociedade, do trabalho e da disciplina dos costumes.

Mas como havia grandes divergências teóricas e disputas particulares entre os próprios integrantes de cada categoria letrada sendo ela médica, pedagógica, parlamentar e etc. o apoio de Pacífico Pereira ficou restrito as equipes editoriais de alguns jornais, e aqui destacamos *O Monitor*³⁸⁰.

³⁷⁹REIS, João José. “De olho no canto...” p. 207 e 208.

³⁸⁰No nosso primeiro capítulo tratamos sobre as divergências em torno do tema.

A escolarização da “questão operária” colidia entre os interesses dos meios produtivos quando se tratava de atender as relações econômicas regionais. Em 2 de junho de 1883, durante a trigésimasessão ordinária da Assembleia da Província da Bahia, convocada pelos deputados da 16ª legislatura, Alfredo Martins da Silva ao tratar das formas como educar as crianças abdicou a escolarização da *gymnastica* acusando ser supostamente obsoleta já que se objetivava em formar trabalhadores industriais. O deputado e médico achava necessária a introdução de disciplinas escolares direcionadas a formação de cidadãos e trabalhadores, mas não necessariamente força de trabalho industrial. Por isso, comungou a favor da inclusão de uma disciplina para estimular o civismo, e dizia que como “o nosso paiz [era] essencialmente agricultura” as aulas de espírito cívico deviam “conscientizar” os alunos a dar continuidade ao trabalho que correspondesse às condições econômicas da nossa realidade geopolítica. Nesta lógica, a força de trabalho trocava apenas a sua condição de escravo para assalariado³⁸¹.

Naquele contexto os defensores da educação que qualificassem a mão de obra em ramos variados tinham argumentos diferenciados sobre os meios como fazer o país economicamente forte. Para Joaquim Nabuco, a escravidão naturalmente trancafiava outras “classes” como “os operários e industriais, e, em geral, o comércio”. Entendemos que a força do motor humano que fazia esses dois ramos, indústria e comércio, entrar no movimento capitalizado ainda estava presa a grilhões ao invés de estar lubrificada para circular nas válvulas do dinâmico e moderno mundo econômico. Porém, o abolicionista se referiu à mentalidade senhorial cujos ranços das hierarquias sociais e raciais permaneceriam nas relações do trabalho nacional e, depois de acabar com a escravidão, enfrentariam este desafio: “não há classes operárias fortes, respeitadas, e inteligentes, onde os que empregam trabalho estão habituados a mandar escravos”³⁸².

Acreditamos que o deputado e médico Alfredo da Silva se colocava de forma mais agravante na perspectiva citada a pouco pelo abolicionista acima. Ao dispensar a *gymnastica* e os exercícios para a atividade industrial nas escolas, se declarava preocupado com a propriedade agrícola e formas mais dinâmicas de responder a iminência da abolição com seus passos céleres. O que resultava em uma visão otimista ao pensar em contornar a mudança da condição do trabalho escravo para assalariado,

³⁸¹“30ª Sessão Ordinária da Assembleia da Província da Bahia.” *Jornal Gazeta da Bahia*, 2 de Junho de 1883. p. 1. BPEB / Seção Jornais Raros. No nosso primeiro capítulo tratamos deste embate sobre a escolarização da *gymnastica* entre Alfredo Martins da Silva e o parlamentar Freire Filho.

³⁸²NABUCO, Joaquim. “*O Abolicionismo...*”. p. 156 e 157.

mas pessimista ao manter a mesma configuração das relações servis já que a forma de exploração se estabelecia naquele terreno figurado e literal da produção: a agricultura.

Creemos que este pensamento de mergulhar sem fôlego em uma nova ordem econômica, e que forçava emergir à superfície para aspirar a mesma atmosfera das hierarquias sociais e raciais de outrora, também estava consolidado até entre os médicos mais jovens da Faculdade de Medicina. Embora residisse na capital baiana, Agnello Geraque Collet era natural de Santo Amaro da Purificação, cidade na qual havia grande movimento dos senhores de engenhos contrários a abolição³⁸³. A ideia de Collet para que a *gymnastica* e a disciplina ao trabalho fosse implantada nas escolas rondava o discurso progressista da abolição compartilhada por muitos esculápios somados aos interesses conservadores da economia agrária do Recôncavo baiano. Assegurava que as crianças e alunos deviam estar preparados para a “vida agrícola” já que os problemas “do solo, estão presos os nossos mais vitais interesses”. Assim apelou para que houvesse formas de disciplinar as crianças para substituírem o trabalho escravo:

“O escravo vae felizmente desaparecer, livrando-nos a frente do vergonhoso estigma de – algozes de nossos semelhantes. É portanto, necessario preparar cidadãos para substituí-lo n’este nobilissimo serviço, que por deshumanidade de nossos antepassados, egoismo e degradação nossa, tem sido feito até hoje pelo homem machina (*sic*)”³⁸⁴.

Talvez esse seja um indício de que Collet estivesse envolvido entre as inúmeras sociedades abolicionistas que eram formadas por seus colegas e professores da Faculdade de Medicina ao deixar claro que a escravidão ia “felizmente desaparecer” por ter sido um regime “vergonhoso” e que tinha uma marca histórica de “desumanidade de nossos antepassados”. Mas ao referir-se ao escravo como “homem machina”, enfatizou que era preciso a escolarização substituí-lo por “cidadãos”, preparados para prosseguirem nas mesmas atividades desempenhadas pela máquina humana, ou seja, a continuação das relações civis que circulavam em torno da agricultura.

Embora Pacífico Pereira tivesse atingido maior visibilidade se aproximando da imprensa, devemos lembrar que nem sempre articulistas e médicos estavam totalmente envolvidos na concordância das formas em aplicar a higiene escolar às práticas corporais. Mesmo concordando que deviam existir investimentos na instrução pública os pontos de vistas eram destoantes quanto as perspectivas sobre a mudança de costumes do povo.

³⁸³CUNHA, Sílvio. “*Um retrato fiel da Bahia...*”. Sobre os interesses dos senhores de engenhos do Recôncavo nas décadas de 1870 e 1880 consulte p. 53, 54. Sobre o jornal antiabolicionista *Echo Santamarense* veja p. 104-106.

³⁸⁴COLLET, Agnello. “*Hygiene Eschollar*”. p. 12.

Quase um ano depois da abolição da escravatura, o *Diário do Povo*, jornal liberal durante o período escravista, produziu um artigo intitulado *Mens sana in corpore sano* apoiando a higiene escolar, mas fazendo duras críticas as políticas educacionais no país e aos debates dissonantes que vigoravam na época. Nas suas entrelinhas carregava o seguinte teor crítico:

“No Brazil, já o disse Buckle, a magnificencia e exuberancia da natureza esmagam o homem, que mostra-se mesquinho em face de tantas grandezas naturaes.

A natureza entre nos é máo [ilegível] ao mesmo tempo. Aqui, abre seio fecundo, inexgotavel [ilegível] o manacial das mais raras preciosidades, alli propina invisivelmente o germen da mais deleteria substancia, do mais prejudicial veneno!

Que fazer?

Aproveitarmo-nos do que ella tem de bom, e tem muitos destruímos o que ella tem de mau.

A nossa pedagogia não pode, não deve ser a pedagogia dos povos da Europa. Ella deve ser um systema de preceitos, de regras, extrahidos das nossas condições mesologicas e sociaes.

Submetter o menino brasileiro a mesma disciplina a que submette o menino europeu é attentar criminosamente contra a sua saude, contra a sua existencia. Physica e mentalmente somos um povo fraco e pobre. Producto de trez raças diversas que se cruzaram. O brasileiro é uma raça mestiça physica e moral enfraquecida.

Ainda não quizemos comprehender que, na phrase de um distincto pensador o primeiro dever de uma nação é preparar bons e modestos animaes.

Esta quanto ao corpo, quanto á alma a coisa é a mesma.

O nosso systema de ensino, retrogrado e rotineiro, produz effeito diverso daquelle a que se propõe. Applicado violentamente ás creanças produz-lhes nos tenros cerebros effeitos semelhantes ao do espartilho, comprima-os [ilegível]

Regeneremo-nos.

Abandonemos os velhos methodos e abracemos os ultimos progressos da sciencia. O corpo e a alma da criança excluem, isto e, desenvolvem-se segundo leis certas, que não é dado contractar. Desconhecer isso é trabalhar fazendo aleijões physicos e intellectuaes”³⁸⁵.

O articulista mergulhou no teórico inglês Henry Thomas Buckle (1822-1862), que nunca esteve no Brasil, como Agassiz, Couty, Gobineau, mas tinha o mesmo diagnóstico de que as “grandezas naturaes esmagavam o homem”. A *mens sana in corpore sano* se defrontaria com uma natureza narrada de forma contraditória, maniqueísta, com preciosidades e raridades, mas, ao mesmo tempo, maléfica e de efeitos devastadores para espécie humana.

Depois, a crítica pesou sobre a cultura letrada que exaustivamente vinha durante aquela década tentando resolver dilemas sociais, mas na visão do articulista não consideravam as questões “mesológicas e sociais” em que viviam e tentavam implantar

³⁸⁵“Mens sana in corpore sano”. Jornal *Diario do Povode* 23 de janeiro de 1889. p. 1. BPEB / Seção de Jornais Raros.

projetos pedagógicos “dos povos da Europa” sem adaptações concretas para a realidade nacional. Mero esforço, porque, a seu ver, éramos inferiores biologicamente entre as hierarquias das raças, “Producto de trez raças diversas que se cruzaram. O brasileiro é uma raça mestiça *physica* e moral enfraquecida” e, por isso, era um “crime à saúde” exigir das crianças o mesmo ritmo escolar dos povos não híbridos da Europa.

Mesmo com a garantia de alguns avanços como a introdução da música, dança e prendas domésticas para professores normalistas que já ensinavam a parte cursos de línguas estrangeiras em algumas escolas públicas, o articulista ainda considerava o método violento. Considerava que ao invés de estimular os sentidos das crianças comprimiam-lhes “os tenros cerebros efeitos semelhantes ao do espartilho”.

E apelava para a regeneração biológica ao dizer que “O corpo e a alma da criança excluem, isto e, desenvolvem-se segundo leis certas, que não é dado contractar”, firmava suas bases no discurso das leis imutáveis do determinismo climático-racial.

A tonalidade com que o articulista passou a tratar o tema mudou em comparação aos escritos da imprensa no começo da década, que ao tematizar a higiene escolar, a *educação physica*, o *mens sana in corpore sano* ou a *gymnastica* encaravam com otimismo um projeto de transformação dos costumes e da reorganização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o tema ligado à escolarização das práticas corporais, nesse trabalho sobretudo a *gymnastica*, a *musica* e a *dança*, ainda tenha um caráter periférico na historiografia baiana, a pesquisa realizada sobre os debates que gerou no decorrer da década de 1880 mostrou que a preocupação com os costumes e formas de civilizar aqueles que constituiriam o povo da incipiente nação brasileira estavam bastante presentes nas decisões relacionadas às formas institucionais de instruir e também domesticar o corpo. Os interesses da ordem e reorganização social das camadas médias urbanas que permeiam esse debate possibilitaram analisar as hierarquias sociais e raciais por outro enfoque.

Desde o primeiro capítulo abordamos os embates travados por intelectuais ou profissionais liberais, uma cultura letrada, que atribuía à escolarização dos exercícios corporais uma “Babel” de sentidos. Em alguns momentos cometemos digressões por

nos aprofundarmos nos interesses ideológicos de tais homens. Mas acreditamos que tais minúcias foram inevitáveis, tanto para compreendermos os conflitos ideológicos como para entendermos o jogo das ideias. Por serem homens de seu tempo revelamos e respeitamos suas individualidades, como também investigamos aqueles que assumiam a posição dos setores sociais que tomavam partido.

Assim, ao tratarmos da escolarização das práticas corporais e a negociação teórica do método intuitivo na instrução pública adentramos no território do embate das ideias, situando aqueles que se aproximavam e se distanciavam, já que viviam suspirando uma atmosfera carregada por miscelâneas de doutrinas e ideias científicas que chegavam da Europa e pautavam os debates sobre o povo e sua escolarização. Reorganizar a nação brasileira resultava em projetos políticos por vezes comuns, por outras dissidentes: uns liberais e outros conservadores tradicionais, ou seja, um grande número de abolicionistas e uma minoria sem declarar-se totalmente liberal; articulistas positivistas católicos e legisladores positivistas não católicos; legisladores médicos contrários à estruturação da higiene escolar a partir da própria ciência médica e educadores que entendiam a pedagogia com papel primaz na ciência, com autonomia para tratar da higiene escolar sem intervenções de outras ciências. A higiene corporal entrou na senda da guerra científica, um confronto entre “verdades” pedagógicas e das ciências médicas. A partir deste embate, demos vozes também aos agentes da educação, professores com salários irrisórios e normalistas que pleiteavam uma vaga nas escolas públicas, que, juntos, deixavam evidente serem contrários à inclusão de exercícios corporais mediante a preocupação com a sobrecarga de atividades curriculares sem diferenças salariais.

Desdobramos a querela científica do primeiro capítulo e tecemos o segundo. Investigamos a produção e compreensões do conhecimento científico do contexto associado com o entendimento intelectual sobre as práticas corporais da época. Assim, examinamos o debate em torno da *gymnastica hygienica* evidenciando como as teorias evolucionistas, positivistas e pedagógicas eram manipuladas e passavam por um processo laboral de adaptação, mesclas ou mixórdia, reelaboração e readaptação teórica no momento em que eram usadas para legitimar lógicas de intervenção pública sobre o corpo. Tudo isso visando exames, experiências ou análises que dessem ao povo brasileiro meios com a chancela da ciência para escapar da imagem de degenerescência. A forma como o médico Pacífico Pereira interferiu nesse debate é exemplar. Fazendo parte de um grupo científico de vanguarda, os tropicalistas, que se contrapunham ao

determinismo e o critério racial como princípio hereditário das “doenças ou moléstias intertropicais”, esse médico mostrou-se metuculoso nas suas escolhas teóricas. Contudo, ao propor a escolarização da *gymnastica* para combater a anóxia, fortalecer a musculatura por assegurar ser o clima tropical deletério e influenciar nos efeitos degenerativos cerebrais, apontamos indícios ou vestígios de suas propostas que dialogavam com a inferioridade racial, comum entre os teóricos mais ardorosos da época.

A palavra regeneração quando empregada aos exercícios corporais enquanto modalidade da *gymnastica hygienica* tinha um leque de significados cuja semântica também salientava tratamentos ortopédicos, traumatológicos e até mesmo auricular. Mas ao propor exercícios militares para disciplinar, Pacífico Pereira tornava a regeneração sinônimo da ação civilizatória, um clareamento social que embora não aludisse a questão epidérmica, propunha um embranquecimentomoral. Eis que, estendia as práticas corporais para outras instâncias culturais que associadas a ideia de regeneração moral abarcava os ramos educativo, comportamental, linguístico, artístico, que, por envolver o corpo humano, procurava através da “*physiologia*” e método intuitivo alemão elaborar meios de orientar os alunos nas escolas a rejeitar práticas cotidianas e costumeiras. Outros médicos, como Agnello Collet, Umbelino Marques e Braz do Amaral, recorreram justamente para os referenciais teóricos que Pacífico Pereira descartou, mas mantinham firme a mesma linha de escolarizar os *exercícios gymnasticos* para construir uma nação com povo forte, inteligente, obediente às leis e úteis à pátria.

O terceiro capítulo é o epicentro que interliga toda a escrita esboçada e corrobora que o estudo sobre as práticas corporais e a higiene corporal, mesmo que restrita a questão escolar, não fica presa às análises sob o olhar tradicional das estratégias de disciplina do corpo através da higiene. Também desvenda outros pormenores quando tratamos da escolarização da música e da dança enquanto meios de combate a cultura popular. Isso se estende ao interesse em barrar a cultura estética oriunda dos saberes subalternos da classe popular, não somente na transmissão da musicalidade e bailado, mas até da fisionomia dos ganhadores das ruas com as suas escarificações e tatuagens africanas.

Assim, analisamos como aqueles que eram alvos desses projetos letrados tinham formas singulares de elaborar suas identidades coletivas, suas sociabilidades anônimas tinham os elementos de transmissão cultural que pedagogistas e médicos procuravam,

sem sucesso, em teóricos do método intuitivo com a intenção de implantar nas escolas públicas. O confronto dos sentidos se dava a partir de elementos que tinha a prática da comunicação cultural perpassando conscientemente valores da sua religiosidade, musicalidade, e cultura corporal, contra teorias abstratas que, mesmo privilegiando um ensino rígido da religião católica não se consolidaram.

Observamos que a cultura letrada, quando representada por legisladores e alguns pedagogistas, se cindia entre aqueles que defendiam a repressão da cultura popular e aqueles que acreditavam que para combater o “divertimento proibido” (os batuques, os sambas e suas danças), como também, a religiosidade do povo, bastava introduzir a *gymnastica* parcialmente com aulas de música, dança e canto inspirados na cultura europeia, o que reforçaria o ensino contumaz da religião católica. Mesmo implantando em algumas escolas aquelas disciplinas, percebemos que a cultura popular ganhou a queda de braços, afinal o samba é uma identidade nacional consolidada e reconhecida em nossos dias.

Finalmente, nosso estudo inferiu que historicamente a educação atravessou os séculos por processos cíclicos de crises e descasos por parte dos legisladores e autoridades públicas que ainda aderiram a defesa da repressão. Também que os intelectuais médicos e a cultura letrada representada em outros setores não deixavam de misturar em suas postulações subjetividades que grassavam preconceitos declarados e dissimulados, mas tidos como racionalidades científicas. Ao tratarmos dos legisladores e o interesse no campo da instrução pública, percebemos que houve um limite situado entre parlamentares que concordavam com o ingresso de *exercícios gymnasticos* e higiênicos, mas, em um determinado momento, ainda havia outros legisladores que se colocavam contra o ensino de música, dança e canto por acharem que a coerção por meio da força policial era mais eficaz e menos dispendiosa.

A “Babel da Instrução Publica” de outrora não conseguiu exprimir com coesão e coerência os conceitos científicos de práticas corporais. Muito menos reorganizar uma ideia de povo brasileiro com os princípios aqui analisados. Nesse processo conflituoso, ossujeitos para quais foram gestadas essas teorias teceram seus mecanismos próprios ao construir as relações inter-humanas com modalidades de sobrevivências, por vezes tradicionais, por outras criativas, que, às portas de um novo século, entrariam outros conflitos configurados por novas hierarquias e formas de exclusões.

FONTES

- a) Impressas na Biblioteca Pública da Bahia / Seção Jornais Raros e também disponíveis online no sítio da **Faculdade de Medicina da Bahia – FAMEB/UFBA**

(<<http://www.gmbahia.ufba.br/index.php/gmbahia/issue/archive>>):

1. Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas I”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. X, 5, pp. 193-198. Maio de 1878.
2. Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas II”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. X, 6, pp. 241-252. Junho de 1878.
3. Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas III”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. X, 7, pp. 289-293. Julho de 1878.

4. Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas IV”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. X, 8, pp. 337-347. Agosto de 1878.
5. Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas V”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. X, 10, pp. 433-445. Outubro de 1878.
6. Antonio Pacífico Pereira. “Um politico biologo”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. X, 11, pp. 523-524. Novembro de 1878.
7. Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das Escólas”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, XIII, 7, pp. 293-304. Janeiro de 1881.
8. Antonio Pacífico Pereira. “As Reformas do Ensino Médico no Brazil”. Seção Hygiene das Escolas. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. XV, 7, pp. 305-312. Janeiro de 1884.
9. Autor não identificado. “Biografia de José Lourenço de Magalhães”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, XII, 15, pp. 557-562. Junho de 1884.
10. Autor não identificado. “Tratamento Ortopédico comparado com tratamento cirurgico nos pés”. Seção Revista da Imprensa Médica. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, V, 18, pp. 221-222. Novembro de 1886.
11. Antonio Pacífico Pereira. “GYNECOLOGIA – Alguns casos de nevroses reflexas devidas a desvios uterinos”. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, XXI, 2, pp. 49-58. Agosto de 1889.
12. Hermenegildo Braz do Amaral. “Gymnasticas nas escolas”. Seção Hygiene Pedagogica, *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, IV, 21, pp. 153-158. Outubro de 1889.
13. Autor não identificado. “Tratamento da Esclerose Auricular Medica”. Seção Revista da Imprensa. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, V, 21, pp. 239-242. Novembro de 1889.
14. Antonio Pacífico Pereira. “Hygiene das escolas”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, XXI, 7, pp. 341-349. Janeiro de 1890.
15. Antonio Pacífico Pereira. “O Dr. Silva Lima”. *Gazeta Médica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia, XLI, 8, pp. 337-353. Fevereiro de 1910.

b) Apenas tipografadas encontradas no acervo da biblioteca da **Faculdade de Medicina da Bahia – FAMEB/UFBA:**

1. COLLET, Agnello Geraque. *Hygiene Eschollar*. (Tese de doutorado apresentada a Cadeira de Clinica Cirurgica). FMB: 1885.
2. MARQUES, Umbelino Heraclio Muniz. *Hygiene Pedagógica*. (Tese de doutorado apresentada a Cadeira de Hygiene). FMB: 1886.

c) Impressos da **Biblioteca Pública do Estado da Bahia / Seção de Jornais Raros:**

1. “Olhem”. Jornal *O Monitor* de 18 de setembro de 1880.
2. “As escolas normaes”. Jornal *O Monitor* de 23 de Janeiro de 1881.
3. “Que homens que cousa?”. *O Monitor* de 2 de fevereiro de 1881.
4. “O programma das escolas normaes”. Jornal *O Monitor*, 13 de fevereiro de 1881.
5. “A duração das sessões escolares”. Jornal *O Monitor*, 16 de fevereiro de 1881.
6. “Ainda o ensino da pedagogia”. Jornal *O Monitor*, 19 de fevereiro de 1881.
7. “A gymnastica nas escolas”. Jornal *O Monitor* de 20 de Agosto de 1881.
8. “Em nome da Physiologia”. Jornal *O Monitor* de 3 de maio de 1881.
9. “A Babel da Instrucção Publica”. Jornal *O Monitor*, 20 de julho de 1881.
10. “A instrucção publica e suas reformas”. Jornal *O Monitor* de 29 de julho de 1881.
11. “Gratificações a professores”. Jornal *O Monitor*, 3 de Agosto de 1881.
12. “30º Sessão Ordinária da Assembleia da Pronvincia da Bahia.” Jornal *Gazeta da Bahia*, 2 de Junho de 1883.
13. “A policia e o policiamento de Santo Amaro”. Jornal *Gazeta da Bahia*, 13 de janeiro de 1883.
14. “Prisões”. Jornal *Gazeta da Bahia*, 12 de outubro de 1886.
15. “Prisões”. Jornal *Gazeta da Bahia*, 13 de outubro de 1886.
16. “Mens sana in corpore sano”. Jornal *Diario do Povo*, 23 de janeiro de 1889.

d) **Biblioteca Nacional / Hemeroteca digital** – disponíveis em:
<<<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>>

1. “Quadro de Relação de Cadastro dos Professores” de 1880.

2. Quadro da “*Congregação da Eschola Normal em 15 de Março de 1882*”.
3. “*Demonstrativo da Instrucção Publica da Bahia, em 17 de Janeiro de 1885*”.
Todos três no Fundo: Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo, 1823-1889.
4. “Documento do Anexo C – *Relatorio da Commissão Examinadora do 1º Districto*”. Fundo: Relatórios do Trabalho do Conselho Interino, Pasta do ano 1882, Edição 00002 (4), p. 392/550 – 401/550.
5. “*Quadro de Professores e empregados do Lyceu Provincial*”. Fundo: Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, pasta ano 1882, Edição 00001 (2), p. 192/258.
6. “ANNEXO B – Lecções de cousas, trabalho do Dr. Ruy Barbosa – Parecer do professor de pedagogia da eschola normal de homens, adoptado pela respectiva congregação”. Pareceres apresentados por Antonio Bahia da Silva Araújo em 28 de julho e 11 de setembro de 1881, Epiphanio de Souza Dantas e Antonio Ferrão Moniz em 28 de julho de 1881. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882*. Bahia: typographia do Diario da Bahia, 1882. p. 344-350/550. Fundo: Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16).
7. “Correspondencia da Directoria Geral da Instrucção Publica da Bahia, em 18 de Outubro de 1881”. “Correspondencia de Izabel Gonsalves da Silva Araujo de 28 de Janeiro de 1882”. “Correspondencia da Directoria Geral da Instrucção Publica da Bahia, em 16 de Fevereiro de 1881”. Sessão solemne de installação da Associação Protectora da Infancia Desvalida. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. João dos Reis de Souza Dantas 2º vice-presidente passou a administração da Provincia ao Exm. Sr. Conselheiro Pedro Luiz de Souza Pereira em 29 de março de 1882*. Bahia: typographia do Diario da Bahia, 1882. pp. 279-286/550. Fundo: Relatórios dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo, 1823 a 1889. Pasta ano 1882, edição 00002 (16).
8. Fundo “*Annaes da Assembléa Legislativa Provincial da Bahia 1873 a 1887*”. Pasta 1887, Edição 00001 (1). pp. 9-13/430 e Edição 00001 (3). pp. 9 e 10/350.
9. “A imprensa e aos paes”. Jornal *O Popular* de 1 de Setembro de 1894.

e) Manuscritos e microfilmados do **Arquivo Público do Estado da Bahia**:

1. Seção Legislativa. Série: Ofícios Recebidos e Expedidos. Maço 1174, ano 1882.
2. Seção Colonial e Provincial. Série: Instrução Pública. Maço 6568.
3. Seção Colonial e Provincial. Série: Instrução Pública. Maço 6569.
4. Seção de Microfilmagem / Jornais Diversos – filme n. 8 e flash n. 6: Periódico *A Escola* – Revista científica, litteraria e noticiosa, I, 3, 10 de outubro de 1880.
5. Seção de Microfilmagem / Jornais diversos – Filme 8, flash 12: Jornal *A Ilustração Bahiana*: jornal ilustrado, litterario e scientifico. Bahia: Typographia Constitucional de França Guerra-Aljube, 1881. Proprietario: A. Fonseca Sobrinho e Redator: A. Cruz Cordeiro Jr.

f) Microfilmado UFBA:

1. “Seção Gargalhadas do Satanaz – Chula”. *O Satanaz Illustrado*, I, 7 e 8. pp. 1-7, abril de 1881.

g) Livros de interlocutores do contexto, memórias, literaturas históricas e com verbetes cuja semântica se aproximasse do recorte temporal:

1. BARBOSA, Ruy. *Reforma do ensino primario e varias instituições complementares da instrucção publica*. Parecer e Projeto da Commissão de Instrucção Publica composta por Ruy Barbosa, Thomaz do Bomfim Espinola e Ullisses Machado Pereira Vianna. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.
2. BARROS, F. Borges de. “*Homenagem ao Professor Dr. Antonio Pacífico Pereira*”. Bahia: Tipografia Baiana, 1915. IGHB / Biblioteca.
3. *Bíblia Sagrada*. “Gênesis 10:1, 8-10 e 11:1-9”. Antigo e Novo testamentos; traduzidos em português de acordo com a Vulgata Latina pelo padre Antônio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Novo Brasil Editora, [s.d.]. IGHB / Biblioteca.
4. BLACKKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895, 1, 3, 7. Todos os volumes disponíveis para download em: <<<http://www.bbm.usp.br/>>>.

5. CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. *Diccionario de Medicina Popular e das sciencias accessorias para uso das famílias*. Pariz: A. Roger & F. Chernoviz, 1890. I, II. Disponíveis para download em: <<<http://www.bbm.usp.br/>>>.
6. FONSECA, Luiz Anselmo da. *A escravidão, o clero e o abolicionismo*. Bahia: Imprensa Economica, 1887. Disponível para download em: <<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185575>>>.
7. IBGE. Dados estatísticos. Acesso em 13/08/2015 às 12:16. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/CD1950/CD_1950_I_Brasil.pdf>>.
8. NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2003. (Edições do Senado Federal; v. 7). Disponível para download em: <<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1078>>>.
9. OLIVEIRA, Eduardo de Sá. *Memória histórica da Faculdade de Medicina da Bahia, concernente ao ano de 1942*. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1992.
10. PEREIRA, Antônio Pacífico. *Memória sobre a Medicina na Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1923. IGHB / Biblioteca.
11. PINTO, Luiz Maria da Silva. *Diccionario da Lingua Brasileira, 1775-1869*. Ouro Preto: Typographia de Silva, 1832. Disponível para download em: <<<http://www.bbm.usp.br/>>>.
12. SPENCER, Herbert. *Educação Intellectual, Moral e Physica*. Rio de Janeiro, São Paulo e Recife: Laemmert & C., 1901. p. 245-250. IGHB / Biblioteca.

h) Outros sítios navegados:

1. <<<http://www.dichistoriasaude.coc.fiocruz.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/scripts/>>>
Acesso em 09/12/2014 às 03:08.
2. << <http://www.idref.fr/autorites/autorites.html> >>. Acesso em 20/01/2015 às 9:15.
3. <<<http://www.zeno.org/>>>. Acesso em 20/01/2015 às 9:45.
4. <www.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em 20/01/2015 às 9:00.

i) Leituras de fontes auxiliares sobre os tropicalistas estrangeiros que foram necessárias no processo de escrita do capítulo II:

1. Antonio Pacífico Pereira. “Esboço biographico do Dr. Otto Wucherer”. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. VI, 140, pp. 305-309. 31 de maio de 1873.
2. Silva Lima; Manoel Victorino Pereira; Pacífico Pereira. “Discurso proferido pelo Dr. Silva Lima no acto de inauguração do monumento Paterson”. Seção Inauguração do monumento Paterson. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. XVIII, 6, pp. 241-259. Dezembro de 1886.
3. José Francisco da Silva Lima. “O Dr. Paterson, sua vida e sua morte”. Seção Esboço Biographico. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. XVIII, 8, pp. 337-344. Fevereiro de 1887.
4. José Francisco da Silva Lima. “O Dr. Paterson, sua vida e sua morte”. Seção Esboço Biographico. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. XVIII, 10, pp. 433-439. Abril de 1887.
5. José Francisco da Silva Lima. “O Dr. Paterson, sua vida e sua morte”. Seção Esboço Biographico. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. XVIII, 11, pp. 481-492. Maio de 1887.
6. José Francisco da Silva Lima. “Traços biographicos do Dr. Otto Wucherer”. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. XXXVIII, 1, pp. 3-26. Julho de 1906.
7. Antonio Pacífico Pereira. “O Dr. Silva Lima”. *Gazeta Medica da Bahia*, Faculdade de Medicina da Bahia. XLI, 8, pp. 357-375. Fevereiro de 1910.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

AMARAL, Sharyse Piroupo do. *Uma nação por fazer: escravos, mulheres e educação nos romances de Joaquim Manoel de Macedo*. Dissertação (Mestrado em História Social). Campinas/SP: [s.n.], 2001.

AZEVEDO, Elciene. *Direito dos escravos: lutas jurídicas e abolicionistas na Província de São Paulo na segunda metade do século XIX*. Campinas/SP: [s. n.], 2003.

BACELAR, Jefferson. *A hierarquia das raças: negros e brancos em Salvador*. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

BAIARDI, Daniel Cerqueira. *Conhecimento, Evolução e Complexidade na Filosofia Sintética de Herbert Spencer*. Dissertação (Mestrado em Filosofia), Departamento de Filosofia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BARRETO, Maria Renilda Nery e ARAS, Lina Maria Brandão de. Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol. (10)1: 151-72, jan.-abr. 2003.

BARRETO JR., Jurandir Antonio Sá. *Raça e Degeneração: análise do processo de construção da imagem dos negros e mestiços, a partir de artigos publicados na Gazeta Médica Baiana, (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Ensino, História e Filosofia da Ciência). Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2004.

CARVALHO, Marta. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUZA, M.; CATANI, D. (org.) *Práticas Educativas, culturas escolares, profissão docente. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação*. São Paulo: Escrituras, 1998.

CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: uma história que não se conta*. Campinas/São Paulo: Papyrus, 1998.

CASTRO, Celso. *In corpore sano*. Os militares e a introdução da educação física no Brasil. *Antropolítica*, Niterói, 2, pp. 61-78, 1997.

CASTRO JR., Luís Vitor (org.) *Festa e corpo: as expressões artísticas e culturais nas festas populares baianas*. Salvador: EDUFBA, 2014.

CAZAES, Melira Elen Mascarenhas. *No ritmo do compasso, a melodia das filarmônicas em harmonia com o tempo: um estudo sobre a Lyra Ceciliana e a Minerva Cachoeirana (1960-1980)*. Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Feira de Santana, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHATERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: EDUFBA, 2004.

COELHO, Alan Watrin. *A ciência do governar: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré*. Dissertação (Mestrado em História Social), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2006.

CUNHA, Sílvio Humberto dos Passos. *Um retrato fiel da Bahia: sociedade, racismo e economia na transição para o trabalho livre no Recôncavo Açucareiro, 1871-1902*. Tese (doutoramento em Economia) Campinas/SP: Unicamp, 2004.

CUNHA JR., Carlos Fernando Ferreira da. Os exercícios gymnasticos no Imperial Collegio de Pedro Segundo, 1841-1870. *Revista Brasileira de Ciência do Esporte*. Campinas/SP, v. 25, n. 1, p. 69-81, set. 2003.

CUNHA JR., Carlos Fernando Ferreira da. *O Imperial Collegio de Pedro II e o Ensino Secundario da Boa Sociedade Brasileira*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2008.

DEBORTOLI, José Alfredo; LINHALES, Meily Assbú & VAGO, Tarcísio Mauro. Infância e conhecimento escolar: princípios para a construção de uma educação física “para” e “com” as crianças. *Pensar a Prática*5: 92-105, Jun./Jul. 2001-2002.

DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história de eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.

DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol & SÁ, Magali Romero. Controvérsias Evolucionistas no Brasil do século XIX. In.: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero; GLICK, Thomas (org.) *A recepção do Darwinismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, Coleção História e Saúde, 2003.

EDLER, Flavio Coelho. A Escola Tropicalista Baiana: um mito de origem da medicina Tropical no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, vol. 9 (2):357-85, maio-ago. 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Escolarização, cultura e práticas escolares no Brasil: elementos teóricos metodológicos de um programa de pesquisa. In.: LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth (Org.) *Disciplina e Integração curricular: história e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 13-35.

FERRARO, Alceu Ravello. Educação, classe, gênero e voto no Brasil Imperial: Lei Saraiva – 1881. *Educar em Revista*, Curitiba, Editora UFPR, 50, p. 181-206, out./dez. 2013.

FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Desafrikanizar as ruas: elites letradas, mulheres pobres e cultura popular em Salvador, 1890-1937. *Revista Afro-Ásia*, 21-22, (1998-1999), pp. 239-256.

FRAGA FILHO, Walter. *Mendigos, moleques e vadios na Bahia do século XIX*. São Paulo/SP, Salvador/BA: Editora HUCITEC, EDUFBA, 1996.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *Os higienistas e a Educação Física: a história de seus ideais*. Dissertação (Mestrado em Educação Física), Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, 2000.

GÓIS JÚNIOR, Edivaldo. *O século da higiene: uma história de intelectuais da saúde* (Brasil, século XX). Tese (Doutorado em Educação Física), Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Educação Física, Universidade Gama Filho, 2003.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade de São Paulo, 2000.

HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWM, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre história operária*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

KUHLMANN JR., Moysés. *As grandes festas didáticas: a Educação Brasileira e as Exposições Internacionais 1862-1922*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

LIMA, Cássio Leonardo Nobre de Souza. *Viola nos sambas do Recôncavo baiano*. Dissertação (Mestrado em Música). Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-graduação em Música, Salvador/Ba, 2008.

LUCAS, Maria Angélica Olivo Francisco. *Evolucionismo spenceriano: concepções de progresso, Estado e educação*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/094_maria_angelica.pdf>>. Acesso em 23/06/2015 às 23:17.

LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos. (org.) *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcadia, 2008.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário (1924-1928)*. Tese (Doutorado em História Social), Universidade Federal da Bahia, 2009.

MAGALHÃES, Justino. Um contributo para a História do Processo de Escolarização da Sociedade Portuguesa na Transição do Antigo Regime. Porto: *Afrontamentos, Educação, Sociedades et Culturas*, 5, 1996.

MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura. *Raça como questão: história, ciência e identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. *A teoria da progressão dos animais de Lamarck*. Dissertação (Mestrado em Genética) Campinas/São Paulo, UNICAMP, 1993.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira. Herbert Spencer e o neolamarckismo: um estudo de caso. In.: MARTINS, R. A.; MARTINS, L. A. C. P.; FERREIRA, J. M. H. (eds.)

Filosofia e história da ciências no Cone Sul: 3º Encontro. Campinas/SP: AFHIC, 2004. pp. 281-289.

MARTINS, Lilian Al-Chueyr Pereira; BAPTISTA, Ana Maria Haddad. Lamarck, evolução orgânica e tempo: algumas considerações. *Filosofia e História da Biologia*, 2, p. 279-296, 2007.

MATTA, Alfredo Eurico Rodrigues. *Casa Pia Colégio de Órfãos de São Joaquim: de recolhido a assalariado*. Dissertação (Mestrado em História Social) Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1996.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MORENO, Andrea & VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade-jardim da República: Belo Horizonte como lugar cultivado de corpos, (1891-1930). *Pro-posições*, Campinas/São Paulo, 22, 3 (66), set./dez., pp. 67-80, 2011.

NASCIMENTO, Adalson de Oliveira. *Exercícios físico-militares em escolas civis brasileiras e portuguesas na passagem do século XIX para o XX*. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2009.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. *Dez freguesias da Cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX*. Salvador/Ba: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1986.

NUNES, Antonietta de Aguiar. *O primeiro projeto de reforma educacional na Bahia: os atos de Manuel Victorino Pereira*. Disponível em: <<<http://educa.fcc.org.br/pdf/ensaio/v08n28/v08n28a07.pdf>>> Acesso em: 20 de setembro de 2014 às 11:55 hs.

PAIVA, Fernanda Simone Lopes de. *Sobre o pensamento médico-higienista oitocentista e a escolarização: condições de possibilidade para o engendramento do campo da educação física no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Educação) Belo Horizonte: Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2003.

PARÉS, Luís Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação Jeje na Bahia*. Campinas/SP: Editora da UNICAMP, 2006.

PEARL, Julyan G. *Race, Place and Medicine: the idea of tropics in Nineteenth-Century Brazil*. Paperback, April 10, 2000.

PEREIRA, Leonardo Affonso Miranda. No ritmo do Vagalume: culturas negras, associativismo dançante e nacionalidade na produção de Francisco Guimarães (1904-1933). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 35, 69, pp. 13-33, 2015.

PUCHTA, Diogo Rodrigues. *A formação do homem forte: educação física e gymnastica no ensino público primário paranaense (1882-1924)*. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

QUITZAU, Evelise Amgarten. *As práticas corporais no Sport Club Germânia (1900-1943)*. Campinas, SP: [s. n.], 2008.

QUITZAU, Evelise Amgarten; SOARES, Carmen Lúcia. “A força de uma juventude garante o futuro de um povo”: a educação do corpo no Sport Club Germânia (1899-1938). *Movimento*, Porto Alegre, 16, 3, p. 89-108, julho/setembro 2010.

REIS, João José. *Domingos Sodré, um sacerdote africano: escravidão, liberdade e candomblé na Bahia do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REIS, João José. De olho no canto: trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição. *Revista Afro-Ásia*, 24, (2000), pp. 199-242.

REIS, José Carlos. *A história entre a filosofia e a ciência*. São Paulo: Editora Ática, 1996.

RIOS, Venetia Durando Braga. *Entre a vida e a morte: medicina, médicos e medicalização na cidade de Salvador, 1860-1880*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal da Bahia, 2001.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. *Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro Imperial*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, CECULT, IFHC, 2001.

SANTANA NETO, José Pereira. *A Alforria nos termos e limites da lei: o Fundo de Emancipação na Bahia, (1871-1888)*. Dissertação (Mestrado em História Social). Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Adailton Ferreira dos. *A Escola Tropicalista Baiana: registro de uma nova ciência na Gazeta Médica da Bahia, 1866-1889*. Dissertação (Mestrado em História da Ciência). São Paulo, PUC, 2008.

SCHELBAUER, Analete Regina. *Método intuitivo e lições de coisas: saberes em curso nas conferências pedagógicas do século XIX*. Disponível em <<
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Analete_R_Schelbauer2_artigo.pdf >>. Acesso em 18/01/2015 às 21:25.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de. *Educar e Instruir: a instrução popular no Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro, Universidade Federal Fluminense, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, instituições e questões raciais no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O espetáculo da miscigenação. *Revista do Instituto de Estudos Avançados*, 8 (20), jan-abr. 1994.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Editora 34, 2000.

SKIDMORE, Thomas. *O Preto no Branco*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SOARES, Carmen Lúcia. *Educação Física: raízes europeias e Brasil*. 3ª ed. – Campinas/SP: Autores Associados, 2004.

SOËTARD, Michel. *Johann Pestalozzi*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SOUSA, Eustáquia Salvadora de; VAGO, Tarcísio Mauro. Última década dos oitocentos, primeira década da *Gymnastica* na formação do professorado mineiro. In.: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thais Nivia de Lima e. *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. pp. 253-284.

SOUSA, Ione Celeste Jesus de. *Escolas ao povo: experiências de escolarização de pobres na Bahia – 1870 a 1890*. Tese (doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: 2006.

SOUSA, Ione Celeste de Jesus. *Uma defesa da presença de crianças de cor na escolarização baiana: os escritos do Monsenhor Romualdo Maria de Seixas Barroso, 1881-1885*. Disponível em: <http://www.uesb.br/anpuhba/anais_eletronicos/Ione%20Celeste%20de%20Sousa.pdf>. Acesso em 06/12/2014 às 23:17.

SOUSA, Ione Celeste de Jesus. *Padres educadores, abolicionismo e instrução pública na Bahia, 1878 a 1886*. Disponível em <<http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308084583_ARQUIVO_PADRE_SEDUCADORESeaINSTRUCAOPUBLICANABAHIA,1878a1886.pdf>>. Acesso: 23 de setembro de 2014 às 03:50.

SOUZA, Natalia Peixoto Bravo de. *A militância em torno da glorificação de Euclides da Cunha: um projeto político ideológico*. Dissertação (Mestrado em História Social), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2010.

STRAUSS, André & WAIZBORT, Ricardo. Sob o signo de Darwin? Sobre o mau uso de uma quimera. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, ANPOCS, vol. 23, (8):125-34, outubro/2008.

TESCHE, Leomar. *O Turnen e a Educação Física nas Escolas Teuto-Brasileiras no Rio Grande do Sul (1852-1940)*. Ijuí/RS: UNIJUI, 2002.

- THOMPSON, E. P. Introdução: costume e cultura. THOMPSON, E. P. In.: *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAGO, Tarcísio Mauro. Início e fim do século XX: maneiras de fazer educação física na escola. *Cadernos Cedes*, XIX, 48, agosto, pp. 30-51, 1999.
- VAGO, Tarcísio Mauro. Da ortopedia à eficiência dos corpos: a *gymnastica* e as exigências da “vida moderna” (Minas Gerais, 1906-1930). *Movimento*, Porto Alegre/RS, 10, 3, pp. 77-97, set./dez. 2004.
- VALDEZ, Diane. *A representação de infância nas propostas pedagógicas do Dr. Abilio Cesar Borges: o barão de Macahubas (1856-1891)*. Tese (Doutorado em Educação). Campinas/SP: [s.d.], 2006.
- VARELA, Julia; ALVAREZ-URIA, Fernando. A maquinaria escolar. *Teoria & Educação*, Porto Alegre: Pannonica Editora, 6, pp.68-96, 1992.
- VIGARELLO, Georges. *O limpo e o sujo: uma história de higiene corporal*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- VIGARELLO, Georges; HOLT, Richard. O corpo trabalhado, ginastas e esportistas no século XIX. In.: CORBAIN, Alain (org.). *História do Corpo*. Petrópolis: Vozes, 2, 2008.
- WEBER, Beatriz Teixeira. *As artes de curar: medicina, religião, magia e positivismo na República Rio-grandense, 1889-1928*. Santa Maria: Ed. da UFMS; Bauru: EDUSC, 1999.